

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ALEXANDRE LUIS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DOS CARDEAIS:**  
UMA ANÁLISE TRANSNACIONAL DA ATUAÇÃO DE  
SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA (1930/1945)

Porto Alegre  
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES

ALEXANDRE LUIS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DOS CARDEAIS:**  
UMA ANÁLISE TRANSNACIONAL DA ATUAÇÃO DE  
SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA (1930/1945)

Porto Alegre

2018

## Ficha Catalográfica

O48p Oliveira, Alexandre Luis de

A Política dos cardeais : Uma Análise Transnacional de atuação de Sebastião Leme e Manuel Cerejeira (1930/1945) / Alexandre Luis de Oliveira . – 2018.

219.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

Co-orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves.

1. Catolicismo. 2. Cardeais Leme e Cerejeira. 3. Política. 4. Varguismo e Salazarismo. 5. Transnacionalismo. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Gonçalves, Leandro Pereira. III. Título.

ALEXANDRE LUIS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DOS CARDEAIS:**  
UMA ANÁLISE TRANSNACIONAL DA ATUAÇÃO DE  
SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA (1930/1945)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Marçal De Menezes Paredes

Co-orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves

Porto Alegre

2018

ALEXANDRE LUIS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DOS CARDEAIS:**  
UMA ANÁLISE TRANSNACIONAL DA ATUAÇÃO DE  
SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA (1930/1945)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em: 29 de Agosto de 2018

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professor Dr. Carlos André Silva de Moura – UPE

---

Professora Dra. Gizele Zanotto – UPF

---

Professor Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - FURG

---

Professora Dra. Tatyana de Amaral Maia – PUCRS

---

Professor Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS - Orientador

Porto Alegre

2018

*Dedico essa tese para Priscila e Pedro,  
minha família.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha esposa Priscila, que está sempre presente nas minhas conquistas e nas angústias. Sem ela eu nunca teria chegado a este momento. Ao meu filho Pedro, perdão pelos períodos de clausura que me deixaram longe dos momentos de brincadeiras.

Gostaria de agradecer a minha família, meu pai Claudio, minha mãe Cristina, minha sogra Aparecida e meu sogro José por todo o apoio e suporte que pude contar.

Um agradecimento especial ao professor e amigo Leandro Gonçalves, orientador por quase todo o período da tese, que ainda se faz presente com seu novo posto de co-orientador. Agradeço por toda sua dedicação como professor empenhado em auxiliar ao máximo seus orientandos, principalmente nos momentos de desespero! Que nossos anos de trabalho conjunto ainda possam gerar bons estudos acadêmicos.

Agradeço também ao professor Marçal por ter prontamente aceitado a orientador da tese, em sua reta final. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, ao que tive contato direto e ao que só conheci pelos corredores, agradeço o ambiente acadêmico que estimula a produção. Agradeço a Henriete, sempre solícita em responder e dar direcionamento as nossas demandas, uma pessoa extremamente gentil. Obrigado, de forma geral, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Rio por ter me acolhido neste lugar, onde pude desenvolver o grande sonho da trajetória do doutorado.

Aos professores membros da banca final da tese, Carlos André Silva de Moura, Gizele Zanotto, Tatyana de Amaral Maia e Rodrigo Santos de Oliveira, agradeço a disponibilidade de terem aceitado fazer parte deste momento decisivo!

Ao Vinícius Liebel, que muito ajudou nas referências para a escrita da tese, durante sua permanência como pós doutorando da PUCRS, e até hoje como um amigo!

A professora Claudia Viscardi, durante minha permanência em Lisboa para o desenvolvimento das pesquisas, muito contribuiu com referências, questionamentos, por sua presença durante minha comunicação na Universidade Católica Portuguesa, em uma noite de extremo frio, obrigado!

Agradeço a Capes pelo investimento que realizou para a promoção desta pesquisa, bem como as condições financeiras para que pudesse permanecer por seis meses em Lisboa, durante as investigações em terras portuguesas.

Ao professor Paulo Fontes da Universidade Católica Portuguesa, que me acolheu tão bem no período em que estive pesquisando em Portugal, apontando fontes, dando diretrizes, sempre disponível. Ao Centro de Estudos de História Religiosa – CEHR, pela recepção e acolhidas, disponibilizando um local para que eu pudesse pesquisar e escrever. Ao José Rocha e Isabel Costa do CEHR, por todo o apoio e disponibilidade, obrigado!

Aos professores que pude conversar e trocar informações sobre as pesquisas, na Universidade de Lisboa, meu agradecimento especial ao professor António Costa Pinto que se interessou pelo tema e muito contribuiu para a formulação da tese. A Rita Almeida, por ter aberto seus arquivos de investigação sobre Salazar para que eu pudesse ter uma base bibliográfica, obrigado! Aos professores José Barreto, Bruno Reis, António Matos Ferreira e Maria Inácia Rezola, agradeço a disponibilidade em reservar alguns minutos para trocar informações sempre muito pertinentes. A Paula Borges pelas contribuições que fez sobre a tese, obrigado!

Aos arquivos por onde passei em Lisboa e sempre muito bem recebido, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Hemeroteca Municipal de Lisboa, agradeço o acesso a pesquisa. No arquivo do Patriarcado de Lisboa, agradeço a Teresa Ponces pela forma gentil que me atendeu.

No Brasil gostaria de agradecer ao professor Cândido Moreira Rodrigues por todos os livros que me enviou e que utilizei na escrita da tese.

Aos amigos do doutorado da PUCRS, Guilherme, Everton e Rafael Lapuente, Vitória, Gabriel e Priscila Weber.

Ao Padre Adenilson Silva Ferreira, agradeço por ter disponibilizado como empréstimo, livros sobre o catolicismo que muito contribuiu para a escrita da tese.

A Professora Darinka, obrigado por todo apoio e estímulo!

Aos arquivos no Brasil, agradeço ao Maicon Carneiro, da biblioteca do Instituto Teológico Franciscano, por toda a assistência.



*Nesta hora da paixão de um mundo onde não havia lugar para Deus, eu saúdo-vos como os verdadeiros semeadores de mundos novos. O crescimento de Cristo no mundo torna às vezes necessárias, no plano providencial que o dirige, amputações dolorosas, causadas frequentemente pela traição dos cristãos. O caminho doloroso é o caminho da redenção. Vós sois os ministros da Vida, benditos restauradores de todas as ruínas.<sup>1</sup>*

*Todas as sociedades prestam culto aos seus grandes homens. Vivos, os seus nomes têm a significação de um programa e a sonoridade de um hino; mortos, perpetua-os a glorificação da história ou a consagração dos panteões.<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. A Igreja e a Ordem Nova. In.: CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Obras Pastorais**. Lisboa: União Gráfica, 1943, p. 293-294.

<sup>2</sup> CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. **São José**: Carta Pastoral do Arcebispo de Olinda e Recife. Recife: imprensa industrial, 1921, p. 11.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo a investigação transnacional da atuação dos cardeais Sebastião Leme da Silveira Cintra, no Brasil, e Manuel Gonçalves Cerejeira, em Portugal, como agentes do catolicismo no processo de restauração do papel social e político que a Igreja havia perdido com o a implantação do Republicanismo, nos respectivos países, e as práticas do Estado laico adotadas. A análise deste processo de reconquista de espaço permeou o início da trajetória dos dois clérigos, levantando as redes estabelecidas assim como suas inserções no contexto religioso como membros do catolicismo enquanto instituição. Com trajetórias distintas, Sebastião Leme já no início de sua formação no seminário estabeleceu uma rede próxima ao Reitor, que o proporcionou realizar parte de seus estudos na Europa. Por sua vez, Manuel Cerejeira desenvolveu uma formação mais acadêmica o que possibilitou ao clérigo se aproximar das principais correntes políticas de Portugal do começo do século XX, principalmente durante o tempo que frequentou a Universidade de Coimbra. As análises também estabelecem um levantamento da atuação dos principais grupos de identidade conservadora tanto no Brasil quanto em Portugal e suas possíveis relações com o catolicismo. Também os grupos criados pela própria Igreja que tiveram como objetivo agrupar o laicato católicos para buscarem juntos com a Igreja um espaço mais amplo para as políticas religiosas, dentre as quais em Portugal, o Centro Católico Português, o Centro Académico de Democracia Cristã, além da Ação Católica que foi estabelecida nos dois países. No Brasil o catolicismo contou com o apoio do Centro Dom Vital, das Confederações Católicas, além da atuação da Liga Eleitoral Católica que, nos anos 1930, representou o viés político que a Igreja adotou para ampliar sua liberdade de atuação. Nos anos 1930 os dois religiosos foram elevados a cardeais e vislumbram à sua frente o Estado Novo. Para além das peculiaridades dos países, a política representou um período ditatorial. A ano de 1945 surgiu como um ano singular para o fim das pesquisas por ser um ano de mudanças. No cenário mundial representa o fim da Segunda Guerra Mundial, as peculiaridades do Brasil se concentram no fim do período do Cardeal Leme, embora falecido em 1942, o país só contou com novo cardeal em 1946. Em Portugal o fim da Guerra trouxe uma nova visão política e social. Mesmo Salazar permanecendo no governo, a visão do totalitarismo ganhou uma nova roupagem.

Palavras-chave: Catolicismo, Cardeais Leme e Cerejeira, Política, Varguismo e Salazarismo, Transnacionalismo

## ABSTRACT

This thesis aims at the transnational investigation of the work of Cardinals Sebastião Leme da Silveira Cintra in Brazil and Manuel Gonçalves Cerejeira in Portugal as agents of Catholicism in the process of restoring the social and political role that the Church had lost with its implantation of Republicanism in their respective countries, and the practices of the secular State adopted. The analysis of this process of reconquest of space permeated the beginning of the trajectory of the two clerics, raising established networks as well as their insertion in the religious context as members of Catholicism as an institution. With different trajectories, Sebastião Leme, at the beginning of his seminary training, established a network close to the Rector, which enabled him to carry out part of his studies in Europe. On the other hand, Manuel Cerejeira developed a more academic formation that allowed the clergyman to approach the main political currents of Portugal of the beginning of the XX century, mainly during the time that attended the University of Coimbra. The analyzes also establish a survey of the performance of the main groups of conservative identity in both Brazil and Portugal and their possible relations with Catholicism. Also the groups created by the Church itself that aimed to group the laity Catholics to seek together with the Church a wider space for religious policies, among which in Portugal, the Portuguese Catholic Center, the Academic Center for Christian Democracy, Catholic Action that was established in both countries. In Brazil Catholicism had the support of the Dom Vital Center of the Catholic Confederations, as well as the Catholic Electoral League, which in the 1930s represented the political bias that the Church adopted to increase its freedom of action. In the 1930s the two religious were raised to cardinals and glimpsed in front of the Estado Novo. Beyond the peculiarities of the countries, politics represented a dictatorial period. The year 1945 came as a singular year for the end of the polls because it is a year of change. In the world scene represents the end of World War II, the peculiarities of Brazil are concentrated at the end of the period of Cardinal Leme, although deceased in 1942, the country only had a new cardinal in 1946. In Portugal the end of the War brought a new vision political and social. Even Salazar remaining in office, the vision of totalitarianism gained a new outfit. Keywords: Catholicism, Cardinals Leme and Cerejeira, Policy, Varguismo and Salazarismo, Transnationalism

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Saída do Presidente Washington Luís do edifício do Governo acompanhado de D. Leme.....	102
Figura 2 – Imagens da posse de Getúlio Vargas e o encontro com o cardeal Leme.....	103
Figura 3 – Visita de Getúlio Vargas ao cardeal Leme.....	107
Figura 4 – Reportagem de jornal sobre a passagem do cardeal Pacelli.....	137
Figura 5 – Telegrama do Centro Dom Vital para o cardeal Cerejeira.....	139
Figura 6 – Telegrama do vigário de Petrópolis para o cardeal Cerejeira.....	139
Figura 7 – Imagem da Reunião entre Getúlio Vargas e cardeal Cerejeira por ocasião de sua passagem pelo Brasil.....	142
Figura 8 – Missa campal no estádio do Vasco da Gama.....	144
Figura 9 - Missa campal no estádio do Vasco da Gama.....	144
Figura 10 – Palácio do Itamaraty na ocasião do banquete oferecido ao Chanceler brasileiro..	145
Figura 11 – Primeira Embaixada portuguesa junta ao Vaticano.....	159
Figura 12 – Presidente Vargas vai a Portugal.....	161
Figura 13 – O Pavilhão do Brasil.....	165
Figura 14 – Missa campal de D. Leme na ocasião do Duplo Centenário português.....	166
Figura 15 – Concílio Plenário Brasileiro.....	175
Figura 16 – Repercussão da morte de Leme em Portugal .....	178

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACB – Ação Católica Brasileira**

**ACP – Ação Católica Portuguesa**

**AIB – Ação Integralista Brasileira**

**AIPB – Ação Imperial Patrianovista Brasileira**

**AUC – Ação Universitária Católica**

**CADC – Centro Académico de Democracia Cristã**

**CC – Confederações Católicas**

**CCP – Centro Católico Português**

**CDV – Centro Dom Vital**

**IL – Integralismo Lusitano**

**JOC – Juventude Operária Católica**

**JUC – Juventude Universitária Católica**

**LCT – Liga Cearense do Trabalho**

**LEC – Liga Eleitoral Católica**

**SEP – Sociedade de Estudos Políticos**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 - SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA: CATOLICISMO E O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL.....</b>	<b>21</b>
1.1 – Leme e Cerejeira: formação religiosa.....	32
1.2 – Sebastião Leme e o catolicismo no Brasil: inserção do clérigo.....	41
1.3 – Manuel Cerejeira: um acadêmico .....	52
<b>2 - MOVIMENTOS DE DIREITA E SUA APROXIMAÇÃO COM O CATOLICISMO.....</b>	<b>57</b>
2.1 – Leme e a questão do conservadorismo.....	57
2.2 – O processo de reestruturação do catolicismo em Portugal: a atuação de Manuel Cerejeira.....	69
2.3 – Integralismo Lusitano e catolicismo.....	72
2.4 – Ação Integralista Brasileira e o catolicismo.....	75
<b>3 – A ELEVAÇÃO AO GRAU CARDINALÍCIO: A POLÍTICA DOS CARDEAIS E OS CONTEXTOS NACIONAIS.....</b>	<b>92</b>
3.1 – O conservadorismo católico frente ao estado brasileiro: relações Leme e Vargas.....	96
3.2 - Ação Católica Brasileira e Liga Eleitoral Católica no cenário político nacional.....	109
3.3 - Eleição ao cargo de cardeal: relações Portugal e Santa Sé.....	117
3.4 – O catolicismo em Portugal e suas relações: a Ação Católica Portuguesa.....	120
<b>4 - DIÁLOGO DE APROXIMAÇÃO POLÍTICA LUSO-BRASILEIRO EM CONTEXTO AUTORITÁRIO.....</b>	<b>128</b>
4.1 - O Estado Novo Português.....	129
4.2 - A visita do Cardeal Cerejeira ao Brasil.....	133
4.3 – O Estado Novo brasileiro.....	147
4.4 - A concordata portuguesa com a Santa Sé.....	153
4.5 – As relações Portugal e Brasil nas comemorações do Duplo Centenário português.....	159
<b>5 - A ATUAÇÃO DA IGREJA E O ESTADO NOVO ANTE AOS DESAFIOS DO PERÍODO 1940 – 1945.....</b>	<b>168</b>

5.1 - O catolicismo no Brasil dos anos 1940: o Concílio Plenário Brasileiro.....	168
5.2 - O falecimento de Dom Leme e o contexto da Segunda Guerra Mundial: os novos rumos para a Igreja.....	177
5.3 – A educação católica nos anos 1940, impressões.....	182
5.4 - Portugal nos anos 1940, as relações Igreja e Estado no pós concordata.....	188
5.5 – Portugal às vésperas da Segunda Guerra Mundial: a mensagem de natal de Cerejeira e a neutralidade de Portugal.....	194
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>202</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>206</b>

## INTRODUÇÃO

A tarefa de investigar uma instituição como a Igreja Católica Apostólica Romana é por si só uma atividade complexa e densa, visto a grande estrutura que a instituição desenvolve por onde se fixa. Podemos desenvolver análises sobre o catolicismo de base ou a participação de religiosos dos mais diversos segmentos com o desenvolvimento de estruturas sociais de acolhida aos pobres, doentes, doentes de guerra, entre outras tantas áreas de atuação. Há também possibilidades de investigação do catolicismo em suas estruturas paroquiais, diocesanas ou arquidiocesanas, mudando o foco das investigações quanto a conteúdo político, social, financeiro ou puramente religioso. O catolicismo represente um leque de possibilidades de análises que levam a vários caminhos com diferentes abordagens.

Para a tese serão abordados a atuação política de dois religiosos católicos, um no Brasil e o outro em Portugal. Analisando de forma transnacional, o foco será dado as duas figuras que, nos anos 1930, foram elevadas a função de cardeal e atuaram para alcançar estabilidade diante dos governos constituídos. Com isso, a espinha dorsal da tese é estabelecer a atuação dos dois cardeais em seus países, no viés político, os mecanismos desenvolvidos por estes atores para fortalecer a instituição católica e as relações que desempenharam frente ao Estado.

No desenvolvimento do projeto da tese, os primeiros levantamentos sobre as pesquisas do catolicismo no Brasil deram conta de uma ampla análise acadêmica. Embora a atuação de Sebastião Leme enquanto membro do clero católico e principal agente do processo de restauração do catolicismo no Brasil fosse foco para vários trabalhos acadêmicos, raras foram as investigações que se dedicaram a desenvolver a trajetória do clérigo. Por outro lado, em Portugal, Manuel Cerejeira foi tema principal de inúmeras pesquisas acadêmicas, fazendo de sua trajetória um conteúdo mais desenvolvido. Partindo desde pressuposto, o projeto inicial da tese versava estabelecer uma investigação da atuação dos dois clérigos desde sua inserção na vida religiosa até a morte. Com isso, surgiu uma questão, como desenvolver um estudo transnacional entre os dois padres se Leme morre em 1942 e Cerejeira exerceu seu cargo até 1977. Além do fato de haver um vácuo na trajetória dos dois cardeais, ainda existem as questões dos períodos políticos, tendo que analisar no Brasil uma grande quantidade de presidentes, bem diferente do caso português. Com isso, o ponto final das investigações se fixaram em 1945, ano em que ocorrem algumas transformações e que finaliza bem a proposta de análise. Em 1945 ocorre um contexto de



mudanças frente ao término da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, representou o último ano sem um cardeal, desde a morte de Leme. Portugal vislumbrava à sua frente a queda dos principais líderes autoritários, forçando o governo de Salazar a rever seus princípios. Para a Igreja, Cerejeira continuava como liderança do catolicismo português, entretanto novos desafios margeiam sua atuação.

O ponto de partida das investigações surgia como um novo desafio. Os dois clérigos tinham uma diferença de idade de seis anos, o que não representa um empecilho nas análises de suas trajetórias, porém o contexto político entre Brasil e Portugal no período entre a instauração de República e o ano de 1930 é bem diferente. O Brasil instaurou sua República no ano de 1889 e com ela o laicismo. Esse ponto não significou que o catolicismo ainda desfrutasse de grande prestígio dentro do sistema monárquico pois, em ambos países o catolicismo já havia sofrido perdas no regime que o consagrou como religião oficial.

O laicismo, projeto incorporado pelas Constituições para separar a Igreja do Estado, guardada as devidas proporções quanto o grau expropriação e perseguição ocorrida nos dois países, visto que o Brasil ocorreu um processo de separação mais pacífico que Portugal, trouxe consigo novos desafios para o catolicismo enquanto instituição. A Igreja no Brasil se via frente a novas questões que poderiam levar problemas sérios para a instituição. Neste sentido, o catolicismo começou a articular políticas e diretrizes para conseguir permanecer firme diante do governo constituído. Anos depois, Portugal passou por processo semelhante, o que diferenciou do mesmo período brasileiro foi o grau de desarticulação que a Igreja em Portugal sofreu. Se no Brasil o distanciamento entre Estado e Igreja significou o fim do padroado, em Portugal além do fim desta prática, ocorreram confisco de bens, proibição de cultos, de utilização de vestes religiosas em público, entre várias outras perdas. Entretanto um ponto convergia entre os dois sistemas foi o fato do catolicismo ter ficado livre do Estado.

O catolicismo central representado pela Santa Sé também caminhava em mudanças. O pensamento papal de decadência do mundo por conta das transformações oriundas, principalmente da Revolução Industrial, começou a dar lugar a uma política mais social. Não se lutava mais para tentar reestabelecer o sistema medieval, mas havia a busca por um espaço religioso na passagem do século. Leão XII e a *Rerum Novarum* impulsionam essas transformações com um discurso mais social, buscando compreender o momento em que viviam.

Os dois clérigos nasceram e viveram dentro de contextos de mudanças tanto de sistemas políticos quanto na ordem religiosa. Ambos descendiam de famílias católicas e formaram suas trajetórias dentro do catolicismo.

Diante do alto grau de complexidade em estabelecer uma investigação que conseguisse englobar e analisar as transformações oriundas da implantação das Republicas e com isso desenvolver toda a trajetória dos dois clérigos até 1945, foi necessário criar parâmetros acadêmicos, buscando-se delimitar melhor o período de estudos partindo de 1930. As perspectivas da trajetória dos religiosos desde seu ingresso para estudos no seminário até sua elevação ao cargo de cardeal não foram descartadas. Os aspectos sobre a trajetória no seminário, as redes estabelecidas, a atuação enquanto padre e bispos e seus principais documentos publicados neste período ajudaram a estabelecer os primeiros estudos da tese.

Para tanto, algumas questões ainda surgiam sem muito direcionamento. O Estado brasileiro e principalmente o português, haviam criado mecanismos para coibir a presença católica em suas terras e, até mesmo, levar ao fim das atividades religiosas em seus territórios. Visto isso, o que fez do catolicismo uma instituição atuante a ponto de em 1930 se apresentar de forma reestruturada? Quais os mecanismos formulados pela instituição para manter sua atuação mesmo contra a vontade dos governantes? Analisar essas questões é objetivo da presente tese.

Alguns mecanismos de arregimentação do catolicismo podem servir como base para as investigações no que tange ao processo de recatolização. O Centro Católico Português, o Centro Acadêmico de Democracia Cristã, a Ação Católica, no campo português, e no Brasil o Centro Dom Vital, as Confederações Católicas, a Liga Eleitoral Católica e o estabelecimento da Ação Católica, estrutura formada em vários países que mantiveram como finalidade organizar as várias frentes de atuação do catolicismo. Essas foram algumas das várias formas que o catolicismo criou para estimular suas fileiras e aglutinar os fiéis na luta por mais liberdade de ação.

Dentro deste contexto a Igreja não lutava mais por uma possível união com o Estado ou mesmo o retorno do padroado, esse tipo de movimentação ocorreu nos primeiros anos da instalação do laicismo, porém o que a instituição buscava com o processo de recatolização era se apresentar como uma instituição forte frente as leis estabelecidas pelo Estado.

Para tanto, o período de 1930 a 1945 representou os limites para o desenvolvimento das investigações. Esse recorte é rico em acontecimentos tanto para o catolicismo quanto para as políticas estatais. O que as análises sobre este período podem contribuir para o campo acadêmico

tangem nas investigações transnacionais de política e do catolicismo no Brasil e em Portugal, tendo como base de estudos a atuação dos dois cardeais. Leme e Cerejeira chegam em 1930 com o título de membro do Sacro Colégio, podendo até mesmo assumir a posição de papa. Com isso se estabeleceu uma análise do catolicismo da alta cúpula, utilizando como fonte as articulações realizadas por Leme e Cerejeira diante de seus Estados. O cargo de cardeal representa uma maior aproximação com o papa, mantendo diálogo constante com a Santa Sé além de influência direta nos destinos da instituição no país onde estão situados.

A documentação levantada é vasta. Além da bibliografia que contribuirá como base para a escrita, amplamente desenvolvida de forma acadêmica, há também escritos de religiosos que deixaram suas impressões sobre a atuação dos cardeais e as próprias obras desenvolvidas pelos prelados. A documentação pode ser encontrada em vários arquivos, constando de livros, documentos, cartas, jornais ou fotos.

No Brasil as fontes disponibilizadas pela Fundação Getúlio Vargas possibilitam uma investigação ampla sobre as relações entre Leme e Vargas. Contando com fotos e cartas, o arquivo disponibiliza grande acervo *online*. Dentre os documentos disponibilizados pela FGV/CPDOC, há cartas de Vargas para Leme no momento de sua chegada ao Governo, ampliando ainda mais as possibilidades de investigações sobre as suas relações. Também com acesso irrestrito, o acervo da Biblioteca Nacional dispõe de uma parcela considerável de documentos dos anos 1930 e 1940. O acervo de jornais digitalizados disponíveis na plataforma da Biblioteca proporciona consulta rápida aos mais variados períodos da investigação. O Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro reúne a documentação específica sobre Sebastião Leme e dá suporte para as análises da atuação do clérigo. Como arquivo particular está sujeito a censura de documentos e disponibilidade.

Dentre os arquivos disponíveis na internet que mais contribuíram para o desenvolvimento das investigações do catolicismo no Brasil está o de Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Nele constam uma quantidade considerável de cartas trocadas por Alceu com as mais variadas pessoas. Há pastas contendo correspondências com Sebastião Leme, Manuel Cerejeira, Getúlio Vargas entre outros, servindo como fonte para o cruzamento de dados com outros documentos e arquivos. A Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS, dispõe de rico acervo, com bibliografia teórica além de livros raros sobre o catolicismo. Também dispondo de acervo diversificado, o Instituto Teológico Franciscano em Petrópolis possui acervo das publicações da

editora Vozes, contando de jornais, revistas e livros. Neste local é possível consultar a coleção completa do Revista Eclesiástica Brasileira – REB, com material sobre a Igreja de forma geral e sobre a atuação de Sebastião Leme

Na biblioteca Municipal de Petrópolis, há publicações de Alceu Amoroso Lima consideradas raras, mas disponíveis a consulta. Outras bibliografias esgotadas podem ser encontradas nesta biblioteca, possivelmente por Alceu ter residido em Petrópolis e a Arquidiocese do Rio de Janeiro dispor de residência na cidade, o que levava Leme a passar longos períodos neste local.

Alguns livros foram adquiridos em sites de venda de livros antigos, entre eles a Carta Pastoral dedicada a São José, escrita por Leme e que dificilmente é encontrada para consulta. Já relativo a Portugal, as principais obras escritas por Cerejeira são encontradas para venda em sites ou em lojas de livros antigos, principalmente em Lisboa.

Dos arquivos disponíveis em Portugal para investigação, o situado no Patriarcado de Lisboa consta com o mais amplo material do período em que Cerejeira exerceu a atividade de cardeal. Como arquivo privado, alguns documentos foram negados e não disponibilizados para análise, principalmente os referentes as relações de Cerejeira com bispos. Sob o argumento de que alguns clérigos que constam documentos arquivados ainda estão vivos, a pasta não é disponibilizada. No arquivo constam cartas, telegramas, rascunhos de documentos do cardeal, fotos, dentre outros tipos de fontes.

O arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros possui arquivos relativos a representação de Portugal na Santa Sé. Norteia documentalmente como se davam as relações do país laico e rompido com a Santa Sé e as diretrizes advindas do catolicismo. Ainda sobre os arquivos do Estado português, na Torre do Tombo se encontram a documentação deixada por António Salazar. Nela podemos encontrar as cartas que Cerejeira enviava para Salazar solicitando as mais diversas demandas, por outro lado, as cartas enviadas por Salazar para Cerejeira se encontram no arquivo do Patriarcado.

Ainda em Portugal, o Biblioteca Nacional possui acesso livre a diversas obras sobre o catolicismo português, além dos livros do próprio Cerejeira. Nele também é possível encontrar várias obras de Alceu Amoroso Lima, principalmente as que Alceu escreveu quanto esteve à frente do laicato brasileiro. O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa possui em

seu acervo bibliografia atualizada sobre as questões teóricas, principalmente no que tange ao transnacionalismo.

Na Universidade Católica Portuguesa, além da grande quantidade de livros sobre o catolicismo e as obras de Cerejeira, o Universidade ainda conta com o Centro de Estudos de História Religiosa – CEHR, que mantém o acervo da Ação Católica portuguesa, o acervo Lino Neto, e vários documentos do catolicismo português.

Além dos arquivos sobre o catolicismo ou que mantem obras relacionadas com a instituição, a tese pretende estabelecer investigação com movimentos conservadores que se aproximaram do catolicismo, entre eles o integralismo. O integralismo possui grandes referencias para margear as presentes análises e vem intensificando a cada ano, no meio acadêmico, as pesquisas, principalmente as voltadas para a relações com outros países como com o próprio catolicismo.

Outros assuntos também demandam de investigação, como a passagem de Manuel Cerejeira pelo Brasil em 1935, as relações que o cardeal estabeleceu com as lideranças nacionais, os resultados para uma maior integração do catolicismo e possíveis laços de amizade que Cerejeira desenvolveu enquanto permaneceu no país. Dos assuntos internos, Cerejeira estava diante de um antigo amigo como chefe do Governo português durante os anos 1930 e 1940. Entretanto, a relação próxima entre os dois ajudou a sanar as necessidades que o catolicismo enfrentava desde a instituição do laicismo? A relação entre Salazar e Cerejeira era de estreita harmonia? Questões essas que norteiam as investigações sobre as relações estabelecidas entre o Estado português e o catolicismo nacional. A Concordata assinada entre Portugal e a Santa Sé em 1940 era vista, por Cerejeira, como o ponto principal do restabelecimento da posição do catolicismo em Portugal. As pesquisas pretendem levantar se após essa assinatura o catolicismo se viu novamente representado e contemplado pelo Estado.

No Brasil, Vargas e Leme não eram amigos de longa data, porém suas relações, principalmente durante o Estado Novo eram muito próximas. Essa questão aponta para um questionamento. Até que ponto a aproximação entre o Estado português e o catolicismo se devem apenas as questões de laços de amizade? Tendo o exemplo do Brasil, Leme esteve próximo de Vargas por ter se mostrado um homem de confiança para o governo. Analisar essa relação entre Vargas e Leme também surgem como necessária para o desenvolvimento da tese além de estabelecer uma relação com a atuação de Alceu Amoroso Lima enquanto líder do laicato.

Entre 1940 e 1945, é necessário analisar os festejos do Duplo Centenário português, grande evento de divulgação dos feitos do Estado Novo salazarista, que contou com uma pauta de divulgação ampla das conquistas de Salazar para Portugal e que buscou contar com a presença do presidente brasileiro, Getúlio Vargas, além do cardeal Leme. Ambos não compareceram aos eventos, recusa ainda não entendida em sua totalidade.

Finalizando as pesquisas sobre a atuação dos países na Segunda Guerra Mundial e as políticas adotadas para que o campo religioso pudesse dar assistência no momento em que os países enfrentavam questões delicadas.

A tese se estabelece nas investigações sobre a atuação de dois cardeais em países distintos e os mecanismos que os prelados utilizaram para criar estabilidade institucional frente os governos constituídos no período de 1930-1945. Como inovação, a utilização das relações transnacionais entre Brasil e Portugal com foco na trajetória dos cardeais Leme e Cerejeira, estudo ainda não realizado de forma específica, buscando investigar as trocas ocorridas entre os dois prelados neste período, as relações com a Santa Sé, além do contexto político dos países onde estiveram inseridos.

## 1 - SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA: CATOLICISMO E O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

O capítulo pretende analisar o início da trajetória de Sebastião Leme da Silveira Cintra e Manuel Gonçalves Cerejeira na vida clerical e como representantes do catolicismo em seus respectivos países. Base para o desenvolvimento da tese, os futuros cardeais serão estudados neste capítulo no âmbito de seus antecedentes históricos, formação acadêmica e círculos de amizades que se inseriram, assim como a trajetória formada até a nomeação ao cargo cardinalício. O contexto político e social em que estavam inseridos também surge como ponto importante para a investigação, pois constituem os mecanismos adotados pelos clérigos para manter vivo as doutrinas do catolicismo. As mudanças ocorridas nos dois países não podem ser descartadas, pois formam o ambiente que os futuros cardeais desenvolveram sua formação e seu campo de atuação.

As análises serão realizadas pela perspectiva transnacional que auxiliará na elaboração de propostas para o desenvolvimento das pesquisas supranacionais, estabelecida no desenvolvimento das atividades religiosas, políticas e sociais de Leme e Cerejeira, frente aos países onde viveram. Partindo do pressuposto que o catolicismo é por si só uma instituição transnacional, que se instala nos mais diversos países com leis próprias e obediente a figura central do papa, Leme, no Brasil e Cerejeira, em Portugal, surgiram como representantes do poder papal em seus países e dialogaram nas esferas política e social.

História transnacional, pela própria etimologia da palavra, sugere conexões e interações, não simplesmente comparações. Na definição sucinta de Micol Seigel, ela “examina unidades que se derramam e vazam através de fronteiras nacionais, unidades maiores e menores do que o Estado-Nação” (SIEGEL, 2005, p.62-90 apud PURDY, 2012, p. 68). (...) Não é surpresa que especialistas em ciências sociais sobre estudos de migração tenham sido os primeiros a utilizar o termo mais amplamente nos anos 1980 e 1990, empregando-o como uma alternativa ao conceito mais ambíguo de globalização para entender as localizações e identidades complexas de imigrantes. (...) Historiadores também começaram a usar o termo transnacional nos anos 1990 para descrever as várias conexões internacionais em perspectiva histórica, mas somente na última década têm seriamente debatido as possibilidades e problemas do conceito em historiografia.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> PURDY, Sean. **A história comparada e o desafio da transnacionalidade**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012, p. 68.

As possibilidades de estudos sobre o catolicismo são importantes para compreender as relações de poder estabelecidas entre a instituição e os governos constituídos. Brasil e Portugal despontavam como países de população majoritariamente católica no início do século XX. Mesmo com a implantação das repúblicas e o processo de laicismo, o catolicismo ainda representava uma instituição forte e com presença em ambos os países. Levando em consideração as proporções populacionais e territoriais desiguais entre os dois países, e, posteriormente, a força religiosa alcançada pelos futuros cardeais nas especificidades de seus países, é necessário ter como base a importância de não realizar apenas uma comparação entre a atuação dos dois clérigos. Para tanto, o transnacionalismo permite estabelecer investigações que transcendam as diferenças entre os dois países, sem desprezar a interação da Santa Sé com a dinâmica religiosa local.

Na história comparativa, entretanto, atenção à metodologia e teoria é uma necessidade sempre presente: a complexidade principal de escolher duas ou mais unidades comensuráveis de estudo e explorar similaridades, diferenças e interconexões entre os casos requer atenção cuidadosa a um número de problemas metodológicos espinhosos. (...) Influenciados pela teoria pós-colonial, o pós-modernismo e as preocupações atuais com a globalização, estudiosos de processos históricos transnacionais norte-americanos e europeus têm chamado cada vez mais atenção à inabilidade do método comparado em capturar as diversas interconexões – de mão-de-obra, gente, capital, bens, símbolos, ideias, culturas – que se estendem sobre fronteiras políticas convencionais, especialmente o Estado-Nação.<sup>4</sup>

No entanto, não há como desprezar por completo certas comparações que possam surgir no decorrer das investigações. Embora com diferença de idade de seis anos, sendo Leme o mais velho, os dois clérigos foram elevados à posição de cardeais em anos próximos; foram figuras ativas à frente do catolicismo em momentos marcantes para a história nacional, destacando o Estado Novo. E como representantes máximos do catolicismo em seus países, colocaram em prática as diretrizes papais.

A rejeição do método comparativo *tout court* por alguns historiadores transnacionais é equivocada na medida em que procede à crítica empírica de algumas histórias comparadas problemáticas (geralmente as concentradas em comparações nacionais) – dessa forma é estabelecida uma proscrição metodológica à história comparada em si. (...) O método comparado ainda é útil para compreender os paralelos e contrastes de processos históricos que podem ser limitados por entidades concretas como os estados

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 64 – 65.



nacionais, mesmo que tenham sido simultaneamente influenciados por conexões transnacionais.<sup>5</sup>

No desenvolvimento do arcabouço teórico que baliza o desenvolvimento da tese, é importante perceber as nuances dos métodos utilizados, não fixando como concreto uma linha de pensamento em detrimento de outras. Estudos transnacionais permitem estabelecer investigações mais globais, ultrapassando as barreiras territoriais sem perder o foco no tema proposto. As comparações entre as trajetórias aqui levantadas também são passíveis de estudos, como já verificado.

(...) não podemos dizer que o viés transnacional tem substituído os estudos comparativos – a comparação como método já tinha sofrido uma série de críticas antes do auge do transnacional. Mas, com a divulgação da abordagem transnacional – às vezes associada com o método comparativo –, ficou mais urgente especificar as diferenças entre a abordagem transnacional e a abordagem comparativa, e até insistir que a primeira deve deslocar a segunda. (...) Quero notar também que alguns adeptos do viés transnacional não se colocam na vanguarda de uma tendência totalmente nova, e não tendem a exagerar a novidade da sua abordagem. Pelo contrário, na sua introdução a um número especial da revista *Social Text*, dedicado ao novo transnacionalismo, Pamela Voekel e Eliot Young (VOEKEL; YOUNG, 2011 apud PURDY, 2012, p. 66) insistem que seria mais correto ver o viés transnacional como um movimento de renovação do que de inovação, citando os trabalhos anteriores – especificamente de intelectuais caribenhos, como José Martí, ou da Diáspora Africana, como C.L.R. James e W.E.B. Dubois. E na área de história dos movimentos operários, certos temas, por sua própria natureza (por exemplo, o anarquismo) sempre se prestaram a uma abordagem transnacional. Pessoalmente, prefiro essa atitude à postura de muitos intelectuais na época do viés cultural que insistiram na tremenda novidade de seus trabalhos.<sup>6</sup>

Além do viés transnacional, também possui importância para o desenvolvimento das investigações os estudos sobre trajetórias e as análises das relações entre indivíduo e sociedade. É necessário buscar o distanciamento da análise do indivíduo de maneira atomizada, desprezando sua inserção na sociedade. Nesse sentido, as propostas de Norbert Elias permitem uma reflexão a respeito da relação indivíduo-sociedade e da interdependência entre ambos. A relação não consiste em uma oposição entre as duas partes: Elias defende que cada indivíduo depende de maneira funcional de outros indivíduos; cada um representa um elo nas cadeias que o conectam a outros. Essa estrutura, para o sociólogo, assemelha-se a cadeias elásticas e mutáveis que, mesmo invisíveis, possuem força e são reais. Essa organização de rede e de funções, em que as pessoas

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 66

<sup>6</sup> WEINSTEIN, Barbara. **Pensando a história fora da nação**: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. Revista Eletrônica da ANPHLAC, São Paulo, n.14, p.13-29. 2013, p. 19 – 20.

desempenham um papel com relação às outras, define essa rede como sociedade.<sup>7</sup> Há também uma corrente de estudo que prioriza a abordagem do indivíduo como objeto primário de estudo e, a partir dele, tenta definir as redes e compreender os sistemas.

A análise de redes perspectiva, como se sabe, as relações sociais em termos de nódulos e laços, sendo os nódulos os indivíduos e os laços as articulações entre eles. Ao contrário, porém, dos tradicionais modelos da Sociologia, que entendem que a posição de um indivíduo numa rede é determinada e deve ser compreendida pelo sistema que se integra, novos modelos de análise entendem o sistema como resultado das redes complexas que se geram entre os nódulos, os agentes.<sup>8</sup>

Essas análises serão de fundamental importância para o desenvolvimento da tese, pois, para identificar os mecanismos utilizados pelo catolicismo para conquistar um novo espaço na sociedade e no âmbito político, não basta analisar apenas a atuação dos clérigos, mas sim todas as redes em que estiveram envolvidos, tanto as relações eclesiais quanto as relações com o laicato. No Brasil, para compreender o papel desempenhado por Leme diante da necessidade de recatolização, é necessário estabelecer um aprofundado estudo sobre a relação entre as forças políticas existentes e o clérigo, notadamente no âmbito do autoritarismo varguista, período em que ocorre um processo de aproximação entre Leme e Vargas, principalmente com o uso da religiosidade pelo governo autoritário. A manipulação do imaginário social é, particularmente, importante em momentos de mudanças política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas.<sup>9</sup> Nesse ponto, podemos perceber que Igreja e Estado utilizaram de estratégias de aproximação com o intuito de arregimentar apoio para a implantação de seus projetos e manter a ordem constituída.

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a

<sup>7</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

<sup>8</sup> POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na constituição do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII). In: ALMEIDA, Suely C. C. *et al.* (Org.). **Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012. p. 3-4.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.<sup>10</sup>

No caso brasileiro, a Constituição de 1891 selou o processo de transição do regime monárquico para o regime republicano, que teve seu início em 1889, com a derrubada do monarca Pedro II. Movida por um forte nacionalismo, a nova Constituição pretendia eliminar traços e características do período Imperial, e, para isso, uma das principais medidas adotadas foi a implantação do Estado laico.

Contudo, a queda do império em 1889 e a implantação da Primeira República (1889-1930) conduziu a mudanças importantes. Em termos socioeconômicos, o Brasil alterou-se profundamente em alguns aspectos. A escravidão foi abolida em 1888, e a atividade industrial começou a emergir. A composição da elite e suas perspectivas também mudaram. Houve uma imigração substancial de europeus, bem como um aumento da urbanização e melhorias na educação. Uma elite “moderna”, comprometida em conduzir o “progresso” do Brasil, torna-se proeminente, especialmente no interior das forças armadas. Politicamente, a Primeira República criou um governo mais descentralizado e responsável, com mais amplos (ainda que limitados) direitos políticos e maiores oportunidades para o desenvolvimento de partidos políticos. Mas por debaixo desse verniz, espreitavam antigas tendências. O Brasil permaneceu com sua desigualdade econômica e radicalmente dividido, com suas instituições políticas republicanas distorcidas pelo clientelismo, paternalismo e frequente interferência militar.<sup>11</sup>

A queda do Império em 1889 e a fundação da República lançaram mudanças importantes no cenário político e social brasileiro. Embora o novo regime propagasse uma mudança de paradigma com a passagem da Monarquia para a República, o Brasil continuava muito desigual economicamente e dividido racialmente, com suas instituições políticas republicanas distorcidas pelo clientelismo, paternalismo e pela interferência militar periódica.

---

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 10

<sup>11</sup> KEARNEY, Christine A. The Brazilian Church: Reintegrating Ontology and Epistemology. In: MANUEL, Paul Christopher; REARDON, Lawrence C.; WILCOX, Clyde (Eds.). **The Catholic Church and the Nation-State: Comparative Perspectives**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2006. p. 153-154. Tradução nossa de: “However, the empire’s fall in 1889 and the founding of the First Republic (1889–1930) led to important changes. In socioeconomic terms, Brazil altered markedly in some respects. Slavery ended in 1888, and a manufacturing economy began to emerge. The elite’s composition and outlook also shifted. There was substantial immigration from Europe, as well as increased urbanization and improvements in education. A “modern” elite, committed to further Brazilian “progress,” became prominent, especially within the military. Politically, the First Republic created a more decentralized and accountable government, with a wider (if still limited) franchise and greater opportunities for political party development. But beneath this veneer lurked older trends. Brazil continued very unequal economically and divided racially, with its republican political institutions distorted by clientelism, paternalism, and periodic military interference”.

Muitos grupos políticos emergiram como resultado de crises e desintegração de um velho regime.<sup>12</sup> Com isso é possível identificar que os movimentos nacionalistas advindos do surgimento da fase republicana queriam “libertar” a nascente República de possíveis heranças do regime político anterior, e a Igreja era uma dessas heranças que deveria ser apagada ou diluída do imaginário popular. Forjar uma nova História para a nação, utilizar as massas populacionais como base para o novo destino nacional formando em seu intelecto um passado imaginário, com objetivo de criar uma nova fase política, a República.<sup>13</sup> Para legitimar o novo regime político, novas perspectivas culturais, políticas e sociais deveriam ser empregadas.

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificativa racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo.<sup>14</sup>

Tendo à frente uma Constituição fundamentada no liberalismo e no positivismo<sup>15</sup>, assim como ocorreu em Portugal anos após o Brasil, restou ao catolicismo pouca participação política, sendo necessária uma nova ação perante os desafios do republicanismo nascente. O ideal de nação estabelecida com o republicanismo se apoiava no laicismo, forma de legislar um Estado afastando do âmbito político a esfera religiosa.<sup>16</sup> É importante observar que essa identidade nacional foi um ideal acoplado ao novo sistema político que se instaurou e que não levou em conta interesses populares,<sup>17</sup> com regras ditadas pelas classes dominantes e respeitando pouco as vontades da população de modo geral.

É mister frisar que a laicização assim como a secularização são processos sociais que não podem ser generalizados e universalizados, devendo ser contextualizados histórica e socialmente. A laicização e a secularização não ocorrem de forma idêntica e única nos mais diversos países. Cada país possui um conjunto de características e circunstâncias

<sup>12</sup> HROCH, Miroslav. Nationalism and National Movements: Comparing the Past and the Present of Central and Eastern Europe. **Nations and Nationalism**, v. 2, n. 1, p. 35-55, 1996.

<sup>13</sup> DIAS, Roberto Barros. **Brasil: um Estado Laico e uma República Católica**. In: XII CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ: MISSÕES, EXPEDIÇÕES, INSTITUIÇÕES E INTERCÂMBIOS, 2013, Lavras da Mangabeira, Ceará. Anais... 2013.

<sup>14</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**, op. cit. p. 11.

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**, loc. cit.

<sup>16</sup> RANQUETAT, Cesar Alberto. **Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos**. Sociais e Humanas, v. 21, p. 67-75, 2008. p. 6.

<sup>17</sup> PETRESCU, Dragos. Building the Nation, Instrumentalizing Nationalism: Revisiting Romanian National-Communism, 1956–1989. In: MEVIUS, M. (Ed.) **The Communist Quest for National Legitimacy in Europe: 1918-1989**. London: Routledge, 2010.

sociais e culturais que possibilitam formas variadas e peculiares de laicidades e secularização.<sup>18</sup>

Analisando o caso brasileiro, pode-se perceber que ocorreu um afastamento do catolicismo por parte do Estado institucionalizado com a Constituição de 1891, mas não significou uma perseguição generalizada às congregações católicas, assim como não ocorreu confisco de bens, possibilitando aos religiosos se manterem em território nacional. Se compararmos o Estado laico brasileiro com o português, podemos perceber que, em Portugal, o laicismo veio acompanhado de uma tentativa de desmantelamento do catolicismo.

A proclamação da República deu, contudo, novos rumos a esse processo: no Brasil, a República foi acompanhada da liberalização e da conseqüente expansão das congregações; em Portugal, o republicanismo vitorioso instalou a repressão e a perseguição às congregações, que resultaram em perdas materiais e imateriais, bem como na diáspora. Uma das primeiras tarefas da República brasileira foi a da laicização do Estado com a publicação do decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, que acabou com o regime de Padroado no país. Uma semana depois desse decreto foi publicado outro que implantava o calendário republicano que destituía as datas comemorativas religiosas, inclusive a do Natal. O liberalismo, o positivismo e o jacobinismo francês disputavam entre si a direção ideológica do novo regime instalado no Brasil, que precisou de quase uma década para se estabelecer, enfrentando rivalidades políticas, institucionais, guerras civis e rebeliões em diferentes partes de um território nacional ainda indefinido em muitos quilômetros de fronteiras.<sup>19</sup>

Observa-se que, embora o processo republicano tenha tentado apagar da vida política e social a participação do catolicismo, ele ainda desfrutava de grande adesão da população, que, no início do século XX, representava uma maioria considerável entre os cidadãos. Os republicanos tiveram que manter certo cuidado, pois ir contra o catolicismo poderia representar ir contra boa fatia da população.<sup>20</sup> Essa separação pode ainda ser vista como uma das primeiras medidas do Estado republicano para firmar sua posição com relação à Igreja Católica e criar diferenças que distanciassem o republicanismo da cultura religiosa da monarquia.<sup>21</sup>

O catolicismo é, sem dúvida, parte integrante na identidade histórica, intelectual, social, política e econômica do Brasil. O Brasil é o maior país católico do mundo, com mais de 130 milhões de católicos, e o na maior parte de seus quinhentos anos, o catolicismo foi a religião oficial do Estado. Contudo, apesar dessa posição aparentemente segura, o papel

<sup>18</sup> RANQUETAT, Cesar Alberto. **Laicidade, laicismo e secularização**, op. cit., p. 05

<sup>19</sup> AQUINO, Maurício de. **A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX**: política, religião, gênero. Cadernos Pagu, n. 42, p. 393-415, jan.-jun. 2014. p. 335-339.

<sup>20</sup> NERI, Marcelo Côte (Coord.). **Novo mapa das religiões**. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2011.

<sup>21</sup> DIAS, Roberto Barros. **Brasil: um Estado Laico e uma República Católica**, op. cit.

da Igreja na sociedade brasileira e sua relação com a autoridade secular em particular têm sido complexa, passando por mudanças, nem sempre com garantias de poder.<sup>22</sup>

Em 7 de janeiro de 1890, o governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca publicou o primeiro decreto que separava de vez o catolicismo do Estado. Conhecido como decreto 119 A, a lei criou barreiras contra a Igreja.

Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados Federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as Igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as Igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continua a prover à cônica sustentação dos atuais serventuários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários, ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos precedentes.<sup>23</sup>

Afastado do governo, o catolicismo no Brasil se inclinou para a Santa Sé, aumentando suas relações com o papado. Assim, é possível dividir o período da História do catolicismo no Brasil entre 1890 até 1930 em duas tendências: as novas metas e diretrizes emanadas da Santa Sé, principalmente com a publicação da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII; e os novos desafios políticos e organizacionais que vinham ocorrendo no interior da sociedade brasileira.

Dada a grande distância, a Igreja Católica no Brasil colonial tinha uma conexão limitada e periódica para Roma, um fato que contribuía para sua dependência em relação à

<sup>22</sup> KEARNEY, Christine A. The Brazilian Church: Reintegrating Ontology and Epistemology. In: MANUEL, Paul Christopher; REARDON, Lawrence C.; WILCOX, Clyde (Eds.). **The Catholic Church and the Nation-State: Comparative Perspectives**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2006. p. 151. Tradução nossa de: “Catholicism is without doubt an integral part of Brazil’s historical, intellectual, social, political, and economic identity. Brazil is the largest Catholic country in the world, with more than 130 million Catholics, and for most of Brazil’s fivehundred-year history, Catholicism has been the official state religion.<sup>2</sup> However, despite this apparently secure position, the Church’s role in Brazilian society, and its relationship to secular authority in particular, have been complex, changing, and not always straightforwardly powerful”.

<sup>23</sup> DIAS, Roberto Barros. **Brasil: Um Estado Laico e uma República Católica**, op. cit. p. 6.

autoridade secular. Essa situação se manteve mesmo após a independência, durante o período colonial (1822-1889). A Primeira República (1889-1930) viu a Igreja Católica Brasileira perder seu *status* de religião oficial, mas, ironicamente, isso contribuiu para que ela se reconectasse com Roma e desenvolvesse sua identidade institucional e autoridade de forma separada do Estado. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), as autoridades da Igreja Católica fizeram *lobby* para assegurar o restabelecimento do catolicismo como religião oficial do Brasil. Esse período também testemunhou uma estreita colaboração de lideranças da Igreja Católica com o Estado, especialmente no âmbito da política social.<sup>24</sup>

As heranças formadas pela Igreja no período Colonial e Imperial criaram obstáculos ao nascente regime republicano, e impediam que a Igreja optasse pelo caminho do atendimento das demandas dos grupos oligárquicos presentes nesse novo contexto político brasileiro. No entanto, o fim de sua atividade como um braço da administração pública levou os dirigentes eclesiásticos a criarem um projeto de acúmulo de patrimônio. As medidas de romanização, a prestação de serviços educacionais e a formação do seu próprio patrimônio criaram condicionantes para que a Igreja Católica pudesse passar por um momento de construção institucional durante a Primeira República.

Entretanto, não foi só durante a República que o catolicismo sofreu com o processo de separação imposto pelo Estado. Antes mesmo do fim do sistema do padroado, o poder eclesiástico já vinha sofrendo perdas, principalmente com medidas como o casamento civil e a liberdade de culto, esta última liberando a criação de templos e colégios pertencentes a Igrejas não católicas. Além disso, foram criadas leis em 1855 que estabeleceram a proibição para a admissão de noviços pelas ordens religiosas, em 1863, que aumentou a inspeção pública dos seminários seculares, e a de 1870, que proibia o ingresso no país de noviços brasileiros ordenados no exterior.<sup>25</sup> Como é observado, o processo de afastamento entre Igreja e Estado não é algo restrito ao republicanismo, nem mesmo uma exclusividade brasileira, pois Portugal passou por

---

<sup>24</sup> KEARNEY, Christine A. The Brazilian Church: Reintegrating Ontology and Epistemology. In: MANUEL, Paul Christopher; REARDON, Lawrence C.; WILCOX, Clyde (Eds.). **The Catholic Church and the Nation-State: Comparative Perspectives**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2006. p. 152. Tradução nossa de: “Given the great distance, the colonial Catholic Church in Brazil had a limited and periodic connection to Rome, a fact that compounded its dependence on secular authority. This pattern continued after independence during the imperial period (1822-89). The First Republic (1889–1930) saw the Brazilian Catholic Church lose its position as the official state religion but, ironically, also allowed it to reconnect with Rome and to develop an institutional identity and authority separate from the Brazilian state. During the dictatorship of Getúlio Vargas (1930-45), Church authorities lobbied for and secured the reinstatement of Catholicism as Brazil’s official religion. This period also witnessed a close collaboration of Brazilian Church leadership with state authorities, especially on matters of social policy”.

<sup>25</sup> BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. **A elite eclesiástica brasileira**. 1985. 233 f. Tese (livre-docência em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

processo semelhante ao brasileiro, e as alterações realizadas no Brasil foram debatidas em Portugal durante do processo de laicismo<sup>26</sup>. O catolicismo no Brasil já estava enfrentando perdas importantes durante o período monárquico. A passagem da Monarquia para a República apenas acelerou o afastamento entre as instituições. Havia então a necessidade de o catolicismo se reinventar, criar estratégias para manter suas bases no Brasil.

As estratégias usadas pelos bispos para promover o fortalecimento da Igreja são classificadas por alguns historiadores da religião em dois grupos: estratégias organizacionais, de caráter mais interno, como a formação do clero, a renovação dos seminários e o aumento do contingente de religiosos, com a vinda de missionários estrangeiros para o Brasil, e as estratégias de ação pastoral, com repercussões mais públicas, atingindo não só os quadros eclesiais. Foram elas: as Cartas Pastorais, as Visitas Pastorais e a Imprensa.<sup>27</sup>

O novo contexto político, que levou ao fim o padroado, estimulou a alta hierarquia da Igreja a incentivar uma organização descentralizada do catolicismo, aos moldes do que implementou em seu governo o presidente Campos Sales, durante a política dos governadores. Nesse processo, todas as capitais estaduais foram elevadas ao *status* de sedes diocesanas, as quais foram ocupadas, em sua maioria, por clérigos originários integrantes de grupos oligárquicos.

A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos. As figuras-chaves na condução da política eclesiástica destinada ao “público interno” (a saber, os grupos dirigentes) passaram a ser aqueles bispos “empresários” que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com os detentores locais do poder oligárquico.<sup>28</sup>

Essa política de estadualização e expansão da hierarquia eclesiástica ajudou tanto para que ocorresse uma aproximação entre os bispos e a Santa Sé quanto para estimular uma concorrência entre os próprios bispos, na expectativa de criarem dioceses em perfeita harmonia com os desejos do papa e das lideranças brasileiras. Esse processo de estadualização criou nos bispos uma certa projeção dentro do grupo oligárquico ao qual estavam inseridos, fazendo com que alguns bispos se tornassem figuras importantes durante momentos de crise política. Além disso, pode-se

---

<sup>26</sup> NETO, Vítor. A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade. In. ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.). **História da Primeira República Portuguesa**. 2ª ed. Lisboa: Tinta da China edições, 2011, p. 136

<sup>27</sup> DIAS, Roberto Barros. **Brasil: Um Estado Laico e uma República Católica**, op. cit., p. 17.

<sup>28</sup> BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. **A elite eclesiástica brasileira**, op. cit., p. 45.



destacar o fato de que, mesmo após a laicização do ensino no Brasil, vários Estados, principalmente os mais pobres, que enfrentavam dificuldades financeiras para manter as escolas públicas, estimularam a criação e a manutenção de colégios ligados ao catolicismo. Com isso, religiosos europeus que vinham sofrendo perseguições em seus países de origem eram bem acolhidos pelos religiosos brasileiros.<sup>29</sup> As novas configurações políticas e sociais empreendidas pelos republicanos criaram, de certa forma, mecanismos de liberdade para o catolicismo, que, caminhando próximo das demandas do Estado, conseguiu absorver os *déficits* governamentais e implantar suas instituições no meio social.

A Igreja brasileira pós-separação teve de lidar com dois interlocutores sociais cujas demandas por vezes se revelavam contraditórias. De um lado, o Vaticano empenhado na imposição às Igrejas da periferia de um modelo extremado, de romanização e, de outro, os benfeitores abastados, os clãs oligárquicos e os governos e lideranças estaduais desejosos de cercear a influência eclesiástica sobre os negócios temporais e, ao mesmo tempo, abrindo espaços à presença da Igreja em domínios de atividade como o sistema de ensino. Embora seja inegável a força das diretrizes “romanas” sobre o treinamento do clero, as formas exteriores de cultos, o calendário de eventos religiosos, o estilo de mando e autoridade episcopal, cumpre salientar os ganhos organizacionais logrados em função das coalizões firmadas com os detentores do poder local e estadual.<sup>30</sup>

O projeto de distribuir dioceses por todo o território brasileiro, respeitando as fronteiras territoriais dos estados, fez com que a Igreja Católica dispusesse de um sistema interno de governo que se orientava pelas linhas de força que presidiam a montagem do pacto oligárquico. O fato também desse processo ter começado com a República e seguir em transformação organizacional não significou que o desenvolvimento das várias dioceses ocorresse de forma igualitária. Os estados que apresentavam destaque na nascente República, tais como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, receberam maior atenção do alto clero, com uma melhor organização e melhores estruturas.

A política de “estadualização” foi implementada através de estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico e, conseqüentemente, em função da margem de influência e prestígio já conquistada pela Igreja, do grau de receptividade à sua contribuição por parte dos círculos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais suscetíveis de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesiástica.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 46

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 67.

O laicismo inaugurado pela República não significou perda de poder por conta da Igreja. Embora possa ter sofrido com desarticulações como o fim do padroado, o catolicismo se reorganizou e conseguiu chegar na década de 1930 como um agente social e politicamente ativo.

### 1.1 – Leme e Cerejeira e a inserção no contexto religioso

No caso português, o processo de implantação da República também trouxe consigo o laicismo. Notadamente mais intensa que no Brasil e

Influenciada pela Revolução Francesa de 1789 e, particularmente, pela Lei de Separação do Estado das Igrejas publicada em França (9 de dezembro de 1905), a lei portuguesa não era completamente estranha ao modelo de separação mais moderado do Brasil. Apesar desta influência, o texto jacobino português era ainda mais radical, e a sua aplicação teria consequências profundas no seio da Igreja e da sociedade em geral.<sup>32</sup>

Embora o exemplo brasileiro tenha permeado as discussões que levaram a implementação do laicismo em Portugal, sendo descrito como uma transição entre os regimes mais pacífica, a República instaurada em 1910 seguiu a fórmula francesa. O Decreto de 1911 formulou 196 artigos específicos sobre como deveria ocorrer a separação entre Igreja e Estado<sup>33</sup>. No caso brasileiro, a medida também recebeu regras específicas ainda em 1890, no entanto a lei<sup>34</sup> brasileira contou com apenas 7 artigos que foram corroborados pela Constituição Federal de 1891.<sup>35</sup>

O processo de laicismo ocorreu de forma diferente nos dois países e os dois religiosos teriam à sua frente a necessidade de criar mecanismos de sustentação e estabilidade social. A aproximação do religioso com o político foi uma forma de estabelecer segurança para ambos, criar meios de fortalecimento, hierarquizando a sociedade para levar à frente todas as iniciativas

<sup>32</sup> NETO, Vítor. A questão religiosa, op. cit., p. 134.

<sup>33</sup> PORTUGAL. **Lei de Separação da Igreja do Estado, de 20 de abril de 1911**. Lei que estabelece as relações entre Igrejas e o Estado português. República e Laicidade associação cívica. Disponível em: <http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/republica-1910-1926/lei-da-separacao-da-Igreja-do-estado/>. Acesso em: 09 de jul. 2017.

<sup>34</sup> BRASIL. **Lei Nº 119-A**, de 07 de jan. de 1890. Lei que proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm). Acesso em: 09 de jul. 2017

<sup>35</sup> BALEEIRO, Aliomar. **Constituições Brasileiras 1891**. Vol. II, 3ª ed. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012, p. 82

propostas pelos regimes. Forjar o imaginário para a manutenção da ordem social e política era de suma importância. De todo modo, perceber um equilíbrio perfeito entre a ação do catolicismo e o estado no sentido da contenção social pode trazer problemas. Houveram convergências e divergências entre religiosos e políticos, e esse é um ponto importante para as investigações: verificar até que ponto Igreja e Estado caminharam em união e até que ponto as lideranças divergiram. Ambos países enfrentaram, na constituição de suas Repúblicas, o desenvolvimento do laicismo, como também ações relacionadas às ordens econômica, social e política, apresentando questões específicas, resultado de construções, criação das “identidades” locais e regionais, que são resultado também do mercado e da sociedade civil.<sup>36</sup> O catolicismo foi uma ferramenta importante para legitimar a atuação de políticas, principalmente as voltadas ao conservadorismo.

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas. Ter presente que as ideologias são sempre duplamente determinadas, que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (comumente transfigurado em ideologia da “criação” e do “criador”) é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de “curto-circuito” frequente na crítica “marxista”) sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades autossuficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia).<sup>37</sup>

Essa construção, ou até mesmo criação de identidades possibilita uma melhor percepção do que foi analisado até o momento. Pode-se perceber que, para gerar uma identidade nacional durante a formação das Repúblicas, vários símbolos e agentes monárquicos deveriam ser eliminados ou alterados no imaginário popular e novos agentes deveriam surgir. Mas a Igreja também utilizou de suas estratégias para permanecer presente no imaginário popular. Assim, era necessário que o catolicismo se apresentasse mais nacional, mais próximo do povo. Com isso, a criação de uma padroeira mestiça no Brasil aproximaria o catolicismo do povo e, sucessivamente,

---

<sup>36</sup> PUHLE, Hans-Jürgen. Nation States, Nations, and Nationalisms in Western and Southern Europe. In: BERAMENDI, J.; MÁIZ, R.; NÚÑEZ, X. M. (Eds.) **Nationalism in Europe: Past and Present**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1994.

<sup>37</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, op. cit., p. 12

do Estado.<sup>38</sup> Não havia espaço no republicanismo para o monarquismo, por isso o distanciamento proposto pelos republicanos entre Igreja e Estado, para mostrar à população que o regime que se instaurava era algo novo. Em Portugal, Afonso Costa, político que elaborou a Lei de Separação da Igreja do Estado em 20 de abril de 1911, afirmou que o catolicismo seria completamente eliminado do país em no máximo duas gerações.<sup>39</sup> Entretanto, o catolicismo persistiu, criou novas formas de ação, e sobreviveu no republicanismo. Neste sentido, um novo aspecto importante para o desenvolvimento da tese surge: buscar perceber as transformações e mecanismos utilizados pelo catolicismo para sobreviver em um regime que criou barreiras para a continuidade da instituição em seu território.

Devido à perda de prestígio do catolicismo no fim do Regime Monárquico, suas principais lideranças viam no republicanismo nascente um período de desestruturação e abandono das causas católicas. Para não sucumbir às novas tendências políticas e sociais trazidas pelo laicismo, as lideranças católicas buscaram por mecanismos de defesa para conseguirem manter sua estrutura em funcionamento. Além da elite eclesiástica, vários leigos aderiram aos movimentos de restauração do catolicismo.<sup>40</sup>

Para manter a Igreja unida e forte, a alta cúpula eclesiástica buscou um maior diálogo com a Santa Sé, e conseqüentemente, uma maior aproximação com as publicações papais. Com isso, a própria Santa Sé já vinha lançando várias diretrizes e normas, em suas bulas e encíclicas papais, para esse momento de instabilidade religiosa. E a principal encíclica papal, a *Rerum Novarum* de Leão XIII, trazia em seu cerne, além de uma mensagem espiritual de acolhimento aos seus seguidores, um foco social e político muito intenso. Vista como a precursora da Doutrina Social da Igreja, ela despertou as autoridades religiosas para a ação romanizadora em suas localidades.

As propostas de investigação das relações íntimas entre religião e política foram por algum tempo negligenciadas, ou mesmo desprezadas, pelos estudos de História Política. Atualmente as relações religiosas com o Estado estão sendo levadas em conta, pois são vistas como parte integrante da trama política.<sup>41</sup> Para analisar a ação dos futuros cardeais enquanto representantes do catolicismo, e suas relações com o laicato e os movimentos políticos, se faz

<sup>38</sup> PETERS, José Leandro. Aparecida na memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. *Sacrilegens*, v. 09, p. 87-96, 2012.

<sup>39</sup> RAMOS, Rui. A República antes da guerra (1910-1916). In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. 8ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 586.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 600.

<sup>41</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

necessário analisar o religioso enquanto agente político e social, capaz de articulações em benefício da Igreja e como um ator político a ser cooptado pelos mais diversos setores sociais. A História Religiosa não pode ser vista como uma história limitada ao eclesiástico ou à apologética, mais sim como algo que se desloca por todos os domínios da vida religiosa, cultural e social, percebendo as mudanças e permanências do catolicismo em uma sociedade em constante transformação.<sup>42</sup>

Neste contexto de profunda transformação nacional é que estão inseridos os dois clérigos. Nascidos na década de oitenta do século XIX, os dois clérigos possuíam pouca diferença de idade. Leme, mais velho, nascido em 1882, começou sua trajetória como religioso aos doze anos, idade em que ingressou no seminário em São Paulo.<sup>43</sup> Cerejeira, seis anos mais jovem, fez uma trajetória mais acadêmica, sendo ordenado padre em 1911.<sup>44</sup>

Como religiosos clérigos, os futuros cardeais estavam em profunda obediência com o catolicismo, com o papado e com as regras eclesiásticas. Por isso, é relevante observar algumas diretrizes e normas estabelecidas pela Santa Sé, as quais Leme e Cerejeira estavam subordinados. As Encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* de 1864, lançadas no papado de Pio IX, estimularam novas condutas eclesiásticas; mantiveram como objetivo frear a expansão das ideias liberais, e apontar ao mundo os “erros” de se viver sob as regras liberais.<sup>45</sup> A Carta *Syllabus Errorum*, vista como um anexo da *Quanta Cura*, trazia como ponto principal, além da crítica ao liberalismo, o foco no individualismo e a inatividade das autoridades políticas diante do processo de separação entre Igreja e Estado. Ambas eram vistas como impulsionadoras de um novo pensamento católico, indicando ameaças a serem combatidas, entre elas, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, o progresso, o liberalismo e a civilização moderna. A partir desse momento, os órgãos dirigentes centrais do catolicismo não pouparam esforços para promover de forma orquestrada o culto místico à figura do papa, chegando ao extremo de proclamar o dogma da infalibilidade papal por ocasião do primeiro Concílio Vaticano em 1870.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> *Idbem*.

<sup>43</sup> GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

<sup>44</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**: O Príncipe da Igreja, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

<sup>45</sup> BATISTA, Carolina de Almeida. Pio IX e o combate à modernidade na encíclica *Quanta Cura* (1864). In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2011. Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos. Juiz de Fora. **Anais...** 2011.

<sup>46</sup> CALDEIRA, Rodrigo Coppe. A dignitatis humanae e a liberdade religiosa: descontinuidade no magistério eclesiástico sobre o Estado moderno. **Interações: Cultura e Comunidade**, Uberlândia, v. 8, p. 39-55, 2013.

Durante os pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903) a Santa Sé centrou suas forças no revigoramento das ações missionárias, em um projeto de nacionalização do clero para que este se tornasse mais próximo do povo onde quer que estivesse desenvolvendo sua atividade pastoral, além de organizar a alta hierarquia eclesial, principalmente nas áreas coloniais de missão e em áreas que ainda estavam sob jugo dos interesses políticos e comerciais de povos europeus, como ainda era o caso da América Latina.<sup>47</sup> Dois fatos relevantes ocorreram nesse momento: a liberdade que o catolicismo adquiriu com o afastamento por parte do Estado e uma maior intervenção do papado nas atividades religiosas na América Latina, que geraram uma aproximação ainda maior entre a Santa Sé e os representantes do catolicismo.

No caso dos países latino-americanos, sobretudo no Brasil, a política expansionista da Santa Sé em fins do século passado e começo do atual adotou uma postura marcadamente patrimonialista, sem abrir mão das metas de “romanização”, quer em nível de treinamento dos futuros dignitários, do estilo e das orientações de mando episcopal, quer da partilha do território brasileiro entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao Vaticano. No que diz respeito às relações com a sociedade brasileira, a opção da hierarquia eclesiástica, tendo em vista o contencioso legado pela “questão religiosa” dos anos 1970, consistiu em firmar uma sólida aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes favoráveis às pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política.<sup>48</sup>

Com Leão XIII, e sua encíclica *Rerum Novarum*, a proposta era desenvolver uma aproximação entre a Igreja e o povo, além disso, previa a influência católica em assuntos cotidianos, principalmente no que tange ao operariado.<sup>49</sup> A partir desse momento, a Igreja assume uma posição de conquista diante do que chamava de peste do laicismo. Com Leão XIII a instituição passou a afirmar sua presença no mundo e esse apelo foi o que guiou a trajetória dos clérigos.

Com papa Pio X podemos perceber o ataque ao modernismo e, novamente, aos ideais liberais. A encíclica *Pascendi Dominici Gregis* ainda traz características da *Quanta Cura*, apontando para possíveis “erros” que levavam os católicos ao caminho da ruína.

---

<sup>47</sup> BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. **A elite eclesiástica brasileira**, p. cit.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>49</sup> SANTOS, Carla Xavier dos. A relação do Estado Novo e Igreja Católica através do olhar da Imprensa Católica Gaúcha. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA-ANPUH-RS. Vestígios do passado: a história e suas fontes. **Anais...** Porto Alegre, 2008.

O rigor doutrinário desta encíclica foi seguido por medidas de ordem prática, marcadas pela clara intolerância diante da modernidade, com o objetivo de “fazer da Igreja uma sociedade autossuficiente e bem equipada”. São algumas das iniciativas neste campo: vigilância sobre os professores dos seminários e universidades; endurecimento da censura; proibição de congressos sacerdotais; ameaça de excomunhão para quem se opusesse à encíclica; criação de comissões de vigilância permanente, em cada diocese, para denunciar possíveis sinais do aparecimento da doutrina moderna entre clero e fiéis; apoio aos estudos; consolidação de uma disciplina interna (Direito Canônico de 1917); reforma da Cúria Romana (1908); acentuado controle, por parte da hierarquia, sobre as iniciativas católicas. (...) A “mania de inovação” dos modernistas era vista como não poupando nada ao catolicismo. O modernismo é considerado a síntese de todas as heresias.<sup>50</sup>

Para além dos ensinamentos eclesiais que irão margear as investigações de trajetória dos clérigos, devemos observar que Leme e Cerejeira também estavam inseridos em suas realidades nacionais. A passagem pelo seminário, passo importante para a formação religiosa, também pode apontar fatores estruturantes do caráter dos clérigos e trazer indícios da caminhada até a nomeação a cardeais. Os clérigos traçaram caminhos acadêmicos bem distintos. Cerejeira desenvolveu todos os seus estudos em Portugal,

É um intelectual da viragem do século. Embora apaixonado pelos estudos medievais, decisivos para marcar a matriz cristã da nossa cultura, discute apaixonadamente as grandes correntes de pensamento da Europa dos finais do século XIX e inícios de XX. Interessa-o, sobremaneira, o pensamento filosófico, social e político, o que leva, desde muito cedo, a situar-se activamente em movimentos de intervenção. Não é um simples intelectual teórico, revela-se, desde muito cedo, uma inteligência activa e interveniente.<sup>51</sup>

Já Leme passou oito anos de sua vida acadêmica em Roma, onde estudou Filosofia e Teologia. No que tange a Leme, natural do interior de São Paulo, do município de Espírito Santo do Pinhal, era de família simples, filho mais velho, teve apenas mais um irmão. Aos doze anos de idade Leme foi morar em São Paulo, no Seminário Menor Diocesano, para seus primeiros passos na vida eclesial. O seminário era de responsabilidade do bispo Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, futuro cardeal Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina. Não era incomum um seminarista ir estudar fora do Brasil, o próprio Arcoverde enviava com regularidade jovens para os seminários europeus, com destaque para o Pio Latino Americano, onde o próprio havia estudado. Mesmo não sendo algo incomum, o número de seminaristas enviados para

<sup>50</sup> DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem, a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 45 – 46

<sup>51</sup> POLICARPO, José da Cruz. **Cardeal Cerejeira** : fotobiografia. Lisboa : Notícias, 2002, p. 17.

estudos no exterior era baixo. No ano de 1896 foram enviados apenas dois seminaristas: Leme e o sobrinho de Arcoverde, André.<sup>52</sup>

Em Roma Leme não limitou seus estudos no Pio, pois também fez parte de sua trajetória acadêmica na Universidade Gregoriana. Durante seus oito anos residindo em Roma, Leme teve como orientador dois padres: Gaillard, francês, e o italiano Pietro Tacchi Venturi, que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi o principal articulador entre o papa e Mussolini.<sup>53</sup>

As redes de Leme começam a ser construídas. Sua indicação para estudar em Roma, feita pelo próprio bispo de São Paulo, e sua proximidade com o sobrinho do futuro cardeal Arcoverde representam importantes fontes de investigação das relações estabelecidas por Leme. Durante sua permanência em Roma, Leme manteve contato frequente com seu tio, Cândido da Silveira Cintra. Essa relação é importante pois, Cândido era pai de Antônio Pais Cintra, padre, que mais tarde tornou-se secretário de Leme durante sua passagem como Arcebispo do Rio de Janeiro e, posteriormente, Mordomo do Palácio São Joaquim no período em que Leme foi Cardeal<sup>54</sup>. Esse fato demonstra uma íntima relação de Leme com o primo, trazendo-o para seu convívio e criando suas próprias redes de convivência.

Cerejeira começou sua caminhada no seminário de Braga. Também filho de família humilde, teve sete irmãos, três homens e quatro mulheres, dos quais era o mais velho. Importante ressaltar que, embora de origem familiar com poucos recursos, os irmãos homens do futuro cardeal tornaram-se Júlio, médico, Joaquim, advogado e António, funcionário da Universidade do Porto. Durante sua passagem pelo seminário de Braga fez amizade com Francisco José de Sousa Gomes, tio de seu amigo de seminário, Francisco Veloso. Foi Sousa Gomes uma figura importante na caminhada acadêmica e política de Cerejeira. Presidente do núcleo do CADC em Braga, Sousa Gomes inseriu Cerejeira no jornal do CADC e articulou sua entrada como bolsista na Universidade de Coimbra. Essa amizade aponta para um aspecto importante na trajetória de Cerejeira: as redes desenvolvidas pelo clérigo durante sua formação. O fato de Sousa Gomes ter intermediado sua entrada em Coimbra e ter introduzido o religioso no CADC é relevante, pois foi em Coimbra que Cerejeira se tornou amigo próximo de Salazar, então estudante na mesma instituição. Além de Coimbra ser um espaço de formação, serviu de berço para vários movimentos políticos e ideológicos no início do século XX, congregando republicanos,

---

<sup>52</sup> GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**, Op. Cit. p. 14

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 25

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 20



monárquicos e católicos sociais, que criaram movimentos e arregimentaram seus adeptos.<sup>55</sup> Cerejeira chegou a idade adulta nos anos 1910, e estava inserido no núcleo dos estudantes de Coimbra, integrante do CADC e do Centro Católico Português, marcados pela instauração da República, pela Lei de Separação, pelos milagres de Fátima e pela Primeira Guerra Mundial. Posteriormente foram estes militantes tradicionalistas, conservadores e católicos que tiveram êxito e vibraram com a chegada de Salazar ao governo.<sup>56</sup>

“Desejosos de criar um “homem novo”, através da recristianização de Portugal, esses jovens rejeitavam tanto o parlamentarismo e o anticlericalismo republicanos, como a “escravidão” da Igreja pela monarquia constitucional. Em luta contra o positivismo, o cientismo, o pessimismo e o realismo da geração de 70, através da qual tinha chegado “o estúpido século XIX”, conforme a expressão do autor francês Léon Daudet, Cerejeira e os seus companheiros católicos, embora conservadores, afirmavam-se “modernos” e “novos”. Entre os nomes desta geração estão os nascidos em 1888, Cerejeira, Francisco Cunha Leal, Fernando Pessoa e António Sardinha, bem como Salazar, nascido em 1889.<sup>57</sup>

O Centro Académico de Democracia Cristã - CADC foi um importante centro de formação católica em Portugal. Criado para combater o avanço da onda anticlerical e os avanços da laicização, ele

enquadra-se neste esforço do laicado católico em, de forma mais organizada, responder ao avanço das ideias contrárias ao catolicismo e ao sentido religioso em geral. Porém, se a conjuntura anti-clerical foi determinada para a formação do CADC, este tipo de organização correspondia, também, a uma nova orientação da Igreja delineada com a encíclica “Rerum Novarum” (1891) de Leão XIII. Através desta defende-se, entre outras coisas, uma maior atenção por parte da Igreja às questões sociais e à organização dos católicos nesse sentido. Pretendendo-se com isto responder no terreno ao avanço das ideias liberais e socialistas. (...) os primeiros passos do Centro começaram a ser dados em 18 de Março de 1901. Denominando-se, então, Centro Nacional Académico. Em 18 de Janeiro de 1903 viria a mudar de nome: passou a chamar-se Centro Académico de Democracia Cristã. A mudança de nome correspondeu à necessidade sentida pelos jovens católicos de se demarcarem de forças políticas existentes com nome análogo.<sup>58</sup>

Portanto, foi durante os anos que frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra que Cerejeira conheceu e tornou-se amigo de António Salazar. Uma amizade

<sup>55</sup> PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 25

<sup>56</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, Op. Cit. p. 18 – 25.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 25

<sup>58</sup> SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelãs. **O CADC de Coimbra**, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934). Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 100 – 101.

importante, pois, nos anos 1930 e 1940, os dois estavam ocupando os postos mais importantes de Portugal: Salazar no governo e Cerejeira na Igreja. É importante perceber as tramas criadas no início das trajetórias de Cerejeira e Salazar para podermos vislumbrar a relação dos dois no pós 1930, momento de ascensão de ambos. A passagem por Coimbra criou laços marcantes e que permearam as relações entre eles. Cerejeira em Coimbra

(...) abandonou Direito, que também frequentara, para se matricular em Letras, onde, em Outubro de 1916, terminou o curso com 19 valores. Convida então Salazar, de quem se tornara amigo em Direito, a ir morar com ele na Casa dos Grilos (...), onde almoçam, rezam o terço em conjunto e convivem com amigos, sempre servidos por Maria de Jesus, a futura governanta do presidente do Conselho, que Cerejeira havia contratado.<sup>59</sup>

Durante sua trajetória acadêmica Cerejeira se aproximou de dois pensadores franceses que podem ser considerados balizares em seu desenvolvimento intelectual: Jacques Maritain e Henri Bergson.<sup>60</sup>

Embora nacionalistas, eram influenciados por escritores franceses, entre eles, Charles Maurras, do qual Cerejeira iria se afastar mais tarde. Entre os mais influentes estava Henri Bergson, com sua ruptura total com o positivismo, propunha e ideia de oitocentismo de progresso.

“Em Bergson, bem como em Ernst Psichari, Paul Claudel, Henri Massis, Charles Péguy e Jacques Maritain, em França, em António Sardinha, Guerra Junqueiro, Leonardo Coimbra e Gomes Leal, em Portugal, Cerejeira e os jovens católicos da sua geração admiraram a experiência religiosa de conversão tardia ao cristianismo. Religiosamente, Cerejeira se baseava em Francisco de Assis, Teresa de Ávila, Santo Agostinho e principalmente, Tomás de Aquino.<sup>61</sup>

Com o desenvolvimento das investigações referentes às trajetórias dos clérigos até o momento em que se tornaram padres, foi necessário estabelecer um panorama geral das conjunturas políticas e sociais estabelecidas em seus países, bem como a organização da Santa Sé frente as transformações advindas do republicanismo e do processo de laicismo. O período de seminário aponta para criação de redes sociais que podem influenciar nas trajetórias dos clérigos. Embora distantes fisicamente, podemos perceber em suas trajetórias, um afinamento às tradições católicas, aos escritos eclesiásticos e obediência aos seus superiores.

<sup>59</sup> POLICARPO, José da Cruz. **Cardeal Cerejeira**, Op. Cit. p. 27

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 39

<sup>61</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, Op. Cit. p. 28

## 1.2 – Sebastião Leme como representante do catolicismo no Brasil: inserção do clérigo como liderança local

Quando se analisa a reação católica do início da República contra o processo de laicismo no Brasil, pode-se utilizar como ponto de partida as duas Cartas Pastorais escritas por Dom Leme, publicadas respectivamente, em 1916 e 1921, período em que foi bispo de Olinda e Recife.

As Cartas Pastorais podem ser apontadas como um instrumento de grande importância na estratégia de implementação da doutrina católico-romana. Usadas como elementos de difusão das ideias da hierarquia eclesiástica e de renovação católica, eram dirigidas aos diocesanos, clero e leigos, tratando de assuntos variados como: questões doutrinárias ligadas à fé cristã, costumes, problemas de interesse da Igreja como as orientações pastorais e sua participação e relação com o Estado, imprensa, formação, combate às ideias contrárias às orientações dos documentos papais e outros. Como documento público, as Cartas Pastorais, indiretamente, destinavam-se ao poder público constituído, uma vez que tratavam assuntos de implicação política.<sup>62</sup>

Prática utilizada por papas, arcebispos e bispos, as Cartas Pastorais são documentos de impacto que atuam como diretrizes para os católicos de modo geral. As cartas de Leme tiveram alcance nacional e estimularam uma renovação do laicato brasileiro, além de estimularem a expansão do conservadorismo católico. Diferentemente do tradicionalismo, que se apresenta provocativo, o conservadorismo moderno procura ser mais coerente e reflexivo, pois ele surge como um movimento consciente de oposição ao pensamento liberal-burguês. Os conservadores formam suas críticas sobre os conceitos de estado de natureza, de contrato social, de direitos universais do homem, de soberania popular. Organismos como o Estado e a nação, concebidos pelo pensamento liberal-burguês numa forma individualista, são pensados pelos conservadores como todos orgânicos, historicamente construídos.<sup>63</sup> Essas Cartas visavam arregimentar intelectuais e a sociedade insatisfeita com os rumos tomados pela política brasileira na luta por mudanças políticas e sociais, entre elas, a maior presença católica nos conflitos sociais. A materialização do inimigo se dá com o comunismo, ideologia a ser combatida e principal pilar de aproximação entre catolicismo e outras tendências conservadoras brasileiras.

---

<sup>62</sup> DIAS, Roberto Barros. Brasil: Um Estado Laico e uma República Católica. In: XII CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ: MISSÕES, EXPEDIÇÕES, INSTITUIÇÕES E INTERCÂMBIOS, 2013, Lavras da Mangabeira, Ceará. *Anais...* 2013. p. 20.

<sup>63</sup> *Ibidem*

Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião, a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental.<sup>64</sup>

No caso brasileiro os pensadores do conservadorismo, mesmo inspirados no modelo europeu, deveriam ficar atentos às transições e continuidades vividas no meio político e social, pois, como eram momentos de profundas modificações que deixavam seu equilíbrio de forma repentina, eram bem diferentes do modelo clássico de conservadorismo, inspirado na era clássica.<sup>65</sup>

Para perceber como as Cartas escritas por Leme tiveram importância nos cenários político e social do Brasil, é necessário realizar uma análise sobre as duas publicações, pois elas apontam para certas tendências políticas e sociais que as utilizaram como inspiração para seu desenvolvimento. A carta de 1916 tem como ponto de partida uma análise da influência do catolicismo nos destinos da nação. De acordo com o documento havia pouca influência do catolicismo sobre os rumos nacionais, além de uma intelectualidade católica pouco esclarecida. Outro ponto a que a carta se dedica é com relação ao ensino religioso nas escolas públicas. Para Leme o ensino não era laico, mas sim antirreligioso. Já nesse momento Leme aponta seu interesse de fundar escolas de Ensino Superior católicas no Brasil, algo que só se concretizou com a fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941.

Em 1916, D. Sebastião Leme publica uma Pastoral que se tornou célebre uma vez que propunha uma ação decisiva e operante com o fim de alterar as bases agnósticas e laicistas do regime. Atribuindo a subsistência do catolicismo na sociedade brasileira à tese de religião própria do “caráter nacional” enraizada na terra, no povo, nas elites, reivindica o retorno de certos privilégios como o ensino religioso e reconhecimento da parte do Estado como “nação católica”. Também propõe a formação de uma elite capaz de exercer influências na recristianização das elites, atacadas pelos males da civilização burguesa e liberal, e na mobilização dos leigos em favor das teses católicas.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v. 3.) p. 12.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> CURY, 1988 *apud* CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 57-80, 1999. p. 60.

Em resposta ao apelo feito com a carta de 1916, Leme fundou em 15 de agosto de 1918 a Confederação Católica pernambucana, que tinha como objetivo principal a tentativa de transformar os católicos em verdadeiros apóstolos no meio em que viviam. Ela foi responsável pela criação de várias comissões, como a de Santificação da Família em 1919, e a Obra das Vocações Sacerdotais, de 1920.<sup>67</sup> A Confederação foi, posteriormente, anexada à Ação Católica, nos anos 1930.

Embora tenha escrito relativamente pouco, esses dois documentos de Dom Leme são importantíssimos para o desenvolvimento da reação católica brasileira, pois nessas cartas, além de todas as prerrogativas religiosas que deveriam estar presentes nesse tipo de documento eclesiástico, Leme reservou parte desses documentos à causa operária. De acordo com sua ótica, havia uma desigualdade natural entre as classes, distinguindo ricos e pobres, mas de certa forma, sob a tutela religiosa, essa desigualdade era neutralizada pela ação do catolicismo. O ponto de partida para o dismantelamento desse equilíbrio foi o advento da Revolução Francesa, que pôs fim às corporações de ofícios. A luta de classes, que acirrou as relações entre patrões e operários e que gerou a grande crise operária, teve seu pontapé com os franceses, que inseriram as relações sem religião e estimularam correntes políticas como o comunismo.<sup>68</sup> Para o bispo, o comunismo surgiu como um aniquilador de Deus, da família e da autoridade e propriedade e, com isso, foi o grande causador dos males do período.

Leme via as aspirações dos operários em conseguirem melhores condições de vida como algo positivo e necessário, desde que não fugisse à ordem constituída. Para intermediar as relações entre patrões e operários, sugeriu em sua carta que tanto industriais quanto agricultores facilitassem o acesso dos seus operários às instruções e práticas das normas religiosas, a fim de que recebessem a devida disciplina para suas paixões e o conforto para sua alma.<sup>69</sup> Era como um apaziguador de conflitos: os patrões liberavam seus operários para as práticas religiosas, e a Igreja retribuía com um discurso de moderação em relação às relações trabalhistas.

---

<sup>67</sup> DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **O paranismo atualizado**: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga. 2010. 330 fls. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

<sup>68</sup> SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**. 1995. 81 f. Dissertação (mestrado em História Eclesiástica) – Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1995.

<sup>69</sup> *Ibidem*.

Na carta de 1916 Leme ressaltou a pouca influência dos católicos no destino da Nação, e destacava a ignorância religiosa dos intelectuais brasileiros. Isso mostra que o laicismo havia, de certa forma, enfraquecido o catolicismo, e que suas fileiras se encontravam distantes e com poucas perspectivas de mudanças. Nessa carta ele ressaltava que a falta de uma verdadeira formação religiosa permitiu que o povo fosse apegado a superstições mais primitivas, podendo desviar seu foco contra a figura do empregador, gerando manifestações e problemas sociais. Essa foi uma tentativa de encontrar um espaço para a atuação do catolicismo em uma esfera conturbada: as relações de trabalho.

Já na Carta Pastoral de 1921, dedicada a São José e aos operários, inspirada na Carta Encíclica *Rerum Novarum*, Leme se dirigiu às classes produtoras do Brasil, reforçando a ideia da natural desigualdade das classes. Assim, ricos e pobres deveriam considerar que o valor mais importante era a vida no céu, e cada qual deveria ficar satisfeito com a situação em que se encontrava, não perdendo o foco na vida celeste. Continuando o conteúdo da carta, Leme expõe novamente a Revolução Francesa como início dos conflitos, que, segundo ele, “levará a uma negação e esquecimento do sobrenatural, acabará com as corporações de classes”. São cartas carregadas de religiosidade, que possuem como base as diretrizes papais. No entanto, é perceptível que, embora se tratando de documentos religiosos, estão também alicerçadas questões políticas e sociais. Ao longo de toda a carta Leme faz uso de símbolos e passagens eclesiásticas para chamar a atenção das autoridades quanto à necessidade da manutenção da fé católica, nos meios trabalhistas principalmente. A carta de 1921 também surgiu como uma resposta à solicitação do papa Bento XV, que, despertando a associação de São José com o operariado, pedia que toda a Igreja exaltasse essa figura católica.<sup>70</sup>

A carta, além de trazer objetivos futuros para os fiéis de seu bispado, também foi utilizada para elencar as várias frentes de atuação que o catolicismo havia apontado, como a proteção da família, o problema do laicismo, o comunismo e os assuntos do cotidiano.

Protegendo a todos indistintamente, de modo particular protege as famílias. Quanto estas precisam em nossos dias de auxílio divino. As investidas do inimigo dos lares. A irreligião a o divórcio. O amor livre e a onda bolchevica. Atentados, facilidades e tolerâncias inadmissíveis. Danças e modas. Desculpas que envergonham. O enfraquecimento do espírito e da vida de família.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. **São José**: Carta Pastoral do Arcebispo de Olinda e Recife. Recife: Imprensa Industrial, 1921.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 4.

Leme utilizou a escrita religiosa para fazer analogias com o descontentamento da elite eclesiástica sobre os rumos que a sociedade brasileira estava tomando. Como a própria Carta Pastoral era intitulada, *São José e os operários*, a associação entre o santo e os operários é feita a todo o momento, fazendo com que o bispo dedicasse um capítulo inteiro desenvolvendo as relações da trajetória de vida do santo com os caminhos que deveriam trilhar os operários.

São José e os operários.

Mais que a nenhuma outra, pertence S. José à classe operária. [...] Fies à doutrina e aos ensinamentos de Jesus, os operários tinham convicção dos seus direitos, mas não refugavam o cumprimento dos deveres. [...] Trabalhavam por sentimento de justiça e por injunção da vida, mas trabalhavam também por amor de Deus. A fé cantava-lhes na alma o hymno das esperanças immortaes. [...] Fonte de energia e consolações, mas freio contra as revoltas da matéria e do orgulho, o sentimento religioso impedia que nascessem ou pelo menos que se avolumassem os motivos de conflito social. [...] Havia a natural desigualdade de classes, mas temperada pela justiça e caridade; não fervia o ódio entre ellas, nem as desigualdades chegavam aos extremos lamentáveis da época individualista de que vamos sahindo [*sic*].<sup>72</sup>

Assim como o santo, os operários deveriam permanecer na esfera religiosa. Mais uma vez Leme ressaltou a importância do doutrinamento católico do operariado ficar a cargo da Igreja, que, a seu ver, era a única instituição que poderia intermediar as relações dos patrões com seus empregados. Caso a carta fosse bem-aceita, tanto por operários quanto por patrões, o catolicismo assumiria uma posição importante nas relações sociais e políticas brasileiras: a de agente de conciliação. Estaria sob seus domínios os dois principais agentes de geração de riquezas do país, o que daria um poder grandioso para o catolicismo no Brasil, além da aproximação dos operários.

Mestra e mãe, a Igreja não se limitava a falar aos operários da resignação e das promessas da vida futura. Sobre intimar as outras classes os dictames da justiça e da caridade, a Igreja cuidava com empenho de melhorar e elevar as condições do operariado. Para não especificar um sem numero de instituições pias de socorro que a caridade catholica multiplicára pelo mundo, tínhamos as famosas corporações de classes, verdadeiro typo de associações profissionais em que, defendidos todos os interesses legítimos do operário, cuidava-se do seu aperfeiçoamento profissional e moral. [...] Uma vez que já não era necessário pensar no céu, chumbou-se na consciência humana o propósito de só tratar das coisas terrenas. E assim, o rico sem fé passou a cuidar só de uma coisa: enriquecer-se mais e mais. E o pobre? [*sic*]<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 45.

O catolicismo sempre foi apontado como uma ferramenta necessária para os operários conquistarem as suas demandas. Sem lutas nem conflitos, a Igreja serviria como intermediadora das reivindicações dos operários a seus patrões. Para gerar credibilidade com relação à atuação do catolicismo nas causas operárias, o bispo fez um breve panorama sobre as origens, de acordo com a sua visão, dos principais problemas que poderiam ocorrer entre operariado e patrões.

A Revolução Francesa acabará com as corporações de classes. O proletário ficará insulado a ver surgirem e multiplicarem-se as chaminés das fábricas, entre cujas paredes enfumaradas lhe encarcerava a existência a necessidade do pão. [...] Ficou insulado e triste a pensar assim: os livros, os jornais e os grandes da terra disseram-me que não existe o céu. Já nas escolas ensinam aos meus filhos que Deus não existe ou, quanto muito, que isso de Deus e Religião são coisas de que as escolas e o Estado prescindem. Os governos, os sábios e os mestres devem ter sua razão. Eles nadam em dinheiro e nós morremos na miséria. [...] Deflagrou, enfim, a reivindicação. Não existe Deus, nem Céu, disseste vós? Pois então, basta de sofrimentos e de opressões. Vós nos impondes a lei e a força em nome da maioria, não é? Pois bem, nós somos a maioria. Si da maioria vem a força, nós somos a força. A nós, o governo, a nós o mundo! [...] Os vossos estadistas, os vossos políticos, os homens de letras, a vossa imprensa, a vossa escola nos ensinaram que isso de Deus e de Religião é coisa de que não se cuida? Bem; nós aprendemos a lição. Já não queremos cuidar de nada disto. Só nos importa o nosso interesse material. Antes de mais nada, queremos ser proprietários, como vós, e, como vós, ricos e senhores da situação. O ponto está em vencermos. Hoje somos a força, amanhã seremos a guerra, depois a vitória, como na Rússia.<sup>74</sup>

Utilizando-se de argumentos históricos, tentava demonstrar que o laicismo e a ausência da Igreja na política podiam acarretar problemas sociais e trabalhistas imensos. Inspirados nas transformações ocorridas na Revolução Francesa, os donos dos meios de produção descartaram o papel social religioso, o que segundo Leme foi um grande erro que precisava ser revertido, antes que todos os males do liberalismo pudessem chegar ao Brasil e criar problema nas relações entre patrões e operários.

Outra não é também a obra que para dias que não tardam estão preparando no Brasil a idolatria do laicismo e a irreflexão dos homens que orientam o público. Com a palavra e com o exemplo querem inculcar no povo que as cogitações de ordem espiritual são coisas de somenos. [...] Felizmente para nós brasileiros, que o operariado nacional não está contaminado pelo vírus do agnosticismo oficial nem pelo ódio de classes em que desagrega a sociedade europeia. [...] São ideias que o operariado brasileiro repele com náusea. Não podemos desconhecer, porém, que o perigo existe. É o da propaganda formidável que a irreligião e o internacionalismo desenvolvem. [...] Não se deixe iludir os nossos homens do trabalho. O Brasil inteiro estará ao seu lado, dentro da ordem e da lei. [...] Nós da nossa parte, cumprindo o dever de Pastor, aqui estamos a lembrar-lhes os ensinamentos da Santa Religião dos nossos pais.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. *São José*, *loc. cit.*

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 46.



Para Leme o Brasil ainda estava livre dos vícios que já haviam contaminado vários outros países. Era uma forma de mostrar que o povo brasileiro ainda não havia contraído os males do século justamente por ainda conservar, em sua maioria, o catolicismo como religião. Contando com 96,56%<sup>76</sup> de católicos no país em 1920, o bispo precisava reaquecer a fé que ficara adormecida com o laicismo, não havendo tanto a necessidade de lutar contra possíveis ameaças religiosas, mesmo com a liberação de outras representações religiosas no Brasil com a República. Na sua visão, era lícito e nobre que os operários buscassem sair de suas condições de pobreza, a fim de conseguirem melhores formas de vida, porém essa busca não podia em momento algum criar qualquer tipo de desvio da ordem constituída. O que não era recomendado, e foi expressamente proibido pelo catolicismo, era a criação de formas de subversão do sistema político e social constituído.

Mais condenável ainda é lançarem mão de meios violentos e provocarem revoltas e desordens. Loucuras são essas que produzem maiores males que os que pretendiam sanar. Si quiserem ser prudentes, não devem os pobres fiar-se nas promessas de revolucionários, mas antes confiar no exemplo e na proteção de S. José, bem como no amor materno da Igreja. Esta sabe falar aos ricos e aos patrões dos seus deveres, sabe coibir-lhes os abusos, como sabe falar aos pobres não somente dos seus direitos, como também dos seus deveres. A devoção a São José vem lembrar a uns e outros os princípios sobrenaturais que devem orientar nossa vida. Si a todos protege São José, com quanta eficácia não há de proteger aqueles que lutam pela vida na mesma classe social a que ele pertenceu?<sup>77</sup>

Os pobres operários deviam seguir o exemplo do santo católico, sem desvios de conduta, sem subversão, sem criar problemas a seus chefes. Como visto, Leme reivindicava para a Igreja o poder de intermediar as relações trabalhistas e sociais entre classes, utilizando a fé religiosa como única arma de negociação, uma vez que somente a Igreja Católica conseguia dialogar com patrões e operários. Essa linguagem não é detalhada pelo bispo, mas aponta para algo natural para a Igreja, como se até aquele momento o catolicismo tivesse cuidado integralmente das relações de trabalho. Assim, subentende-se que o afastamento do catolicismo do cenário das relações de trabalho havia gerado todo o tipo de conflito e revoltas entre patrões e operários.

---

<sup>76</sup> NERI, Marcelo Côrte (Coord.). **Novo mapa das religiões**, op. cit.

<sup>77</sup> CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. **São José**, p. 48.

Operários! Quando saís do trabalho, á tarde [*sic*], e, pelas ruas poeirentas ao pelos canaviais verdejantes, voltais a casinha humilde, onde com semblante alegre vos aguardam esposa e filhos, não vos deixeis vencer pelo enfado da jornada, mas abrindo o rosto, vincado pelas canseiras da labuta, as dulcíssimas expansões do espírito de família, fugi, por Deus e por vós, a ideia sinistra de comunicar aos que vos querem bem o tédio de vier e o ódio aos homens.

Si o operariado e os patrões dos nossos dias elevarem o coração à estimação cristã do trabalho, daí irradiará a paz social. Apresse-a a São José com a sua proteção!<sup>78</sup>

As lições descritas por Leme em sua carta davam total autoridade à Igreja no que se refere às relações de trabalho, e tiram a intervenção do Estado quando ele classifica que a paz social é fruto exclusivo de uma sociedade obediente e cristã. Esse ponto merece destaque, pois, em nenhum momento o bispo propõe uma parceria com o Estado na administração das relações do trabalho. Como uma dádiva divina, a Igreja seria a única a conseguir interpretar a linguagem dos vários atores inseridos nas relações produtivas e a mais ninguém caberia essa tarefa de articulação. Operários religiosos e patrões fiéis à doutrina cristã, esta seria a fórmula para o fim das revoltas operárias e o fim da exploração dos operários. Em contrapartida, os donos dos meios de produção contariam com funcionários dedicados e submissos as suas regras.

Operários, meus irmãos!

Jesus era Deus desde toda a eternidade. Ao fazer-se homem, podia ter nascido príncipe, intelectual ou rico. Não o quis. Preferiu nascer pobre na obscuridade de uma família de operário.

Viva e cresça no meio dos nossos homens de trabalho a devoção à Sagrada Família de Nazaré e a São José. Era o lar de um operário e dele raiou a salvação do mundo.

Si o operariado e os patrões dos nossos dias elevarem o coração a estimação cristã do trabalho, daí irradiará a paz social.<sup>79</sup>

Os símbolos religiosos se tornam peças-chave no discurso de Leme. O objetivo é estimular uma aproximação das massas produtoras do Brasil com o catolicismo. Sua Carta Pastoral também pode ser analisada como uma resposta aos estímulos da Encíclica *Rerum Novarum*, que teve como foco as relações entre empregados e empregadores. Quanto aos patrões, a carta propõe que eles facilitem o acesso de seus empregados aos mais diversos espaços religiosos católicos. A grande propaganda feita pelo bispo para que os patrões liberem os empregados para as atividades religiosas era a garantia de ausência de revoltas e a obediência ensinada pela Igreja, o que acabaria afastando as tendências anarquistas vindas da Europa.

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 50.

De acordo com Leme, o grande problema nos resultados da Revolução Francesa seria a organização do povo sem a orientação da Igreja, ou seja, seu afastamento das coisas relativas a Deus. Prosseguindo, ele desenvolveu sua teoria de como os pobres diante do único valor, que era o material, tomando consciência da força que possuíam, partem para a luta de classes. Para o bispo, os pobres dizem: “hoje somos a força, amanhã seremos a guerra, depois a vitória, como na Rússia”, e acrescenta: “e o bolchevismo serpejou em toda parte, avermelhando o céu de clarões sinistros”.<sup>80</sup> Observa o comunismo como um verdadeiro trabalho de aniquilação universal de Deus, da família, da autoridade e da propriedade.

É perceptível que a proposta de Leme era mostrar para os industriais que o catolicismo surgia como um agente disciplinador do operariado. A Igreja se impunha em uma função importante na estabilidade das relações sociais entre empregados e empregadores, uma vez que, sem esse freio social, os operários poderiam se rebelar contra seus empregadores e gerar, assim, uma grave crise. Essa foi uma das linhas de atuação de Leme para se mostrar como agente social e político.

As Cartas Pastorais não tiveram só o foco nas relações trabalhistas, entretanto, se constituíram como exemplos de reação do catolicismo diante do processo de laicismo e liberalismo que vinha ocorrendo no Brasil. Com isso, as cartas surgiram como um exemplo da tendência reacionária em que o catolicismo estava empenhado para não perder mais espaço dentro do território brasileiro. A publicação desses dois documentos eclesiásticos foi bem acolhida, além das autoridades eclesiásticas, por grupos políticos insatisfeitos com os rumos tomados pela política na Primeira República, e que ansiavam em colocar em prática suas ideologias conservadoras. Alguns grupos viram no catolicismo uma instituição em que poderiam se apoiar para desenvolverem seus ideais. Intelectuais como Plínio Salgado e Severino Sombra se aproximaram de fato da Igreja e conseguiram alguns benefícios, principalmente o apoio de lideranças do laicato brasileiro. Jackson de Figueiredo, líder do laicato nos anos 1920, apontou as Cartas Pastorais de Leme como um documento importante para a afirmação do catolicismo no Brasil.

A esse tempo, no entanto, surgiu ao Norte do Brasil a primeira Pastoral de D. Sebastião Leme, dirigida aos seus arqui-diocesanos de Olinda, e a palavra vibrante do grande bispo,

---

<sup>80</sup> SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**, op. cit., p. 30.

casada à sua profunda visão do Catolicismo no Brasil, repercutiu entusiasticamente no espírito do jovem filósofo.

Esta coragem, entretanto, devem-na insuflar os chefes, aqueles a quem foi confiado o mando supremo, a orientação intelectual e moral do mundo católico. Foi assim que não pude conter o aplauso humilde mas sincero ao deparar com as palavras verdadeiramente extraordinárias, que o são na situação atual, as de um dos chefes do Catolicismo brasileiro, alma, admirável a quem, certamente, caberá um dia papel dos mais salientes na história social da nossa terra.

Trata-se de D. Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, de quem acabo de ler a Carta Pastoral de saudação aos seus novos diocesanos.<sup>81</sup>

As duas Cartas de Leme marcam sua projeção nacional como um líder intelectual católico, representante dos anseios de uma ala católica que almejava um fortalecimento da Igreja frente ao laicismo. Em 24 de fevereiro de 1921, com o agravamento do estado de saúde do Cardeal Arcoverde, Leme recebeu carta do Núncio Apostólico comunicando-lhe de sua nomeação pela Santa Sé como arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, da qual tomou posse em 5 de agosto. Atuando como arcebispo do Rio de Janeiro, fundou em 8 de dezembro de 1922 a Confederação Católica do Rio de Janeiro, à semelhança da Confederação que criou em Pernambuco. No Rio de Janeiro a Confederação nasceu com objetivos de educar e formar católicos conscientes, que vivessem a doutrina católica tanto em sua vida pública quanto privada e o mais importante: arregimentar para essa ação todos os mecanismos aproveitáveis para as causas do catolicismo.

Para atingir esse objetivo, Dom Leme dividiu a Confederação em duas grandes Seções, as quais, por sua vez, dividiram-se em diversas comissões (Defesa e preservação da fé, obras de piedade e culto, propaganda, caridade e assistência, escolas, obras sociais e operárias, etc.): a Confederação Católica Masculina e a Confederação Católica Feminina, tendo como líderes exercendo a função de secretários, dois “delegados” escolhidos a dedo por Dom Leme: Secretário-Geral da Seção Masculina, Joaquim Henrique Mafra de Laet, advogado, católico praticante e futuro membro do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro; e para a Secretaria Geral da Seção Feminina foi indicada Stella de Faro, que dirigiu esta Seção até 1945.<sup>82</sup>

A Confederação do Rio de Janeiro foi um dos primeiros passos de Leme na capital federal no sentido de criar meios de arregimentar o laicato para próximo da Igreja. Para isso, contou com duas figuras com grande acesso político: Joaquim Laet, na seção masculina, e Stella de Faro, na

<sup>81</sup> NOGUEIRA, Hamilton. **Jackson de Figueiredo**. 2 ed. Rio de Janeiro, Hachette, 1976. p. 65

<sup>82</sup> MESQUIDA, Peri. A educação na restauração lealista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. **Diálogo Educacional** (PUCPR), v. IX, p. 279-295, 2009. p. 284.

feminina. Esta, de família tradicional católica, mantinha acesso ao Ministério da Educação e Saúde Pública quando este ficou a cargo de Gustavo Capanema.<sup>83</sup> Já no ano seguinte

Escreveu em 1923 “Carta Magna”: Ação Católica. Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro. “Antes de mais nada, reafirmo a declaração de que, como organização católica, a Confederação não se formará nunca em partido político: longe de mim a heresia de dizer que a Religião nada tem que ver com a Política. Seria um erro palmar, mil vezes condenado e mil vezes condenável. Mas, o que eu disse, e repito, é que não devemos identificar ou confundir a religião e a política partidária. São campos diferentes de ação. Assim é que se algum dia os católicos se reunirem em partido político, as suas campanhas meramente políticas não serão feitas em nome da Igreja, em lugar sagrado, nas associações de piedade, etc., e sim nas organizações que para esse fim específico se fizeram entre os católicos”<sup>84</sup>

No Rio de Janeiro Leme continuou a articulação de recatolização, inspirando alguns intelectuais a aderirem ao projeto de reaproximação entre o Estado e a Igreja, e a Igreja do povo. O laicato surgiu como forte aliado de Leme na tentativa de rearticulação da Igreja Católica. A elevação de Leme ao cargo de cardeal foi uma importante articulação do catolicismo durante o processo de reconquista do laicato. A ação pastoral que Leme vinha exercendo como bispo foi bem-vista por Roma, e era muito bem-aceita tanto pelos líderes eclesiais e o laicato de modo geral no Brasil. Sua trajetória religiosa, social e política foi bem avaliada pelo papado, o que pode ser constatado e expresso pela púrpura cardinalícia que recebera em 1930.<sup>85</sup>

No Rio de Janeiro Leme também contou com um grande aliado na tarefa de reorientação dos católicos: Jackson de Figueiredo. Jackson atuou no laicato criando em 1921 e 1922, respectivamente, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital. Em 1928, Leme ganhou um novo aliado, Alceu Amoroso Lima, nome de peso da intelectualidade brasileira. A partir desse momento, Leme, Alceu e o padre Leonel Franca criaram um grupo de evangelização católica.

A atuação deste grupo não fora uma empresa fácil, dado que as elites haviam adotado filosofias do tipo naturalista, racionalista ou positivista, uma crença do tipo não confessional, indiferente à pregação católica. Sabemos, por exemplo, que Augusto Comte tinha como teoria principal que os dogmas, ritos religiosos eram já ultrapassados, que terminariam desaparecendo diante do programa das ciências e das técnicas.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**, op. cit., p. 33.

<sup>85</sup> *Ibidem*

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 36.

A trajetória do cardeal Sebastião Leme nesse movimento pela reconquista e recatolização do Brasil se insere em uma nova estratégia de atuação elaborada pelo papado, expressa décadas antes com a publicação da Carta Encíclica *Rerum Novarum*. Essa encíclica tinha como proposta, além do já analisado, uma aproximação entre a Igreja e o povo. Ela privilegiava a influência católica em assuntos cotidianos, principalmente no que tange ao operário.<sup>87</sup> A partir desse momento, a Igreja assume uma posição de conquista. Com Leão XIII, a instituição passa a afirmar sua presença no mundo, e esse apelo foi o que guiou a trajetória dos clérigos, principalmente a trajetória eclesiástica de Leme.<sup>88</sup>

### 1.3 – Manuel Cerejeira: um acadêmico clérigo

A trajetória de Manuel Cerejeira, no início de sua caminhada de formação religiosa, foi diferente da realizada por Leme. Cerejeira não se limitou à formação básica do clérigo, constituída de Filosofia e Teologia, mas passou vários anos de sua vida em Coimbra. Para realizar uma análise dos seus primeiros escritos e perceber sua comunhão com a Santa Sé, alguns textos serão levantados como base de investigação.

Em seu livro, *Vinte anos de Coimbra*, podemos encontrar uma coletânea com algumas publicações importantes de Cerejeira que remetem aos seus primeiros escritos. Recém-chegado na Universidade de Coimbra, durante uma conferência em defesa do catolicismo em outubro de 1909 no CADC, Cerejeira norteou suas palavras para demonstrar que a Igreja foi peça importante no processo civilizatório e na história da Europa. Neste processo de civilização, o religioso destacou o papel desempenhado pela Igreja na valorização dos escravos, apontando que “todo o cristão reconhece no escravo o homem resgatado pelo sangue de Cristo”.<sup>89</sup>

E já que falo das pugnas pela liberdade dos oprimidos, seja-me lícito evocar aqui a memória gloriosa do que foi uma das mais autênticas glórias da Igreja e da literatura portuguesa – o Padre António Vieira, que pôs toda a sua eloquência – e em vez alguma ela foi mais simpática – em prol dos índios oprimidos do Brasil.

---

<sup>87</sup> SANTOS, Carla Xavier dos. A relação do Estado Novo e Igreja Católica através do olhar da Imprensa Católica Gaúcha. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA-ANPUH-RS. Vestígios do passado: a história e suas fontes. *Anais...* Porto Alegre, 2008.

<sup>88</sup> SILVA, Francisco Oliveira. *O Cardeal Leme e a Revolução de 1930*, op. cit.

<sup>89</sup> CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *Vinte Anos de Coimbra*. 2 ed. Lisboa, Edições Gama, 1943. p. 3-5

Seu discurso manteve como meta principal exaltar o catolicismo como principal agente responsável pela paz e luta contra a opressão no mundo. Uma instituição necessária para o equilíbrio internacional, e cuja ausência poderia trazer problemas gravíssimos para os países de forma geral. Assim como Leme, Cerejeira utilizou o exemplo da Revolução Francesa para arregimentar sua visão dos principais problemas sociais, econômicos e políticos de sua época, e assim pretendeu estabelecer um panorama dos acontecimentos sob o olhar religioso.

Mas ao menos não será uma conquista belíssima da revolução triunfante essa trilogia bendita da liberdade, igualdade e fraternidade? Não, a Revolução Francesa, com toda a minha convicção o digo, abriu bancarrota quanto à realização deste grande ideal de justiça e amor.

(...)

Muito de bom nos ficou da Revolução Francesa, mas isso e muito mais nos viriam mesmo sem ela. É preciso distinguir, nesta época agitada da história francesa, as duas tendências: a reformista, que era uma grande obra de justiça social e que aliás estava na mente de todos, e que principiara pela inauguração do sistema constitucional, e a revolucionária, que tendia à descristianização da nação francesa. Consultem-se os cadernos dos três estados, e ver-se-á que, se uma sede de liberdade agitava a sociedade francesa, se urgia introduzir grandes reformas na velha máquina administrativa, se era mister reprimir abusos e rever privilégios que já não tinham razão social de existir, dava-se-lhe plena satisfação aí, estava isso no âmbito de todos.

O que fez a revolução? Imolou vítimas e tornou possível a ditadura de Napoleão. Ao absolutismo de um só substituiu o despotismo mais louco da multidão. Em vez do Deus-Sol, o Deus-Estado.<sup>90</sup>

Para Cerejeira os aspectos propostos pela Revolução Francesa não conseguiram atingir suas metas. O objetivo da liberdade, igualdade e fraternidade não foi alcançado pelos revolucionários. Pelo contrário, na perspectiva de Cerejeira, a Revolução só deu base para um governo mais nefasto ainda, o período napoleônico.

Tirem o sentimento religioso ao miserável que tem fome, diga-se-lhe que a sua miséria é a resultante da trama complexa das leis fatais que regem o mundo; que as esperanças do além são quimeras; que ele, sem esperanças e sem pão e sem Deus, incendiará a propriedade para matar a fome; irá ao templo e cuspirá no Crucificado, porque é Ele a origem de toda a sujeição; irá ao tribunal e esbofeteará o juiz, porque este incarna o princípio da autoridade e ele não admite outro poder superior à sua razão soberana; irá aos conventos e insultará a inocência e a virtude; irá a nossas casas e violará nossas irmãs.<sup>91</sup>

Cerejeira sinaliza, assim como Leme, a função estabilizadora que a Igreja exerce sobre o social. Leme foi além em suas pastorais, creditando à Igreja o papel de mediadora de conflitos

---

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 8 e 9

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 12

entre operários e patrões. O discurso de Cerejeira é próximo ao de Leme e alinhado com a Santa Sé, que buscava estabelecer um espaço de atuação para o catolicismo no início do século XX. Neste discurso Cerejeira, utilizando-se do exemplo da Revolução Francesa, tenta sensibilizar os portugueses para uma possível desordem social caso haja um afastamento completo entre Estado e Igreja.

Posteriormente, em novo texto escrito em 1910 intitulado *Renascença Cristã*, Cerejeira se utiliza de exemplos de algumas conversões para o catolicismo, a fim de dar força ao seu discurso de recatolização em Portugal. Acadêmico em Coimbra, Cerejeira direcionou sua escrita para os exemplos de conversão de pensadores como: Ferdinand Brunetière, Paul Bourget, Joris-Karl Huysmans, François Coppée e Adolphe Retté, todos franceses, tendo dado ênfase em suas trajetórias intelectuais para alicerçar sua posição.

Quando se afirma a morte da Igreja a breve prazo, eis que as estrelas do céu se reacendem, uma fonte corrente de espiritualismo atravessa e penetra a Literatura, a Filosofia e a Arte, e as constelações do gênio vêm cair esfalfadas no seio da Igreja, aos pés da Cruz, assaltada dos vendavais – mas triunfante!<sup>92</sup>

A escrita de Cerejeira, nestes primeiros anos de acadêmico de Teologia, foi marcada pela utilização de exemplos de conversões para o catolicismo por parte de pensadores, principalmente franceses. Em outra publicação, *Peregrinos do mal e romeiros da graça*, de 1923, Cerejeira utilizou o exemplo Português de conversão para balizar sua escrita: a trajetória de António Joaquim Ferreira da Silva e Abílio Manuel Guerra Junqueiro.

Portugal viu desaparecer, além de outros, dois homens ilustres: Ferreira da Silva e Guerra Junqueiro: qual deles terá vivido melhor?  
Ferreira da Silva era um sábio autêntico e um católico fervoroso. Conhecendo por dentro a Ciência e vivendo nobremente a Fé, proclamou altivamente a harmonia das duas. A sua vida é feita de esplêndida unidade – por isso morreu como viveu.  
Junqueiro era um poeta com pretensões o sábio. Não conhecendo, *a fortiori*, não aumentando a Ciência, e não vivendo, - portanto, não compreendendo a Fé – declarou a incompatibilidade das duas! À medida, porém, que se avizinhava da morte, (isto é, à medida que melhor compreendia a vida) – foi renegando a vida, até a condenar, pelo menos parcialmente.<sup>93</sup>

O exemplo trazido por Cerejeira pretendia analisar a trajetória de vida dos dois pensadores e sua relação com o catolicismo. Utilizando desta analogia, o clérigo expõe a

---

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 89

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 124



necessidade de parceria entre ciência e fé. Em um início de século marcado pelo laicismo em Portugal, Cerejeira pretendia resguardar o papel da fé e do catolicismo como um agente complementar ao avanço da ciência. Guerra Junqueiro foi para Cerejeira o exemplo do péssimo pensador, do homem que não conseguiu transcender e trabalhar em comunhão com a Igreja. Os escritos do clérigo são repletos destes exemplos, sempre empenhado em demonstrar a necessidade da união entre a esfera acadêmica e a fé católica.

Partindo para o Brasil, Cerejeira utilizou o exemplo de Rui Barbosa.

(...) morreu também, de um vulgar acesso de uremia, aos 74 anos de idade, Rui Barbosa, “o maior brasileiro dos tempos modernos”. Este homem extraordinário, que foi quem construiu juridicamente o Estado brasileiro e dirigiu o movimento intelectual do Brasil durante mais de quarenta anos, resume na sua evolução intelectual a evolução do alto pensamento moderno. Revolucionário anti-católico na sua mocidade (como os seus grandes contemporâneos portugueses), a partir de 1894, com as suas Cartas de Inglaterra, começa a reconhecer o valor da Igreja para a regeneração da sociedade moderna. Ao mesmo tempo conseqüente consigo, (quantos falam para... encobrir o pensamento!), entrega a educação de seu filho Alfredo ao cuidado dos jesuítas (que perigoso reacionário!). Depois, quando volta ao Rio de Janeiro, passa a fazer a apologia calorosa da Acção da Igreja – na própria casa destes inimigos da civilização ... que muito grandes devem ser, para suscitarem admirações como a de Rui Barbosa e ódios como o dos jacobinos portugueses.<sup>94</sup>

Os três autores utilizados por Cerejeira para fundamentar seus escritos, os portugueses António Joaquim, Abílio Manuel e o brasileiro Rui Barbosa, morreram em 1923, ano da escrita do presente texto. O exemplo utilizado pelo clérigo buscou criar entre os portugueses a necessidade de criar laços com o catolicismo.

Além de Paul Bourget, romancista muito citado por Cerejeira, também há outro pensador muito presente em seus escritos: Jacques Maritain. Escrevendo sobre figuras ilustres em 1925, Cerejeira utiliza-se do mesmo artifício que rege grande parte de seus textos, as comparações entre intelectuais católicos e não católicos. Neste texto, *Figuras Ilustres*, realizou uma comparação entre as conversões do príncipe Vladimir Ghika e Jacques Maritain.

Vieram ambos para a Igreja Católica, por caminhos bem diversos: o príncipe pela prática da caridade, o filósofo depois de ter procurado em vão a verdade em todas as tendas que a charlatanice científica aí tem levantado com grandes cartazes anunciantes. Depois de sua conversão: Mas no seu espírito houvera mais uma justaposição de ideias novas, que uma fusão. Persistia toda uma mentalidade, fruto de sua formação intelectual, que dificilmente se combinava com a Fé Católica: Maritain sentia-se interiormente dividido.

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 126

Foi depois que descobriu S. Tomás de Aquino que a ordem entrou finalmente no seu espírito.<sup>95</sup>

Maritain<sup>96</sup> foi um pensador que estimulou vários intelectuais, tanto em Portugal, quanto no Brasil, chegando a influenciar o discurso natalino do papa Pio XII em 1945.<sup>97</sup> Comparações entre duas ou mais figuras de reconhecimento entre os portugueses foi a estratégia utilizada por Cerejeira para afastar o laicismo de Portugal. Como clérigo, Cerejeira estava em conformidade com a Santa Sé e possuía à sua frente o embate entre Estado e catolicismo firmado com o laicismo republicano. A ação intelectual do clérigo, enquanto acadêmico de Coimbra, foi totalmente voltada para o sentido de arregimentar, na esfera intelectual, cada vez mais adeptos às fileiras católicas. E Coimbra, como um espaço multifacetado, proporcionou um ambiente profícuo para que pudesse se alinhar com outros pensadores, forjar sua experiência com o catolicismo, e criar mecanismos de defesa para a instituição da qual era clérigo.

\*\*\*\*

Tanto nos textos de Cerejeira quanto nos de Leme podemos perceber como foco uma escrita direcionada, na tentativa de conter o avanço no laicismo, do cientificismo e do positivismo. Também fica claro a tentativa de retomada do espaço exercido pelos católicos no âmbito social, intermediando as relações entre as ações políticas e o povo de forma geral. Os dois clérigos utilizaram suas penas para protestar contra o laicismo, para promover o pensamento da Santa Sé, para arregimentar novos aliados na divulgação do pensamento católico e, com isso, fortalecer ainda mais seu discurso, sempre alinhado com as Encíclicas papais. Esse é um ponto importante de se destacar, a atuação dos clérigos impulsionados pelos apelos papais. Embora atuando em países distintos, os religiosos pertenciam à mesma instituição, e buscaram colocar em prática as diretrizes institucionais.

---

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 145

<sup>96</sup> Filósofo francês de orientação tomista teve relevante participação na *Action Française*.

<sup>97</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. 668f. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 490-491.

## 2 - MOVIMENTOS DE DIREITA E SUA APROXIMAÇÃO COM O CATOLICISMO

O segundo capítulo pretende analisar a atuação dos clérigos como agentes de restauração do catolicismo, bem como em movimentos conservadores criados pelo catolicismo, ou por leigos próximos ao catolicismo, que tiveram como intuito aproximar a Igreja do social e do político, criando resistência ao laicismo. O momento de instabilidade para os católicos gerado no início da República criou desarticulação institucional, e a Igreja necessitava apresentar algum tipo de resistência a esse processo. Além dos clérigos, intelectuais leigos também estiveram presentes neste processo. O catolicismo buscou apoio em movimentos que mantiveram como objetivo reavivar correntes conservadoras e religiosas frente ao avanço de políticas que colocavam em segundo plano a atuação dos religiosos. Evidente que os movimentos de direita conservadores buscavam também ver atendidas as suas demandas, entretanto, sob o lema da Pátria, Família e Deus, despertavam no catolicismo uma possibilidade de aproximação, mesmo que de forma indireta.

### 2.1 – Leme e a questão do conservadorismo

No Brasil Leme está inserido no processo de recristianização, no espaço social, recebendo auxílio de intelectuais como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e o padre jesuíta Leonel Franca. Destaca-se que o catolicismo sempre manteve grande influência na política social brasileira. Leme propôs uma mudança na forma de ação de resistência ao processo de laicismo, não pregando o confronto aberto, como alguns clérigos haviam feito, o que gerou até mesmo prisões. Ele propôs alcançar a intelectualidade brasileira, principalmente aos universitários, para ganhar força perante o Estado. Essa intelectualidade deve ser entendida como uma categoria ou classe social particular, distinguida pela instrução científica, técnica ou administrativa, chegando ao ponto de ser superior à média.<sup>98</sup>

Como já analisado, logo após o 15 de novembro de 1889 ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado, que foi imposta através de um decreto, sendo o mesmo confirmado posteriormente pela Assembleia Constituinte de 1891. É possível que tal decisão do Estado pouco

---

<sup>98</sup> BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

tenha afetado o chamado “catolicismo popular”, pois, uma vez que a maioria da população era católica, os fiéis continuaram com suas devoções e seus rituais diários. O processo de laicismo, porém, afetou profundamente o catolicismo da cúpula, dos bispos e padres que eram beneficiados pelo sistema do padroado. A Igreja passou a ser vista pelo Estado como hostil aos seus interesses, e com o desafio de ser repensada e reinventada em seu sistema burocrático.<sup>99</sup>

Em que o religioso, particularmente o cristianismo, pode interessar à história do político? O que há de comum entre a religião, que propõe a salvação no além, e a política, que rege a sorte dos homens nesta terra? [...] o pensamento liberal considera a religião como uma questão de ordem estritamente privada, e os autores da Lei de Separação se empenharam para que ela voltasse a sê-lo.<sup>100</sup>

A Lei de Separação forçou o catolicismo a buscar novos meios de atuação, e despertou novas lideranças no clero e no laicato. Essa nova fase do catolicismo brasileiro pode ser percebida ao analisar a dinâmica da Igreja no Brasil durante os primeiros anos do republicanismo, onde a instituição passou por uma reestruturação em seus alicerces e desenvolveu um processo intenso de romanização do catolicismo, até então com tendência à descentralização.

Após a contrarreforma do século XVI e, principalmente, após o Concílio Vaticano I 1869/1870, a Igreja tornou-se mais centralizadora e clericalizada. Foi na década de 1920 que cresceram os questionamentos sobre esse modo de ser do católico. Alguns defendiam um catolicismo mais sacramental e cristocêntrico.<sup>101</sup> A esse processo de reforma da Igreja dá-se o nome de romanização, como foi exposto, onde se pregava uma obediência maior do catolicismo ao papa. Durante a primeira República brasileira o catolicismo foi classificado como uma instituição anacrônica, inadequada para atender aos novos desafios dos tempos modernos.

Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros.<sup>102</sup>

---

<sup>99</sup> SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**, op. cit.

<sup>100</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p. 334.

<sup>101</sup> SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**, op. cit.

<sup>102</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p. 334.

Esse anacronismo católico deve ser ponderado. Embora os republicanos possam ter enxergado essa distância entre República e Igreja Católica, é preciso considerar o caráter social do catolicismo, não como uma estrutura rígida e inflexível, mas como uma instituição orgânica, ligada às mudanças sociais e políticas. A Igreja Católica antes do republicanismo estava muito mais ligada à figura do monarca do que à do papa, característica dos países que experimentaram o padroado. O contexto de laicismo que atravessava vários países despertou a necessidade de uma reaproximação entre o catolicismo e o papa. Assim, o discurso papal também se altera. O papa começa a apontar mudanças na atuação dos católicos, e, depois de certa oposição da Igreja ao mundo moderno, com o papado de Pio XI (1922/1939),

a Igreja assume uma posição de conquista, um esforço de cristianização da sociedade corroída pela chamada “peste do laicismo”. Ele retorna à orientação básica do Papa Pio X: *instaurare omnia in Christo*. A Igreja devia afirmar positivamente a sua presença no mundo. No Brasil, segundo o próprio Cardeal, o povo era marcado por uma profunda “ignorância religiosa”. O clero era, na sua análise, insuficiente diante deste país de tão grande extensão territorial. Muitos católicos nem se quer viam facilmente um padre. A catequese era fraca e deixava muito a desejar. A intelectualidade brasileira, salvo exceções, incrédula, poderia influir pouco diante da presença do laicismo, do Positivismo. Era preciso alguém muito capaz para fazer presente uma verdadeira recristianização da sociedade brasileira.<sup>103</sup>

Parte da vida religiosa de Dom Leme esteve inserida sob a orientação do pontificado do Papa Pio XI (1922-1939), com isso, Leme foi instruído já nessa vertente de conquista, inspirada nas novas diretrizes papais. O pontificado de Pio XI é visto como um ofício de conquista da cristianização perante a sociedade, aparentemente corrompida pelo processo do laicismo. No Brasil um dos pontos importantes nesse processo de reconquista está no laicato disperso e no número reduzidos de clérigos, que deixava várias regiões do Brasil sem assistência, além da falta de um líder nacional.<sup>104</sup> Para se ter êxito nas propostas descritas pelo catolicismo, e arregimentar militantes para suas conquistas, havia um modelo de leigo a ser formado, sob a fé teocêntrica e a submissão a um Deus todo-poderoso, gerando no fiel um sentimento da sua fragilidade. O fiel começa a se inserir em uma ordem natural que é preciso ser respeitada, ligada a uma sociedade fortemente estruturada por imagens paternas e familiares. Esse tipo de fiel deveria trilhar por

---

<sup>103</sup> SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**, op. cit., p. 10.

<sup>104</sup> *Ibidem*

regimes que se apoiavam numa figura de autoridade, atraído pelos sistemas hierárquicos nos quais cada um tem seu lugar, sem tensões nem rivalidades.<sup>105</sup>

As transformações ocorridas no Brasil durante o período de implementação da República impuseram certas modificações para o catolicismo, trazendo consigo questionamentos e provocações à Igreja, tais como seu possível anacronismo político, levantando a hipótese de ser o catolicismo uma instituição exclusivamente monárquica com pouca ou nenhuma utilidade para a República. Faltou perceber o catolicismo como um agente político, levando em conta que o simples ato da missa semanal pudesse ser carregado de ensinamento político, podendo moldar as condutas sociais e políticas dos fiéis praticantes.

A própria missa semanal, ou o culto, é carregado de influência em função de seu efeito repetitivo e sua valorização afetiva. [...] A homilia, os cantos, a prece universal são assim atualizações da mensagem que reúnem os crentes na sua vida quotidiana. [...] sob a luz do ensinamento sobre a unidade em Cristo, eles adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica confronto e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se “sujam as mãos”.<sup>106</sup>

Como agente ativo no processo de reconquista do espaço católico brasileiro, após publicar suas Cartas Pastorais que repercutiram com boa aceitação nacional, Dom Leme retornou para o Rio de Janeiro, marcando a nova fase do religioso na rearticulação do catolicismo e do laicato. Em sua nova função, na capital federal, começou sua busca por lideranças para fortalecer as estruturas católicas. Foi a partir desse momento que Jackson de Figueiredo, estimulado por Dom Leme, decidiu reunir um grupo de intelectuais católicos a fim de realizar o projeto de conseguir exercer uma atuação mais intensa com as forças políticas. A aproximação de Leme com leigos intelectuais trouxe nova fórmula de domínio religioso. Fugindo da esfera da autoridade religiosa, o leigo começou a ganhar papel de destaque na estrutura do catolicismo no Brasil.

Enquanto as declarações episcopais são uma constante da história da Igreja, uma nova forma de expressão organizada dos cristãos apareceu no século XX: os movimentos leigos. Sem dúvida, os séculos passados conheceram uma multiplicidade de obras dirigidas por notáveis e de associações de caridade, mas os movimentos confessionais são de uma outra natureza. Criados e animados por leigos, mesmo que pastores e capelães exerçam neles uma função importante, são representativos das aspirações

---

<sup>105</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

<sup>106</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p. 336.

espirituais e humanas de seus membros. Os movimentos como tais são lugares de formação total, particularmente cívica, extremamente rica pois que ela se encarna em ações concretas desenvolvidas em comunidades. Suas atividades, que em geral não comportam engajamentos políticos, a não ser em períodos excepcionais, ultrapassam em muito o quadro de seus membros; são com frequência reconhecidos como corpos representativos pelos poderes públicos.<sup>107</sup>

Partindo dessa tendência de estimular leigos a encabeçaram obras ligadas aos interesses religiosos, Jackson de Figueiredo foi um dos primeiros nomes de vulto nacional do laicato brasileiro com a criação do Centro Dom Vital. Fundado em 1922. Esse Centro recebeu o nome do religioso Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda entre 1871-1878 que havia sido preso por solicitar que os maçons fossem expulsos do Brasil. Ao ser questionado por suas atitudes, Dom Vital alegou que estava colocando em prática a encíclica do papa Pio IX.<sup>108</sup> O bispo capuchinho de Pernambuco se destacara em seu confronto com o Estado, em defesa dos princípios católicos ultramontanos, contrariando a perspectiva liberal da política da coroa.

O Centro também contou com a revista *A Ordem*, fundada em 1921, que se tornou o órgão difusor das ideias do movimento. O Centro conseguiu ir criando ramificações em outros estados, com vários membros de prestígio, entre eles Alceu Amoroso Lima, sucessor de Jackson a partir de 1928. Embora inclinado para a área cultural, mesmo assim Alceu desempenhou um papel político significativo na defesa dos interesses católicos com o Estado, atendendo ao pedido de Dom Leme.<sup>109</sup>

Rio de Janeiro, 11-1-931

O Centro Dom Vital é a maior afirmação da inteligência christã em terras do Brasil.

A obra grandiosa quem do saudoso Jackson de Figueiredo ao nosso Tristão de Athayde, vem ele desenvolvendo, só podem ficar (ilegível) os espíritos sem fé, sem coração e sem patriotismo.

É, pois, com entusiasmo de apóstolo e de brasileiro, que, elogiando e encarecendo a atuação do Centro Dom Vital, aqui deixamos fervoroso apelo em benefício da revista “A Ordem”.

Sebastião, Cardeal Arcebispo<sup>110</sup>

Analisando a trajetória do Centro, pode-se distinguir duas fases importantes. A primeira fase, dirigida por Jackson, é de intenso envolvimento político, em que a revista *A Ordem*, um

---

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>108</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A guerra religiosa na I República**. 2. ed., Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.

<sup>109</sup> *Ibidem*.

<sup>110</sup> Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima. 013 06 0879

jornalismo católico em defesa do governo estabelecido, reagia fortemente contra as pretensões revolucionárias do movimento tenentista. Sob esse aspecto, mantinha-se coerente com a própria orientação da hierarquia eclesiástica. Na década de 1920, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, o conservadorismo católico transformou-se numa força atuante, e que passou a contar cada vez mais na arena política nacional. A segunda fase foi sob a direção de Alceu Amoroso Lima.<sup>111</sup>

Outros nomes de relevância nacional também passaram pelo Centro Dom Vital. Entre os que aderiram às causas logo em seu primeiro momento estavam: Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, Jonatas Serrano e Tasso da Silveira, além do próprio Jackson de Figueiredo. Com o desenvolvimento das atividades do Centro e seu maior alcance, somaram nomes como o de Sobral Pinto, Alceu Amoroso Lima, Everardo Backheuser e Gustavo Corção.

Outro ponto importante a ser analisado foi a aproximação entre o Centro e os integralistas. Com a criação da AIB, muito filiados do Centro compuseram as fileiras integralistas devido à aproximação entre Salgado e a coordenação do Centro.

Percebe-se que o contato de Plínio Salgado com o Centro Dom Vital foi pautado por interesses múltiplos. A AIB contou com a adesão de católicos pertencentes ao Centro, como Alceu Amoroso Lima; e o integralismo teve no quadro de militantes a adesão de alguns católicos do Centro Dom Vital, porque propunha o desenvolvimento de uma sociedade cristã regida pelo princípio da autoridade, o que coincidia com as propostas da AIB.<sup>112</sup>

Com a morte de Jackson, Alceu assumiu seu lugar como líder do Centro. Por quase uma década, Alceu manteve as principais tendências de pensamento que Jackson havia desenvolvido. Foi contrário à Revolução de 30, caracterizando-a como fruto do pensamento liberal. Com o passar do tempo, Alceu começou a assumir uma postura mais aberta, em contraponto a outros membros do Centro Dom Vital, que continuavam fiéis à posição conservadora e tradicional de Jackson. O Centro Dom Vital se manteve atuante durante todo o período. Não obstante, diversos de seus membros passaram a agir também em outros movimentos, tornando-se, inclusive, fundadores de alguns deles.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio (Orgs.). **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

<sup>112</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**, op. cit., p. 85.

<sup>113</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: Educam, 2003.



Em suma, o Centro Dom Vital cumpriu o papel de aglutinador de forças que eram organizadas para, em seguida, serem redistribuídas de volta ao social, como ressalta a relação do Centro com os movimentos religiosos de massas e com os demais organismos. O Centro foi também o reelaborador das doutrinas orientadoras das atividades católicas, conforme os programas desenvolvidos para atingir diretamente os intelectuais. Submetido às orientações do episcopado, ele contribuiu decisivamente para a obra restauradora católica no Brasil.<sup>114</sup>

Para fortalecer ainda mais a atuação da Igreja na sociedade, foi criado em 1929, pelo próprio Alceu, em conjunto com o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica (AUC), sendo o Cônego Manuel Macedo designado por Dom Leme como assistente eclesiástico. A AUC conseguiu arregimentar um grupo de jovens universitários para transmitir os princípios católicos no meio acadêmico. “Nas Faculdades, os “aucistas” enfrentavam os comunistas em ásperas contendas. No meio católico, os rapazes da AUC faziam propaganda pela pena, e, mais tarde, pelo apostolado litúrgico”.<sup>115</sup>

Mesmo o movimento não possuindo caráter partidário, a AUC começou a ganhar conotações políticas definidas. Uma das bandeiras levantadas por esses jovens era a defesa da fé católica diante do avanço do Estado laico, de acordo com as diretrizes do episcopado, estabelecidas por Dom Leme. É fato que vários “aucistas”, como eram conhecidos, militaram nas fileiras da AIB. As estratégias de atuação católica não pouparam esforços para arregimentar novos contingentes para suas fileiras.

Seguindo o mesmo modelo do Centro Dom Vital, a AUC começou a se expandir para outros estados, criando ramificações cada vez mais profundas nos espaços acadêmicos.

Em seguida, o movimento começou também a incluir os alunos que estavam concluindo o curso secundário, mediante a organização da Pré-AUC. O primeiro grupo de pré-aucistas foi fundado no Rio de Janeiro, com o apoio dos irmãos maristas. Ao participar do Congresso Eucarístico Nacional, em Salvador, em setembro de 1933, Alceu estimulou também os alunos do Colégio Nossa Senhora da Vitória a seguirem o exemplo do Colégio São José. Em outubro desse mesmo ano, era fundado o grupo pré-aucista, destinado a formar uma “mocidade crente e patriota” disposta a “trabalhar por Deus e pela pátria”.<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem, a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 92.

<sup>115</sup> GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**, op. cit., p. 303.

<sup>116</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, op. cit., p. 41.

Posteriormente, a AUC foi incorporada pela Ação Católica Brasileira, fundada em 1935, transformando-se depois no grupo específico da Juventude Universitária Católica (JUC).<sup>117</sup> Outra ação tomada pela Igreja como estratégia de reconquista de seu espaço no cenário político brasileiro foi a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Com a proximidade das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, Dom Leme apresenta aos membros do episcopado nacional um novo organismo da Igreja Católica: a LEC (Liga Eleitoral Católica). O projeto foi apresentado por Dom Leme em caráter confidencial ao episcopado, que já havia decidido durante a reunião da inauguração do monumento ao Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em outubro de 1931, que como linha geral não haveria a criação de partidos políticos em favor de uma arregimentação eleitoral. O programa já havia sido analisado maduramente por técnicos e, caso fosse aceito pelas dioceses, os resultados seriam positivos.<sup>118</sup>

Mesmo com grande parcela dos católicos se filiando ao integralismo, e até mesmo com o apoio explícito de Alceu Amoroso para que essa afiliação ocorresse, a maioria dos bispos não concordava em enquadrar o integralismo como um braço do catolicismo ou como uma entidade representante das ideias católicas. Havia também a ideia de que os religiosos deveriam ficar à margem do processo político, apenas orientando seus fiéis de forma suprapartidária.<sup>119</sup>

Inspirada no modelo desenvolvido pelo bispo de Campinas, Dom João Batista Nery, que em 1913 fundou em sua diocese uma associação com objetivo de auxiliar os católicos na hora de votar, a Liga Eleitoral Católica (LEC) surgiu em 1932 no Rio de Janeiro.<sup>120</sup> O objetivo principal da Liga era estimular os católicos para as questões ligadas à política e, com isso, centralizar suas forças nos candidatos que tinham propostas ligadas aos interesses eclesiásticos. Embora não tenham tido *status* de partido político, uma vez que não lançaram candidatos próprios, as ligas, de modo geral, tinham grande força política, pois, por não terem estatutos políticos específicos, podiam apoiar qualquer grupo político, desde que conseguissem alcançar seus interesses.<sup>121</sup> A LEC foi uma das principais estruturas do catolicismo brasileiros dos anos 1930 a ganhar prestígio

---

<sup>117</sup> *Ibidem*.

<sup>118</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. Episcopado mineiro e revolução de 1930: um estudo de caso. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2011. Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos, Juiz de Fora. **Anais...** 2011. p. 7-8.

<sup>119</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, *op. cit.*

<sup>120</sup> BRITO, Eliane Maria. **A romanização do Espírito Santos**: D. João Nery (1896-1901). 2007. 196 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>121</sup> RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

político e social. Alguns políticos almejavam a possibilidade de terem seus nomes publicados nas listas divulgadas pela LEC.

A formação estrutural da Liga contou com o auxílio de Dom Leme e a liderança de Alceu. A LEC fez suas primeiras atuações nas eleições municipais de 1933, eleições essas que contaram com o primeiro voto feminino. Mesmo não tendo todos os poderes de um partido político, as ligas possuíam grande importância no cenário político do país, pois, através de coalizões, deixavam suas pretensões às claras nas arenas políticas.<sup>122</sup>

A atuação da LEC no cenário político brasileiro pode ser dividida em duas etapas: de sua fundação até o ano de 1937, momento de grande desenvolvimento e conquistas no campo político e o período de redemocratização, já bem mais sucinta. Embora a Liga tenha se caracterizado como uma entidade extrapartidária, tinha um foco muito intenso no anticomunismo.<sup>123</sup> É importante ressaltar que, para garantir seus interesses e ganhar terreno em algumas localidades, a LEC chegou a fazer alianças com partidos políticos, como no caso do Ceará, com o Partido Social Democrata.

A Igreja emergiu nesse período como um ator social poderoso, com acesso privilegiado aos líderes do governo brasileiro. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), primeiro bispo e mais tarde o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, foi uma figura-chave nessa transição. Leme foi um líder experiente, cujo talvez mais sábio movimento era forjar uma aliança com Vargas. Ambos se beneficiaram com esse relacionamento. Com a ajuda de Leme, Vargas foi capaz de tomar o poder de forma pacífica. Além disso, Leme utilizava as organizações católicas que ele ajudou a criar (a exemplo da LEC) para apoiar as políticas de Vargas. Em contrapartida, Vargas ajudou o catolicismo a retornar à condição de religião oficial e garantiu que valores-chave do catolicismo – a exemplo da proibição do divórcio – tornassem-se leis.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> *Ibidem.*

<sup>123</sup> MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>124</sup> KEARNEY, Christine A. The Brazilian Church: Reintegrating Ontology and Epistemology. In: MANUEL, Paul Christopher; REARDON, Lawrence C.; WILCOX, Clyde (Eds.). **The Catholic Church and the Nation-State: Comparative Perspectives**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2006. p. 155. Tradução nossa de: “The Church emerged in this period as a powerful societal actor in its own right, one with privileged access to Brazil’s government leaders. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), first the bishop coadjutor and later the cardinal archbishop of Rio de Janeiro, was a key figure in this transition. Leme was a savvy leader, whose perhaps wisest move was to forge an alliance with Vargas, Brazil’s modernizing dictator and a very influential political figure for much of the twentieth century. Both men benefited from the relationship. With Leme’s help, Vargas was able to take power peacefully. In addition, Leme periodically used Catholic organizations he had helped establish (e.g., the Catholic Electoral League) to support Vargas’s policies. In return, Vargas helped Catholicism be reinstated as Brazil’s official religion, and he ensured that key Catholic values – such as a ban on divorce – became public policy”.

O principal resultado que a LEC pôde dar ao catolicismo foi a possibilidade de trocas políticas com os líderes do governo do Brasil. Dom Leme atuou de forma massiva nesta trama política e de apoio a Vargas. Com a ajuda de Leme, Getúlio foi capaz de tomar o poder em 1930. Além disso, Leme periodicamente usava de organizações católicas para apoiar as políticas de Vargas, que por sua vez ajudou a garantir leis que vinham sanar algumas demandas católicas, como a proibição do divórcio.

O corporativismo de Vargas é apenas um exemplo da ampla – embora não completa – sobreposição de interesses e valores que existiam entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. A perspectiva conservadora, anticomunista, urbana e de classe média da Igreja se entrosava muito bem com o direcionamento com o “progresso” ordenado. Isso significava que a hierarquia católica apoiou largamente as iniciativas do governo durante esses anos. Isso não é uma surpresa. Pois embora a Igreja tenha ganhado independência institucional do Estado brasileiro e tenha se tornado um forte ator político, ela tinha sido moldada de maneiras importantes pelos mesmos fatores históricos e sociológicos que moldaram a elite governante do Brasil.<sup>125</sup>

O corporativismo de Vargas contemplou interesses do Estado e do catolicismo, e este, por sua vez, viu surgir um Estado conservador, ordeiro e, principalmente, anticomunista, visto que o principal medo dos católicos era o avanço do comunismo. O catolicismo com o apoio a Vargas ganhou a liberdade institucional e ainda viu suas reivindicações serem atendidas, tudo isso dentro de políticas sociais austeras, impostas por políticas totalitárias. A LEC foi a grande moeda de troca do catolicismo para voltar a atuar próximo ao governo.

O catolicismo no Brasil não se limitou à atuação política da LEC e criou mais mecanismos de inserção social, entre eles a Ação Católica. Organizada no ano de 1935 como uma tentativa de frear o avanço da Aliança Nacional Libertadora, a Ação Católica se estruturou como um movimento católico de âmbito nacional.<sup>126</sup> O papel inicial da Ação Católica Brasileira (ACB) foi a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo da atuação

---

<sup>125</sup> KEARNEY, Christine A. The Brazilian Church: Reintegrating Ontology and Epistemology. In: MANUEL, Paul Christopher; REARDON, Lawrence C.; WILCOX, Clyde (Eds.). **The Catholic Church and the Nation-State: Comparative Perspectives**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2006. p. 155. Tradução nossa de: “Vargas’s corporatism is just one example of a broader – though not complete – overlap of interests and values that existed between the Brazilian Catholic Church and the Brazilian state.<sup>23</sup> The Church’s conservative, anticommunist, urban-middle-class outlook meshed well with the state’s drive for orderly “progress.” It meant that the Catholic hierarchy largely supported government initiatives during these years. This is not surprising. For even though the Church had gained institutional independence from the Brazilian state and had become a strong actor in its own right, it had also been shaped in important ways by the same historical and sociological factors that had fashioned Brazil’s governing elite”.

<sup>126</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, op. cit.

política.<sup>127</sup> Como a LEC só ganhava força em períodos eleitorais, o episcopado brasileiro necessitava de um órgão religioso ativo a todo momento, e a Ação Católica cumpriria esse papel.

Sob o ponto de vista político, a fundação da Ação Católica obedecia a duas finalidades principais: garantir, por um lado, as conquistas católicas obtidas na Constituição de 1934 e, por outro, criar uma força de resistência ao avanço das ideias comunistas. O pânico anticomunista, já existente nos meios católicos, assumia proporções maiores ainda diante da ANL. O perigo vermelho era visto por todos os lados: no Exército, nos sindicatos, nas escolas e no próprio âmbito do governo.<sup>128</sup>

Com grande poder de arregimentação do laicato brasileiro, a Igreja lutou por uma aproximação de suas bases com o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de receber em troca uma ação firme do governo contra o avanço do comunismo. Em contrapartida, o poder público deveria apoiar as organizações religiosas. Esse equilíbrio proposto visava colaborar com a expansão do catolicismo e criar estabilidade social ao governo Vargas.<sup>129</sup>

A ACB seguia os moldes do modelo proposto pelo Papa Pio XI, com seu caráter de poder centralizado sob as normas clericais. Também a Ação Católica contou com Dom Leme em sua organização geral, e Alceu Amoroso compondo a direção executiva.<sup>130</sup> Um dos primeiros fundamentos colocados em prática pela ACB diz respeito aos ensinamentos sobre a doutrina da Igreja ministradas aos operários, que deveriam ser feitos de preferência por colegas de profissão, com formação prévia. Esse processo de doutrinação teria início com os jovens, utilizando o método *ver, julgar e agir*, método esse adaptado à mentalidade do operário.<sup>131</sup>

Em novembro de 1937 a Ação Católica realizou sua primeira Semana Nacional. Com o desenvolvimento das políticas varguistas durante o Estado Novo, os membros da Ação começaram a ver suas demandas atendidas. No decorrer do ano de 1938 a Ação começou a perder sua grande liderança. Alceu, muito próximo das ideias de Jacques Maritain, começou a questionar a proximidade da Igreja com o autoritarismo de Vargas durante o Estado Novo. “Com o correr do tempo, na direção da Ação Católica, fui cada vez mais me afastando da minha posição direitista anterior [...] Daí por diante, fui gradativamente caminhando em direção de um

<sup>127</sup> SOUZA, Ney. Ação católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de cultura Teológica**, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006.

<sup>128</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, op. cit., p. 27.

<sup>129</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Capanema**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Paz e Terra, 1984.

<sup>130</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, op. cit.

<sup>131</sup> SOUZA, Ney. **Ação católica, militância leiga no Brasil**, op. cit.

catolicismo aberto, democrático e reformista”.<sup>132</sup> Isso gerou forte polêmica, com divergências acentuadas entre seus membros, alguns dos quais deixaram as fileiras da Ação Católica.

A Ação Católica não é uma associação a mais que se vem enfileirar ao lado das outras como qualquer uma delas, na floração das obras diocesanas e paroquiais. A Ação Católica paira em esfera superior; uma organização que, sob a dependência imediata da hierarquia, aos católicos leigos de todas as condições sociais e às obras católicas de todo gênero proporciona e facilita a colaboração no apostolado da Igreja. Aí o motivo por que a A. C. não deve confundir-se, nem mesmo aparentemente, com qualquer associação ou obra de fins particularizadas, todos os católicos e todas as obras têm o seu lugar de honra e de dever.<sup>133</sup>

O discurso, principalmente após 1937, começa a baixar o tom. As disputas e lutas aguerridas contra supostos males externos e internos começam a serem apaziguadas. O discurso perde sua polarização, e a Igreja começa a trilhar o caminho da neutralidade.

Para cúmulo se estabelecera pouco a pouco a convicção de que Deus “estava à direita” e que a opção entre Esquerda e Direita coincidia literalmente com a opção por Deus ou contra Deus, por Cristo ou contra o Cristo, pela Igreja ou contra a Igreja. Certo é que muitos indícios permitiram a confusão, pois na ausência de um conhecimento mais profundo do verdadeiro espírito da Igreja, muitas consciências puríssimas, muitos caracteres retos, muitos homens de boa vontade, desejosos de servirem à sua Fé, aderiam aos partidos políticos da extrema direita, como se fossem a própria expressão da Palavra Divina. Não é menos certo, também, que Pio XI, o grande Papa que o nosso Cardeal tanto admirou e que pagou na mesma moeda a veneração dele recebida, é certo que Pio XI lançando a Ação Católica, fora e acima dos partidos políticos, dera a todo o orbe católico a indicação do verdadeiro caminho a seguir na tremenda crise de perplexidade que agitava o mundo desde o fim da guerra de 14. A Igreja recusava a sua incorporação a um dos extremos do anfiteatro político. Não se considerava, nem à esquerda, nem à direita. Colocava-se no seu verdadeiro e único lugar possível – no centro e acima de todas as divisões acidentais de ordem política.<sup>134</sup>

Devemos pensar Dom Leme como um homem articulado em seu modo de agir. Um homem que participava de ações, discursos e encontros pastorais, assim como tinha atitudes contra o governo e, ao mesmo tempo, em momento mais íntimos, abria caminho para uma troca de interesses, como fez na LEC.<sup>135</sup> Longe das atividades políticas diretas, Leme se utilizou dos seus homens de confiança para desempenharem suas determinações. Um homem muito próximo dos interesses políticos e, ao mesmo tempo, sem atuação pessoal, pois se camuflava sob as

<sup>132</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 153.

<sup>133</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **O Cardeal Leme: um depoimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. p. 146.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 199.

<sup>135</sup> BALDIN, Marco Antonio. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 159 f. (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2014.

atitudes de seus designados. Quando foi questionado sobre a possibilidade de o bispo de Minas Gerais, Dom Helvécio, assumir como interventor do governo, logo nos primeiros anos do governo Vargas, Leme recorreu às regras da Santa Sé. Mesmo deixando Dom Helvécio, que era próximo a ele, em situação complicada com as autoridades papais, foi pontual e agiu em conformidade com a Doutrina da Igreja.<sup>136</sup>

## 2.2 – O processo de reestruturação do catolicismo em Portugal: a atuação de Manuel Cerejeira

Ativo no contexto de transformações em Portugal, Cerejeira esteve inserido de forma direta em mecanismos de reafirmação dos ideais católicos no país. Já clérigo, entretanto acadêmico, Cerejeira ajudou na fundação do periódico *Imparcial*, um semanário católico que circulou em Coimbra. Lançado em 1912 sob direção do próprio Cerejeira, o jornal também contou com a colaboração de Pacheco de Amorim, Luís Teixeira das Neves, Lemos de Oliveira, José Nosolini, João de Castro, Augusto Morna, Francisco Veloso, além de António Oliveira Salazar. O periódico foi lançado em um momento delicado para o catolicismo, com a recém-instaurada República de base laica, manifestações de cunho religioso eram duramente reprimidas. O *Imparcial* trazia em seu cerne a luta pela retomada de espaço por conta dos católicos, e por esse motivo pregava a não filiação a nenhum tipo de sistema político; não desejavam o retorno da monarquia, tampouco eram republicanos. Lutavam apenas pela manutenção e sobrevivência da Igreja, e este foi o principal lema do jornal. Este desapego ao monarquismo fazia parte do discurso de uma ala do catolicismo, que era contrária às regalias dadas à elite eclesiástica por parte do padroado, e também entendia que o estado laico não era exclusividade do republicanismo, mas já vinha ocorrendo desde os últimos anos da monarquia.<sup>137</sup>

Estudante ativo nos anos em que viveu em Coimbra, Cerejeira não só desenvolveu seu lado intelectual e acadêmico, como também fez presente sua função de clérigo frente aos desgastes instaurados pelo laicismo. Atuando como professor, escritor e sacerdote, lançou mão dos mecanismos criados para a defesa do catolicismo. Como já mencionado, o ingresso de

---

<sup>136</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. **Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)**. 2010. 349 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

<sup>137</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit. 35-38.

Cerejeira em Coimbra não foi algo ocasional, mas sim uma tentativa de resgate do aspecto religioso na faculdade de Teologia. Para além das publicações e palestras ministradas pelo clérigo em favor do catolicismo, Cerejeira também foi militante do CADC e do Centro Católico Português. Nestes dois grupos esteve ao lado de António Salazar.

O CADC de Coimbra, fundado em 1901, foi o primeiro implantado em Portugal, e o que conseguiu maior visibilidade nacional. O CADC manteve como principal foco garantir no meio académico o distanciamento intelectual das práticas laicas, antirreligiosas e anticatólicas. É importante destacar que não foi um movimento de combate aos ideais implantados pelo republicanismo, visto que foi fundado ainda no período monárquico, entretanto vem confirmar que o catolicismo já vinha sofrendo perda de poder mesmo antes de 1910.<sup>138</sup> Inspirado nas Encíclicas de Leão XIII, o CADC atuou próximo dos modelos dos Círculos de Estudos existentes tanto na França quanto na Itália, com o propósito de apoio à imprensa católica e às ordens religiosas. Em Coimbra o CADC assumiu a função de reorganizador social.<sup>139</sup>

O objetivo do CADC era formar uma elite intelectual católica com aspectos de associação apartidária, na expectativa de se criar uma via política alternativa ao republicanismo e ao monarquismo, uma terceira via.

Esse propósito foi partilhado pelo próprio Cerejeira, segundo o qual o CADC pretendia ser uma “escola normal superior dos estudos católicos”, com o objetivo de formar uma elite de “apóstolos leigos da Igreja”. Partindo à “Reconquista de Portugal”, este escol empreenderia a regeneração social, cultural, religiosa e política do país.<sup>140</sup>

Alvo dos republicanos, o CADC sofreu várias tentativas de fechamento, entretanto, funcionou por vários anos como reduto católico dentro do principal centro formador de académicos de Portugal, sobrevivendo como um projeto da presença católica no meio social do país.

No âmbito dos mecanismos utilizados pelo catolicismo para se manter vivo em Portugal, o Centro Católico Português cumpriu papel importante. Os mais diversos agrupamentos criados em Portugal e em outros países, como no caso brasileiro, possuem como principal objetivo a manutenção e o fortalecimento das estruturas do catolicismo, protegendo seus interesses junto à

---

<sup>138</sup> BRITES, Joana. **Construir a História:** a sede do CADC de Coimbra. *Lusitania Sacra*, Lisboa, n. 19-20, p. 121-169, 2007-2008. p. 124.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>140</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit. p. 34.



esfera social e política. A ameaça do laicismo fez com que a instituição religiosa lançasse mão de várias esferas sociais, formando leigos para saírem a campo combatendo os possíveis inimigos da Igreja. Formado em Braga no ano de 1917, o Centro Católico foi a concretização dos apelos do episcopado português para a inserção dos católicos na política.<sup>141</sup>

Conquanto a hierarquia católica, declaradamente, nunca tivesse apoiado a restauração do regime deposto, afirmando sempre que à Igreja era indiferente haver Monarquia ou República, é compreensível, atendendo à orientação ferozmente anticatólica da política republicana, que alguns chefes religiosos preferissem um regresso à situação anterior a 5 de Outubro de 1910. Porém, foram compreendendo (...), que o regresso da Monarquia era difícil, sendo preferível lutar, no seio das instituições republicanas, pelas liberdades da Igreja. O episcopado apadrinhou, assim, o surgir de um movimento que pretendia unir todos os seus fiéis em volta do Centro Católico que, no Parlamento, defendesse, democraticamente, as chamadas liberdades da Igreja.<sup>142</sup>

A questão exposta sobre as preferências católicas quanto ao regime constituído é clara: não havia interesse absoluto quanto ao retorno ao monarquismo. Parte do clero enxergava o fim do padroado como algo positivo para a instituição, dando maior liberdade e aproximação junto a Santa Sé. Por outro lado, o golpe sofrido pelo republicanismo fazia com que parte do clero se aproximasse dos monarquistas para manter seu *status quo*. Não havia um consenso, e, como já mencionado, uma terceira via neutra foi a conduta utilizada pelo clero. No entanto, em 1917, o clero propôs intervir diretamente nos rumos políticos do país, convocando leigos católicos para assumirem postos políticos e defenderem as demandas da instituição. Embora negando a formação de um partido político, o CCP lançou vários nomes nas eleições legislativas.<sup>143</sup>

A hierarquia esperava que, continuando a ser católica a maioria dos portugueses, o Centro conseguiria rapidamente uma considerável representação que, na Câmara dos Deputados, lograria sobrepor -se aos grupos parlamentares que insistiam na política laicizadora. Para esse desiderato, os bispos confiavam que os párocos, esquecendo ressentimentos e interesses partidários, influenciassem os eleitores das suas paróquias que, disciplinadamente e obedientemente, votariam nos candidatos indicados pelos dirigentes.<sup>144</sup>

O fortalecimento do catolicismo era o principal objetivo da criação e manutenção de movimentos formados ou não por lideranças religiosas, que pretendiam afastar eventuais

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>142</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A resistência e o acatamento à República no seio do clero português**. Lusitania Sacra, Lisboa, 24 (julho – dezembro 2011), p. 25 – 41. p. 40.

<sup>143</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A resistência e o acatamento à República no seio do clero português**, loc. cit.

<sup>144</sup> MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A resistência e o acatamento à República no seio do clero português**, loc. cit.

problemas trazidos com o laicismo. Tanto no Brasil quanto em Portugal foram criados vários órgãos católicos ou próximos ao catolicismo, para resguardar a sobrevivência da instituição com as transformações advindas do republicanismo. Havia a necessidade de mostrar força frente ao novo regime político nascente.

### 2.3 – Integralismo Lusitano e catolicismo

O integralismo foi o grande movimento conservador leigo, com ampla adesão nacional, que manteve como proposta atuar próximo do catolicismo. Para investigar a atuação e o alinhamento do integralismo junto ao catolicismo, é necessário retomar ao Pontificado de Pio X e sua postura frente ao modernismo. A Encíclica *Pascendi Dominici Gregis* destacava um ataque firme por parte da Igreja contra o avanço modernista.

A circular recomenda uma série de medidas contrárias: cultivo da filosofia escolástica, demissão de professores modernistas, severa censura das publicações teológicas, nomeação de autoridades supervisoras em cada diocese etc. A encíclica exigia até a deposição de professores “Qui in histórica re, vel archeologica vel bíblica nova student”. As reações bem ásperas de alguns “modernistas” ainda puseram mais lenha na fogueira e levaram à introdução do juramento antimodernista (1º de setembro de 1910, em vigor até 1967), a ser prestado antes de alguém receber as ordenações ou qualquer função na Igreja.<sup>145</sup>

Diante do avanço modernista e do cientificismo, um grupo de fiéis se uniram sob as orientações do papa e formaram uma frente de oposição: os integralistas. Estes indivíduos buscavam nos ensinamentos do papa as respostas para o desenvolvimento das ciências e artes, também no âmbito particular e político. Guardada as peculiaridades nacionais, os integralismos lusitano e brasileiro possuíram grande ligação com o catolicismo, e buscaram manter um olhar conservador tanto político quanto social.

Portugal implementou antes do Brasil o que denominou Integralismo Lusitano. Criado no contexto da Primeira Guerra Mundial, o Integralismo Lusitano esteve inserido como fruto de inquietudes advindas de alunos e ex-alunos da universidade de Coimbra. Originalmente era

---

<sup>145</sup> LENZENWEGER, Josef, STOCKMEIER, Peter, BAUER, Johannes B., AMON, Karl, ZINHOBLE, Rudolf. **História da Igreja Católica**, São Paulo, Edições Loyola, 2006, p. 284.

apenas um clube monárquico com uma revista própria, entretanto, com a implantação da República, assumiu postura política. Suas referências teóricas têm por base a *Action Française*.<sup>146</sup>

O integralismo é o primeiro movimento ideológico português do século XX, tendo o mérito de ter conseguido articular uma série de correntes anteriores num conjunto coerente; o seu grande problema, a razão por que não vingou enquanto movimento político, foi exatamente esse: a sua coerência teórica, que implicava pouco sentido prático e pouca flexibilidade.

O integralismo vai beber no essencial ao pensamento conservador de Maurras, mas é um movimento que tem muito a ver com as peculiares condições nacionais. Ele surge nos primeiros anos da República a partir de jovens monárquicos exilados. (...) É um grupo que alia um profundo desprezo pela República a um desprezo ainda maior por D. Manuel e pela Monarquia liberal dos últimos tempos. Para eles, os liberais no seu conjunto são considerados os “inimigos de dentro”, os que lançaram a pátria na perdição<sup>147</sup>

Seus principais pensadores foram António Sardinha e Rolão Preto. O integralismo lusitano pode ser dividido em três fases, sendo a primeira da sua fundação até 1917-18, início do governo de Sidónio Pais. Uma segunda fase finda em 1922, com a tentativa de organização de um movimento político. A terceira se estende até 1932, ano de sua dissolução.<sup>148</sup> Os objetivos monarquistas do integralismo não eram apenas de restauração do regime encerrado em 1910, mas sim uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista. E esta luta ficou mais acirrada com a imposição por parte do governo português em participar, ao lado dos aliados da Primeira Guerra.<sup>149</sup>

Enquanto movimento intelectual e político, com o mínimo de unidade orgânica, o IL mantém-se em atividade entre 1914 (data de lançamento d' A Nação Portuguesa) e 1932, quando a sua Junta Central decreta a autodissolução. A sua influência nestes dois campos extravasa, no entanto, esta barra cronológica.<sup>150</sup>

O integralismo surgiu não apenas como uma reação aos ideais aplicados na República, mas como uma reação ao que classificavam de centrismo, a “ditadura de Lisboa”, ao positivismo, ao modernismo e ao liberalismo. O auge do Integralismo Lusitano ocorreu entre 1921-1922, com

<sup>146</sup> PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis**, op. cit., p. 24

<sup>147</sup> TELO, António José. **Primeira República II: como cai um regime**. Lisboa: Editorial Presença, 2011. p. 174.

<sup>148</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**, Op. Cit. p. 223

<sup>149</sup> PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis**, Op. Cit. p. 25

<sup>150</sup> PINTO, António Costa. **A formação do integralismo lusitano (1907-1917)**. Revista Análise Social vol XVIII (72,73-74), 1982-3º - 4º - 5º, 1409-1419

a crescente influência do movimento católico, de movimentos nacionalistas e militares conservadores.<sup>151</sup>

A primeira coisa a ter em conta é que o integralismo se constrói a partir de muitas obras distintas e diferentes, que mudam ao longo dos anos, sem nunca ter uma doutrina oficial, pelo que há contradições entre os seus autores. Tendo isto em conta, pode ser acrescentado que a resposta integralista passa por um regresso aos valores e à sociedade tradicional do passado, numa base renovada. O ideal integralista é uma sociedade dominada pela ruralidade (o urbanismo era apontado como uma das fontes dos males), onde a província seria governada naturalmente pela aristocracia, amplamente descentralizada, respeitadora da natureza com o qual viveria em harmonia, alicerçada nos tradicionais valores católicos, tendo a família no seu centro. Era um regresso à ruralidade, mas a uma ruralidade já com preocupações ambientalistas e de preservação da natureza. Os integralistas reconheciam que as cidades não iriam desaparecer, pelo que deviam ser governadas pelas corporações, inspiradas nas organizações da Idade Média, onde se uniriam trabalhadores e patrões numa obra comum.<sup>152</sup>

O integralismo trazia em seu cerne, guardada as peculiaridades de seus ideólogos, pontos em comum com a doutrina católica. Vislumbrava a necessidade de retorno, não a monárquica liberal do século XX, mas ao papel fundamental dado à Igreja dentro do Estado. Também era de seu interesse a ação intermediária entre os produtores e seus funcionários e entre o Estado e o povo, bem próximo do que já havia reivindicado Leme em sua Carta Pastoral no Brasil. A grande questão entre integralistas e católicos era que, com o passar dos anos, e principalmente com a chegada de António de Oliveira Salazar ao governo, o catolicismo português foi alterando seu discurso contra o regime e se mostrava cada vez mais ativo politicamente, como visto na criação do Centro Católico, que manteve o intuito de conquistar participação ativa na política.

O Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira possuíram bases semelhantes de atuação, de princípios teóricos e de estruturação. Não se pretende afirmar que o caso brasileiro foi uma cópia do português, visto que os movimentos surgiram em contextos distintos e reservando as peculiaridades nacionais, entretanto, os dois estão inseridos em contextos de mudanças em âmbito nacional, e estão inseridos também em realidades supranacionais.

Ao analisar o congênere português, o Integralismo Lusitano (IL), vê-se que foi com a implantação da república em Portugal, no ano de 1910, que os teóricos do movimento iniciaram leituras de pensadores como Gustave Le Bon, tendo inclusive essa manifestação teórica no grupo francês conservador *Action Française* que foi a base de toda a organização política de Plínio Salgado, na década de 1930. As relações de

---

<sup>151</sup> TELO, António José. **Primeira República II**, Op. Cit. p. 179

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 174

influência entre os movimentos conservadores da Europa e o integralismo brasileiro são inegáveis.<sup>153</sup>

O apelo ao nacionalismo, o anticomunismo e a presença de intelectuais católicos nas suas origens são aspectos em comum entre os dois integralismos. Outro aspecto importante foi a luta contra os avanços modernizadores em que os dois países estavam passando.<sup>154</sup>

Ao contrário do movimento brasileiro, o português não tinha um líder único e hegemônico e, sim, um grupo de universitários, que haviam acabado de sair da Universidade de Coimbra: José Hipólito Vaz Raposo, Luís de Almeida Braga, António de Sousa Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Pequito Rebelo e Francisco Rolão Preto. Apesar dessa organização pautada na inexistência oficial de um líder único e hegemônico, António Sardinha era visto como uma espécie de mentor.<sup>155</sup>

A Universidade de Coimbra, principal centro formador de Portugal no início do século XX, foi o berço para inúmeros movimentos nacionalistas de várias vertentes, tanto católicas quanto monárquicas, republicanas, conservadoras, enfim, foi em Coimbra que as ideais intelectuais se inspiravam.

## 2.4 – Ação Integralista Brasileira e o catolicismo

Fundado oficialmente após o *Manifesto de Outubro*, divulgado em 7 de outubro de 1932, a AIB foi o resultado de anos de articulações políticas feitas por Plínio Salgado.<sup>156</sup> Para analisar as características essenciais do integralismo é imprescindível compreender alguns aspectos da trajetória política de Salgado, principalmente por este ter exercido a liderança suprema da AIB no decorrer da atuação do integralismo. Salgado nasceu em família católica, e desde cedo foi introduzido em um profundo tradicionalismo.<sup>157</sup> Em 1922 integrou a geração de modernistas, participando da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, que foi marcada pela tentativa de resgate de um forte senso nacionalista. Salgado foi um dos líderes do Manifesto Verde-

<sup>153</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**, op. cit. pág.71

<sup>154</sup> Ibidem, p. 225

<sup>155</sup> Ibidem, p. 228

<sup>156</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>157</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. **Lusitânia Sacra**, v. 26, p. 133-154, 2012.

Amarelismo, que surgiu de influências trazidas por ele da Semana de Arte Moderna, e também do Movimento Anta, uma radicalização inspirada em regimes totalitários europeus e com grande apelo a um nacionalismo cultural e político.<sup>158</sup> Iniciou sua participação no cenário político em 1928, quando se elegeu deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista.<sup>159</sup>

Salgado idealizou o integralismo por longos anos, tanto que este surgiu da fusão de alguns movimentos políticos com a Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Esses grupos políticos já atuavam nas arenas brasileiras antes de outubro de 1932, e serviram de sustentáculo e ponto de partida para colocar em prática os objetivos estabelecidos por Salgado. Entre os grupos denominados pré-integralistas, pode-se elencar: Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e o Neomonarquista, Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), fundado em 1928, além do Centro Dom Vital.<sup>160</sup> A formação da AIB foi processada internamente a partir da confluência de vários grupos de extrema direita e da influência do pensamento católico de cunho conservador. A AIPB já tinha fortes ligações com o catolicismo, principalmente entre seus membros que, em sua maioria, eram também membros das Congregações Marianas ligadas à Igreja Católica e estudantes das Faculdades de Letras, Filosofia e Direito da Universidade de São Paulo. O objetivo da AIPB era manter a reconquista do espaço perdido pelo catolicismo após a proclamação da República.<sup>161</sup>

Tanto as congregações marianas quanto a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo instrumentalizaram a estratégia da “reação” essencialmente cultural, adotada pela Igreja Católica nos anos 1920, sob a orientação de D. Sebastião Leme, a qual ramificava-se ainda em centros de estudos teológicos e filosóficos, conferências sobre temas religiosos, cursos de teologia para leigos, edição de jornais e revistas. Tal estratégia consistia na tentativa de penetração do catolicismo em áreas consideradas cruciais, como o sistema de ensino, os circuitos de produção cultural e nos campos institucionais que abrigassem intelectuais, combatendo a política educacional que implantara no país o ensino dissociado da religião.<sup>162</sup>

A AIPB colocava em prática várias demandas propostas por Dom Leme em suas Cartas Pastorais, muito focada na esfera educacional e de propaganda dos conceitos católicos. Já a SEP

<sup>158</sup> *Idem*. Literatura e autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez (Orgs.). **Histórias da política autoritária: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos**. Recife: UFRPE, 2010.

<sup>159</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938), *op. cit.*

<sup>160</sup> TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974.

<sup>161</sup> MALATIAN, Teresa. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>162</sup> *Ibidem*, p. 40.

reunia, em seu primeiro momento, membros da AIPB, os quais eram simpáticos à figura de Salgado. A ligação entre patrianovistas e Salgado chegou ao fim após o lançamento da AIB em 1932. A separação ocorreu porque a Ação não trazia em seus estatutos qualquer menção sobre uma tentativa de retorno da monarquia brasileira como previam os patrianovistas, além do fato de o integralismo não definir o catolicismo como sua religião oficial, embora tenha se aproveitado da simpatia de lideranças católicas, como a de Alceu Amoroso Lima, para preencher seus quadros com inúmeros católicos. Esse afastamento entre AIPB e AIB se deveu muito mais por causas discordantes do que por atos de perseguições, tanto que, durante o II Congresso Integralista realizado em Petrópolis em 1935, os patrianovistas foram convidados a participar da cerimônia de homenagem à Família Imperial, devido ao histórico monárquico que existe na cidade.<sup>163</sup>

Ainda sobre a formação intelectual de Salgado, destaca-se sua passagem pela Europa durante o ano de 1930, a qual exerceu grande influência no seu pensamento político, em particular o contato que teve com o fascismo italiano. Embora a AIB tenha suas raízes brasileiras, houve uma afinidade e uma proximidade de ideias entre o integralismo e o fascismo italiano. O integralismo foi inspirado em movimentos de caráter conservador, como o integralismo lusitano, oriundo da vertente francesa, a *Action Française*, sustentados por um discurso religioso identificado com a Doutrina Social da Igreja. Entretanto, deve-se levar em consideração que as relações entre o papa e Charles Maurras, fundador da *Action Française*, não criaram vínculos de proximidade. Embora o maurrasianismo pregasse uma fé católica,

a política de Leão XIII enxergava o pensamento monárquico de Charles Maurras como opositor em diversos sentidos. Apesar de ser uma concepção conservadora e paternalista, a doutrina social da Igreja era uma fórmula que não agradava à *Action Française*, ou seja, há um componente oposicionista entre os dois em alguns períodos, tanto é que a Igreja assumiu um papel de condenação ao movimento francês, ainda que ele possuísse uma forte base católica no seu programa.<sup>164</sup>

Além dessa relação, a AIB encontrou no Fascismo de Mussolini a prática política que necessitava para organizar politicamente o movimento<sup>165</sup>, que nasceu em um momento de transformação política mundial. No Brasil, principalmente, a década de 1930, pode ser vista

---

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. **Lusitânia Sacra**, v. 26, p. 133-154, 2012. p. 178.

<sup>165</sup> *Ibidem*.

como o local de encontro de várias correntes políticas e sociais que, estando em desacordo com as regras do capitalismo liberal e o avanço do comunismo, ansiavam por políticas mais nacionalistas e conservadoras. Entre esses grupos, o próprio catolicismo buscava nessa nova fase política do Brasil encontrar seu lugar e reaver seus domínios.<sup>166</sup> O fascismo não era um modelo a ser desprezado pelos católicos, uma vez que o próprio Alceu Amoroso Lima declarou sua admiração pela forma de governo que, segundo ele, servia como freio contra a expansão do comunismo.

O que interessa e é incontestável, é que o Fascismo ou o Hitlerismo (tão diversos, em certos pontos e tão homólogos, em outros) têm sido a barreira europeia contra o marxismo teórico e o soviétismo prático. E entre nós a reação anticomunista está sendo empreendida pelas brigadas de choque integralistas, que já tem pago com sangue dos seus membros o desassombro dessa posição de risco e repulsa categórica.<sup>167</sup>

O líder católico elogia a atuação dos integralistas e vislumbra um papel importante para o integralismo: o de defensor do Brasil contra a expansão dos comunistas. Dessa forma, não se pode definir o integralismo brasileiro como uma simples cópia do fascismo italiano. O integralismo manteve suas especificidades, “embora de ponta a ponta mimético, o discurso integralista ostenta um traço que o diferencia de seus congêneres europeus, e cuja razão de ser nasce da resposta equivocada à heteronomia de país periférico”.<sup>168</sup> Na década de 1930, o Brasil estava passando por muitas transformações, principalmente com as mudanças trazidas pelo capitalismo, que alterou as bases produtivas agrárias para o capitalismo industrial. O integralismo pode ser melhor compreendido como uma ideologia reacionária contrária à fase capitalista que o Brasil estava passando.<sup>169</sup>

Estruturalmente, a AIB manteve três principais alvos, os quais eram bem próximos aos que o catolicismo também havia elencado: o liberalismo, o socialismo e o capitalismo internacional. O principal objetivo da AIB era “transformar o capitalismo liberal clássico num capitalismo nacional e social controlado pelo Estado Integral”.<sup>170</sup> O discurso integralista é muito

<sup>166</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). Op. cit.

<sup>167</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 190.

<sup>168</sup> VASCONCELLOS, Gilberto. **A ideologia curupira – análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 17.

<sup>169</sup> CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 652.



mais voltado para a questão das imagens do que para a dos conceitos, ou seja, pretendia criar mais mecanismos de publicidade e divulgação do que criar conceitos complexos, o que poderia prejudicar a inserção de novos componentes ao grupo.<sup>171</sup> Porém, essa visão deve ser ponderada, visto que o integralismo passou por fases.

O período entre 1933 e 1934 é marcado por uma definição daquilo que viria a ser o integralismo, ao mesmo tempo em que fica restrita apenas aos três principais líderes a produção teórica: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. A partir do ano de 1935, porém, ocorre um aumento significativo, não apenas na produção destes três, como surgem novos autores, além de obras que passam a se preocupar em verificar o integralismo, não somente enquanto movimento político, mas também como ideologia e estrutura de Estado.<sup>172</sup>

Na década de 1930 as tendências antiliberais encontraram um clima propício para se expandirem, obtendo expressiva recepção em amplos setores da classe média, dentro do clero católico e na ala feminina, ansiosa para tornar-se agente social.<sup>173</sup> Consolidada a sua posição em seu primeiro ano de atuação, já no ano seguinte de sua fundação, em agosto de 1933, a AIB iniciou uma fase de expansão para outras regiões do Brasil. Nesse período os trabalhos de propaganda e organização se intensificaram. “Ao incorporar valores como a ordem e a autoridade, inicialmente defendidos pelo conservadorismo católico, Plínio Salgado qualificou-se para atrair tantos segmentos da elite, como da massa de católicos espalhados por todo país”.<sup>174</sup> Durante os anos iniciais do integralismo, Salgado criou credenciais que o possibilitaram angariar apoio das mais diversas correntes conservadoras de direitos no país.

Os esforços do Integralismo em prol da verdade estão de acordo com a doutrina católica, contanto que se admita, nos termos do cânon 1324, o valor de soluções incompletas e provisórias, que estas forem necessárias para obviar um perigo imediato. O culto que o integralismo dedica à verdade permite um prognóstico favorável acerca da realização da justiça, porque tanto a verdade como a justiça exigem a submissão ao objeto. Talvez as reclamações populares sejam antes uma exigência de justiça do que de prosperidade, e S. Tomás insistiu na conexão íntima da verdade e da justiça.<sup>175</sup>

<sup>171</sup> ROCHA, André (Org.). **Marilena Chauí: manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: ABRAMO, 2013.

<sup>172</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de; NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. **A Construção Ideológica do Modelo Totalitário Brasileiro: Plínio Salgado, Gustavo Barroso E Miguel Reale (1932-1937)**. História e Cultura, Franca, v. 5, n. 3, p. 119-134, dez. 2016, p. 126

<sup>173</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**. A ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>174</sup> CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada, op. cit., p. 61.

<sup>175</sup> SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1950. p. 71.

Salgado havia conseguido o apoio dos católicos de forma não oficial, pois os líderes eclesiásticos não concebiam essa junção formal. Tinha, no entanto, a simpatia das lideranças e de vários religiosos, entre eles o padre Hélder Câmara, que atuou como articulador do integralismo.

Voltando do sertão em 1933, Paulo Cavalcanti encontrou no integralismo a grande novidade e nele se alistou, “com a melhor das intenções” e influenciado pelas conferências que ouvira do então padre Hélder Câmara. “O integralismo se apresentava, na época, como um movimento nacionalista e anticapitalista, pregando a reforma agrária e conquistando a adesão de muitos jovens que, embevecidos e inexperientes, a ele se filiaram”. Entre eles e além de Cavalcanti e do hoje arcebispo Hélder Câmara, se encontravam os escritos Mauro Mota [...] e o então capitão do Exército, Jeová Mota, depois deputado pelo Partido Comunista do Ceará, e o escritor Álvaro Lins. Em 1934, já nos preâmbulos da Segunda Guerra Mundial, o integralismo “arrancou a máscara” e passou a assumir posições nitidamente fascistas, ocasião em que Paulo Cavalcanti, como muitos outros, decidiu abandonar o movimento.<sup>176</sup>

A aproximação entre o padre Hélder Câmara e o integralismo se deu por influência da Legião Cearense do Trabalho (LCT). Inspirado no movimento de renovação espiritualista católico promovido pelo Centro Dom Vital, a LCT foi desenvolvida no Ceará por Severino Sombra. Tenente insatisfeito com os rumos tomados pela “revolução” de 1930, Sombra, de tradição católica tradicional, organizou seu próprio movimento político. Para arregimentar sua Legião e ganhar vulto político, Sombra procurou apoio de várias associações operárias ligadas ao catolicismo, entre elas o Círculo Operário São José, a União Popular Cristo Rei e a Sociedade Deus e Mar. O movimento mantinha como proposta principal os ideais cristãos. No dia 15 de julho de 1931, a Juventude Operária Cristã (JOC), sob orientação do padre Hélder, aderiu publicamente seu apoio às iniciativas políticas de Sombra.<sup>177</sup> A LCT se organizou como um movimento de cunho paramilitar que buscava a integração das classes trabalhadoras na vida política e social do país. Insatisfeita com o que classificou de partidos políticos individualistas, a LCT desejava a reimplantação do regime corporativo de ofícios, tendo como parâmetro a forma de produção medieval.<sup>178</sup> É importante observar que essa reivindicação de retornada das relações trabalhistas aos moldes das corporações de ofícios já estava presente na Carta Pastoral de Dom Leme, escrita em 1921, onde o catolicismo exerceu papel de articulador das relações de trabalho.

<sup>176</sup> REGO, Luzanira. Paulo Cavalcanti: sou um marxista convicto. **Diário de Pernambuco**, 23 jul. 1978, folha B8.

<sup>177</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, op. cit.

<sup>178</sup> TRINDADE, Hégio. **Integralismo**, op. cit..

Severino Sombra e Hélder Câmara conseguiram atrair para o movimento o Tenente Jeová Mota, também ex-aluno marista e em seguida figura destacada da Legião. “Eu estava numa posição católica neutra” – declararia mais tarde. “Eles me transformaram num católico desejoso de uma reforma no catolicismo.” Segundo Jeová, a meta principal da Legião era “levar a religião, cristianizar a classe operária”, ressaltando a falta de perspectiva definidas após a Revolução de 30, o que fez com que os tenentes se dividissem entre o apoio a Getúlio, aos movimentos de esquerda e à direita: “agora eu, estando em Fortaleza, fui para o fascismo”.<sup>179</sup>

Alceu Amoroso Lima também comenta a atuação da LCT em publicação feita na revista *A Razão*, de São Paulo, em outubro de 1931. Para Alceu, a atuação de Sombra como jovem militar era altamente benéfica para o Brasil e para o catolicismo, pois procurava dar soluções cristãs aos problemas sociais. Tais soluções, de certa forma, andam em paralelo com os objetivos almejados pelo catolicismo brasileiro.<sup>180</sup> Com o intuito de aumentar a penetração da Legião pelo Brasil, Sombra se reuniu com Plínio, no início de 1932, a fim de encontrar formas de atuação conjunta entre os dois líderes. Com a eclosão do Movimento Constitucionalista de 1932, Sombra declarou apoio aos paulistas, razão pela qual foi preso e exilado, deixando a Legião desarticulada. Com a publicação do Manifesto Integralista de outubro, tanto Jeová quanto Hélder migraram para o integralismo e estimularam os outros membros a fazerem o mesmo. A partir desse momento, Hélder tornou-se uma das grandes forças do integralismo brasileiro, mas o abandonou a pedido de Dom Leme.

Eu saí em 1937, antes da guerra e antes de todo o horror do holocausto. Percebi que estava errado e me converti. Percebi que o mundo não se divide verdadeiramente em direita e esquerda e sim entre o mundo dos mais ricos e o mundo da imensa multidão de pobres. Até hoje encontro pessoas que continuam com aquela visão maniqueísta da vida que eu tinha até 1937 e mudei de pensamento. Aliás, em toda a minha vida, sempre tenho seguido este princípio: Só não muda de pensamento quem não tem pensamento para mudar. Eu penso, por isso mudo... E quero continuar mudando sempre.<sup>181</sup>

É importante destacar a formação dos ideais pré-integralistas, uma vez que Plínio não recebeu apenas influência interna, mas também usou como inspiração movimentos e ações políticos do exterior.

O pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do IL, que é oriundo no maurrasianismo, da Doutrina Social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do Fascismo italiano, regime do qual adotou o modelo do partido único e o

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>180</sup> AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**, op. cit.

<sup>181</sup> BARROS, Marcelo. **Dom Hélder Câmara: profeta para os nossos dias**. Goiás: Rede da Paz, 2006. p. 51.

corporativismo de Estado. Dentro destas concepções, aliadas ao autodidatismo nacionalista-cristão, além da influência familiar e a necessidade de um discurso de vanguarda, nasceu a AIB.<sup>182</sup>

A influência do pensamento cristão conservador em Plínio Salgado serviu de base para a oposição do integralismo a ideias marxistas. A base desse pensamento é fruto de sua aproximação com a Doutrina Social da Igreja, oriunda da Carta encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891 pelo papa Leão XIII e vista pelo catolicismo como a carta que aproximou os católicos das questões sociais e do trabalho. O Centro Dom Vital pôde ser encarado, dessa forma, como uma das grandes referências do pensamento social da Igreja na vida de Plínio.<sup>183</sup>

A ala da Igreja Católica liderada por D. Sebastião Leme e D. João Becker, que tinha no “comunismo ateu” seu maior inimigo, não hesitou em posicionar-se a favor dos movimentos contrários a ele. O Integralismo ganha mais força a partir de então. Valores defendidos pela Igreja, como a defesa da ordem social, a negação das transformações sociais radicais, o respeito à ordem e à autoridade, contribuíram para a aproximação entre figuras da Igreja Católica e o Integralismo.<sup>184</sup>

Em 1936 a AIB estava no seu auge, contando com uma organização de núcleos e subnúcleos que já estavam presentes nas mais diversas cidades brasileiras. Nesse ano foi publicado o livro *Indicações políticas: da revolução à democracia*, de Alceu Amoroso Lima, principal líder do laicato católico brasileiro e um dos líderes mais próximos de Dom Leme. Alceu destinou uma seção inteira de seu livro para criar parâmetros e esclarecer questionamentos quanto ao ingresso de católicos no integralismo. Essa publicação foi uma resposta positiva aos anseios de católicos que se identificavam com a integralismo e queriam ingressar em suas fileiras. Por outro lado, o livro de Alceu criou parâmetros para a conduta do católico dentro do integralismo.

O integralismo foi muito recomendado pelo laicato católico. Alceu Amoroso Lima destinou parte de seu livro *Indicações políticas: da revolução à constituição*, publicado em 1936, ao esclarecimento das relações entre catolicismo e integralismo. O livro foi publicado na fase da vida de Alceu caracterizada como a mais conservadora.<sup>185</sup> Ele apontou em seu livro que era muito questionado sobre que tipo de atitude deveriam ter os católicos em face do integralismo.

---

<sup>182</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. **Lusitânia Sacra**, v. 26, p. 133-154, 2012. p. 140.

<sup>183</sup> *Ibidem*.

<sup>184</sup> CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada, op. cit., p. 62.

<sup>185</sup> VASCONCELLOS, Manoel Luís Cardoso. Um intelectual cristão diante de seu tempo: a trajetória de Alceu Amoroso Lima. **Thaumazein**, Santa Maria, v. 1, p. 74-88, 2014.

Para responder aos questionamentos que vinha recebendo, ele reservou um capítulo do livro para discutir a questão. Embora tenha expressado que não detinha poder algum para falar em nome do catolicismo, deve-se partir do pressuposto que, como representante do laicato brasileiro e figura principal do Centro Dom Vital e de vários outros grupos, as palavras de Alceu, de certa forma, indicam um certo posicionamento do catolicismo diante dos questionamentos sobre o integralismo. Além disso, por ter sido muito próximo de Dom Leme, é presumível que suas publicações passassem pelo crivo do cardeal antes de serem lançadas, pois, caso suas ideias fossem contrárias aos preceitos católicos, não seriam bem acolhidas pelo clero. Em 1937 o arcebispo do Maranhão, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, em entrevista ao integralista Lafaiete de Mendonça, reproduzida no jornal *A razão*, respondeu perguntas sobre o integralismo. Dom Carmelo afirmou que tinha como base os escritos publicados por Alceu Amoroso Lima em seu livro de 1936, e que ele era a figura mais autorizada para falar sobre o tema. Dom Carmelo fez das palavras de Alceu Amoroso Lima as suas, só não fez menção às questões políticas, só sobre a esfera moral.<sup>186</sup>

De acordo com o próprio Alceu, o primeiro nome no Brasil que surgiu contra a expansão do comunismo e que começou a denunciar possíveis problemas com o sistema econômico liberal foi Jackson de Figueiredo. Foi também o primeiro a assinalar a necessidade de organização de um governo autoritário que surgisse com o intuito de assegurar o sistema democrático brasileiro. Jackson se autointitulava um reacionário, razão pela qual foi acusado de ser lusófono, principalmente por ter mantido relações estreitas com António Maria de Sousa Sardinha, principal idealizador do integralismo lusitano. “Por esses e outros motivos é incontestável que Jackson de Figueiredo foi o precursor de todos os movimentos de reação antiliberal e antissocialista que em nosso meio constituem para a maioria uma novidade absoluta”.<sup>187</sup>

O integralismo, por seu lado, é um movimento social-político em plena ascensão. Na hora em que o fascismo italiano, o racismo alemão, o integralismo e corporativismo, em Portugal, e na América mesmo, no Chile, no Peru, na Colômbia a até nos Estados Unidos, com o National Recovery Act, uma reação de vitalidade disciplinada e autoritária se processa contra o liberalismo e o comunismo, Plínio Salgado, no Sul, Severino Sombra, no Norte, lançam movimentos, cujas bases estão todas nas doutrinas políticas defendidas por Jackson.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> MENDONÇA, Lafaiete de. Patriota sincero: D. Carlos Carmelo emite sua opinião sobre a personalidade de Plínio Salgado e nega, do ponto de vista moral, qualquer incompatibilidade entre a Igreja e o Integralismo. *A Razão*, 30 jul. 1937.

<sup>187</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 188.

<sup>188</sup> A ORDEM, v. X, n. 41-46, nov.-dez., n. 41, 1933.

A revista católica *A Ordem* fez questão de frisar o caráter pioneiro de Jackson de Figueiredo como líder conservador e exemplo para os movimentos conservadores que iriam surgir. É relevante considerar que a principal base de formação de Jackson está no catolicismo, principalmente na figura de Dom Leme, no qual depositou grande confiança quando o nomeou como responsável do Centro Dom Vital. Com relação à participação dos católicos de modo geral no integralismo, Alceu destacou a necessidade de distinguir duas modalidades dessa posição. Uma seria a posição psicológica, que implicaria na opinião demonstrada pelo movimento. Para Alceu o católico deveria primeiramente aderir ao integralismo em seu psicológico, principalmente utilizando a compreensão, para depois partir para a participação. Adquirindo uma compreensão mais ampla das bases integralistas, o católico poderia perceber que a AIB possuía, nos campos social e político, os mesmos adversários que a Igreja, sendo assim, a luta contra os inimigos comuns gerava laços que criavam aproximações indestrutíveis entre católicos e integralistas.<sup>189</sup>

Se o grande inimigo que a Igreja possuía nesse momento era o comunismo, era natural que as ditas forças sociais pudessem se aproximar e lutar contra um inimigo comum. “E nisso estamos de mãos dadas com o integralismo, que, a meu ver, aqui no Brasil, vai longe demais e vê porventura o comunismo como o perigo mais grave”.<sup>190</sup> Mas não era apenas os inimigos em comum que uniam integralismo e catolicismo, pois o trinômio Deus, Pátria e Família, que soava como algo próximo ao líder católico, eram também símbolos levantados pelo catolicismo brasileiro. Com base na figura da família, o integralismo via a sociedade como um conjunto de famílias cuja construção estava a cargo do integralismo.

Se o lema “Deus, Pátria e Família” alimenta o catolicismo dos militantes e explica seu moralismo na crítica da democracia liberal que destrói os valores sagrados, esse lema também sustenta a atitude anticomunista, na medida em que marxismo, socialismo, bolchevismo e comunismo, sendo “materialistas”, são ateus, internacionalistas e destruidores do núcleo familiar. Todavia, é preciso lembrar que as relações da AIB com a Igreja sempre foram complicadas e nem sempre pacíficas, havendo necessidade, a cada passo, por parte do Chefe, de provar sua ortodoxia e apelar para o testemunho de eclesiásticos integralistas. A ambiguidade de Tristão de Athayde, com quem será travada interminável polêmica, os ataques de Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, ao lado do pouco fervor religioso de um Gustavo Barroso e das reservas de um Miguel

---

<sup>189</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 194.

Reale, tornam problemático admitir como fonte da posição anticomunista a posição religiosa dos membros da AIB.<sup>191</sup>

Havia muitos pontos de proximidade entre católicos e integralistas, resultado da atuação de Plínio Salgado como intelectual católico. Contudo, havia pontos de grande divergência entre os católicos, como o juramento de obediência ao chefe supremo do integralismo, que deveria ser prestado quando o cidadão ingressava na AIB.

Mas, sinceramente, não vejo em nenhum desses pontos nenhuma dificuldade fundamental, que justifique o temor de ingressar nas fileiras integralistas e muito menos o ataque ao movimento. [...]

Mas o que se dá com os sacerdotes não se dá com os leigos. E estes podem perfeitamente participar do movimento integralista, com mais razão ainda do que participam de qualquer outro partido, tanto mais quanto o Integralismo foi a agremiação política que de modo mais explícito e peremptório, em suas recentes “diretrizes”, aceitou todos os pontos do nosso programa na vida pública brasileira do momento atual.<sup>192</sup>

Com isso Alceu demonstra que não haveria nenhum empecilho para que os católicos pudessem se filiar ao integralismo, apenas três recomendações eram feitas, entre elas, que conservassem sua consciência católica sobre sua consciência política; que tivessem realmente vocação política, e não apenas inclinação social, cívica ou partidária; e que não tivessem responsabilidades de direção na Ação Católica. Cumprindo essas obrigações, qualquer regime político que respeitasse e garantisse a liberdade real da Igreja poderia ser apoiado pelos católicos.<sup>193</sup> Essas observações eram uma precaução que o catolicismo brasileiro estava tomando para tentar evitar o que já havia ocorrido em outros países: o apoio de correntes conservadoras leigas que depois, por excessos, foram banidas pelo catolicismo oficial, como ocorreu com a *Action Française*.

Foi o que se deu com os católicos da “Action Française”, hoje em plena heresia “direitista”, como há trinta anos também na França se deu com os “católicos democratas” do “Sillon”, então em plena heresia “esquerdista”, e é o que, entre nós, estamos vendo que pode suceder, com todos os católicos que, no Integralismo, não conservarem, de modo constante e atual, a preeminência da sua consciência católica sobre a sua consciência integralista.<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup> ROCHA, André (Org.). **Marilena Chauí**, op. cit., p. 60.

<sup>192</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 196-197.

<sup>193</sup> *Ibidem*.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 206.

Os dois movimentos franceses, *Le Sillon* de Marc Sangnier e a Action Française de Charles Maurras, utilizaram do capital humano do catolicismo para conseguir êxito em suas ações políticas. Os dois movimentos foram julgados pelo Vaticano e condenados pelo papa, principalmente por conceitos que iam de encontro aos dogmas católicos.<sup>195</sup> As regras e condições propostas pelo catolicismo para a adesão dos fiéis ao integralismo vieram dos exemplos já concretos de que a relação “catolicismo e movimentos conservadores” poderia de alguma forma ser prejudicial para as bases religiosas. De qualquer forma, Alceu Amoroso Lima não poupou sua admiração pela AIB, mesmo não podendo se inscrever nas fileiras integralistas por ser parte integrante da coordenação da Ação Católica.

Tenho pelo movimento integralista a mais viva simpatia, como tenho pelo fascismo e por toda essa moderna reação das direitas, que mostraram a não inevitabilidade do socialismo. [...] Considero o Integralismo, na ordem política brasileira, um movimento, não só necessário, mas capaz de amanhã conquistar o poder. Não com essa rapidez que os seus chefes ou alguns entusiastas admitem (“dois anos”, é o que muitos dizem) mas em prazo não remoto.<sup>196</sup>

Com alegação de que as lideranças católicas não poderiam dividir seu tempo entre dois grandes movimentos, Alceu Amoroso Lima apenas recomendou o integralismo de forma explícita. Esse impedimento para que os líderes da Ação não aderissem ao integralismo não tinha qualquer relação com divergências aos quaisquer outros desvios de conduta entre integralismo e catolicismo, mas sim, pelo fato do excesso de atividades exercidas pelas duas instituições.<sup>197</sup>

Embora não haja publicações escritas pelo próprio Dom Leme explicitando sua posição em relação ao integralismo e sua proximidade com o catolicismo, elementos muito próximos do Cardeal apontam uma possível aceitação do religioso com relação às práticas da AIB. O jornal oficial da Confederação Católica do Rio de Janeiro denominado *A Cruz*, órgão esse fundado pelo próprio Dom Leme e que tinha sua venda nas Igrejas, publicou em 11 de julho de 1937 uma pequena história que aponta a relação de apoio entre católicos e integralistas.

História em pílulas

Há homens que são a encarnação de uma ideia. A opinião cria neles uma segunda natureza. Para defenderem os princípios que corporificam determinado ideal, são

<sup>195</sup> CUEVAS, Pedro Carlos Gonzáles. La recepción del pensamiento conservador-radical europeo em España (1913-1930). **Elementos de metapolítica para uma Civilización Europea**, n. 75. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/00012717255babd82ec9f>. Acesso em: 01 out. 2015.

<sup>196</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 209-210.

<sup>197</sup> *Ibidem*.



capazes de todos os sacrifícios. Plínio Salgado, com seu integralismo, é um exemplo flagrante desta verdade. Carlos Arruda não o é menos. Moço inteligente, saturado de integralismo até a medula dos ossos, não perde oportunidade, nem mede sacrifícios, na propaganda desse ideal que está empolgando a nação brasileira. Carlos fax verdadeiro apostolado e com isso já tem convertido bom número de comunistas, tidos alguns até como chefes de “células”. Como bom católico que é, a Carlos vai direto a alma do “catecúmeno”, e consegue os dois milagres: a conversão ao integralismo e ao catolicismo... integral. Nesse heroico apostolado, acontece, porém, haver alguns fracassos, se bem que, poucos. Houve porém, que se celebrizou pela violência do desfecho. Entre os seus amigos, o Carlos descobriu um comunista de quatro costados. Essa descoberta foi um golpe tremendo para o coração do digno discípulo de Plínio Salgado. Para ele, um comunista é mais uma “coisa” do que uma “pessoa”; quando muito, é um homem anormal, infeliz, digno de comisseração. Por amor ao Sigma, tratou de catequisar o infeliz amigo que errava nas trevas, qual ovelha transviada. Foram longas as conferências entre eles. Longas e improfícuas. Quinze dias de esforço perdido! Última tentativa. Enfim Carlos resolveu fazer a [...] Procurou o “amigo” e encontrou-o sentado num banco da avenida Beira Mar, mão no queixo, triste, acabrunhado...

- Olhe, meu amigo, dista o Carlos, esta tristeza é o remorso. Abandone o comunismo e volte-se para Deus.

- Você que dizer, para o integralismo; pois desengane-se, uma vez por todas. Eu prefiro morrer a mudar de opinião.

- Acalme-se, rapaz. Lembre-se que possui um alma...

- Pois quer que lhe diga? Estou disposto a vender a minha alma.

- Está enlouquecendo?

- Nada! Estou no meu juízo. E vendo a alma até por dois contos de réis. Preciso de dinheiro.

- Alma não e coisa que se venda!;...

- Vende-se, sim. E eu vou vende-la ao demônio...

A comisseração do Carlos de repente transforma-se em indignação. Levanta-se e diz como despedida ou como a última pá de terra sobre um cadáver:

- Quanto você é bobo! Então, pensa você que o diabo seja tão “trouxa” que vá comprar uma coisa que já é dele?! [sic]<sup>198</sup>

Sob o pseudônimo de Terencio, a pequena história mistura fatos relacionados ao integralismo como a exaltação ao chefe, Plínio Salgado, à necessidade de se levar o sigma a todas as pessoas que faziam parte das relações sociais da figura de Carlos e, ao mesmo tempo, é uma escrita baseada no catolicismo, na necessidade de se catequisar os desviados, de tentar converter os impuros, não só para a Igreja, mas também ao integralismo. A não conversão do comunismo para o integralismo representava a doação da alma para satanás. Isso era uma nota jornalística de impacto. Embora descrita em forma de conto, a forma de escrita popular, com termos bem simples, era eficaz para as pretensões de criar receio na população católica quanto ao perigo do comunismo. O integralismo surge novamente como um grande aliado da Igreja contra o mal comunista.

<sup>198</sup> TERCENCO. Histórias em pílulas VI. **A Cruz**, ano XIX, n. 28, 11 jul. 1937. p. 2.

O fato do apoio do catolicismo brasileiro ao integralismo é muito mais como uma força de coalizão do que algo natural e necessário. Um caminho para explicar a aproximação entre católicos e movimentos de direita se deve ao combate intensivo contra o comunismo, formando assim uma frente única de defesa do Brasil.<sup>199</sup>

A proximidade do Estado Novo começou a deixar setores católicos com mais precauções em se aproximar do integralismo. A implantação do sistema político autoritário de Vargas fez com que a Igreja tivesse que tomar uma direção, e ela seguiu o caminho de apoio a Vargas.

A aproximação entre a Igreja e o Movimento Integralista começou a se desfazer em 1937, quando foi implantado o Estado Novo. A partir desse momento o discurso assumido pela Igreja, e que se manteve até o final da década, foi de obediência às autoridades e de conservação da ordem política instaurada.<sup>200</sup>

Havia a necessidade de vir a público expor o fim da parceria entre católicos e integralistas e traçar novos rumos para os fiéis. Um dos principais personagens que vieram a público para criticar a atuação dos integralistas foi Julio Barata. Dono do jornal *A Batalha*, periódico carioca criado em 1929, Barata buscava estabelecer em seu periódico laços com o governo de Vargas.<sup>201</sup> Assim como foi feito com os movimentos franceses, *Action Française* e *Sillon*, que foram condenados pelo Vaticano por serem seus fundadores sem tradição alguma com o catolicismo, e que apenas se utilizaram da aproximação com a Igreja para arregimentar seus membros, Barata também fez com o integralismo e Plínio Salgado. A edição do seu jornal de 12 de junho de 1938 reservou quatro páginas inteiras do seu caderno suplementar de domingo para expor artigos do próprio Barata contra o integralismo.

Deus, Pátria e Família: eis a mística perene dos brasileiros, que os integralistas exploraram e deturpam, mas não conseguiram transformar em instrumentos de vitória. [...] Procurou na Igreja Romana o apoio e a simpatia, sem os quais nenhuma iniciativa política, num país católico como o nosso, lograria êxito e vitória. Fiéis católicos, cheios de boa fé [*sic*], aderiram ao integralismo, seduzidos pelo dístico “Deus, Pátria e Família”, ou arrastados pela prédica leviana de alguns próceres leigos da religião. [...]

<sup>199</sup> MENDONÇA, Lafaiete de. Patriota sincero: D. Carlos Carmelo emite sua opinião sobre a personalidade de Plínio Salgado e nega, do ponto de vista moral, qualquer incompatibilidade entre a Igreja e o Integralismo. **A Razão**, 30 jul. 1937.

<sup>200</sup> CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 57-80, 1999. p. 62.

<sup>201</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A batalha. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01 set. 2015.

quero hoje esclarecer os meus irmãos de crença, mostrando-lhes como o integralismo, em face da Igreja Católica, é uma modalidade brasileira de Filosofias pagãs e viria a ser, caso triunfasse, um regime de violência e força, que não poderia coexistir com o poder espiritual de Roma.<sup>202</sup>

Todos os principais conceitos que ligavam o integralismo ao catolicismo são analisados e distanciados para que não se tenha nenhum tipo de vestígio da união. Em todas as suas páginas de guerra contra o integralismo, Barata não citou em nenhum momento nomes de lideranças religiosas. Apenas se dedicou em analisar os ideais católicos e mostrar como o integralismo usou de possíveis aspectos comuns para se aproximar do catolicismo e arregimentar seus fiéis. Até mesmo o regime totalitário fascista, que nos escritos de Alceu Amoroso Lima não era um problema para o catolicismo, foi analisado de outra forma, como uma barreira entre integralistas e católicos.

O integralismo foi organizado com o fito de implantar no Brasil um regime totalitário. Ora, dentro de um regime totalitário, seja da direita, seja da esquerda, a Igreja Católica não dispõe dos elementos de vida, de que precisa para a sua expansão. Logo, a Igreja Católica, pelos seus sacerdotes e pelos seus fiéis, não poderia jamais incentivar nem aplaudir o integralismo.<sup>203</sup>

Para Barata, não havia necessidade do católico se tornar integralista para combater o comunismo, ele deveria apenas preservar sua fé. É uma tentativa pública de afastar qualquer relação da Igreja com o integralismo. Julio Barata tornou-se grande opositor do integralismo e de Alceu Amoroso Lima, este devido à publicação do seu livro dando apoio à AIB.

Há pouco tempo, o sr. Tristão de Athayde, que é o meu eminente amigo Alceu de Amoroso Lima, recomendou aos católicos, que desajassem militar na política, o ingresso no integralismo. O sr. Amoroso Lima, é o chefe oficial da Ação Católica. Tomando tal atitude partidária, como que excluiu das boas relações com a Igreja os demais partidos e conferiu ao sr. Plínio Salgado, que, por sinal, não é católico, o direito exclusivo de orientar os católicos em matéria política. Não acredito que Sua Eminência [*sic*] o Cardeal D. Sebastião Leme endosse o conselho temerário do sr. Tristão de Athayde, porque isso equivale a colocar a Igreja Católica a serviço de um partido que é contra o regime.<sup>204</sup>

Sobre as conclusões de Barata sobre a articulação isolada de Alceu na indicação política dos católicos em conjunto com o integralismo, não há testemunho explícito que Leme nitriu

---

<sup>202</sup> BARATA, Julio. O integralismo e a Igreja católica. **A Batalha**, maio-jun. 1938. p. 1.

<sup>203</sup> BARATA, Julio. O integralismo e a Igreja católica. **A Batalha**, maio-jun. 1938. p. 2.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 2.

simpatia ou mesmo corroborou com a atitude de seu líder do laicato, Alceu, em estabelecer parceria com o integralismo. Leme era muito contido, não deixava transparecer abertamente suas identificações políticas. No entanto, um fato pode indicar que Leme sabia das indicações de Alceu quanto ao integralismo e, de certa forma, corroborava com essa visão. Como exemplo podemos utilizar uma carta de Leme para Alceu de 1932, onde o cardeal orienta o chefe do laicato em como deveria ser suas respostas frente a uma entrevista.

Meu caro Dr. Alceu

Aí lhe devolvo os dois papeis. Estão excelentes. Na segunda página da entrevista, assinalei duas passagens que eu cortaria. Estão certas, mas, por motivo de tática, de (ilegível) me parece não publicá-las.

Na 1ª página, 1º “Desejamos.. manter... “ Depois de “manter”, não poderia V. acrescentar outro verbo qualquer no sentido de positivar que desejamos garantir e assegurar de maneira explícita, a nossa liberdade?

Como está, pareceria que só fazemos questão da separação ou da liberdade em que temos vivido há 40 anos. Ora, essa liberdade tem sido precária. Não nos esqueçamos dos obstáculos mais ridículos que por vezes nos tem apostado os fanáticos da lei constitucional.

(...)

Quando escreve “no qual se vem mantendo há 40 anos”, seria bom uma (ilegível) que condene as tentativas mesquinhas de certos espíritos acanhados na faculdade e no bom senso se interpretar a liberdade dos centros.

(...)

O pensamento aí está! A frase não lhe faltará! V. é mestre.<sup>205</sup>

A carta está inserida em um outro contexto, o final de 1932. Porém, traria uma base das relações diretas e próximas entre Leme e Alceu. Como estrategista e conhecendo os principais agentes da política brasileira, Leme não assume uma postura de críticas ou reivindicações abertas ao sistema brasileiro, entretanto utiliza da voz de Alceu para reivindicar, para questionar, mesmo isso podendo trazer problemas ao fiel seguidor. Como Júlio Barata expôs em seus jornal, a culpa pela indicação do integralismo para os católicos recaiu sobre Alceu, ficando Leme apenas na possibilidade de ter corroborado com a atitude do chefe do laicato.

O golpe de 1937 significou o desfecho das tensões que caracterizaram o Brasil na década de 1930, e que tinham natureza nas questões regionais e no papel central que os estados desempenhavam na política nacional, conforme a lógica do regime vigente.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1932. 013\_06/0861, 013\_06/0862, 013\_06/0863

<sup>206</sup> CAMARGO, Aspásia. **O Golpe silencioso**: as origens da República Corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

Fica evidente, portanto que a derrubada da República Velha não se consumou com a Revolução de 1930, mas apenas iniciou-se então, com a tomada de poder pelas oligarquias dissidentes em aliança com uma jovem oficialidade modernizante, constituída principalmente de tenentes. Após um processo marcado por várias etapas, o golpe de 1937 representou uma acomodação forçada, obtida através do controle crescente das classes dirigentes sobre os diferentes segmentos da sociedade, e sobretudo, pela triagem dos quadros políticos.<sup>207</sup>

A partir do golpe de 1937, consolidou-se a formação de uma nova classe política no Brasil, composta por elementos que possuíam laços pessoais de lealdade com o governo de Getúlio Vargas e que aderiram aos pactos que então se constituíram. Deu-se assim um rearranjo nas diretrizes políticas.<sup>208</sup> Através do decreto federal de 2 de dezembro de 1937, o governo Vargas, após instaurar o Estado Novo, determinou o fechamento de todos os partidos políticos brasileiros, e com isso a AIB entrou na ilegalidade.<sup>209</sup> A partir desse momento, o catolicismo seguiu rumo a uma coalizão ainda maior com o governo de Vargas.

\* \* \*

Este capítulo fez um breve panorama das raízes do pensamento conservador brasileiro e português, partindo da formulação de movimentos de restauração por parte da Igreja e por movimentos próximos do catolicismo. É importante destacar que a Igreja Católica já vinha se articulando para reconquistar seu espaço no cenário brasileiro e português anos antes de Leme e Cerejeira entrarem para a vida religiosa. Com o desenvolvimento da pesquisa pode-se constatar que não só os grupos designados católicos atuaram em nome da Igreja como também grupos e movimentos seculares, que apenas por afinidade com as doutrinas da Igreja conseguiram arregimentar para suas fileiras numerosos contingentes. Se o catolicismo ou os movimentos políticos leigos utilizaram de barganha para alcançarem seus objetivos, isso ainda é um ponto impreciso e que merece maiores pesquisas.

---

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>208</sup> *Ibidem*.

<sup>209</sup> CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão. São Paulo: Annablume, 1999.

### 3 – A ELEVAÇÃO AO GRAU CARDINALÍCIO: A POLÍTICA DOS CARDEAIS E OS CONTEXTOS NACIONAIS

O terceiro capítulo pretende analisar a atuação dos clérigos após a nomeação para o cargo de cardeal. Como representantes do catolicismo em seus países, inseridos na alta cúpula do clero nacional, os novos cardeais vislumbravam cenários políticos bem distintos. No Brasil a sagração de Leme como cardeal coincide com a deposição de Washington Luís do cargo de presidente, o que deu lugar a um governo provisório que contava com Getúlio Vargas como grande expoente. Embora Vargas tenha saído vencido das eleições presidenciais o vencedor Júlio Prestes não chegou a ser empossado para o cargo, pois as forças de oposição a seu governo não aceitavam o resultado. O início dos anos 1930, no Brasil, estava marcado por instabilidade política; já em Portugal, Salazar, que havia chefiado o Ministério das Finanças em dois momentos durante o governo militar, era nomeado Presidente do Conselho de Ministros em 1932, instaurando o Estado Novo português com a Constituição de 1933. Para o desenvolvimento do capítulo, será dada atenção à atuação dos novos cardeais e suas estratégias de atuação em seus respectivos países, tais como a institucionalização da Ação Católica, a atuação do laicato e suas políticas de proximidade com o Estado. O incentivo e a efetiva participação dos católicos nos destinos políticos nacionais também serão abordados, tendo em vista a formação, no Brasil, da Liga Eleitoral Católica, instrumento de doutrinação política do laicato. A investigação também contemplará uma análise da participação católica na república do Brasil e de Portugal, durante a gestação dos períodos políticos que culminaram com o Estado Novo varguista e salazarista.

Portugal presenciou a tomada de poder por parte dos militares em 28 de Maio de 1926, depois de instabilidades políticas e econômicas advindas das consequências de participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Com isso, a tomada do poder por militares de alta patente, contrários ao modelo político liberal, criou condições para o fortalecimento de vertentes conservadoras no país.<sup>210</sup> Durante o período da ditadura portuguesa a Igreja Católica, com o aval do Estado, conseguiu retomar parte de suas propriedades; o ensino religioso foi restabelecido e as ordens religiosas expulsas pelos republicanos puderam, enfim, retornar a Portugal.<sup>211</sup> O ano de 1933 marcou o início do Estado Novo português e a chegada de Salazar ao cargo de presidente do

---

<sup>210</sup> BRAGA, Paulo Drumond. **Os Ministros da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar (1926-1933)**. Caderno de Investigação Aplicada, 2009, 3, 97-118.

<sup>211</sup> *Ibidem*

Conselho de Ministros. Na nova Constituição, embora o princípio da separação entre o Estado e a Igreja estivesse presente, concedeu à religião Católica uma posição privilegiada enquanto religião dos portugueses, retomando assim um *status* confortável frente ao republicanismo. A Constituição oficializou a permissão para o ensino religioso, a liberdade e inviolabilidade de crenças, e reconheceu a personalidade jurídica das associações e organizações religiosas. Sendo o catolicismo a religião da maioria dos portugueses naquele momento, à Igreja Católica foram dadas todas as condições para recuperar o prestígio perdido anos antes.<sup>212</sup> No período do Estado Novo português Salazar não se distanciou de Cerejeira. O presidente do Conselho de Ministros e o cardinal permanecem com suas relações públicas e pessoais, conforme ressalta Maria Inácia Rezola:

Unidos por uma forte amizade pessoal, Salazar e Cerejeira partilham interesses, ideias e concepções. Uma sintonia de posições bem expressas no lema do regime Deus, Pátria, Autoridade, Família, e que cedo dá os seus frutos com amplos proventos para ambas as instituições.<sup>213</sup>

No Brasil, após as eleições presidenciais de 1930, na qual Vargas vislumbrou à sua frente a derrota para o candidato da oposição, articulou-se um movimento militar que destituiu Washington Luís do governo e não permitiu a tomada de posse por parte do candidato eleito. No dia 3 de novembro o Governo Provisório foi instaurado do Brasil, fechando de imediato o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais. Governadores de vários estados foram depostos e a Constituição de 1891 foi revogada. O chefe do governo provisório passou a governar o país por meio de decretos-lei até 1934, quando entrou em vigor uma nova Constituição que, além de estabelecer o Governo Constitucional, determinando eleições para Presidência, estados e municípios, atendeu a algumas reivindicações do catolicismo, estando entre elas o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis, a autorização para cemitérios religiosos, a presença de capelães nas forças armadas, a lei que garantia a propaganda contra movimentos subversivos e o voto de religiosos nas eleições civis.<sup>214</sup> Embora as eleições presidenciais estivessem previstas para o ano de 1938, Vargas articulou um golpe que colocou

---

<sup>212</sup> REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Palomanes. PINTO, António Costa. **O corporativismo em português**: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 250.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 251.

<sup>214</sup> SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas**. Anais dos Simpósios da ABHR, Vol. 13 (2012).

fim às expectativas. Passou a vigorar uma nova Constituição em novembro de 1937, dando início ao Estado Novo no Brasil. Deu-se assim um rearranjo nas diretrizes políticas,<sup>215</sup> principalmente após o decreto federal de 2 de dezembro de 1937, quando foi determinado o fechamento de todos os partidos políticos brasileiros.<sup>216</sup> A partir desse momento, o catolicismo seguiu rumo a uma coalizão ainda maior com o governo de Vargas, buscando estabelecer confiança do governo ditatorial e reaver suas conquistas.

Foi em contextos autoritários que Leme e Cerejeira se tornaram cardeais. Cerejeira, nomeado em 1929, recebeu oficialmente a púrpura de cardeal em dezembro do mesmo ano.<sup>217</sup> Leme foi oficializado como cardeal em julho de 1930, após a morte do cardeal Arcoverde, do qual era auxiliar.

Em Portugal Cerejeira também se aproximou do governo salazarista, apoiando as diretrizes desenvolvidas. Embora determinações governamentais tenham criado limitações ao catolicismo, como a proibição de qualquer posicionamento político dos órgãos católicos, Cerejeira transmitia ao clero e aos fiéis a necessidade de se viver em harmonia com o governo.

Os dois cardeais conseguiram se aproximar do governo e, de certa forma, foram bem recebidos. A proximidade entre os religiosos e o governo estava além das questões de vínculos de amizades que havia no passado. Leme e Vargas não tiveram um passado tão próximo como Cerejeira e Salazar, no entanto, a aproximação entre o religioso brasileiro e Vargas também ocorre. É inegável que as relações estabelecidas entre Cerejeira e Salazar em Coimbra auxiliaram no diálogo entre os dois, porém não foram o ponto determinante. A Igreja, tanto no Brasil quanto em Portugal, conseguiu se manter presente e atuante na República, e ainda se apresentava nos anos 1930 como uma instituição ativa que despertava interesse do Estado para desenvolver suas diretrizes. O papel do catolicismo frente ao Estado foi o de orientar seus fiéis a permanecerem em ordem, sem criar problemas ao governo constituído, mesmo que em alguns casos as medidas governamentais fossem de encontro com as propostas eclesiais. A atuação de membros do

---

<sup>215</sup> CAMARGO, Aspásia. **O Golpe silencioso**: as origens da República Corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

<sup>216</sup> CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão. São Paulo: Annablume, 1999.

<sup>217</sup> MATOS, Luís Salgado de. **Cardeal Cerejeira**: universitário, militante, místico. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, 803-837, p. 816. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872937009xXT4ia7Eq78YG9.pdf>. Acesso em: 20-07-2018, p. 811.



laicato também ajudou na estabilidade das relações entre as duas esferas, muitas vezes por serem nomes de prestígio no meio político e social.

Para o novo contexto de autoritarismo o catolicismo em ambos os países se apresentou de forma mais centralizada, principalmente com a atuação canalizadora que a Ação Católica desempenhava, no sentido de aglutinar as principais frentes de trabalho da instituição. Com presença em vários países, tais como França e Bélgica, a Ação Católica manteve como objetivo atuar como um auxílio para a hierarquia eclesiástica, ajudando a defender os interesses da Igreja, atuando nas áreas da educação, moral, política e religiosa.<sup>218</sup>

Criada em Portugal oficialmente em 1933, por iniciativa do próprio cardeal Cerejeira, a Ação Católica Portuguesa aglutinou sob suas normas as atividades do laicato. A criação da Ação em Portugal despertou o interesse do laicato brasileiro, que começou a articular sua criação no país. A Revista *A Ordem* publicou em suas páginas a iniciativa do cardeal Cerejeira, e solicitava que a mesma iniciativa fosse realizada no Brasil.<sup>219</sup> A formação da Ação Católica Brasileira, entretanto, só ocorreu dois anos depois da iniciativa portuguesa, em 1935, seguindo o exemplo do cardeal Cerejeira e com a aprovação do Papa Pio XI, sendo presidida por Alceu Amoroso Lima. Para Leme,

Os militantes da Ação Católica nem de longe devem parecer ligados a atividades de força e violência, que sejam tais ou como tais sejam tidas pela opinião pública... A missão da Igreja é outra: salvar as almas”. Assim, dava o perfil de um militante da A.C.: “católico de fé sólida, esclarecida, professada e praticada com altivez cristã. Mais do que nunca proclamemos com o exemplo das nossas vidas que na Ação Católica nós queremos a primazia do espírito, da santidade... o mundo quer ver em nós cristo e cristo vivido ou vivendo em nós.<sup>220</sup>

No Brasil a estrutura católica que permeou o Estado Novo foi a Ação Católica, que realizou em novembro de 1937, às vésperas do golpe varguista, sua primeira Semana Nacional. Com o desenvolvimento das políticas varguistas durante o Estado Novo, os membros da Ação começaram a ver suas demandas atendidas. Uma das iniciativas das lideranças católicas para que o governo atendesse suas demandas foi a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC, um braço da Ação Católica, que indicava aos seus adeptos e à população em geral qual eram os políticos alinhados com os interesses da Igreja. A LEC abriu caminho para uma troca de interesses entre o

---

<sup>218</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. **A ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005, p. 155

<sup>219</sup> *Ibidem*, 156.

<sup>220</sup> PIASENTIN, João. **Dom Leme**: Bispo da eucaristia. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 61-63.

cardeal e Vargas, pois indicou para vários cargos políticos nomes ligados ao chefe do Estado Novo.<sup>221</sup>

A Ação Católica representou um mecanismo importantíssimo no desenvolvimento de políticas de agrupamento do laicato orientado pela Igreja Católica, para fazer frente ao novo cenário político e social implantado com o surgimento das Repúblicas. Sem dúvida, para que ocorresse uma reaproximação entre Igreja e Estado, haveria a conveniência de que a Igreja desempenhasse papel importante frente às necessidades sociais, e isso foi feito com a atuação dos papas que, percebendo as novas realidades sociais, incentivaram as autoridades eclesiais no processo de reconquista de espaço ao catolicismo.

### 3.1 – O conservadorismo católico frente ao estado brasileiro: relações Leme e Vargas

A transição da década de 1920 para a de 1930 foi um período turbulento no cenário político brasileiro, e foi neste contexto que o Papa Pio XI nomeou Sebastião Leme para a função de cardeal no Brasil.

Para a “defesa e conquista dos interesses católicos” era necessário que a liderança eclesiástica no Brasil, mais ligada à Santa Sé, portanto o cardinalato e a Nunciatura, criasse os meios mais eficientes de condução e organização de uma ação católica integrada e forte. Para executar uma tarefa de tamanha responsabilidade e tão complexa, a cúpula do Vaticano precisava escolher cuidadosamente o homem certo entre os membros do corpo eclesiástico nacional. A pessoa hierarquicamente mais indicada seria o Cardeal Joaquim Arcoverde. Contudo, ele estava velho e doente. Essa situação foi encarada pela Santa Sé como a oportunidade ideal para ascender à liderança da Igreja alguém com o perfil desejado.<sup>222</sup>

As escolhas de sucessão dos altos cargos do catolicismo passavam por análises minuciosas, pois deveriam garantir a continuidade da instituição nos respectivos países. Uma escolha imprudente poderia acarretar grandes dificuldades para o catolicismo frente aos governos constituídos. A escolha de Leme para dar continuidade ao processo de restauração do catolicismo no Brasil ocorreu muito antes da morte de Arcoverde, e fazia parte das estratégias da Santa Sé para manter a harmonia com o estado brasileiro.

<sup>221</sup> BALDIN, Marco Antonio. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 159 f. (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2014.

<sup>222</sup> ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 289 fls. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca – SP, 2011. p. 97.

Politicamente, a escolha de um substituto para D. Joaquim Arcoverde deveria ser pensada com cautela, levando em conta o peso que o Brasil tinha dentro da política de Estado da Santa Sé para a América Latina. Afinal, com a morte de Arcoverde haveria uma corrida ao cardinalato por outros países do continente e essa disputa não envolveria, como se confirmaria alguns anos depois, somente as Igreja Católica locais, mas também os interesses políticos dos Estados.

(...)

Diante do projeto da Secretaria de Estado para o Brasil e da expectativa de uma pressão advinda de outras nações latino americanas em torno da sucessão de Arcoverde, o Secretário Pietro Gasparri agiu rápido: respondeu que um auxiliar seria insuficiente e que seria nomeado um Coadjutor.

A secretaria já tinha em mãos a concordância do Núncio Enrico Gasparri sobre quem deveria assumir esse cargo estratégico: D. Sebastião Leme. Tudo indica que também o presidente Epitácio Pessoa teria sido consultado, pois existem no Arquivo Secreto Vaticano telegramas confirmando as visitas e os contatos entre o presidente, o Núncio e o Monsenhor F. Cortesi, auditor da Nunciatura naquele período. Além dos indícios, da aprovação do governo republicano e da amizade existente entre D. Leme o Núncio, o seu trabalho era acompanhado pela Santa Sé desde a sua atuação como Bispo Auxiliar do Cardeal Arcoverde, no Rio de Janeiro, entre 1911 e 1916, período durante o qual as relações entre o Cardeal e D. Leme foram estremitadas.<sup>223</sup>

O nome de Leme já despontava entre os outros bispos brasileiros anos antes da morte de Arcoverde. Como visto, a linha sucessória para o cargo de cardeal não era algo simples, mas deveria estar alinhada com as expectativas sociais dos fiéis, com a concordância da maioria do clero e principalmente com o poder político constituído. A atuação de Leme no Brasil, desde seu retorno do período que esteve em estudos na Europa, pesou para que seu nome fosse o indicado pela Santa Sé. Com o falecimento do cardeal Arcoverde em abril de 1930, Leme já possuía as credenciais papais de linha sucessória para o cargo de novo cardeal brasileiro, o segundo da América Latina. Entretanto, embora a sucessão coubesse

(...) naturalmente a D. Leme, a quem fora assegurada, quando da sua nomeação para Arcebispo-Coadjutor. Todos sabem, porém, que tais expectativas podem falhar. Ao morrer um Cardeal – e no caso trata-se do único Cardeal de um continente! – despertam as ambições nacionais e movimentam-se as chancelarias. O Santo Padre Pio XI, no entanto, com um desembaraço todo seu, não lhes deu tempo de tomar posições. Sem consultar o Governo brasileiro, nem direta, nem indiretamente, através da nossa Embaixada junto à Santa Sé, sem mesmo comunicar-se com o Núncio Apostólico, dirigiu-se ao próprio D. Sebastião, tornando-o ciente da disposição em que estava de fazê-lo Cardeal. Só então participou a decisão à Embaixada brasileira junto ao Vaticano e à Nunciatura Apostólica no Rio.<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 98

<sup>224</sup> GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**, op. cit., p. 204

Além das questões inerentes às disputas entre os países latino-americanos, na expectativa de também poderem indicar nomes para a eleição do novo cardeal, Leme também enfrentou problemas com o próprio Arcoverde durante sua transferência para o Rio de Janeiro.

Em 1921, voltando ao Rio, como Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico, com direito à sucessão do Cardeal Arcoverde. Voltava com a morte n'alma. Dom Leme não queria deixar Pernambuco, a diocese querida; não queria regressar ao Rio onde para muitos era um indesejado, a começar pelo próprio chefe da Arquidiocese. Para que se resignasse a aceitar o cargo, foi necessária ordem expressa e reiterada do Papa. A ascensão às culminâncias do Rio de Janeiro representou para Dom Sebastião Leme, em 1921, uma hora de Getsêmani. Toco nesse fato íntimo de sua vida, porque quero lembrar que, na ordem sobrenatural, nenhuma obra de valor se faz sem a preparação e o resgate do sofrimento.<sup>225</sup>

O retorno de Leme para o Rio de Janeiro não ocorreu de forma pacífica, pois não contava com o apoio de Arcoverde. Além disso Leme estava desenvolvendo sua função de bispo com certa projeção nacional, visto o impacto positivo de suas Cartas Pastorais no país, como já exposto anteriormente. As animosidades se acirraram, chegando o próprio Arcoverde a levantar a hipótese de renunciar ao cargo caso a decisão de efetivar Leme como coadjutor fosse mantida. Entretanto o processo de romanização do catolicismo no Brasil havia criado seus frutos, e o poder do papa prevaleceu sobre as vontades do enfermo cardeal. Diante das reclamações de ambos os lados para que a indicação da Santa Sé fosse revista, a decisão foi mantida.<sup>226</sup>

A nomeação de D. Leme foi uma imposição da Santa Sé também para ele próprio quanto para Arcoverde e os seus subordinados. Essa determinação não deixava dúvidas do tipo de relação que se estabelecera entre o Vaticano e a Igreja Católica local, esta era uma parte inseparável da Igreja Católica Apostólica Romana, uma instituição hierárquica e que, com Pietro Gasparri<sup>227</sup>, se tornava cada vez mais centralizadora. Mesmo que o Cardeal Arcoverde tenha se rebelado e ameaçado renunciar, que tenha desqualificado D. Leme, inclusive com palavras de baixo calão, a Santa Sé confiou que a relação hierárquica prevaleceria e o velho Cardeal não iria a público.<sup>228</sup>

A sucessão estava nas mãos do papa. Mesmo com as garantias dadas à Leme, haveria a possibilidade de outros bispos do Brasil, ou mesmo da América Latina, se rebelarem ou criarem conflitos devido a indicação do brasileiro. O falecimento de Arcoverde reacendeu as articulações

---

<sup>225</sup> ISNARD, Clemente José Carlos. O cardeal Leme e a promoção do laicato brasileiro. Petrópolis: Vozes, Revista Eclesiástica Brasileira – REB, Volume XXVII, fascículo 4, dezembro de 1967, p. 817.

<sup>226</sup> ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Op. cit., p. 100 - 102

<sup>227</sup> Cardeal Secretário de Estado do papa Pio XI. Tem a função das atividades políticas e diplomáticas da Santa Sé. Pietro Gasparri exerceu esta função entre 1914 e 1930.

<sup>228</sup> ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Op. cit., p. 102.

das forças eclesiásticas que pleiteavam mudanças na decisão de Pio XI. Como o Brasil havia sido o primeiro país sul-americano a ter um cardeal, havia a expectativa da nomeação de um cardeal não-brasileiro, escolhido entre outros países de maioria católica, dando oportunidade para todos os países. De fato, a nomeação de Leme contou com disputas entre outros bispos, e o próprio Arcoverde havia rompido com Leme logo após seu retorno para o Brasil. É importante também mencionar que havia a necessidade, embora não oficial, de consulta prévia por parte da Santa Sé, no que tange a nomeação de novos cardeais tanto para o alto escalão eclesiástico quanto para as forças políticas que estavam no poder. Embora o Brasil tenha implantado o estado laico, as relações diplomáticas com a Santa Sé permaneceram presentes, com consultas prévias a indicações para cargos de confiança. Com a indicação de Leme não foi diferente: seu bom trânsito em várias esferas políticas e sociais impulsionou a tomada de decisão.

Ao morrer o Cardeal Arcoverde e embora a sucessão deste, como vimos, estivesse assegurada a D. Leme na própria bula de Bento XV que o nomeava Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro, diversas nações hispano-americanas nutriram esperanças de que o cardinalato passasse agora do Brasil para outro país da América Meridional. Que se inaugurasse, em suma, um sistema de “rodízio” da dignidade cardinalícia em terras latino-americanas. Fora para cortar rente tais esperanças que Pio XI indicara D. Leme daquela maneira desassomburada e veloz. Mas os ressentimentos dos demais países foram bem fundos e chegaram a repercutir nos meios eclesiásticos.<sup>229</sup>

As relações entre Santa Sé e os poderes constituídos pelo clero local nos diversos países passam por conexões de poder. Criar cargos, nomear novos bispos, cardeais ou núncios, não é uma tarefa simples e despretensiosa, principalmente no que tange a América Latina. Todas as relações passam por demonstrações de poder, principalmente em um continente marcado pelo padroado e pela formação de repúblicas laicas.

A notícia do Cardinalato foi oficialmente anunciada ao Arcebispo, a 5 de junho, pelo Núncio, Monsenhor Bento Aloisi Masella, e, desde então até a partida de D. Leme para a Europa, não cessou, em palácio, o movimento de congratulações públicas e particulares. Na véspera da comunicação oficial, sabedor já da decisão pontifícia pelo telegrama direto do Secretário de Estado, D. Sebastião escrevera ao grande amigo – D. Duarte Leopoldo – (...) <sup>230</sup>

Seu retorno para o Brasil, já como cardeal, era esperado para a mediação dos conflitos advindos da sucessão de Washington Luís. Grupos antagonicos ao movimento de 1930 buscavam

---

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 211

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 205

fortalecimento junto ao novo cardeal, na expectativa de que suas demandas fossem atendidas. Leme era próximo do então Presidente Washington Luís, que vislumbrava no decorrer de 1930 o não reconhecimento das eleições presidenciais que deram vitória ao candidato Júlio Prestes, iniciando verdadeiro movimento político militar para dar legitimidade de poder ao candidato derrotado nas urnas, Getúlio Vargas. Como força social e política, a aproximação das duas partes à figura do novo cardeal poderia dar credibilidade a um dos lados e, de certa forma, apaziguar os ânimos do povo de forma geral.

Estavam as coisas neste pé, quando chega ao Rio o Cardeal Leme. Sua vinda traz a gregos e troianos um grande alento de esperança. Os generais veem na influência do prelado uma séria possibilidade de se obter que o Presidente aceita uma fórmula conciliatória. São homens de bem, preferem um acordo a uma vitória militar. Os amigos e auxiliares de Washington Luís, por sua vez, contam que o Cardeal terá a coragem, que lhes falta, de dizer toda a verdade ao iludido voluntário – e voluntarioso! – que é o Chefe do Governo. Já no cais, em plena recepção que se quisera triunfal, acercam-se do Arcebispo e segredam-lhe, sombrios e desalentados, que a situação está perdida: “Só o Presidente não quer ver!” O Povo, enfim, a população sensata, cansada de embates, e principalmente as famílias dos reservistas, prendem-se à presença do Pastor, como a uma tábua de salvação. Durante uma hora, no percurso do Cais Pharoux ao palácio arquiépiscopal, a multidão dirige ao Cardeal Leme aclamações que são verdadeiros apelos: “Viva o Salvador do Brasil! Não queremos a Guerra! Viva o Anjo da Paz!” O Cardeal recolhe-as, imensamente comovido.<sup>231</sup>

Um dos seus primeiros atos como cardeal brasileiro foi estar à frente das forças políticas envolvidas na deposição do então presidente Washington Luís. Na expectativa de amenizar os ânimos dos mais exaltados, Leme propunha a alternativa do diálogo. Trouxe à cena a figura da Igreja como mediadora, com a esperança da resolução dos conflitos de forma pacífica. Para o cardeal foi a oportunidade de fazer parte do destino político do país, e conquistar ainda mais prestígio. Não se tratou apenas de favores entre amigos, mas a participação do cardeal na destituição de um presidente da República para a chegada de uma nova força política tinha como foco principal trazer benefícios para a instituição que vinha sofrendo com a instauração do laicato.

Tenta, antes de tudo, evitar o movimento armado no Rio. Desde bordo, fora procurado por um amigo, jovem oficial, que lhe comunicara, da parte dos Generais, o projeto de golpe, e lhe dissera as esperanças nele depositadas pelos chefes militares, no sentido de obter do Governo a aceitação de um acordo. O Cardeal fora taxativo: poderia trabalhar espontaneamente pela paz, não poderia jamais ligar-se a um movimento revolucionário, fosse ele qual fosse. A doutrina da Igreja é, neste ponto, formal. Passados dias, sempre

---

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 217

através do mesmo oficial, D. Leme insiste junto aos generais para que renunciem ao golpe de armas. Ele, Cardeal, tentará obter que o Presidente aceite uma fórmula de conciliação que evite mais derramamento de sangue, mas que ressalve “o princípio da Autoridade, a Ordem Constitucional, a dignidade da Lei e dos depositários do Poder.”<sup>232</sup>

Com sua influência Leme solicitou a nomeação de Belisário Távora<sup>233</sup> como chefe de política, homem próximo a ele, e transformou o Palácio São Joaquim, então morada do cardeal, em um local de refúgio de perseguidos políticos. O religioso estava entre os dois lados: dialogava com os membros do levante, para que lhe confiassem a tarefa de mediador e, em contrapartida, abrigava e auxiliava os membros do governo deposto. O palácio episcopal tornou-se um local neutro nas negociações de 1930. O hóspede mais aguardado, entretanto, era o próprio Washington Luís.

Em breve, enche-se o palácio do Arcebispado de refugiados políticos. O telefone soa a todo instante: são pessoas pedindo asilo ou garantias. Graças a oficiais que o General Tasso Fragoso pusera às suas ordens, D. Leme pode, nessas primeiras horas de quase pânico, socorrer famílias, instituições e casas particulares. Sua residência torna-se, mais do que nunca, “a casa do Povo”.<sup>234</sup>

Os primeiros dias de Leme como cardeal vieram cercados de desafios, devido ao seu envolvimento no movimento de 1930, e de incertezas que permeavam o destino da nação. Como já era um membro ativo do clero brasileiro, e desempenhou papel de auxiliar de Arcoverde no Rio de Janeiro, é possível identificar que Leme criou certa influência em setores políticos e militares, obtendo credenciais para receber em sua casa membros do governo que se dissolvera lentamente. O principal ato de Leme, entretanto, foi com relação a partida de Washington Luís do palácio presidencial.

O automóvel esperou o Presidente e o Cardeal, junto à escadaria interna do palácio. Ao ver D. Sebastião entrar no veículo, o Vigário-Geral aproxima-se, sobressaltado: “É um perigo para Vossa Eminência, Sr. Cardeal,” diz em voz baixa. “As balas podem errar o alvo!” A resposta de D. Sebastião dá-lhe tão claramente a entender que o que importa no momento é defender a vida do Presidente que Monsenhor Rosalvo não ousa insistir. Seguirá, noutra automóvel, o seu Arcebispo até o Forte de Copacabana.<sup>235</sup>

---

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 218

<sup>233</sup> Havia sido chefe de polícia do Distrito Federal no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914),

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 222

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 225

A imagem abaixo ilustra o papel desempenhado por Leme na transição do governo.

Figura 1: Saída do presidente Washington Luís do edifício do governo acompanhado de D. Leme



Fonte: Jornal *O Globo* – 24 de out. 1930. Ano VI – número 1896

A imagem simbólica destaca Washington Luís deixando o edifício do governo no carro oficial do cardeal Leme. A imagem amplamente divulgada na imprensa nacional, demonstra o papel decisivo que o novo cardeal desempenhou durante o movimento de 1930. Desde sua chegada ao Brasil, depois de sua sagração como cardeal na Santa Sé, Leme foi constantemente solicitado como articulador na troca do comando do governo brasileiro.

O papel estratégico desempenhado por Leme, diante das novas perspectivas que vinham sendo traçadas pelo movimento de 1930, poderiam desencadear duas situações para o cardeal brasileiro: a possibilidade de caminho aberto nas interações com o governo que nascia ou, em uma segunda via, a criação de novos problemas diante da participação direta de Leme no desembarque dos membros do governo de Washington Luís.

Naquela hora de crise institucional, a Igreja do Brasil encontrava-se realmente diante de um perigo e de uma oportunidade – ambos de não pequena monta.

O perigo residia nas ideias que traziam os novos ocupantes do poder. Diziam-nas avançadas. Para prevenir o perigo extremista, o primeiro cuidado do Cardeal Leme – pois Cardeal já era desde julho de 1930 – foi por diante dos olhos do Governo a força disciplinada e compacta da opinião pública católica. Num só ano – o de 1931 – organizou dois formidáveis movimentos de massas – desses que foram uma das características de sua ação pastoral. O primeiro movimento deu-se em maio de 31, quando, com um cerimonial lírico, Nossa Senhora Aparecida foi aclamada padroeira do Brasil. (...)

O segundo cuidado do Cardeal foi agir junto ao Conselho Legislativo, criado pelo Governo Provisório para a reforma das nossas leis de ordem privada (pois a República nova vinha cheia de ideias igualmente novas).<sup>236</sup>

<sup>236</sup> ISNARD, Clemente José, 1967, p. 817.



A participação de Leme na transição de governo lhe rendeu a imagem de negociador hábil e forte, figura importante que deveria estar presente nos novos rumos do país. O novo cardeal estava inserido no governo provisório

Figura 2: Imagens da posse de Getúlio Vargas e o encontro com o cardeal Leme.



Esse passo não foi um movimento ingênuo e desprezioso, pois havia promovido o laicato brasileiro, e estes elementos já estavam dando sinais de união e simpatia com os novos membros do governo, demonstrando que o novo cardeal poderia contar com um grande contingente humano. Sua atuação na transição de governo fez com que Vargas, em carta enviada ao cardeal, destacasse seu papel de mediador no momento de alteração das estruturas políticas, e deu garantias de preservação do catolicismo no país, além de demonstrar simpatia à trajetória que Leme vinha desenvolvendo frente ao catolicismo.

O preclaro Chefe do Episcopado brasileiro conhece necessariamente a marcha dos acontecimentos que, encadeados uns aos outros, culminaram no movimento revolucionário, irrompido em 3 de outubro.

Da parte dos homens que hoje ocupam o poder houve, sempre, manifestação de vários modos e em múltiplas ocasiões, sincero desejo de concórdia e, tão forte era esse desejo, que, por vezes, a opinião pública tomou a nossa atitude, como índice de fraqueza e sem razão.

Procuramos, durante longos meses, evitar, com abnegação, a luta que se pressentia, proclamando, continuamente, que as reivindicações almejadas não deviam ultrapassar o puro domínio das ideias, bastando para uma acomodação fossem aceitos e praticados, pelos detentores do poder, os princípios que nos congregavam.

Todo esse esforço para manter uma ordem de cousas que não desejávamos aniquilar, mas, apenas modificar para o bem da nação, foi inútil. O Governo de então recebia os nossos apelos tentando asfixiar, por meios ilegais, a vontade popular, praticando os maiores atentados contra direitos invioláveis, destruindo princípios basilares da nossa organização, qual o da autonomia dos Estados, e, chegando ao cúmulo, com a sua intervenção indébita na Paraíba, de concorrer para o desfecho trágico em que foi sacrificado o cidadão eminente que a presidia.

Iniciada a revolução, com o batismo de sangue brasileiro e a perda de vidas preciosas, é natural que novo rumo tomassem os acontecimentos e a conquista de princípios, que constituía o ideal dos que se opunham aos desmandos do Governo, foi acrescida, pela revolução vitoriosa, do dever indeclinável de se apurarem as responsabilidades dos que dispunham dos cargos da administração pública e deles abusaram.

Mesmo assim Sua Eminência terá observado que todas as autoridades do governo atual têm agido com a maior magnanimidade, em relação aos vencidos, tratando-os com respeito e bondade, convindo notar-se, somente os poderosos não são atingidos pela justiça revolucionária, enquanto os humildes, vítimas preferidas do governo que passou, nada têm sofrido.

Os atuais dirigentes da nação não podem fugir no imperativo consubstanciado no postulado de que a piedade jamais deve sobrepor-se à justiça. Justiça, exclusivamente, guiará a ação das atuais autoridades. Os altos funcionários do Governo deposto responderão apenas por crime de direito comum, devendo ser julgados por tribunal especial, composto de homens de alta virtude e competência jurídica indiscutível.

Louvando a nobre intervenção de Sua Eminência, digna de admiração e respeito, afirmamos, com segurança, poder repousar, tranquila e sem sobressaltos, a consciência cristã e católica do Brasil, pois, jamais patrocinaremos violências, apenas procurando realizar meritória obra de saneamento moral e político, impossível de ser evitada, conhecidos os compromissos que assumimos com a opinião pública nacional. Aproveito

o ensejo para reiterar a Sua Eminência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração [*sic*].<sup>237</sup>

A mensagem enviada por Vargas para Leme aponta para uma aproximação entre os dois logo nos primeiros dias do Governo Provisório. Por certo indica uma troca de interesses entre o Governo e a Igreja, ambos entendiam o momento como profícuo para uma aliança. Em uma longa carta enviada para Alceu Amoroso Lima, Leme aponta para alguns motivos que o levaram a uma aproximação com Vargas.

Para terminar esta carta com boas notícias (só para V. e Padre Franca, por enquanto) informo com esperança absoluta:

- 1) o Dr. Getúlio Vargas tem compromisso implícito a favor da supressão do dístico “Ordem e Progresso”, ensino religioso facultativo, assistência religiosa no exército e marinha, reconhecimento do matrimônio religioso dos católicos para efeitos civis, liberdade (ilegível) de colocação da imagem de Cristo nas escolas, tribunais, etc.
- 2) nos mesmos termos, tem compromisso explícito, formal o Sr. Osvaldo Aranha e seus amigos do sul;
- 3) Távora, positivamente conosco, excluindo a união da I. e do E., na qual, aliais, ninguém pensou;
- 4) Dr. A. Bernardes ao nosso lado, com entusiasmo, como também Dr. Maciel e Carlos. Já vê V. que alguma causa já está feita. Por mim, conhecedor da vaidade e do medo religioso dos nossos políticos, teria preferido continuar um trabalho silencioso. Reservar o tempo para o momento decisivo. Mas, estou vendo que outros estão precipitando as coisas.<sup>238</sup>

A posição da Igreja perante o Governo Provisório e a figura de Vargas é de esperança. Não foi sem pretensões que Leme se envolveu na deposição de Washington Luis para abrir caminho para o novo poder político que se posicionou de forma imperativa. O chefe da Igreja vislumbrou a possibilidade de tirar proveito da situação em causa do catolicismo. Conhecedor das “vaidades” e do “medo” religioso que os políticos brasileiros mantinham, Leme utilizou de sua posição junto a Santa Sé para aglutinar próximo de si, lideranças políticas, como Arthur Bernardes, Osvaldo Aranha e o próprio Getúlio Vargas.

Leme surgia como homem de confiança e próximo de Vargas, cuja carta analisando os motivos que levaram ao golpe de 1930, destacando a atuação do cardeal e abrindo caminho para que o catolicismo caminhasse junto do governo, indicava que, já no início de seu período como cardeal brasileiro, Leme teria a tarefa de honrar sua interferência na troca de governo, como

<sup>237</sup> **CARTA de Getúlio Vargas a D. Sebastião Leme explicando e justificando a Revolução de 1930.** Rio de Janeiro. Rolo 2, fot. 0208 a 0208/2 – 14/11/1930 (Data certa) GV c 1930.11.14.

<sup>238</sup> Arquivo Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade. **Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima.** Friburgo, 16 de dezembro de 1930. 013\_06/0898 e 013\_06/0899.

membro ativo nas mudanças do país. A margem deixada por Vargas ao líder católico não ficou sem resposta, pois Leme, em conjunto com o episcopado, levou suas demandas para serem resolvidas pelo governo:

Exmo Senhor Doutor Getúlio Vargas, DD. Chefe do Governo Provisório  
 O episcopado brasileiro reunido, em sua quase totalidade, aos pés do Cristo Redentor, saúda em Vossa Excelência o Chefe provisório da Nação, cujo patriotismo e inteligência dos grandes problemas nacionais nos assegura sólida esperança de paz e de prosperidade, na unidade da Pátria, uma e coesa, em seu território como em sua, já seculares, tradições religiosas.  
 Entre os graves problemas, sobrelevando aos que mais se impõe ao estudo e solução do governo provisório destacam-se o ensino religioso nas escolas públicas e corporações militares, garantias mais eficazes para proteção e estabilidade familiar, o direito de cidadania sem exclusões injustas, a isenção do serviço militar para os que militam nas fileiras sagradas, proteção racional e cristã das classes operárias.  
 (...)
   
 As últimas demonstrações de fé que nesta capital se realizaram, em perfeita ordem e com absoluto respeito sob as vistas e até com as simpatias do Governo Provisório, aí estão dizendo, bem alto, o que somos como brasileiros, o que aspiramos como católicos. Somos a imensa, incontestável maioria, somos a quase unanimidade, e nessa maioria e nessa unanimidade, permanecemos tranquilos e disciplinados, como quem se fia inteiramente da justiça da sua causa e do patriotismo dos que dirigem os destinos da Nação.  
 O Governo Provisório constituído para reconduzir a Nação às suas condições normas de vida pública e social, não pode desconhecer esses fatos, sem falhar, por completo, ao desiderato que se propõe.  
 Sem a pretensão de cercear razoáveis e justas liberdades, a Nação brasileira que afincadamente permanecer fiel à Religião de seu berço, sem restrições odiosas que, sob aparência de liberdade, constituem verdadeira e não merecida opressão à consciência católica do país.  
 (...)
   
 É, pois, com inteira confiança, que oferecemos ao estudo e solução de Vossa Excelência algumas das conclusões do Congresso do Cristo Redentor. Empenhado em reconduzir a Nação a um novo período de paz e ainda de maior prosperidade, não despreze Vossa Excelência os clamores da consciência católica.  
 Banido dos conselhos da Nação, Deus, Senhor Onipotente, terá sempre guarida no coração do povo, mas o Estado, e, portanto, os seus governantes, estará desamparado de todo espírito de ordem, respeito e disciplina; jamais poderá firmar-se na paz duradoura e fecunda, porque sem alicerces no amor e consideração dos governados.  
 Deus guarde a Vossa Excelência.<sup>239</sup>

A carta enviada por Vargas ao cardeal Leme é emblemática e permeada por justificativas e explicações sobre os motivos que geraram o movimento de 1930. A ajuda de Leme nas negociações da saída de Washington Luís da presidência, entretanto, sinalizara para um possível equilíbrio entre o novo governo e o catolicismo. Como visto, Leme era próximo de Washington

---

<sup>239</sup> CARTA de Sebastião Leme da Silveira Cintra & Outros a Getúlio Vargas enviando conclusões e deliberações do Congresso Nacional do Cristo Redentor e solicitando providências para a realização legal das sugestões enviada. Rio de Janeiro. Rolo 2 fot. 0479/4 a 0483 - 12/10/1931 (Data certa) GV c 1931.10.12/2

Luís, e foi convocado pelos líderes do movimento de 1930 para auxiliar na transição pacífica do governo. Para Leme, e para o catolicismo no Brasil, o envio da carta por parte de Vargas simbolizava a perspectiva de anos de paz para a instituição, e isso era de suma importância. O novo cardeal tinha à sua frente um novo cenário político nacional, e deveria transpor essas barreiras, assegurando a sobrevivência da instituição da qual fazia parte. Tendo ciência da força que ainda detinha, ou mesmo utilizando dos indicativos de que o Brasil ainda apresentava uma população majoritariamente católica, os líderes eclesiais saíram a campo e reivindicaram a aproximação proposta por Vargas. As demandas católicas eram de longa data, no entanto, seus dirigentes queriam uma solução rápida para garantir ainda mais a fixação da instituição na sociedade brasileira. Vargas havia aberto espaço ao diálogo, e os eclesiais estavam decididos a cobrar essa oferta. A carta enviada a Vargas contou com aproximadamente 42 assinaturas, além da assinatura do cardeal Leme, de vários outros bispos e arcebispos de cidades brasileiras. As circunstâncias criaram uma certa proximidade entre Leme e Vargas, tendo o chefe do Governo visitado o cardeal em sua casa.

Figura 3: Visita de Getúlio Vargas ao Cardeal Leme



As relações entre Vargas e Leme ficaram fortes após a ajuda de parte do cardeal com as questões do Governo de Washington Luis. Leme via a oportunidade de se aproximar do governo e restabelecer as redes necessárias para o fortalecimento do catolicismo por outro lado, Vargas tinha em Leme o apoio da Igreja, que era essência no momento de instabilidade que o Brasil estava passando.

O Congresso Eclesiástico de 1931, realizado na circunstância da inauguração do Cristo Redentor, contou com inúmeras autoridades católicas, e teve como foco principal o papel católico no governo provisório. Além da carta enviada ao então presidente expondo a insatisfação da elite católica com os rumos que o país vinha tomando, ainda foram elencados cinco providências que os líderes dos católicos impunham resoluções por parte do chefe de Estado.

- 1° - Execução integral do decreto de 30 de Abril, que facultou o ensino religioso nas escolas públicas, e sua aplicação aos colégios civis como aos militares;
- 2° - Revogação do dec. n° 20391 de 10 de setembro, que impôs a perda dos direitos políticos aos brasileiros que pedirem isenção do serviço militar por motivo de crença religiosa;
- 3° - Exclusão do item já incluído no anteprojeto de lei eleitoral, que nega o direito de voto aos religiosos;
- 4° - Supressão do dispositivo da atual lei de sindicalização em que se proíbe a existência de sindicatos profissionais de caráter religioso;
- 5° - que se não incluirá na legislação nacional a lei do divórcio ou qualquer dispositivo contra a estabilidade da família brasileira.<sup>240</sup>

O aspecto do documento produzido no Congresso aponta para a busca de identidade política que o catolicismo adotou no início dos anos 1930. Além das questões do divórcio e do ensino religioso em escolas públicas, os católicos buscavam participação política e o direito de votar. Leme, como representante do catolicismo no Brasil, já estava inserido na nova política brasileira dos anos 1930, e, para tanto, deveria criar mecanismos de sobrevivência nestes novos tempos. E estes mecanismos foram criados e gerenciados pela Ação Católica Brasileira, organismo eclesial, que contou com a direção de Alceu Amoroso Lima. A Ação Católica englobou vários segmentos da Igreja, ligados à juventude, ao operariado, aos universitários, e contou também com uma grande ferramenta de atuação política católica: a Liga Eleitoral.

---

<sup>240</sup> CARTA de Sebastião Leme da Silveira Cintra & Outros a Getúlio Vargas enviando conclusões e deliberações do Congresso Nacional do Cristo Redentor e solicitando providências para a realização legal das sugestões enviada. Rio de Janeiro. Rolo 2 fot. 0479/4 a 0483 - 12/10/1931 (Data certa) GV c 1931.10.12/2

### 3.2 - Ação Católica Brasileira e Liga Eleitoral Católica no cenário político nacional

Para se entender a organização proposta pelo catolicismo, no que tange ao laicato de forma geral, é importante analisar a formação da Ação Católica no Brasil. Na segunda metade dos anos 1930 foi por meio deste mecanismo que o catolicismo no Brasil estimulou a participação efetiva dos católicos junto aos destinos da Igreja. É necessário, no entanto, entender que esta organização proposta pela elite eclesiástica não foi algo local, mas sim um mecanismo que fazia parte de uma obra maior, estimulada pela própria Santa Sé:

Nos primeiros anos do século XX, importantes movimentos intelectuais e sociais eram criados por leigos em França e na Itália. O laicato europeu encaminhava-se a passos largos para a grande promoção do Pontificado de Pio XI. E já São Pio X dava da Ação Católica uma definição muito próxima da definição do Papa Achille Ratti (Pio XI): A Ação Católica é a coparticipação do laicato no apostolado sacerdotal pelo reinado de Jesus Cristo”

Diante de um cenário político diferente do que havia sido constituído no Brasil desde a proclamação da República, a década de 1930 surgiu com uma arena indefinida para os rumos da política brasileira, confluindo com vários setores que se sentiram desfavorecidos por governos anteriores, entre eles, o próprio catolicismo. A Igreja já havia sobrevivido à formação do estado laico e sua alta hierarquia buscava representação junto ao governo, sempre demonstrando a possibilidade de arregimentar um grande contingente populacional. Os anos de 1930 ficaram marcados pela chegada de Leme ao cargo de cardeal, preservando para o Brasil o título de único país latino-americano a contar com um assento junto ao Sacro Colégio Pontifício<sup>241</sup> e a Santa Sé, e com a possibilidade de votar em caso de necessidade de nomeação de um novo pontífice. Diante da década que já começara turbulenta, Leme estimula a criação da Ação Católica Brasileira, um órgão católico criado para organizar as várias frentes de trabalho em que a Igreja desempenhava em um determinado país:

(...) considerando-se o cenário complexo daquele momento, inclusive com “graves ameaças”, a Igreja não se limitaria apenas a permitir o ingresso dos seus fiéis nos partidos “não hostis”, mas iria além, organizando “oficialmente a Ação Católica Brasileira, para vir ao terreno social ... impedir a re-paganização do mundo e ... auxiliar na construção da Idade Nova”. Fiel às diretrizes do Vaticano, especificamente de Pio XI, para a Igreja Católica no Brasil, a revista se engajaria na proposta de promover a

---

<sup>241</sup> Grupo que reúne todos os cardeais da Igreja.



“restauração católica” por meio do movimento denominado Ação Católica, instituído por Dom Leme em 1935. Presente em outros países da Europa, como França e Bélgica, esse movimento de leigos objetivava atuar, em linhas gerais, como auxiliar da hierarquia eclesiástica na defesa dos interesses da Igreja, por exemplo, na área educacional, moral, política, e, evidentemente religiosa (...)<sup>242</sup>

Uma das diretrizes para a formação da Ação Católica era manter os fiéis próximos das atividades da Igreja, não permitindo a dispersão em outras atividades. A Ação foi lançada no país em 1935 e contou com a presença permanente de Dom Leme na sua organização e funcionamento. Seguindo o exemplo de outros países onde a Ação já havia se estruturado, e onde manteve sua estrutura em funcionamento, no Brasil a ACB contou com grande empenho do laicato e também do clero em sua organização e funcionamento.

É importante mencionar que a Ação Católica é adotada no Brasil em 1935, seguindo os modelos instalados na França e Itália. Segundo a definição de Pio XI, dependente das autoridades eclesiásticas e dividida internamente em quatro ramos (masculino, feminino, adultos e jovens), tem por finalidade formar leigos para exercer atividades complementares às do clero, desenvolvendo a “ação política, social, econômica, cultural de transformação da sociedade”. (...) <sup>243</sup>

O objetivo principal da Ação era estimular e formar leigos para trabalharem em consonância com as normas da Igreja, auxiliando o clero nas tarefas do cotidiano. Nela iriam confluír as várias estratégias de atuação cultural, política, econômica, entre outras que o catolicismo vinha adotando no Brasil. É importante observar que uma figura importante para a formação da Ação no Brasil foi o cardeal Cerejeira. Antes mesmo da criação da ACB, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital destacavam a atuação de Cerejeira à frente da Ação portuguesa, formada em 1933. Cerejeira era visto como um orientador e mestre para os católicos do Brasil, e seus escritos serviram de base para a formação da Ação no Brasil, visto que várias foram as matrizes da ACB.<sup>244</sup>

A Igreja, através da hierarquia, saberá aproveitar a conjuntura, explorando-a com rendimentos vultosos em dividendos políticos, a começar pelo prestígio dos bispos no cenário sociocultural, pela capacidade de arregimentar as massas católicas, pela aguda consciência de atendimento às exigências e reivindicações das reformulações básicas da

---

<sup>242</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem*, op. cit., p. 154-155.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 156.



pastoral, outrora sempre deixadas para o futuro, e agora progressivamente assumidas na militância da Ação Católica.<sup>245</sup>

A Ação Católica veio suprir a necessidade de uma estrutura mais eficiente para a manutenção do laicato brasileiro. Com a elite eclesiástica próxima dos membros do governo, e desejosos de reaver seus *status* social, havia a necessidade de formulação de projetos voltados para o católico de forma geral. Um exemplo da necessidade de manter o fiel próximo da Igreja dizia respeito à própria Liga Eleitoral Católica, que só poderia surtir efeito caso houvesse um interesse político dos fiéis em seguir as sugestões políticas institucionais.

É claro que a emergência da Ação Católica, trazendo nova visão de apostolado e proposta de nova cruzada para a restauração do reinado social de Jesus Cristo, constitui uma espécie de pano de fundo ideológico que nos ajuda a focalizar, mais claramente, as linhas de pensamento e de ação da Igreja, no mundo e no Brasil, no terreno propriamente social e operário. Dentro do seu propósito e de sua programação gerais, visando atingir e fermentar, espiritualmente, toda a sociedade por dentro, é que se podem salientar e analisar posições e movimentos setoriais e especializados de católicos no terreno sociopolítico, no quadro das preocupações, dos interesses e das atividades pastorais de Igreja.<sup>246</sup>

O papel que foi desempenhado pela ACB teve como principal diretriz o de fomentação dos fiéis para que permaneçam próximos da instituição, além da promoção dos leigos brasileiros, com o intuito do fortalecimento das fileiras católicas.

A Liga Eleitoral Católica, criada em 8 de setembro de 1932, foi um fator importante na busca de fortalecimento do catolicismo no Brasil. Sem organização similar operando em Portugal neste período, a LEC brasileira conquistou visibilidade nacional indicando aos eleitores como se posicionarem durante as eleições.

D. Leme reuniu os seus assessores de maior confiança, entre eles, naturalmente o Padre Franca e esse leigo – sucessor de Jackson na direção de “A Ordem”, do “Centro D. Vital”, e na liderança do laicato – que foi durante catorze anos o amigo-filho, o discípulo querido e o eficientíssimo colaborador do Cardeal: Alceu Amoroso Lima. Tratava-se de promover a ação cívica, conjunta, dos católicos, naquela curva da nossa história. Os assessores leigos lembraram a fundação do Partido Católico, mas D. Leme rejeitou a ideia terminantemente. Cumpria, pois, encontrar uma fórmula extrapartidária que permitisse aos católicos influir, indireta mas eficazmente, na política nacional. D. Leme lançou então a ideia da Liga Eleitoral Católica, vulgarmente chamada LEC. Instituição suprapartidária, assim a definiu Amoroso Lima: “Era aquilo que os

---

<sup>245</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil: cem anos de compromisso: 1889-1989**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 48

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 119.

americanos chamam de “pressure group” (grupo de pressão) que atua na base de princípios cuja aceitação não implica submissão confessional ou partidária”.

Preciso deter-me um pouco em considerar essa fórmula genial que foi a LEC. Ela é como o cerne – a expressão mais viva e original da atuação de D. Leme, como prelado brasileiro e, em certo sentido, como promotor do nosso laicato.

Alistados, instruídos e arregimentados pela Liga Eleitoral, os católicos podiam votar em quem quisessem, contanto que os seus candidatos figurassem na lista aprovada pela mesma Liga.

Por sua vez, qualquer candidato, pertencente a qualquer partido não adverso à Igreja, seria aceito pela LEC, contanto que se comprometesse a respeitar e defender na Constituinte as reivindicações católicas. O Cardeal timbrou em consignar o próprio punho essa atitude de tolerância, no artigo 1 dos Estatutos: “Pertencem à Liga Eleitoral Católica todos aqueles que lhe adotaram o programa”.

E qual era esse programa?

Esse programa, muito simples, representava um conjunto de postulados aceitáveis mesmo por não-católicos. Os princípios dividiam-se em fundamentais e acessórios e o seu todo formava os chamados “dez pontos de D. Leme”. Mas o Cardeal fez questão de que só se exigisse compromisso dos candidatos em relação aos três pontos fundamentais: a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso facultativo nas escolas e a assistências eclesialística facultativa às classes armadas.

Não se tratava apenas de hábil estratégia: pedir pouco para obter muito, senão também de uma reação característica de D. Leme. O que aquele “homem do Essencial” visava sobretudo era firmar o novo Brasil cristão sobre três pilas: lares estáveis, instrução religiosa do povo largamente difundida e orientação cristã das duas classes mais poderosas e coesas (naquele tempo eram duas e não três como atualmente): as classes militares.

Leme, com a implementação da LEC, conseguiu a atenção do meio político de forma muito eficaz. Grande parte dos candidatos não queriam a ausência de seus nomes nas listas da liga. Mesmo não sendo católicos, ter seu nome divulgado representava que o catolicismo dava credibilidade àquela candidatura. Esta estratégia de fazer parte do sistema eleitoral brasileiro de forma velada, o catolicismo não necessitava se expor nos pleitos, conferia à instituição o poder de negociar concessões políticas tanto no campo regional quanto na esfera nacional. Ter o nome divulgado nas listas da LEC significava aceitar lutar pela causa católica durante o mandato.

Nesse mesmo ano tivemos um período de vitórias políticas católicas, pois o Estado necessitava da legitimação da Igreja Católica para superar seu período de instabilidade política, e a Igreja aproveitou esse momento para cobrar dividendos políticos, pautada na capacidade de arregimentar as massas. Para tanto, a figura de D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, se projetou como um mediador para a paz, controlando a onda revolucionária de 1930, aproximando-se de Getúlio Vargas, e juntos estabeleceram as relações entre política Católica e Estado de 1930 a 1945.<sup>247</sup>

---

<sup>247</sup> LEITE, Filipe de Faria Dias. **Atuação da Liga Eleitoral Católica na formação da Assembleia Nacional Constituinte de 1933**. In: I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades - ANPHU, 2007, Maringá - PR. Caderno de Resumos do I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades - ANPHU "Identidades religiosas e História". Maringá - PR: Editora UEM, 2007. v. 1. p. 3

O papel ativo desempenhado por Leme na transição de governo em 1930 conferiu-lhe a imagem de mediador. Somado a isso, Leme também vinha criando mecanismos para arregimentar e motivar a participação da população em geral nas obras religiosas, reacendendo o viés católico no Brasil, algo que demandou anos de atividades para criar uma estrutura que contemplasse as várias camadas sociais. A LEC foi um dos mecanismos criados para a reconquista católica de espaço público, e surtiu efeitos importantes no campo político, trazendo estabilidade e reconhecimento de lideranças importantes, como a de Getúlio Vargas.

A Igreja passou a dialogar e negociar com o Estado, com objetivo final de fortalecer as linhas de ação e programação da política eclesial com relação ao poder civil ou ao próprio Estado. A estratégia do clero foi adaptar-se às situações em busca da meta principal, a influência direta da matéria religiosa sobre a sociedade, através de sua instituição e na formação escolar.<sup>248</sup>

O objetivo principal das medidas fomentadas por Leme era restaurar áreas de atuação do catolicismo onde o laicismo impôs seu afastamento, como a educação. Com isso surgiu a necessidade de educar o povo católico, de modo geral, a votar em políticos que defendiam uma posição mais ativa dos religiosos na esfera social, explicitando o papel importante que desempenhou a LEC no cenário político e social brasileiro.

Prevendo a constituinte, D. Sebastião Leme montou um esquema de operações baseado na reconstrução da “Ordem Cristã”, estabelecendo que essa reconstrução só se faria com sólidos alicerces morais, vinculando aí a preocupação da hierarquia católica com o ensino religioso nas escolas públicas. Na prática, a Igreja Católica formou uma Comissão Central para discutir o Código Civil e Penal, a Lei Eleitoral, ensino religioso, e a defesa dos direitos da família. Para concretizar essa etapa era necessário para a Igreja ter pessoas de confiança no congresso, onde foi instalada, pela mesma Comissão Central, a Liga Eleitoral Católica (LEC), que colocou no Congresso Nacional um grupo de pressão para conduzir as exigências religiosas, o destino das eleições de 1933, e a ação da Assembleia Constituinte de 1934.<sup>249</sup>

A pretensão do cardeal brasileiro foi que o governo enxergasse a grande força mobilizadora que a religião católica ainda exercia sobre os meios sociais do país. Sinalizar que qualquer governo constituído nos anos 1930 deveria respeitar e trazer para perto de si a elite eclesial católica. Não haveria espaço para negligenciar as demandas católicas, e essa

---

<sup>248</sup> *Ibidem*.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 4

estruturação religiosa se deu às vésperas da formação da Assembleia Constituinte e da formulação da Constituição de 1934.

Frente tal situação política, as conclusões da Igreja Católica sobre no ano de 1933 foram claras e enfáticas. A primeira delas foi que a Revolução de Outubro precisava ser vencida, contudo, não por meios revolucionários, e a necessidade da definição do espírito público nacional, saindo do estado caótico apresentado antes de 1933. As necessidades de ordem e estabilidade políticas e sociais foram também pontos centrais das conclusões eclesiais.

A instituição eclesial mostrou que os católicos brasileiros deveriam trabalhar para que a política nacional se transformasse, através das eleições firmadas para 1934. Esses políticos careceriam ser substituídos, nos meios legais, por homens que reconhecessem a necessidade de construir a sociedade do futuro em alicerces espirituais. O dever dos católicos foi o voto consciente, pautados na Liga Eleitoral Católica.

Contudo, essa intervenção dos Católicos não se daria por partidos políticos, mas a escolha dos candidatos relacionou-se aos princípios individuais dos candidatos, o dever de fé e patriotismo. Essa tipologia dos candidatos apoiados pela LEC foi premeditada, com o objetivo de fundamentar as futuras leis, instituídas pela Assembleia Constituinte, aos princípios cristãos. Entretanto, não somente ao catolicismo, mas a toda nacionalidade que não fosse oligarca, sectária, sem expressão, ou duradoura. A Igreja Católica Brasileira mostrou que também havia a necessidade da definição do espírito público nacional, saindo do estado caótico evoluindo para a ordem e estabilidade políticas e sociais. Esses pontos poderiam ser sanados, ou definidos através da fé católica, com a presença da Igreja junto ao Estado, via espiritualização da educação, como forma de cristianizar a política federal.<sup>250</sup>

Leme tinha interesse direto na formação da constituindo pois destes trabalhos iria nascer uma nova Constituição para o país. Com isso, Leme articulou seus líderes para atuarem de forma direta na esfera política. O catolicismo desejava não só estancar as leis que traziam riscos à sua atuação no país, mas também esfriar os ânimos dos acontecimentos advindos de 1930. A saída de Washington Luís do cargo e a imposição da junta revolucionária para que Vargas assumisse o comando do país poderiam produzir conflitos sérios para a vida nacional. Com isso o poder conciliador desempenhado por Leme na troca de governo foi importante para que o catolicismo pleiteasse uma posição mais ativa na vida social e política nacional.

O objetivo principal da LEC era

influenciar a composição do legislativo federal nas eleições de 1933 e, por conseguinte, a Assembleia Nacional Constituinte que seria (e foi) realizada em 1933. A LEC foi instituída em todo Brasil e funcionava através de comitês, que se encarregavam de identificar possíveis representantes de seu projeto no interior na Igreja para as eleições de 1933. Posteriormente, a LEC analisava todas as plataformas eleitorais dos postulantes ao legislativo, para estipular aos católicos quais eram recomendados e aqueles que deveriam ser evitados. Os critérios utilizados para a promoção das candidaturas levavam

---

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 7

em consideração basicamente a posição do postulante acerca dos valores morais e seu alinhamento com os interesses da Igreja, entre estes, a questão do divórcio e o ensino religioso nas escolas.<sup>251</sup>

Já contando com alguma estrutura nos principais centros eleitorais do Brasil, a LEC iniciou o projeto de arregimentação de forças políticas alinhadas com as necessidades e demandas do catolicismo. Estruturada em 1932, seu objetivo era já estar presente nas eleições para a Constituinte.

As eleições de 1933 revelaram a impactante vitória da estratégia eleitoral da LEC, haja vista que a maioria dos candidatos com seu apoio foram eleitos. (...) Neste sentido, a Igreja formou comissões em seu interior com o intuito de debater o Código Civil e Penal, a Lei Eleitoral e a defesa dos valores da família. Sendo assim, os parlamentares no Congresso Nacional atuavam como interlocutores a pressionar o sistema político pelos interesses da Igreja na elaboração da constituição.<sup>252</sup>

Como uma força social e política presente no início dos anos 1930, o catolicismo estava colocando em prática seu projeto de recatolização do Brasil. Promovido pelo cardeal Leme e auxiliado por Alceu Amoroso Lima, o catolicismo viu suas demandas começarem a ser atendidas já na constituição de 1934. É importante ressaltar que este processo de recatolização da sociedade brasileira não era algo recente, nem mesmo resultados exclusivos dos esforços de Leme e Amoroso Lima, mas sim de um projeto mais amplo e mais antigo, remontando ao processo de transição da Monarquia para a República, e que contou com vários atores eclesiais e leigos. De certa forma no início dos anos 1930 ocorreu a confluência de várias correntes políticas, intelectuais e culturais, que viram na escalada de um novo governo a possibilidade de colocar em prática demandas antigas ou reprimidas por governos anteriores. “Após grande pressão que vinha sofrendo de várias esferas, o governo provisório convocou em abril de 1933 eleição para constituição de uma Assembleia Constituinte com vistas na elaboração de um novo texto constitucional.”<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **Religião e política no Brasil**. Latinoamérica. Revista de Estudos Latinoamericanos, v. 1, p. 223-256, 2017, pág. 64.

<sup>252</sup> *Ibidem*

<sup>253</sup> MONTEIRO, Patrick Correa. **O Anteparo do Sagrado: A Liga Eleitoral Católica e a Indissolubilidade do Casamento na Constituição de 1934**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis - SC. Anais do XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. Florianópolis: ANPUH-SC, 2015. p. 1-9. p. 2

A instabilidade política do período tornou aquele momento o mais oportuno para exercer esta forma de pressão, com vistas à “re Cristianização” do país e a restauração da hegemonia social e religiosa. A Constituição de 1934 foi o grande reflexo dessa ofensiva religiosa na esfera política, posto que, as demandas da Igreja foram incorporadas ao novo texto constitucional, tais como a proibição do divórcio, o ensino religioso nas escolas e o estabelecimento de subsídios estatais para as obras assistenciais vinculadas a Igreja.<sup>254</sup>

Mais uma conquista para o catolicismo brasileiro: ver sancionadas na Constituição suas reivindicações. Com isso podemos perceber que, embora a instituição tenha passado por problemas ocasionados pela implantação da República, as estratégias desenvolvidas para se manter ativa e participativa no cenário social e político brasileiro estavam rendendo resultados expressivos para o catolicismo. Em 1935 o próprio Leme descreveu em carta para Alceu Amoroso o que representava a LEC para o catolicismo no Brasil.

Com a reunião, em breve, da Câmara eleita constitucionalmente em 16 de outubro, bem como as Assembleias Constituintes Estaduais, que por sua vez vão eleger os Governadores e o Senado Federal, voltará o País à sua normalidade política.

Pedindo a Divina Providencia que anos de paz e trabalho permitam a pratica fecunda da nova legislação constitucional, aos católicos de boa vontade devemos uma palavra esclarecimento.

Qual o dever político dos católicos nesta hora? Desinteressar-se da coisa pública por só haver novas eleições dentro em quatro anos? Modificar a posição que assumiram através da Liga Eleitoral Católica?

Nem uma coisa nem outra. O mesmo espírito de consciência cristã e de civismo, com que os católicos tomaram parte tão decisiva na elaboração da nova carta constitucional de 16 de Julho, deve continuar a arder no coração de todos os filhos da Igreja no Brasil. De 1930 a 1934, foi a confiança dos católicos no êxito de suas justas aspirações, que os levou à cooperação do país. A mesma confiança no futuro da pátria e a mesma submissão dos desígnios da Providência Divina aconselham os católicos brasileiros a manter, cada vez mais vivo, o seu interesse pela causa publica, não só por amor a causa da Santa Igreja, mas também como cidadãos exemplares que se ufanam de ser. Juntamente com esse fervor de espírito público, muito recomendamos toda fidelidade ao espírito religioso com que foi lançada a Liga Eleitoral Católica: fora de partidos, fora de política profissional, isenta de qualquer pretensão ao poder, sem a mínima coação sobre as preferências partidárias dos católicos. Não dispondo de recurso próprios, nem tendo qualquer fonte de renda que não seja a generosidade dos fiéis, vivendo, portanto, de esmolas como a própria Igreja, pode a Liga Eleitoral Católica apelar para os sentimentos de fé e o zelo nunca desmentido das famílias católicas, das Ordens Religiosas, das Irmandades, Associações, Instituições, dos Colégios e Organizações Católicas, em geral, que estamos certo, não se recusarão a cooperar para que a Liga levante os recursos suficientes à manutenção de seus serviços de alistamento na Capital da República.

Eis aí, sr. Dr. Amoroso Lima, as instruções que devo dar-lhe neste momento em que, a despeito de todas as dificuldades, de Deus N. Senhor esperamos se abra para a vida

---

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 65

pública do Brasil uma era de construção fecunda, durante a qual possamos por em pratica a legislação favorável que obtivemos em a nova organização política do país.<sup>255</sup>

A carta deixa explícito a autoridade de Leme sobre as organizações católicas e também sobre a lideranças do laicato brasileiro. A LEC exerceu uma função primordial no processo de restauração do catolicismo brasileiro, principalmente no momento de reestruturação política dos anos 1930. Entretanto, Leme não estava seguro com as conquistas que o catolicismo havia alcançado com a Constituição de 1934, havia ainda a necessidade de deixar as fileiras em alerta, ativa politicamente, para que na necessidade, o catolicismo pudesse contar com grande aparato político e social.

### 3.3 - Eleição ao cargo de cardeal: relações Portugal e Santa Sé

Com o falecimento do então cardeal português António Mendes Belo, em 05 de agosto de 1929, começaram as disputas para estabelecer quem poderia substituí-lo. Embora o nome escolhido pela Santa Sé tenha sido o de Manuel Cerejeira, este não ocorreu sem muita disputa, conforme o caso brasileiro. O arcebispo de Braga, Manuel Mendes de Matos, e o arcebispo de Évora, Manuel Mendes da Conceição Santos, estavam na disputa para exercer a função de novo cardeal de Portugal. Questões de alinhamento político, no entanto, fizeram com que esta disputa não fosse fácil para a Santa Sé, e também não passasse neutra pelos olhos do governo, embora Portugal ainda tivesse relações rompidas com a Santa Sé.<sup>256</sup> Logo após o falecimento de Mendes Belo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros já começou a atuar frente a nomeação de um novo cardeal.

Ministre Portugal  
Prés le saint siege  
Roma  
Expedido cifrado  
Comuniquei V. Ex. Cardeal Secretário de Estado falecimento Sua Eminência Cardeal Patriarca 06 sobre a sua sucessão abster-se-há V. Ex. de qualquer démarche enquanto não receber instruções confidenciais.  
Ministro<sup>257</sup>

<sup>255</sup> Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. **Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima**. Rio de Janeiro, 19 de março de 1935. 013\_06/0835 e 013\_06/0836.

<sup>256</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit., p. 85-87.

<sup>257</sup> Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Documento número 181 de 05 de agosto de 1929

Para a Igreja, era importante que o futuro cardeal não fosse uma figura que criasse problemas na sua relação com o governo. Era necessário que o próximo cardeal mantivesse boas relações com o poder constituído, por isso, não só a Igreja teve interesse em quem assumiria a função de cardeal como também o governo português acompanhou de perto as negociações. Em um telegrama endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, enviado pelo representante do país na Santa Sé, Augusto Coelho, pode-se notar a atenção dada ao assunto da nomeação do cardeal:

cardeal secretário d'estado afirmou-me assempto sucessão Cardeal Patriarca não tinha sido ainda considerado vaticano nem o seria agora pois não só não era urgente como todas congregações estavam de férias até ao fim Setembro e assumpto dependia congregações negócios extraordinárias. Além disso, ele, cardeal retomaria amanhã mez férias até ao fim Setembro.

Acrescentou que provavelmente só próximo Consistório em novembro ou dezembro se pensaria substituição. Secretário d'Estado não ordenou sequer ainda Nuncio Consultar alguma a este respeito. Creio poder afirmar Vsa. que quando assumpto tiver de ser considerado Vaticano salvo caso extraordinário aceitara indicação nunciatura após consulta episcopado. Sobre arcebispo de Évora sei que veio Roma ocupar-se projeto Instituto Cathólico Coimbra, assumpto que muito o interessa e tomou parte procissão dia 25. É possível que por terceira pessoa tenha procurado lançar sua candidatura mas não creio que essas diligencias tenham por si qualquer importância. Após regresso monsenhor Pizzardo procurarei informar Vsa. mais precisão. Cardeal secretario d'Estado sae amanhã Roma.<sup>258</sup>

A preocupação do governo era o nome do arcebispo de Évora, religioso que já havia fomentado crise entre o governo e os fiéis católicos por não aceitar uma lei imposta pelo governo militar que visava restringir as procissões religiosas e o toque dos sinos das Igrejas, o que ficou conhecido como “crise dos sinos”<sup>259</sup>.<sup>260</sup> Na concepção da Igreja havia também discordâncias quanto ao nome, porém se pensava na necessidade de manter laços com os vários setores do governo.

Também o bispo de Beja, José do Patrocínio Dias, numa conversa com um membro da Secretaria de Estado da Santa Sé, se referiu ao assunto, afirmando que podiam ser candidatos a patriarca os arcebispos de Braga, de Évora e de Mitilene. Ele próprio achava que o de Évora era o mais capaz pela sua valentia e pelos seus dotes singulares

<sup>258</sup> Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Documento número 181 de 15 de agosto de 1929.

<sup>259</sup> Sobre a “Crise dos Sinos” conferir: ARAÚJO, António de; CARVALHO, Rita Almeida de. **A voz dos sinos: O “Diário”** de Mário de Figueira sobre a crise política de 1929. Estudos – Revista do Centro Académico de Democracia Cristã. Nova Série N.º 5, Coimbra, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/alexandre%20oliveira/Desktop/ICS\_RACarvalho\_Voz\_ARN%20crise%20dos%20sinos.pdf  
Acessado em: 14-07-2018.

<sup>260</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit., p. 87



de organização da Ação Católica, mas reconhecia que Cerejeira era o preferido da maioria das pessoas. Além disso, o prelado de Beja adiantava que, se “o governo até há poucos meses era indiferente, agora espera que seja escolhido monsenhor Cerejeira; que, naturalmente, é de todos os três o melhor aceite na esfera governativa.”

Da mesma forma, o núncio em Lisboa, Beda Cardinale, concluiu, num relatório de 27 de Outubro de 1929, que “seria de grandíssima utilidade para a Igreja que a escolha do futuro patriarca recaísse sobre um candidato contra o qual não houvesse hostilidade da parte do governo”. Por isso, “o mais idóneo seria Cerejeira”, considerado um “*homo novus*” afastado dos partidos e “bem aceite pelas diferentes categorias de pessoas”. Quanto a Manuel da Conceição Santos, o núncio deu conta que era tido, por elementos do governo, como um político e um intriguista, devido à “crise dos sinos”, pelo que a sua escolha representava “um perigo para a harmonia e para as boas relações entre o poder público e a autoridade religiosa”.<sup>261</sup>

A nomeação de Cerejeira para a função de cardeal, como já visto, foi um processo calculado e demandou, por parte da Santa Sé, um certo período para a tomada de decisão. Havia pontos e condutas individuais na atuação dos candidatos à patriarca<sup>262</sup> que poderiam gerar conflitos de imediato para a Santa Sé, tendo em vista os questionamentos que alguns bispo vinham fazendo para determinadas práticas do governo. O novo cardeal teria à sua frente novos desafios políticos e sociais inerentes da transição dos anos 1929 e 1930, deveria ser um articulador político, alguém que tivesse bom trânsito entre as diversas esferas sociais e políticas, ou mesmo que não trouxesse consigo um fardo de conflitos com o estado; deveria ser alguém neutro, e neste aspecto Cerejeira se enquadrava melhor.

Legação de Portugal

Junto da Santa Sé

17 de dezembro de 1929

Exmo. Snr. Ministro dos Negócios Estrangeiros

Tenho a honra de remeter a V. Exa. a alocução de Sua Santidade do Sacro Colégio, no Consistorio Secreto d’hontem, em que foram creados e publicados os seis novos Cardeaes entre eles o Patriarca eleito de Lisboa. A comunicação foi-lhe feita ás onze menos um quarto da manhã. Achando-me presente nessa altura, para a visita de calor, e sendo o mais graduado dos assistentes, a mim me competiu a leitura da carta do Cardeal Secretario d’Estado.

Todo o Sacro Colégio visitou hontem Sua Eminencia o Cardeal Patriarca de Lisboa; que receberá o barrete amanhã e a quem será imposto o chapéu cardinalício na Consistorio Publico da próxima quinta-feira 19. Equalmente foi cumprimentado pelo Corpo Diplomatico.

Saude e fraternidade

Trindade Coelho<sup>263</sup>

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 89

<sup>262</sup> O Arcebispo de Lisboa é elevado ao grau de cardeal e patriarca ao mesmo tempo, por se tratar de um Sé Patriarcal. Com isso, o Arcebispo de Lisboa se torna cardeal patriarca.

<sup>263</sup> Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Documento número 181 de 17 de dezembro de 1929. p. 10, n. 130, doc. 87

A eleição de Cerejeira se confirmou e trouxe alívio para as relações entre Igreja e estado em Portugal. Uma transição acompanhada de perto por um estado laico que havia rompido relações definitivas com a Santa Sé no início de sua República, em 1910, e que só restabelecera relações em 1940, com a concordata. Apesar desta situação, o processo de eleição do cardeal não passou despercebido pelo governo, mas sofreu forte influência na indicação de um nome, que saiu vencedor.

### **3.4 – O catolicismo em Portugal e suas relações: a Ação Católica Portuguesa**

Na jornada de reorganização do catolicismo em Portugal, a Igreja necessitou se estruturar durante as várias formas de governo instauradas no país desde 1910. Um período se faz importante, no entanto, para se compreender as relações Igreja e estado nos anos de 1930, principalmente durante o período denominado Estado Novo, que contou com António Salazar como principal expoente no país: a ditadura militar de 1926.

Nas vésperas do 28 de maio os revoltosos estavam cindidos em duas facções, e quem quisesse vencer teria de se impor pela força. Uma delas, cujos principais representantes eram o capitão-de-mar-e-guerra José Mendes Cabeçadas, o capitão Jaime Batista, o comandante Gama Ochoa e o tenente de Infantaria Carlos Vilhena, deliberara que após a vitória seria formado um governo extrapartidário, encabeçado pelo primeiro. A outra, na aparência liderado por Gomes da Costa, mas de facto comandada por personalidades de ideais autoritários, como Manuel Múrias, Rolão Preto, Armando Pinto Correia e Vasco de Carvalho, batia-se por uma Revolução que impusesse um Estado forte, assegurasse o respeito pela tradição, estabelecesse a ordem na política, nas ruas e nos espíritos, e reorganizasse política, económica e socialmente o país.

Durante este período o catolicismo esteve presente e apontando para as principais reivindicações que desejava serem sanadas ou colocadas em prática. As incertezas e possibilidades de participar da formulação do novo governo fizeram com que a Igreja apresentasse uma lista de situações que deveriam ter solução, entre elas:

- O reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja.
  - A liberdade de ensino religioso, pelo menos nas escolas particulares.
  - A restituição à Igreja dos bens que estavam na posse do Estado e que lhe haviam pertencido.
-

- A aposentação dos párocos.<sup>264</sup>

O movimento que lutou para alcançar o poder político de Portugal, em 1926, desejava criar mecanismos para manter a ordem e a estabilidade social no país, com isso, era imprescindível ter próximo de si uma instituição que trazia consigo uma inegável força de mobilização política e social. O momento da instalação do governo militar trouxe consigo muita instabilidade, deixando o país próximo de uma verdadeira guerra civil. O primeiro gabinete instituído após a chegada dos militares no poder contou com uma situação que ainda não havia ocorrido desde o início da República: a nomeação de um católico para uma das pastas governamentais e das Finanças. Salazar, membro do CADC de Coimbra e do Centro Católico Português, representava o catolicismo neste novo período político português.<sup>265</sup>

Salazar foi o primeiro chefe de Governo, desde 1834, que não estava identificado com as correntes de opinião liberais ou republicanas. Era um antigo seminarista e um militante do Centro Católico Português, do qual chegara a ser deputado em 1921. Embora leigo, levava vida doméstica típica de um sacerdote – solteiro, partilhando a casa de Coimbra com outros padres. Como chegou ao topo? Ministro das Finanças pela primeira vez a 3 de julho de 1926, logo a seguir à revolução, não durou duas semanas. Voltou passados quase dois anos, a 27 de abril de 1928, um mês depois da eleição do general Carmona como presidente da República. Reconheceram-lhe então o direito de veto sobre todos os aumentos de despesas. Não era um sinal da sua ascendência política, mas do desespero financeiro dos chefes militares, perante um défice mais alto do que a média de 1924-1926 e sobretudo perante o fracasso do empréstimo externo em que o general Sinel de Cordes, antecessor de Salazar na pasta das Finanças, apostara para resolver as dificuldades. Como seria de esperar, a imprensa da “situação” promoveu Salazar como uma “competência” olímpica – mas não era necessariamente o começo do seu domínio, apenas uma tentativa de credibilizar a nova gerência financeira.<sup>266</sup>

Com o processo de estabelecimento do poder nas mãos dos militares ocorreu uma diminuição das forças democráticas presentes no país. O catolicismo viu, nesse sentido, a oportunidade de enfrentar as antigas correntes políticas que haviam enfraquecido as estruturas católicas no início da República. Naquele momento, além de um governo mais conservador, a Igreja ainda contou com a presença de Salazar em suas fileiras, sendo uma esperança para a retomada de espaço simbólico e material do que havia sido confiscado pelo Estado laico ou proibido.<sup>267</sup>

<sup>264</sup> MADUREIRA, Arnaldo. **A Igreja Católica na origem do Estado Novo**. Livros Horizonte, Lisboa, 2006, p. 09

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 10 - 11

<sup>266</sup> RAMOS, Rui. Salazar e a “revolução nacional” (1926 – 1945). In: RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. 8ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 627-628.

<sup>267</sup> MADUREIRA, Arnaldo. **A Igreja Católica na origem do Estado Novo**, op. cit., p. 11-12

Querendo-lhe mais que “à menina dos seus olhos”, se nos é permitida a expressão, a imprensa católica colocou-se ao seu lado, e o *Novidades*, jornal do Episcopado, tornou-se no seu órgão oficioso. Ficava desde logo implícito que nas lutas que Oliveira Salazar ia travar, para impor as suas ideias, ele contaria com a sua acção.

(...)

Sabendo o que Salazar representava, a hierarquia católica portuguesa apoiava-o em tudo o que podia. Nesses dias difíceis da segunda metade de 1928, e só falamos nestes porque só estes é que cabem no âmbito deste trabalho, a sua contribuição para a afirmação de Salazar foi muito grande.

(...)

Nos dias que se seguiram, em documentos por eles assinados individualmente, os bispos solicitaram aos seus párocos, em particular, e aos seus paroquianos, em geral, para que cooperassem com o ministro das Finanças, na “obra patriótica de salvação de Portugal”. E as missas constituíram um lugar de eleição para a divulgação dessa mensagem.<sup>268</sup>

Com Salazar como membro do governo o catolicismo se sentia representado e amparado em sua caminhada de recatolização do país. Por outro lado, também, a Igreja coloca à disposição de Salazar seu aparato de mobilização com o *Jornal Novidades*, grande meio de divulgação católico, além da utilização do púlpito das Igrejas para a promoção dos feitos do Ministro das Finanças. A convocação do laicato para a tarefa de salvação da pátria Portugal aponta para o auge de uma campanha de causa própria, tendo em Salazar a oportunidade de reaver os bens perdidos no processo de laicismo, além de disciplinar antigos rivais do catolicismo.

Vítima durante largos anos de um anti-clericalismo militante e virulento a Igreja, inicialmente, não correu o risco de apoiar clara e decididamente os revoltosos. Só passado algum tempo é que os seus fiéis e alguns dos seus órgãos de informação deixaram transbordar as emoções e, em geral, fulminaram os vencidos (leia-se os democráticos). (...)

Apostada em credibilizar o regime, parte da classe política republicana estava então disposta a devolver à Igreja parte das posições que ela ocupara na sociedade portuguesa, antes de 5 de outubro de 1910. Nos primeiros meses de 1926, os representantes do Centro Católico no Congresso, depois de o terem devidamente preparado, apresentavam um conjunto de reivindicações, de que salientamos:

- o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, ficando assim resolvido o problema do reconhecimento da hierarquia eclesiástica.
- a liberdade do ensino religioso, pelo menos nas escolas particulares.
- a restituição das Igrejas, alfaias, edifícios paroquiais e seminários de que o Estado se apoderara.
- a aposentação dos párocos. (...)

As reivindicações começam a ser atendidas, entre elas a liberdade de ensino religioso nas escolas particulares, e o reconhecimento do direito de aposentadoria aos párocos.<sup>269</sup>

---

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 12-13

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 55-59

No papel de vítima de um sistema que excluiu sua participação do âmbito político e social português, o catolicismo buscou promover sua atuação social, mesmo que de forma clandestina, e pretendia encontrar apoio na sociedade e em setores políticos para se manter de pé no processo de consolidação da democracia no país. Na oportunidade de encontrar apoio dentro das esferas do poder, a hierarquia católica depositava sua confiança no sentido de buscar estabilidade institucional.

Salazar contou com a hierarquia da Igreja, que seria chefiada desde 1930 por um amigo íntimo, o cardeal Manuel Cerejeira, e com os activistas leigos dos movimentos católicos. Essa ligação tornou-o interessante para a Ditadura Militar, empenhada em conciliar os católicos. (...)

Sem Carmona ou a Igreja, Salazar não teria chegado onde chegou, mas a sua ascensão não foi uma mera questão de patrocínios institucionais. Dependeu da sua habilidade para jogar um xadrez político muito rebuscado. A Ditadura foi Sempre um aglomerado heterogéneo de personalidades e grupos que só tinham em comum a rejeição da esquerda republicana: uns monárquicos e outros republicanos; uns católicos e outros maçons.<sup>270</sup>

O que se pôde observar foi a formação de uma ajuda mútua. O catolicismo despontava nos anos 1920 e 1930, tanto em Portugal quanto no Brasil, como uma instituição socialmente forte, com um grande poder de arregimentação de suas fileiras. O que faltava para o catolicismo em Portugal era uma representação política forte, e Salazar representava essa força. É importante observar que o catolicismo, independente do governo, criou seus próprios mecanismos para se manter presente no país. Estruturas como o Centro Católico Português e o CADC, além dos periódicos que a Igreja mantinha, permitiram com que a instituição se mantivesse viva e conseguisse perpassar os anos mais duros de sua relação com o estado.

O colapso da I República Portuguesa (1910-1926) teve lugar durante a vaga de crises dos regimes democráticos europeus do pós-Primeira Guerra Mundial e foi provocado por uma coligação heterogénea de militares e civis conservadores, e não por um movimento fascista.

Predominantemente republicanos de direita, os generais que dominaram a ditadura militar criada após o golpe de 1926 procuraram o apoio de elementos conservadores e das elites católicas para a criação dos primeiros governos ditatoriais.

Liderado por Oliveira Salazar, um jovem professor universitário com ligações ao Centro Católico e que se tornou ministro das Finanças em 1928, o Estado Novo português consolidou-se durante a década de 30. O partido único, a União Nacional (UN), criado pelo Ministério do Interior em 1930, era fraco e, inicialmente, controlado pelo governo, sob a forte liderança de Salazar. Beneficiando de uma nova constituição, produto de um compromisso entre corporativismo e liberalismo e aprovada por plebiscito em 1933,

---

<sup>270</sup> RAMOS, Rui. Salazar e a “revolução nacional” (1926 – 1945). In: RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. 8ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 629

Salazar criou o partido único a partir de cima, garantindo que permaneceria fraco e elitista desde a sua fundação.<sup>271</sup>

Como resultado deste processo político militar Salazar conseguiu galgar seu fortalecimento no governo, chegando a presidir a nação com a consolidação do Estado Novo em 1933. É importante observar que essa caminhada que culminou com a Constituição de 1933 contou com a participação do catolicismo como agente ativo e integrante do processo. Defendendo interesses e visando maior representatividade, estabilidade e garantias de sobrevivência, a hierarquia católica não poupou forças em projetos em prol da instituição.

A consolidação de um novo espaço de atuação sem cerceamento da liberdade era o principal objetivo do catolicismo dentro do estado laico português. As estratégias e articulações da instituição culminam com o encontro de dois amigos no poder. De um lado o novo cardeal Manuel Cerejeira, do outro António Salazar, presidente do Conselho de Ministros. A busca pela consolidação de um espaço de atuação teve como palco os anos 1930, e com ele o Estado Novo.

Com o objetivo de fortalecer a atuação católica frente ao Estado foram criadas das Ações Católicas. Como já visto no contexto da Ação Católica Brasileira, devemos analisar a Ação Católica em um panorama mais amplo, partindo do preceito de seu projeto fazer parte de estímulos advindos da Santa Sé.

Em novembro de 1933, Pio XI enviou a Cerejeira a carta fundadora da Ação Católica Portuguesa (ACP), a *Ex Officiosis Litteris*. Esclarecia o Papa “que a Ação Católica, como a Igreja” de que era colaboradora directa, não tinha “um objetivo material, mas sim espiritual” e deveria manter-se “acima e fora dos partidos políticos”. Isso não impedia, segundo Pio XI, que, a título individual, os católicos pudessem fazer parte de organizações de caráter político, desde que estas dessem “as necessárias garantias de respeito pelos direitos de Deus e das consciências.”

Tal como Pio XI foi o papa da Ação Católica (AC), Cerejeira foi o cardeal da ACP, para cuja criação já tinha mobilizado desde 1931 os universitários católicos, pedindo-lhes para serem a futura “elite” e “vanguarda do exército da AC”. Seguindo as instruções papais, Cerejeira definiu desde logo a ACP como devendo estar acima dos partidos políticos e ser uma organização puramente religiosa, de apostolado leigo, em cooperação com a hierarquia eclesiástica e a ela subordinada.<sup>272</sup>

O processo de estruturação da Ação em Portugal ocorreu já no início dos anos 1930, e contou com o impulso para que os universitários se engajassem neste projeto. Cerejeira, antigo

<sup>271</sup> FERREIRA, Nuno Estêvão; CARVALHO, Rita Almeida de; PINTO, António Costa. O “império do professor”: a elite ministerial de Salazar, 1932-1944. In. PINTO, António Costa. **Governar em Ditadura: Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 129.

<sup>272</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit., p. 117-118.

professor universitário, via nos estudantes a possibilidade de fortalecer o catolicismo em Portugal. Diferente do caso brasileiro a ACP não contou com uma Liga Eleitoral Católica, e exerceu um papel muito mais social do que político no país, visto que Salazar manteve supervisão constante sobre os atos do catolicismo.

A Ação Católica seguiu o exemplo do que era proposto pela Santa Sé, se formando com o objetivo de congregar as mais diversas organizações católicas sob uma só organização. Partindo deste ponto a Ação Católica Portuguesa,

Reunindo associações já anteriormente existentes, entre as quais se contavam a Liga de Ação Social Cristã (fundada em 1907), o CADC, a Juventude Católica de Lisboa (fundada em 1909) e outros agrupamentos profissionais católicos, a ACP passou, a partir de março de 1934, a ter estatutos. Segundo estes, a ACP era uma “união das organizações do laicado católico português”, estruturada em três níveis – nacional, diocesano e paroquial -, e congregando os católicos segundo o sexo, a idade e a ocupação, numa Liga ou numa Juventude Agrária, Escolar, Independente, Operária e Universitária.<sup>273</sup>

Agrupando associações importantes como o CADC e a Juventude Católica de Lisboa, a Ação teve seu início em Portugal de forma estruturada, com uma divisão específica de seus participantes por gênero e atuação profissional.

A Ação Católica Portuguesa (ACP) constituiu uma das mais significativas e duradouras realizações do catolicismo português no século XX (1933-1974) e foi também, seguramente, uma das organizações sociais com maior influência na modernização do país, tanto pelo seu papel na formação de elites quanto pela sua presença e impacto nas mais variadas dinâmicas sociais.<sup>274</sup>

O objetivo da Ação era arregimentar os catolicismos no trabalho em prol de melhores condições de atuação da instituição. Neste sentido, a Ação Católica contava com um alcance amplo, estratificando seus componentes de acordo com os benefícios que poderia obter.

Desenvolvida em estreita articulação com o que pode ser designado como “catolicismo nacional” – onde se encontram marcas de uma visão messiânica e providencialista do país, convergente com a afirmação de uma identidade religiosa da nação portuguesa -, não obstante, a sua história só se compreende no quadro geral de evolução da Igreja

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 117-118.

<sup>274</sup> FONTES, Paulo. **A institucionalização da Ação Católica Portuguesa e a Festa de Cristo-Rei**. Lusitania Sacra, 2ª série, 19-20, p. 171-193, 2007/2008, p. 171.

católica, particularmente na sua relação com o mundo moderno e, de modo especial, no desenvolvimento de dinâmicas inter ou supranacionais.<sup>275</sup>

Como visto, é importante entender a Ação como uma associação além-fronteiras, inspirada nos moldes da Santa Sé, e que tinha como objetivo ordenar e aglutinar as iniciativas dos leigos e do próprio clero.

Definindo-se como fiel seguidor das orientações do papa Pio XI, o cardeal Cerejeira considerava a função da Ação Católica como uma “nova cruzada” para retomar a “ofensiva da reconquista cristã” de recristianização do mundo moderno que estava em processo de paganização há muitos séculos, desde o Renascimento, culminando com a “laicização total do indivíduo”.

(...)

Em síntese, Cerejeira define a missão da Ação Católica como “estender p reinado social de Cristo” para salvar a sociedade e o Estado.<sup>276</sup>

Organizada em Portugal, a Ação cumpriu seu papel de preservar a identidade católica e fortalecer suas fileiras diante dos avanços naturais pelos quais o país passava. Cerejeira foi a peça principal da estrutura da Ação, porém, como um órgão de âmbito nacional, delegou participação para o clero, que, diferente do caso brasileiro que contou com um leigo comandando a Ação, em Portugal existiu uma atuação mais presente do clero.

\*\*\*\*\*

O capítulo buscou desenvolver as estratégias utilizadas pela Santa Sé diante da necessidade de indicar novos nomes para assumirem o cargo de cardeal em momentos delicados para a política nacional. Tanto no Brasil quanto em Portugal, a indicação dos dois cardeais não foi algo desprezível, mas contou com grandes articulações que movimentaram membros do governo, secretários papais e o próprio papa, além dos núncios e diplomatas. Leme e Cerejeira assumiram seus lugares como cardeais em momentos próximos, e tiveram à sua frente novos desafios com o poder político.

Destacando os mecanismos utilizados pelos religiosos em suas políticas, a Ação Católica desponta como organismo transnacional e que desenvolveu grande prestígio onde atuou. Diferenciando da Ação portuguesa, o Brasil desenvolveu uma estrutura que possibilitou entrar no

---

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 171-172

<sup>276</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. Op. cit. pág. 156.



contexto político de forma efetiva, a LEC. Com isso pode-se compreender que o processo de fortalecimento do catolicismo nos anos 1930 estava em curso, desenvolvendo mecanismo de atuação para permanecer firme diante das transformações do início do século XX.

#### **4 - DIÁLOGO DE APROXIMAÇÃO POLÍTICA LUSO-BRASILEIRO EM CONTEXTO AUTORITÁRIO**

O capítulo irá estabelecer as relações ocorridas entre Brasil e Portugal durante a década de 1930 e início de 1940, buscando identificar benefícios que possam ter sido gerados nas relações do catolicismo com o governo. A década de 1930 desponta como um período diferente nas relações que o governo vinha praticando com o catolicismo por ser o ano de ascensão do Estado Novo, tanto no Brasil quanto em Portugal. Guardadas as devidas peculiaridades entre os dois regimes, o foco é desenvolver o papel que a Igreja desempenhou neste contexto autoritário.

No que tange ao catolicismo, há destaque para a visita de Cerejeira ao Brasil em 1934. Embora o Brasil ainda não estivesse sob o comando do Estado Novo varguista, Portugal já experimentava a atuação desta política. A caminho do Congresso Eucarístico de Buenos Aires Cerejeira passou pelo Brasil, onde foi recebido por vários representantes do governo e do catolicismo, entre eles o cardeal Leme, além de se encontrar com o próprio Getúlio Vargas. Recebido com o mesmo *status* dos chefes de nações, Cerejeira desfilou em carro aberto pelas ruas da capital federal, discursou em um grande estádio, o do Vasco da Gama, participou de várias reuniões com representantes da elite financeira e cultural do Brasil em jantar na Embaixada de Portugal, além do gesto simbólico de visitar os restos mortais do Imperador Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, enterrados na Catedral da cidade fluminense de Petrópolis.

Voltando para Portugal, Cerejeira publicou duas cartas que compuseram o primeiro volume de suas *Obras Pastorais*, onde descreve de forma sucinta sua passagem pela América. Além destes escritos também consta a publicação de um livro, *Cardeal Cerejeira no Brasil*, em 1935. Neste livro de 244 páginas, publicado pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil, escrito e compilado pelo jornalista Alfredo Guimarães, são descritos os principais eventos ocorridos em celebração da passagem do cardeal em sua visita ao Brasil.

A retribuição ao acolhimento recebido no Brasil por parte do cardeal Cerejeira, e do governo português, estava programada para ocorrer em 1940, com os festejos do Duplo Centenário, um dos principais eventos do Estado Novo português em comemoração à Fundação e à Restauração de Portugal, onde foram comemorados o oitavo centenário da Fundação e o

terceiro da Restauração. Os festejos podem ser identificados como o maior evento político-cultural do Estado Novo português.<sup>277</sup>

#### 4.1 - O Estado Novo Português

O Estado Novo em Portugal representou uma nova fase na política do país. Estabelecendo Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, o país que havia saído de uma ditadura militar, vislumbra uma ditadura salazarista. Neste novo contexto, mais uma vez, o catolicismo se vê em uma atmosfera de mudanças que poderiam ser positivas, visto que Salazar e Cerejeira eram amigos de vários anos, ou poderia passar por novos problemas. Não havia garantias explícitas de que essa relação seria totalmente neutra para ambos os lados.

Os estudos acerca da atuação do catolicismo diante do Estado Novo podem demonstrar a real importância da aproximação prévia entre as duas principais figuras portuguesas para este momento. Também pelo fato de que, quatro anos pós Estado Novo português, o Brasil passará por uma transformação política que também trará como ideário: o Estado Novo varguista. Com isso se faz necessária a investigação sobre a atuação do catolicismo frente a esse novo contexto, buscando evidenciar como a instituição buscou se aproximar deste novo aspecto político para que suas demandas fossem atendidas.

No verão de 1932, a República Portuguesa teve novamente um chefe de Governo civil: António de Oliveira Salazar. Era um jovem professor da Universidade de Coimbra, ministro das Finanças desde 1928. Com Salazar, ia começar o “Estado Novo”, “nacionalista”, “autoritário” e “corporativo”: um regime assente numa chefia pessoal do Estado, no monopólio da atividade política legal por uma organização cívica de apoio ao Governo, e na articulação do Estado com associações sócio-profissionais e locais, as quais se esperava que viessem a estruturar toda a sociedade. (...) Também o Brasil, nesta época, teve um “Estado Novo” (1933-1945)<sup>278</sup>, e não só no nome parecido com o português.<sup>279</sup>

Marcado pela Constituição de 1933, o Estado Novo português estabeleceu novas diretrizes para o meio político e cultural do país. Para manter o aparato do novo governo que surgia, houve a necessidade de se criar novas estruturas políticas, sociais e financeiras, para

---

<sup>277</sup> BRITO, Ricardo de. **A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940**. Lusitania Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 24 (Jul. - Dez. 2011) 263-276

<sup>278</sup> O Estado Novo no Brasil começou em 1937 e teve seu término em 1945.

<sup>279</sup> RAMOS, Rui. **História de Portugal**. Op. cit. pág. 627.

estabelecer diretrizes e criar mecanismos de controle. Salazar, determinado a se manter no poder, buscou apoio nas diversas esferas sociais, dentre elas o catolicismo, que acompanhou as mudanças de perto.

(...) em 11 de Abril, a nova Constituição mantinha o regime de separação entre o Estado e a Igreja, prevendo a negociação de uma Concordata, e garantia a liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não permitindo que ninguém, por causa delas, fosse perseguido. Mas, embora reconhecesse a existência civil e a personalidade jurídica de qualquer religião, a Constituição não deixava de atribuir à Igreja Católica um lugar de exceção, ao considerá-la como a religião “da nação portuguesa”.<sup>280</sup>

O fato de que o catolicismo ocupava novamente posição privilegiada perante outras crenças presentes em solo português não representou um momento de facilidades para a instituição. Portugal estava diante de um governo novo, com estruturas novas, com o catolicismo presente. Tal instituição, entretanto, deveria buscar o equilíbrio, entendendo próximo do governo e ao mesmo tempo, da população. É importante observar que Portugal mantinha apenas uma representação diplomática junto à Santa Sé, e isso era resultado da lei de separação entre Igreja e Estado, que colocou fim às relações entre Portugal e a Santa Sé.

O nuncio Beda Cardinale informa o cardeal secretário de Estado, Eugenio Pacelli, a 29 de maio de 1932, um dia depois da publicação na imprensa pelo Governo do projeto da nova Constituição política, do seu carácter antiparlamentar, antiliberal, da sua inspiração no sistema presidencial dos Estados Unidos da América e dos progressos em matéria de liberdade de culto público, dando à Igreja a possibilidade de se poder organizar de harmonia “com as normas da sua própria hierarquia e disciplina, constituir associações e organizações às quais o Estado reconhece existência e personalidade jurídica”. Faz notar ainda que a nova Constituição elimina “todas as disposições proibitivas e draconianas contra as ordens religiosas, contidas na Constituição precedente” e estabelece definitivamente as relações diplomáticas entre o Estado português e a Santa Sé, o que se traduz no reconhecimento desta como Estado soberano, com personalidade jurídica pública e internacional, estatuto que lhe permite celebrar tratados com os outros Estados.<sup>281</sup>

As relações com o Vaticano, embora tendo como ponto de partida jurídico a Constituição de 1933, só foram concluídas em 1940, após longa e intensa negociação com Salazar. Estas relações entre Salazar e o catolicismo indicam que, embora católico assumido e remontando ao seu passado de militante religioso ao lado de Cerejeira, Salazar, em algumas ocasiões, preferiu o

<sup>280</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit. pág. 116.

<sup>281</sup> CARVALHO, Rita Almeida. **A Concordata de Salazar**. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013. Pág. 95.

caminho das negociações longas do que fazer todas as vontades que os membros do catolicismo propunham. Não há, entretanto, possibilidade de se governar um país como Portugal, com uma composição social onde quase sua totalidade eram católica, sem o apoio da Igreja. Visto isso, os membros do catolicismo também impunham suas necessidades nas negociações com o governo, não ao ponto de gerar problemas graves com Salazar, mas fazendo queixas sobre situações diversas.

Os anos compreendidos entre 1933 e 1939 correspondem ao período de institucionalização do Estado Novo. É ao longo deste tempo que se aprova a Constituição, se realizam as primeiras eleições, se reúne a primeira legislatura da Assembleia Nacional e é constituída a Câmara Corporativa. Salazar procede ainda à reorganização da administração pública, do sistema financeiro e dos estatutos jurídicos das colônias. São igualmente criados o Tribunal Militar Especial, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. Também as forças armadas, a polícia e a censura prévia são reformadas pelo novo regime político.<sup>282</sup>

Embora o catolicismo ainda encontrasse papel de destaque na base do governo português, ele sofreu um golpe já no início do Estado Novo. Ainda que tenha sido autorizada a criação da Ação Católica Portuguesa em 1933, o Centro Católico Português perdeu espaço dentro do Estado Novo, principalmente após a criação da União Nacional. O Centro Católico que havia contado com Salazar como seu principal articulador, viu suas fileiras sendo esvaziadas, o que já ocorria desde a transição do período Militar para o Estado Novo, sendo o mesmo totalmente desarticulado em fevereiro de 1934, com o pedido de demissão de António Lino Neto, principal figura do Centro.<sup>283</sup>

Os católicos depositam enormes esperanças na nova ordem. O chefe do Governo iniciara a sua carreira no partido da Igreja, era um católico assumido e amigo pessoal do cardeal patriarca Gonçalves Cerejeira. Para muitos, Salazar é uma escolha da Providência, oferecendo à Igreja amplas garantias não só de respeito, como também de proteção e liberdade de ação. Para já, significava o fim das perseguições, das espoliações e a possibilidade de recuperação do antigo prestígio e influência.<sup>284</sup>

Muito embora tenha ocorrido esse furor católico com relação à chegada de Salazar ao poder, a recíproca não foi como se esperava totalmente. Logo após o início do Estado Novo, em

<sup>282</sup> CARVALHO, Rita Almeida; FERREIRA, Nuno Estêvão; RAIMUNDO, Filipa. Decisão política no Estado Novo, 1933-1939. In. PINTO, António Costa. **Governar em Ditadura**. Op. cit. pág. 153.

<sup>283</sup> REZOLA, Maria Inácia. **A Igreja Católica nas origens do salazarismo**. Locus, Revista de História, Juiz de Fora, vol 18, n 1, p. 69-88, 2012. Pág. 77-78

<sup>284</sup> *Ibidem*, pág. 79.

discurso no Paço Episcopal, Salazar anunciava que com sua chegada ao poder os caminhos trilhados por ele na Igreja iriam se distanciar da sua atuação no Estado. Embora não havendo questões duras entre Estado e Igreja, Salazar colocou como principal foco a sobrevivência do Estado, mesmo que isso custasse desavenças com o catolicismo.<sup>285</sup>

Outro ponto importante, e que relativiza as relações próximas entre Estado e Igreja somente por laços de amizade entre Cerejeira e Salazar, diz respeito às audiências públicas entre os dois, que foram poucas. Mesmo tendo mantido uma correspondência ativa, Cerejeira e Salazar se viram poucas vezes, o que pondera a participação de Cerejeira nos desígnios do Estado Português.<sup>286</sup>

As cartas trocadas entre Cerejeira e Salazar demonstram um certo grau de proximidade muito grande. Quando Cerejeira necessitava fazer algum pedido ia direto a Salazar, sem muita formalidade.

António

Vou partir para Roma e aqui me despeço. Diz-me se queres alguma coisa de lá ou para lá. Chamam-me a Roma, além das obrigações da visita *ad sacra limina*,<sup>287</sup> que cai este ano, negócios do Colégio Português. O momento é pouco oportuno para sair. Temo que chegue dum momento para o outro a resposta da Santa Sé<sup>288</sup> ao que tu sabes. Mas não posso adiar mais. Esperam-me na Congregação dos Seminários, para tomar resoluções que urgem. Sobre o grande negócio que se trata, creio que não passou a isenção da contribuição para as residências paroquiais e episcopais. Assusta-me o aspecto financeiro da Igreja amanhã. Só eu, tenho neste momento um encargo de dívida, com a renovação dos Seminários, de 2.000 contos, o qual será em Dezembro mais de 3.000. A França, como sabes, restituiu à Igreja os valores que tomara em favor da Assistência. Nós temos o fundo, no Ministério da Justiça, dos valores eclesiásticos. Ainda mais uma vez, não será possível fazer em Portugal o que se fez em França? Este ponto e o da cristianização dos dias santos parecem-me muito importantes para o futuro. Não poderia ao menos fazer-se isto por leis internas, quando da aplicação do acordo, embora não conste dele? Quanto ao primeiro, seria acto daquela justiça que o Estado deve a todos e tu procuras realizar.

Abraço-te afectuosamente

Manuel.<sup>289</sup>

A carta de despedida enviada a Salazar, demonstra uma aproximação bem íntima, embora seja necessário relativizar influências diretas entre os dois. Cerejeira faz um apelo ao amigo Salazar para que olhe sobre os impostos cobrados em Portugal por parte do Estado, solicitando

<sup>285</sup> *Ibidem*, pág. 79-80.

<sup>286</sup> PINTO, António Costa. **Governar em Ditadura**. Op. cit. pág. 170.

<sup>287</sup> Visitas regulares, a cada cinco anos, que os Bispos devem fazer ao Vaticano para dar conta de suas atividades.

<sup>288</sup> Sobre as negociações relativas a Concordata.

<sup>289</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, AOS/CP-47 (fl. 57) 17 de jul. 1938.

até mesmo que Salazar criasse lei que reduzisse essa cobrança, utilizando a França como exemplo. O que surge com mais relevância na carta, é a troca de favores entre os dois. Salazar pede para Cerejeira que agilize as respostas por parte da Santa Sé, com relação aos termos da Concordata. Por outro lado, Cerejeira vê neste favor a possibilidade de conquistar benefícios para o catolicismo, com acesso direto a Salazar.

#### **4.2 - A visita do Cardeal Cerejeira ao Brasil**

Outro ponto importante, e que merece um olhar mais aprofundado nas relações eclesiásticas e políticas entre Brasil e Portugal, foi a passagem de Cerejeira pelo Brasil em 1934. Recebido com protocolo de autoridade política, Cerejeira foi figura central no percurso de retorno de alguns cardeais que haviam participado do 32º Congresso Eucarístico em Buenos Aires.

Em sua primeira passagem pelo país em 1934, por ocasião do 32º Congresso Eucarístico realizado em Buenos Aires, o religioso teve uma recepção de destaque. Além do lusitano, estiveram no Rio de Janeiro os cardeais Dom Augusto Hlond (1881-1948) da Polónia, Dom Verdier, da França e Dom Eugenio Pacelli (1876-1958), que em 02 de março de 1939 foi eleito como Papa Pio XII<sup>48</sup>. Mesmo com um conjunto de religiosos importantes para a cristandade e os projetos da Cúria romana, foi o Cardeal Dom Manuel Cerejeira que contou com uma recepção de destaque, comparando-se a de um chefe de Estado ou herói nacional. A sua visita não se resumiu a encontros com outros religiosos, mas também foi um momento em que ofereceu atenção à comunidade portuguesa no Brasil, manteve diálogos com alguns intelectuais que compartilhavam as ideias da Igreja Católica e cumpriu audiência com o presidente Getúlio Vargas.<sup>290</sup>

A comoção sobre a pessoa de Cerejeira demonstra o apelo emocional do líder do catolicismo português sobre os imigrantes de Portugal no Brasil, e também sobre os católicos brasileiros que vislumbravam a figura do cardeal em sua passagem para o Congresso Eucarístico. Outro fato que também surge como um ato importante sobre a passagem de Cerejeira pelo Brasil foram seus encontros com lideranças políticas, além do próprio Vargas, levando em consideração a relação próxima que Cerejeira mantinha com António Salazar.

Entendemos a recepção oficial do bispo lusitano por Getúlio Vargas e os seus principais assessores como um ato político, que reafirmava as intenções do governante para a manutenção das relações internacionais entre o Brasil e Portugal, mas também reconhecia e apoiava o trabalho do clero brasileiro, que era liderado por Dom Sebastião

---

<sup>290</sup> MOURA, Carlos André Silva de. **A missão cultural dos portugueses e a visita do patriarca dom Manuel Gonçalves Cerejeira ao Brasil em 1934**. Lusitânia Sacra, Lisboa, (Janeiro-Junho 2017) 145-164. Pág. 157-158.

Leme (1882-1942) e admirado pelo Patriarca de Lisboa. Os diálogos travados pelo presidente e Dom Manuel Gonçalves Cerejeira serviram para a inscrição de mais um militante contra a expansão do comunismo no país, inimigo comum das esferas religiosa e política, mesmo em ambiente internacional.

O diálogo entre os dois países foi um fato concreto e ativo, criando correntes transnacionais que sopravam os feitos brasileiros em Portugal, mantendo a recíproca. Mas as trocas de ideias já eram antigas, como observado na tentativa da Igreja em arquitetar a primeira Constituição portuguesa aos moldes da brasileira, na expectativa de evitar golpes maiores do laicismo. Também por parte do Brasil a constituição da Ação Católica, espelhada na Ação Católica portuguesa, surge como exemplo das influências que perpassam as fronteiras físicas. A passagem de Cerejeira pelo Brasil significava o despertar de todos esses sentimentos, tanto por parte de Leme, que teve a oportunidade de trocar impressões mais próximas com o patriarca de Portugal, quanto para Vargas, que criou laços mais firmes com o representante português e homem próximo de Salazar.

Ao analisar os discursos proferidos durante as homenagens prestadas ao cardeal lusitano, percebemos que as palavras elogiosas também se estendem a Oliveira Salazar. Para os membros da hierarquia católica brasileira, os tributos feitos ao patriarca era uma forma de reconhecer o trabalho do governo salazarista contra o anticlericalismo, a maçonaria e o pensamento de esquerda. As propostas de governo do Estado Novo, baseada em Deus, pátria, autoridade e família eram reconhecidas nas ideias que aproximavam os eclesiásticos e o governo brasileiro.<sup>291</sup>

De fato, o que uniu a retórica político-religiosa neste momento, e aproximou a Igreja do governo, tinha como base seus inimigos em comum. Vivendo sob influência de governos autoritários, os católicos viram a oportunidade de colocar em prática suas necessidades sociais e políticas. Por outro lado, o governo percebeu o papel social que a Igreja detinha, podendo reunir um grande número de seguidores para perto das ações políticas, sem causar prejuízo à ordem constituída. A Igreja se introduz como a instituição presente nas relações do governo com a sociedade, em ambos os países, e, em contrapartida, mantém suas fileiras pacíficas diante do autoritarismo estadonovista.

O projeto da Restauração Católica desenvolvido no Brasil e em Portugal se fortaleceu com os diálogos entre Dom Sebastião Leme e Dom Manuel Gonçalves Cerejeira. Os trabalhos dos dois intelectuais reforçaram a estruturação de uma neocristandade

---

<sup>291</sup> *Ibidem*, pág. 158-159



militante, com atividades fundamentais para a recatolização da sociedade e das instituições.

O incentivo de Dom Sebastião Leme para a participação dos intelectuais nos projetos da Igreja Católica, a colaboração com a política varguista, no que diz respeito ao combate às doutrinas contrárias aos ensinamentos eclesiais, e a proposição de um debate civil para as questões do poder clerical foram fundamentais para a reestruturação do movimento católico no início do século XX. Já em Portugal, a reação dos bispos após a publicação da lei de separação entre o Estado e a Igreja, o trabalho do clero durante o governo de Sidónio Pais (28 de abril – 17 de dezembro de 1918) e as publicações dos protestos eclesiais foram importantes para o combate ao laicismo republicano.

No entanto, foi durante o patriarcado de Dom Manuel Cerejeira que se estruturou uma reaproximação consistente entre o poder civil e o eclesial. O uso das mensagens atribuídas a Nossa Senhora de Fátima, a aproximação com o projeto político de Oliveira Salazar e o início dos diálogos para a elaboração de uma concordata entre o governo português e o Vaticano são alguns exemplos das ações que colaboraram para a recatolização em Portugal.<sup>292</sup>

O diálogo religioso entre Brasil e Portugal foi recorrente e não se restringiu somente aos dois países, pois uma característica básica do catolicismo é seu papel transnacional. O fortalecimento do papa na instauração dos governos republicanos fortaleceu também o caráter multinacional da instituição, e sua presença atemporal. Com o fim do padroado, o catolicismo embora livre, encontrou dois desafios pela frente. O primeiro foi a necessidade de se manter no país com a implantação do laicismo que, de formas diversas, criou empecilhos, desestimulou a atuação religiosa no território nacional, entre outros aspectos. Em segundo lugar necessitava criar forças para enfrentar os novos desafios que o republicanismo trouxe consigo, como a liberdade religiosa.

Cerejeira partiu de Portugal para Buenos Aires em 19-09-1934 para compor o 32º Congresso Eucarístico Internacional, sediado na Argentina. De acordo com Irene Flunser Pimentel, Cerejeira foi enviado como legado papal *a latere*<sup>293</sup>, o mais alto grau de legado papal, para o congresso e foi recebido tanto na Argentina como no Brasil com honras de chefe de Estado. Com isso, todo reconhecimento dispensado ao cardeal português se justificaria, pelo fato de ser a própria figura do papa em terras sul-americanas. Entretanto, outros estudos e jornais da

---

<sup>292</sup> *Ibidem*, pág. 161

<sup>293</sup> Conferir SALVADOR, Carlos Corral (Diretor). EMBIL, José M. Urteaga. Dicionário de Direito Canônico. São Paulo: Edições Loyola, 1993. Legado *a latere* (*Legatus a latere*). É o Cardeal que, com esse título, é enviado pelo Sumo Pontífice, no caso em questão, papa Pio XI, como “outro-eu” (*alter ego*), com os poderes que este lhe concedeu para representá-lo em alguma solene celebração ou congresso. Fora de Roma, assume a precedência sobre os demais Cardeais e representa, de modo tão especial a pessoa do papa, que na nação à qual foi enviado recebe o tratamento devido a um soberano. Tem direito à cruz processional e é acompanhado por séquito tanto de teólogos e juristas como de eclesiais, designados pelo Soberano Pontífice, por quem são recebidos antes de depois de ter cumprido a missão para a qual foi nomeado. Há quatro tipos de legado: Legado *a latere*, Cardeal Legado, enviado especial e Ab-legado.

época indicam um fato diferente para o episódio: o de que o religioso a quem realmente foi designado legado papal foi o Cardeal Eugenio Pacelli.

O Santo Padre Pio XI, designou para representá-lo e presidir o Congresso Eucarístico Internacional de Buenos Aires ao Cardeal Eugenio Pacelli.

O procedimento seguido pela Santa Sé na designação dos Legados Pontifícios para presidir aos Congressos Eucarísticos foi progressivamente modificado. Por muitos anos a designação sempre recaiu sobre o mesmo cardeal, que era algo como o "protetor" dessas grandes assembleias. Posteriormente, dada a crescente importância que foram adicionando esses congressos, os Papas foram designando diferentes cardeais, com o denominador comum que esses cardeais teriam tido alguma ligação com países ante aos quais iriam representar do Santo Padre. Esta conexão pode ser devido a razão de nacionalidade, ou por falar a mesma língua, ou por ter vivido naquele lugar ou outras razões relacionadas.

Grande foi a alegria com a notícia e também bem recebido por todos os setores da sociedade, a nomeação do cardeal Eugenio Pacelli, Secretário de Estado do Romano Pontífice, como Legado Pontifício *a latere*. As informações e referências que circulavam indicavam-no como um dos membros mais destacados do Colégio dos Cardeais. Foi a primeira vez na história dos Congressos Eucarísticos Internacionais que o Papa enviava seu próprio Secretário de Estado como seu Legado. Muitos entenderam que o Papa Pio XI deu com este gesto um claro sinal de predileção paterna pela Argentina.<sup>294</sup>

Cardeal Pacelli já vinha sendo cotado para essa função meses antes do início do congresso. Não foi um ato qualquer; o congresso de Buenos Aires, primeira cidade sul-americana a sediar este evento, despertou entre os católicos muito interesse, o que fez também de Manuel Cerejeira, um personagem de destaque e interesse por parte dos católicos brasileiros. Entretanto, quem foi recebido com honras de Estado no Brasil foi Pacelli.

---

<sup>294</sup> CAPPELLO, Hugo Héctor. **El xxxii Congreso Eucarístico Internacional En memoria de los 80 años de su celebración (1934-2014)**. Anuario Argentino de Derecho Canónico, Buenos Aires: Universidade Católica Argentina, V. XX, 55-69. 2014. Texto original: El Santo Padre Pío XI, designó para representarlo y presidir el Congreso Eucarístico Internacional de Buenos Aires al Cardenal Eugenio Pacelli.

Fue modificándose progresivamente el procedimiento seguido por la Santa Sede en la designación de los Legados Pontifícios para presidir los Congresos Eucarísticos. Durante muchos años la designación recaía siempre en un mismo Cardenal, que era algo así como el "protector" de estas grandes asambleas. Posteriormente, ante la creciente importancia que fueron sumando estos congresos, los Sumos Pontífices fueron designando distintos Cardenales, teniendo como denominador común que dichos purpurados hubieran tenido alguna vinculación con los países ante los cuales llevaban la representación del Santo Padre. Esta vinculación podía ser en razón de la nacionalidad, o por hablar la misma lengua, o por haber vivido en ese lugar u otros motivos afines.

Grande fue la alegría al conocer la noticia y, además, bien recibida por todos los sectores de la sociedad, la designación del Cardenal Eugenio Pacelli, Secretario de Estado del Romano Pontífice, como Legado Pontifício *a latere*. Las informaciones y referencias que circulaban lo señalaban como uno de los más destacados miembros del Colegio Cardenalicio. Era la primera vez em la historia de los Congresos Eucarísticos Internacionales que el Papa enviaba como Legado suyo a su propio Secretario de Estado. Muchos entendieron que el Papa Pío XI daba con este gesto una clara señal de paternal predilección por la Argentina.

Figura 4 - Reportagem de jornal sobre a passagem do Cardeal Pacelli



Fonte: Jornal A Noite, 20 de outubro de 1934 número 8.228, ano XXIV – Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

O Congresso Eucarístico foi um grande evento católico nos anos 1934, reunindo em Buenos Aires cardeais como Pacelli, Augusto Hlond da Polônia, Jean Verdier da França, além de Cerejeira e Leme.<sup>295</sup> Uma visita oficial por parte do cardeal Cerejeira ao Brasil já vinha sendo pleiteada a algum tempo. No início do ano de 1932 Cerejeira recebeu correspondência do Arcebispo de Salvador, na Bahia, para que o cardeal participasse do Primeiro Congresso Nacional Eucarístico, programado para os dias 2 a 9 de outubro daquele ano.<sup>296</sup>

O congresso não se realizou naquele ano, como previsto, devido a “Revolução” Constitucionalista de 1932 que, embora tenha tido como palco o levante paulista contra o governo de Getúlio Vargas, inviabilizou a realização do congresso da Bahia e a visita de Cerejeira ao Brasil.

Tenho esperado o termo da revolução no Brasil, para comunicar a V. Ex. Rev. que tencionava partir para a Bahia, se V. Ex. me não desse outras ordens, no último vapor brasileiro que daqui parte a tempo do Congresso Eucarístico, ou seja, em 14 de setembro. Partindo num barco brasileiro, não precisaria de pisar chão estrangeiro para entrar no Brasil.

<sup>295</sup> MOURA, Carlos André Silva de. **A missão cultural dos portugueses e a visita do patriarca dom Manuel Gonçalves Cerejeira ao Brasil em 1934**, op. cit., p. 157

<sup>296</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Arcebispo de S. Salvador Augusto Álvaro da Silva. Ao cardeal patriarca de Lisboa. Bahia, 18 de jan. 1932. Doc. V-01-03/01/001.

Como infelizmente a luta se prolonga, temo que a viagem não possa realizar-se.<sup>297</sup>

Como não havia ambiente seguro para a realização do congresso em 1932, o mesmo foi transferido para setembro de 1933,<sup>298</sup> mas não conseguiu contar com a presença do cardeal Cerejeira. As expectativas sobre a passagem de Cerejeira pelo Brasil eram grandes, pois, não simbolizavam apenas a passagem de um representante do catolicismo no Brasil, mas trazia consigo o imaginário do português.

Na década de 1930, Portugal e Brasil constituíram na esfera diplomática importantes espaços de aproximação política. Se por um lado, em Portugal existia um colonialismo com pretensões nacionalistas e que pensava o exemplo brasileiro como referência às colônias africanas, por outro, no Brasil havia um nacionalismo que mobilizava componentes internacionais para com a África e para com Portugal, de modo que afirmava o contributo africano enquanto fatos de civilização e rediscutia a origem portuguesa, uma vez que concebia a singularidade do português enquanto povo propenso à miscigenação.

Neste contexto, o Rio de Janeiro constituía-se no principal centro de emigração portuguesa do mundo e a colônia lusitana organizada na então Capital Federal do Brasil buscava afirmar e recriar sua identidade a partir de duas estratégias principais: o associativismo e a imprensa. Através da publicação de vários periódicos, como jornais, revistas, folhetos e almanaques, os portugueses conseguiam se comunicar não só com os diversos imigrantes e descendentes espalhados pelo território brasileiros, mas também com seus conterrâneos que permaneceram em Portugal. A visão do Brasil enquanto obra máxima da ação colonizadora portuguesa refletia-se na representação assumida pelos emigrantes residentes na antiga colônia, ao passo que a constituição da maior comunidade portuguesa fora de Portugal, em pleno século XX, reforçava simbolicamente os laços estabelecidos historicamente de uma predestinação lusitana.<sup>299</sup>

Com isso a passagem do cardeal português pelo Brasil, e mais, sua visita aos Estados brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo, representou um grande apelo emocional aos portugueses que viviam no Brasil. As negociações para a passagem de Cerejeira ao Brasil começaram antes da partida do cardeal de Portugal. Telegramas demonstram as negociações para que o representante do catolicismo participasse de atividades eclesiais.

---

<sup>297</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Cardeal Manuel Cerejeira ao Arcebispo da Bahia Augusto Álvaro da Silva. Lisboa, 16 de ago. 1932. Doc. V-01-03/01/001.

<sup>298</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Arcebispo de S. Salvador Augusto Álvaro da Silva. Ao cardeal patriarca de Lisboa. Bahia, 06 de abril 1933. Doc. V-01-03/01/001.

<sup>299</sup> PAREDES, Marçal Menezes de; SKOLAUDE, Mateus Silva. **Lusofonia em perspectiva**: panlusitanismo, lusobrasileirismo e lusotropicalismo. Revista Portuguesa de História, Coimbra: Universidade de Coimbra, volume 48, tomo XLVIII, páginas 257-274. 2017. p. 260-261.

Figura 5: Telegrama do Centro Dom Vital para o cardeal Cerejeira

V-01-01/01/030 52

**Telegrama**

N.º da linha .....  
 Estação .....  
 Entendido .....  
 Recebeu .....

Nos telegramas recebidos pelos aparelhos impressores o primeiro número que figura depois da estação expedidora é o número de ordem; o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e hora do depósito. Este impresso deve acompanhar qualquer reclamação que o expedidor ou o destinatário fizer sobre erros de transmissão ou demora na entrega.

Registou .....  
 Expedido às .....  
 por .....

5101 RIODEJANEIRO 23 16 17 15/47 RADIAÇÃO DTA

Palavras ..... em ..... às ..... h ..... m ..... Via .....

= ANTICIPANDO HOMENAGEM CENTRO DON VITAL PEDE  
 CONFERENCIA DESTINADA INTELECTUAES CATHOLICOS =  
 = CARDEAL LEME =

N.º da linha ..... Entendido .....  
 Estação ..... Transmido por .....

ARQUIVO

Fonte: Telegrama – Arquivo do Patriarcado de Lisboa. V-01-01/01/030

A palestra ocorreu de fato, com o título de “A mensagem da Igreja à sociedade moderna”, e contou com a presença do Cardeal Leme e de membros do Centro Dom Vital.<sup>300</sup> Outro acontecimento simbólico que começou a ser preparado antes da partida de Cerejeira foi sua visita à cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, onde se encontram os restos mortais do Imperador Dom Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Thereza Cristina.

Figura 6: Telegrama do vigário de Petrópolis para Cerejeira

V-01-01/01/114

**BRASIL**

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS  
**TELEGRAMA**

RECEBIDO

DE .....  
 POR .....  
 AS .....  
 DE ..... DE PETROPOLIS RJ == 992 == 32 == 26 == 15 500 == HORA .....

EMINENTISSIMO SENHOR CARDEAL  
 CEREJEIRA - MOSTEIRO SAO BENTO - RIO

TENHO HONRA CONVIDAR VOSSA EMINENCIA VISITAR TUMULOS IMPERADORES  
 MATRIZ PETROPOLIS APOS ALMOCO GRANDE HOTEL COM PROFUNDA  
 VENERACAO BEIJOS SAGRADAS MAOS VOSSA EMINENCIA =  
 = VIGARIO PETROPOLIS =

ARQUIVO

CT CEREJEIRA ==

DD

Para a linha desta telegrama, depois do endereço, colocar as seguintes indicações: estação de prescrição - número do telegrama - número de palavras - data e hora da apresentação.  
 Recusar, se houver demora na entrega de vossos telegramas.

Fonte: Telegrama – Arquivo do Patriarcado de Lisboa. V-01-01/01/114

<sup>300</sup> Conferir: CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **A mensagem da Igreja à sociedade moderna**. Obras Pastorais (1928/1935). Lisboa: União Gráfica, vol. 1, pág. 359-376, 1936.

O convite foi assinado por Francisco Gentil da Costa, vigário da cidade. A Catedral possui esse caráter importante de preservar os restos mortais do Imperador brasileiro e de manter um elo com Portugal.

Depois de ter celebrado missa na Igreja da Penha, Sua Eminência, acompanhado de alguns membros da sua comitiva, do Secretário da Embaixada de Portugal, Dr. Avelar Teles, do Secretário Ribeiro Couto e do Cônsul Buarque de Macedo, funcionários do Itamarati, onde foi carinhosamente recebido pela população local.

A comissão de recepção, composta de portugueses e brasileiros, ofereceu ao eminente visitante, no Grande Hotel, um lauto almoço, no qual tomaram parte o vigário local, Gentil da Costa, e o Sr. Mario Noronha, vice-cônsul de Portugal e presidente da Beneficência Portuguesa, além de outras pessoas de destaque da linda “cidade das hortênsias”.<sup>301</sup>

O trecho retirado do livro “O cardeal Cerejeira no Brasil” demonstra que a solicitação feita pelo vigário Gentil da Costa foi atendida, e isso se deve ao apelo que essa visita trouxe para a passagem de Cerejeira pelo Brasil, e ao fortalecimento de ideário português presente nos migrantes. Várias correntes ideológicas e políticas viam na passagem do cardeal português pelo Brasil uma possibilidade de se aproximar da sua imagem e suscitar destaque no plano nacional brasileiro. Assim como o Centro Dom Vital e o vigário de Petrópolis reivindicaram a presença do prelado em suas dependências, outro grupo político percebeu essa importância. Embora não tendo feito um convite oficial para que o cardeal fizesse parte de algum ato privado ou público, os membros da Ação Imperial Patrianovista Brasileira também quiseram saudar Cerejeira por sua passagem pelo Brasil.

A Ação Imperial Patrianovista, permite-se a subida honra de apresentar a V. E. a mais respeitosa e filial saudação dos Imperiais Brasileiros, que vem, na Inclita Pessoa de V. E., um dos mais altos e expressivos embaixadores que Portugal – o nosso Irmão d’Além Mar – poderia enviar à terra de Santa Cruz.

Si o sangue é o liame indestructível da irmanidade luso-brasileira, o espirito é mais ainda por mais profundo e legítimo. Os Imperiais Brasileiros, que representam a reação mais viva e consciente contra a revolução que aniquila a nossa Pátria, querem a restauração do Trono e do Altar na sua mais legítima pureza, na plenitude dos seus direitos, na excelsidade da sua missão grandiosa. Dois são os poderes que nos governam: espiritual e temporal. Aos príncipes de ambos os poderes, toda a nossa obediência e fidelidade. (...) pela Augusta Dinastia de Bragança, que, em Deus esperamos, logo se restaure, em nossa Pátria, para a sua Grandeza, a sua honra, e sua gloria.<sup>302</sup>

<sup>301</sup> GUIMARÃES, Alfredo. **O cardeal Cerejeira no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Alba, 1935. p. 59

<sup>302</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Sebastião Pagano – Secretário Geral da Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Ao cardeal patriarca de Lisboa. São Paulo, 1 de nov. 1934. Doc. V-01-01/01/024.

Os monarquistas viram na passagem de Cerejeira como uma possibilidade de captar seu apelo social para o restauro da monarquia brasileira. A imagem de um português ilustre despertou o interesse dos patrianovistas, que também tentaram ganhar projeção com uma proximidade do cardeal. Por outro lado, Cerejeira não buscava uma possível restauração monárquica em Portugal.

Honrou-me sobremaneira o Governo brasileiro convidando-me oficialmente a visitar o Brasil. Já declarei ao distinto Embaixador em Lisboa do grande “país irmão”, (para me servir, em relação ao Brasil, da frase que o ilustre Presidente da República brasileira acaba de empregar em relação a Portugal), que nada me podia ser mais agradável que este honrasíssimo convite. (...)

Apresso-me a comunica-lo a V. Eminencia, prestigioso chefe espiritual do Brasil. E afianço-lhe que, no meu coração, levarei o justo orgulho que Portugal sente ao pensar no “país irmão” – que, sob o Cruzeiro do Sul, abriu à língua e cultura dos “lusíadas” novos capítulos de glória e imensos horizontes de esperança.<sup>303</sup>

Cerejeira foi convidado oficial do governo brasileiro, país que ele designava como “país irmão”. No Brasil representava toda a carga política do governo Salazar, e seu aceite ao convite lhe transferia mais aspectos políticos, vinculando sua imagem ao governo varguista. Antes de seu esperado retorno de Buenos Aires para o Brasil, a Câmara Eclesiástica Brasileira divulgou um comunicado às autoridades católicas e ao povo, para irem receber Cerejeira.

“Brasileiros!

Chegará no dia ao Brasil, em visita oficial, no seu retorno de Buenos Aires, o Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Bem raras vezes recebemos de Portugal, brasileiros e portugueses, mais significativa e honrosa embaixada.

É bem a alma lusa, no que ela tem de mais português e cristão, que vem unir em comovente festa de família as duas pátrias irmãs: - o povo sagrado pela Cruz de Cristo e a gente que, deste lado do mar, caminha para a glória, sob o clarão celeste do Cruzeiro.

Filho da mais autêntica e lusitana cidade de Portugal, educado no recanto cristão mais antigo das Espanhas, representa o ilustre Sr. Cerejeira, como ninguém melhor o faria, as tradições de sua terra e de sua gente.

Mestre brilhante de Coimbra, - berço intelectual da raça – *Alma Mater* de quasi três séculos de história literária e científica do Brasil, traz por isso, o Eminentíssimo Príncipe da Igreja portuguesa, credenciais de verdadeiro legado da cultura do grande país amigo.

Cai-lhe ao peito, ao lado da púrpura romana, a cruz inspiradora das glórias máximas de Portugal, o glorioso incentivo de suas conquistas heróicas, o sonho cristão de Sagres, o guia divino das caravelas. E aqui é Sua Eminência o plenipotenciário da alma religiosa de Portugal ao fervoroso ânimo cristão do Brasil.

Merece, pois, de brasileiros e portugueses, o visitante excelso, a mais cordial e entusiástica acolhida.

E além de tudo, o prelado ilustre, grande amigo e admirador do Brasil. Por inspiração sua, toda a vez que sucede algo de difícil na vida religiosa e política do nosso povo,

<sup>303</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Cardeal patriarca de Lisboa ao cardeal Sebastião Leme. Lisboa, 11 de ago. 1934. Doc. V-01-01/01/017.



tangem os sinos das aldeias e cidades de Portugal, e reza por nós, diante dos altares, o povo inteiro de além-mar.

Seja, pois, o dia de sua chegada, uma festa da própria Raça. Sinta-se o descendente dos heróis que dilataram a “fé e o império” bem à vontade, neste prolongamento da terra distante, - como que vendo a praia histórica do Restelo refletir-se nas águas tropicais da Guanabara e dilataram-se as linhas clássicas dos Jerônimos, no braço acolhedor do Cristo do Corcovado.”<sup>304</sup>

A audiência do cardeal português com o Presidente Vargas foi um ato amplamente divulgado. Recebido com todo o protocolo de Chefe de Estado, Cerejeira desfrutou de grande prestígio em território brasileiro, estimulando a identidade católica e portuguesa. A imagem ilustra as relações protocolares entre os dois:

Figura 7: Imagem da reunião entre Getúlio Vargas e Manuel Cerejeira por ocasião de sua passagem pelo Brasil



Fonte: Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Z/02/393.

<sup>304</sup> GUIMARÃES, Alfredo. *Cardeal Cerejeira no Brasil*. Op. cit. pág. 11.



A passagem de Cerejeira pelo Brasil representou não só um evento eclesiástico, onde os cardeais poderiam trocar impressões e experiências das atividades exercidas em seus países, mas foi além, e tornou-se um ato político, principalmente com a relação de Cerejeira com Vargas.

Sobre a audiência:

Como decorreu a audiência do Palácio Guanabara

As 15 horas, conforme constava do programa oficial, era Sua Eminência recebida em audiência especial, no palácio Guanabara, pelo Sr. Presidente da República, que estava acompanhado de sua casa civil e militar, do Almirante Protogenes Guimarães, Ministro da Marinha, do Dr. José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores, e do ministro Gurgel do Amaral. Recebido, a entrada, pelo capitão Garcez do Nascimento, do Estado Maior da Presidência, foi Sua Eminência conduzido com os membros de sua comitiva, ao salão de honra, onde o chanceler Dr. Macedo Soares o apresentara ao chefe da Nação Brasileira, a quem o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa dissera então as seguintes palavras.

- Sr. Presidente. Tenho a honra de depor nas mãos de Vossa Excelência as saudações do mundo católico português e que são, também, as de todo o Portugal.

Ao que o Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, respondeu:

- e eu honro-me, sobremaneira, em recebê-las como expressão de um sentimento fraterno e, principalmente, porque mas traz Vossa Eminência, que é não só o Príncipe da Igreja Portuguesa, mas também um príncipe da inteligência e um valor moral dos mais representativos da nossa raça.

A seguir, encaminharam-se, ambos, para o fundo do salão, onde tomaram lugar num sofá, aí se quedaram em animada e longa palestra. Os fotógrafos bateram várias chapas do grupo – enquanto o Sr. Almirante Protogenes Guimarães, Ministro da Marinha, dizia ao Sr. Embaixador Martinho Nobre de Mello:

- Sua Eminência, mal chega, já tomou conta dos nossos corações. É um verdadeiro sacerdote de Cristo: simples, bondoso, inteligente e, sobretudo, de uma simpatia e de uma humildade que comovem...

Era o momento em que o Sr. Presidente da República, erguendo-se e recebendo das mãos do Ministro Ronald de Carvalho, Secretário da Presidência, uma riquíssima caixa com as insígnias da Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro, a passava às mãos de Sua Eminência, com as palavras.

- Em nome do Governo do Brasil, pelo muito que o Brasil ficará devendo a Sua Eminência na honra desta visita.

D. Manoel Gonçalves Cerejeira agradece, comovidíssimo, aquela homenagem, e, na companhia de seus secretários e do Embaixador Martinho de Nobre de Melo, deixa o palácio Guanabara para se dirigir, em seguida, ao Itamarati, onde vai em visita ao Ministro do Exterior, Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares.<sup>305</sup>

A reunião embora tenha ocorrido nas circunstâncias do ato protocolar, contou também com troca de gentilezas, de presentes, mas sem criar situações mais comprometedoras para ambos.

Além da aproximação entre o cardeal e Vargas, um dos pontos principais foi a missa campal celebrada no estádio de futebol do Vasco da Gama, local de grande apelo a identidade

---

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 21

portuguesa. As imagens apontam para o grande prestígio que o cardeal Cerejeira recebeu no Brasil e apontam para o poder de arregimentação que o catolicismo contava

Figura 8: Missa campal no estádio do Vasco da Gama



Fonte: Jornal A Noite, 29 de outubro de 1934, edição extraordinária, número 8236, ano XXIV – Acervo Digital da Biblioteca Nacional

A imagem mostra o grande comparecimento da população em um ato religioso, simbólico por representar a passagem do cardeal português por terras brasileiras.

Figura 9: Missa campal no estádio do Vasco da Gama



Fonte: Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Z/02/331.

Além da recepção popular realizada no estádio, Cerejeira como convidado oficial do Governo Brasileiro também foi recebido por diplomatas e membros do alto escalão do Governo. A imagem demonstra o grande alcance que a presença do cardeal português no Brasil mobilizou nas mais diferentes esferas sociais.

Figura 10: Palácio do Itamaraty na ocasião do banquete oferecido ao Chanceler Brasileiro



Fonte: Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Z/02/272.

Os impactos sobre a visita do cardeal português no Brasil representaram mais que uma simples passagem de uma autoridade eclesial. Ela despertou no povo de forma geral e principalmente nos imigrantes portugueses, uma reaproximação com sua terra. O Brasil já era considerado por parte do Governo português como uma nação irmã e a passagem do cardeal pelo país representou uma união entre os dois países.

De retorno a Portugal, em 08 de novembro de 1934, Cerejeira cumpriu uma agenda ativa e intensa durante seu período de permanência no Brasil, sendo recebido em audiência por vários políticos e religiosos. Cerejeira conseguiu com isso, aproximar os dois sistemas políticos: o português que já vivia a presença do Estado Novo, e o brasileiro já às vésperas da implantação de seu Estado Novo. É importante observar que Cerejeira se torna ator principal no diálogo entre os

dois países, atuando próximo de Leme, e sua viagem ao Brasil foi muito maior do que uma mera passagem de retorno para seu país, pois mostrou força diante dos portugueses residentes no Brasil, e interesse por parte das autoridades políticas e eclesiásticas aqui presentes. Dentre as relações que se intensificam depois da passagem de Cerejeira pelo Brasil está a que o cardeal nutria por Alceu Amoroso Lima. Essa relação se baseava na troca de produção bibliográfica, o que gerava uma relação transnacional e dinâmica de escritos católicos. Em carta de Alceu Amoroso para Cerejeira, podemos perceber essa troca:

A S. E. D. Manuel Gonçalves Cerejeira  
 Cardeal Patriarca  
 Louvado seja N. S. J. C.  
 Venho agradecer a V. E. do fundo do coração, a extrema bondade de que teve para comigo, enviando-me os seus dois últimos livros. Já estou no meio do “Idade Média” e já posso adiantar que difusão de ensinamentos contém essas páginas realmente difusas de quem a subscreveu.<sup>306</sup>

Alceu tinha em mãos uma das obras do cardeal Cerejeira, o livro “Idade Média”. Esse fluxo de escritos representa um importante ponto no que tange as ideias católicas que circulavam entre Portugal e Brasil. Cerejeira também tinha interesse em receber o que estava sendo produzido a respeito do catolicismo no Brasil.

Lisboa, 18-V-36  
 Exmo. Senhor  
 E meu ilustre e querido Amigo  
 Aproveito a ida ao Rio de Mons. Anaquim, que me vai representar nas festas do jubileu episcopal do Emmo. Cardeal Leme, para lhe enviar duas letras – com que pague um pouco da dívida que tenho em aberto...  
 Queria dizer-lhe, meu caro amigo, quanto o estimo e admiro – se eu soubesse escrever como V. E. o conhecimento da sua pessoa foi uma das melhores recordações que trouxe do Brasil.  
 Através da “Ordem vou seguindo a esteira de luz que o seu alto espírito continua deixando. E ficando-me a contemplá-la, ergo o coração a Deus e dou graças pelos dons que pôs em si.  
 Mando-lhe dois voluminhos que apareceram agora. Faço-o só para que tenha um sinal de que o não esqueço.  
 O Dr. Afrânio deve ter-lhe dado novas minhas.  
 Com que gosto o vi em Lisboa! E que novo encanto ouvi-lo, num discurso de perfeito recorte ático!  
 Despeço-me já, para não me perder em evocações da minha estada aí, que não acabariam nunca...  
 Creia-me  
 O admirador sincero e amigo muito grato

---

<sup>306</sup> Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Carta de Alceu Amoroso Lima para Manuel Gonçalves Cerejeira. Julho de 1937. H – 01/01/030.

M. Card. Patriarca<sup>307</sup>

O resultado desta passagem de Cerejeira pelo Brasil foi a intensificação das relações de trocas culturais entre os principais agentes do catolicismo nos dois países. A circulação da Revista A Ordem, indicada por Cerejeira é o exemplo da influência, mesmo que de forma indireta, das relações eclesiais. Outra questão que também versa sobre as relações amistosas foi o convite para que o cardeal Sebastião Leme e Getúlio Vargas, além de outras várias autoridades eclesiais e políticas, estivessem presentes durante os festejos do duplo centenário português que iria ocorrer no ano de 1940, em Portugal. Havia por parte de governo português uma grande expectativa para que isso ocorresse, e Cerejeira foi o responsável por essa intermediação. Entretanto, ao chegar a Portugal, logo após a intensa troca cultural que ocorreu com sua passagem pelo Brasil, Cerejeira intensificou sua atuação para a formulação da Concordata entre Portugal e a Santa Sé.

#### **4.3 – O Estado Novo brasileiro**

Assim como em Portugal, no Brasil também ocorreu a implantação de um Estado Novo. Tendo Getúlio Vargas como principal articulador na política, o Brasil adentrou no ano de 1937 em uma fase ditatorial que se estendeu até 1945.

Não podemos entender o estabelecimento do período do Estado Novo de maneira isolada do mundo. O Brasil passava por um processo de transformação das elites financeiras, muito impulsionado pela crise financeira de 1929 que obrigou o país a rever suas políticas orçamentárias muito ligadas ao setor primário, além de mudanças culturais que já vinham ocorrendo, como a Semana de Arte Moderna de 1922. Em paralelo havia o catolicismo, estimulando leigos a assumirem papel atuante diante do destino do país, como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Os anos 1930 também convergem com a criação de grupos políticos conservadores e patrióticos, inspirados ou não em modelos fascistas, que desejavam um governo forte<sup>308</sup>. Para tanto, foram observadas táticas de amadurecimento das políticas no Brasil, tendo como principais:

---

<sup>307</sup> Arquivo Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Manuel Gonçalves Cerejeira para Alceu Amoroso Lima. 18 de maio de 1936. 013\_06/0609 e 013\_06/0610.

<sup>308</sup> CAMARGO, Aspásia. **O Golpe Silencioso**. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1989.



a primeira consistiu em minar o antigo sistema internamente, em seu próprio território e com suas próprias regras, esvaziando o poder da oligarquia; a segunda, mais sutil, consistiu e atuar de fora, introduzindo novos atores no cenário político e operando com os grupos mais dinâmicos da sociedade civil, não formalmente inseridos no espaço oficial da política. De fato, enquanto as lideranças regionais continuavam a controlar os núcleos formais de poder, especialmente o Congresso e os governos estaduais, novos atores irrompiam na vida-pública – e isto desde os anos 20 -, como foi o caso dos militares, dos empresários e dos trabalhadores, dos intelectuais, e da própria Igreja. Foi com eles – que implícita ou explicitamente defendiam um Estado forte -, e com a ajuda das oligarquias divididas, que se forjou o Estado Novo.

A Igreja surgiu neste cenário novo como um elemento que buscava mudança. Embora a instituição ainda lutasse pela retomada de espaço perdido desde a instituição da República, ela ainda detinha força sobre as esferas sociais.

As ideias de renovação se inspiravam tanto em uma vertente conservadora e espiritualista, avessa ao materialismo utilitário, quanto em uma vertente derivada da tradição revolucionária, hostil às instituições existentes e voltadas ao apelo das grandes massas carentes. Esta proposta, ao mesmo tempo coletivista e elitista, conduziu fatalmente ao fortalecimento de minorias atuantes dentro do Estado em nome dos interesses coletivos e à ideia de uma “democracia substantiva”, que deveria se contrapor à “democracia formal” de corte liberal.

Este modelo de pensamento, que se difundiu no mundo europeu sob diferentes roupagens – e que recebeu ativa colaboração do pensamento católico -, instalou-se no Brasil de maneira mais acabada a partir de 1930, momento em que o nacionalismo emergente nos anos 20 desembocou em uma análise mais detida da crise mundial, de suas repercussões internas e de seus encaminhamentos possíveis. Ensaístas e homens de ação como Agamenon Magalhães, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Miguel Reale e Plínio Salgado defenderam uma proposta de Estado autoritário corporativo que se difundiu com rapidez no campo intelectual da época.<sup>309</sup>

O dualismo entre conservadores e liberais foi um fato que permeou as primeiras décadas da república brasileira e esteve muito presente nos anos 1930. Assim como ocorrido na Europa, os intelectuais saíram na defesa de um Estado mais nacionalista e conservador, se baseando, em alguns casos, na tríade Deus, Pátria e Família, o mesmo que ocorria em Portugal. O catolicismo participou ativamente deste contexto de transformação, pois via nesta fase uma possibilidade de afastar de si as questões relacionadas ao liberalismo, comunismo e laicismo. Tendo Deus como um dos principais pilares, a Igreja se tornou presente nas negociações políticas e culturais no Brasil.

---

<sup>309</sup> *Ibidem*, pág. 21

O Estado Novo surgiu no cenário brasileiro como um ponto final com relação às articulações políticas em torno das eleições previstas para 1938 que ocorriam a todo o vapor, e as forças políticas regionais que se arregimentaram em torno de duas candidaturas: de um lado, a do paulista Armando de Sales Oliveira, que tinha o apoio do Partido Constitucionalista de São Paulo, do governador gaúcho Flores da Cunha e das facções oposicionistas da Bahia e de Pernambuco, que formaram a União Democrática Brasileira. De outro lado, o paraibano José Américo de Almeida, que recebeu o apoio do situacionismo mineiro, paraibano e baiano, bem como das facções oposicionistas do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Libertador (PL) rio-grandense.<sup>310</sup>

Na contramão das eleições, e rompendo com o regime político em vigor, Vargas impõe uma ditadura, repelindo seus supostos inimigos e absorvendo pessoas que pudessem contribuir com o novo governo. O catolicismo se manteve próximo a Vargas, sendo Leme recebido em audiência com o Presidente em duas ocasiões<sup>311</sup>. Embora o número seja mínimo, se comparado com o tempo de vigência do Estado Novo, podemos perceber uma certa aproximação entre os líderes, visto que Vargas, sentindo-se ameaçado, reprimia duramente seus opositores.

Nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção do brasileiros ilustrados. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1923; Hitler, com sua ascensão à Chancelaria em 1933, acabou de desintegrar a República de Weimar; Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil. A França, modelo da nossa civilização humanista, vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalista, de direita desde o fim do século XIX (...). Nos anos 20, o nacionalismo integral de Charles Maurras se fez atuante através de L' Action Française, órgão que teve influência junto aos católicos brasileiros que se reuniam em torno do Centro Dom Vital e da revista A Ordem.

O Estado Novo ocorreu, portanto, numa onda de transformações por que passava o mundo, o que reforçava a versão de que a velha democracia liberal estava definitivamente liquidada. Este contexto, muitas vezes, facilitava uma identificação entre o Estado Novo e o fascismo europeu. Esta relação, aparentemente óbvia, ignorava as muitas especificidades que caracterizam o quadro brasileiro e o regime de 1937.<sup>312</sup>

É importante perceber o movimento ocorrido em 1937, que culminou na implantação do Estado Novo brasileiro como um evento que ultrapassou a figura de Vargas. Não há como observar o que ocorreu em 1937 como uma simples cópia de políticas nacionais já existentes, entretanto, podemos identificar pontos em comum com as políticas que vinham sendo

<sup>310</sup> OLIVEIRA, Alexandre Luís de. **Do integralismo ao udenismo**: a trajetória política de Raymundo Padilha. Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: UFJF, 2014.

<sup>311</sup> A Primeira audiência em 22-11-1938, conferir VARGAS, Getúlio. Getúlio Vargas: **Diário**. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Tomo II, 1995. p. 174/175; A Segunda Audiência em 28-08-1939, conferir Ibidem, p. 251

<sup>312</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1982. p. 7-8.

empregadas por vários outros países, em especial Portugal, que havia implantado um sistema político corporativo bem próximo do que o Brasil implantou anos após. O papel da Igreja como auxiliadora presente na consolidação das políticas conservadoras era visível, e encontrou refúgio sob a égide do autoritarismo. A formação do Estado Novo brasileiro possuiu em seu interior elementos que

não foram apenas introduzidos de cima, o que supõe a hipótese de que a sociedade se comportasse neutra ou passivamente diante desses valores. (...) desde a primeira década do século, desenvolvia-se uma matriz de pensamento autoritário na sociedade civil brasileira, em particular nos setores de elite, que temos classificado como de vocação “prussianizante”. Doutra lado, tal listagem das características do novo regime é inconclusa, omitindo o dado crucial do seu antiliberalismo doutrinário, que se tornou centro de articulação da fundamentação do Estado. (...) A posição face ao liberalismo não se esgota numa fórmula “anti” (...). Ao contrário, propõe-se um novo sistema baseado em supostos alternativos a essa concepção de mundo. Vargas, na proclamação ao povo logo após o golpe de Estado de 10 de novembro, explicita a reorientação do sistema da ordem, que passa a orbitar na identidade da nação Estado.<sup>313</sup>

Utilizando o exemplo do antiliberalismo podemos observar que, mesmo que existissem outros país aplicando políticas autoritárias sistemáticas, o que ocorreu no Brasil convergia com experiências ocorridas dentro do próprio país, deixando claras as peculiaridades do caso brasileiro, que representou o resultado de demandas de correntes intelectuais, políticas e econômicas, balizadas em várias esferas sociais, resultando na criação do Estado Novo.

A tese, segundo a qual, tanto antes como após o golpe de 1937, o Estado e a Igreja se auxiliaram mutuamente, pode ser mais uma vez confirmada por meio das palavras de Vargas durante um banquete oferecido aos bispos do Brasil no Palácio do Itamarati, em 18 de julho de 1939. Segundo ele, era fato concreto que o Brasil havia nascido “sob o símbolo da cruz”, de modo que, no período da Colônia, do Império e da República, o “lugar da Igreja Católica estava marcado em destaque” (...) apesar de separados os “campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca houve entre eles choques de maior importância; respeitam-se e auxiliam-se”.<sup>314</sup>

Não havia, por parte de Vargas, e mesmo antes do Estado Novo, a intenção de criar problemas para a Igreja, pelo que tudo indicava. Principalmente com o alto clero. Para tanto, o alto escalão do catolicismo no Brasil se antecipava em passar para Vargas uma imagem de agentes inseridos no sistema político vigente. Em carta enviada por Leme para Alceu Amoroso

<sup>313</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976 p. 211-212.

<sup>314</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem**, op. cit. p. 120.



Lima, o cardeal expõe algumas mudanças que a Igreja necessitou fazer para se adaptar às novas exigências do Estado Novo.

Meu caro Alceu,  
(...)

Aqui esteve o sr. Núncio<sup>315</sup> que me incumbiu de Transmitir a V. o seguinte:

1º teve S. E. ocasião de se avistar com o Presidente da República, a quem expos o projeto de publicarem aos bispos do Sul um decreto, mandando que as pregações sejam em português, mas permitindo que, onde necessário, se reproduza na língua dos ouvintes;

2º o sr. Presidente aprovou, acrescentando que isto bastava ao Governo;

3º Mandou ainda o sr. Presidente da República que se falasse ao sr. Ministro da Justiça, para comunicar aos interventores respectivos, etc.;

4º quer o sr. Núncio que V. se entenda com nosso amigo dr. Francisco de Campos etc.

Eis aí, meu caro Alceu, motivo desta carta, a qual junto a minuta do decreto, para ser mostrado ao sr. Ministro.

Com todas as bênçãos do meu coração,  
S. Card. Arcebispo<sup>316</sup>

A carta expõe o esforço da Igreja em se tornar visível perante o governo varguista, mesmo que isso criasse prejuízos para suas fileiras. O fato de indicar aos bispos a necessidade de que as cerimônias fossem realizadas em português, mesmo Vargas sinalizando que essa tarefa deveria ser somente uma ação do Estado, poderia trazer questões graves à Igreja, que empregava a utilização de outros idiomas na realização de seus cultos no Sul do país, área de grande colonização, onde era permitido o culto em outros idiomas para facilitar a participação do povo. Essas e outras concessões feitas pela Igreja para se manter presente, e próxima de Vargas, não geraram somente ações positivas por parte dos membros da Igreja. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, membro atuante do catolicismo desde o Centro Dom Vital, homem próximo de Alceu Amoroso e Sebastião Leme, fez duras críticas à aproximação de lideranças católicas com o Estado Novo.

Rio, 24 de Outubro de 1939

Alceu.

(...)

Eis porque, meu caro Alceu, mando-lhe, agora, esta réplica, rápida e sucinta, sobre cada um dos assuntos a que você faz alusão na sua resposta de Domingo.

<sup>315</sup> Neste período o Núncio no Brasil era Benedetto Aloisi Masella, cardeal italiano, desempenhou a função de 1927 a 1946.

<sup>316</sup> Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade: Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima de 20 de jun. de 1939. Pasta nº 87, Arquivo: 01, Gaveta: 04, nº Documento 73 – Arquivo digital disponível em: [http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima/013\\_06/0703.PDF](http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima/013_06/0703.PDF) acessado em 20-05-2018.

Antes de tudo, quero acentuar que não critiquei a sua atitude de aceitar o lugar de Professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Brasil, ou o honroso cargo de seu diretor. Embora preferisse que os católicos não colaborassem de maneira alguma com este regime de escravização que aí está, compreendo, todavia, que uma atitude desta, se fosse sistemática, poderia provocar da parte do governo atos susceptíveis de produzirem danos funestos em muitas almas, que são túbias por sua própria índole e natureza. Por isto, tenho aconselhado a todos os católicos, meus amigos, que me vem consultar sobre se devem, ou não, participar da administração pública, em postos meramente administrativos ou culturais, a que não se recusem a essa participação. Os atuais dirigentes do país, não terão, desta maneira, pretexto para desencadear contra os católicos brasileiros, uma perseguição sistemática, uma vez que também não há, da nossa parte, uma oposição sistemática à orientação política destes mesmo governantes.

(...)

A Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937 aí está, para mostrar a você e a S. Eminência<sup>317</sup> o perigo que a Igreja vive a correr no Brasil: dormimos, nós católicos, em 9 de novembro de 1937 sob o amparo da Constituição Federal, que assegurava aos católicos uma série de garantias para a sua consciência religiosa. Despertamos, porém, na manhã de 10, sob o domínio de uma outra lei constitucional, que anulava todas aquelas garantias. O Sr. Getúlio Vargas, por ato de sua exclusiva vontade, assim o quiz, e foi o bastante. Não nos deu a menor satisfação. Tratou-nos com o mais absoluto desprezo, e, entretanto, dias depois, pode ostentar ao lado de seu governo toda a força moral da Igreja católica no Brasil, representada pelas figuras venerandas do nosso Cardeal e do Núncio de S. Santidade.

(...)

Realmente, nem você, nem S. Eminência alimentam simpatias pelo Getúlio, ou nutrem dúvidas sobre a sua indiferença pela doutrina da Igreja. Cinco minutos de palestra íntima com você e com o nosso Cardeal bastarão para convencer o interlocutor de que ambos consideram o Sr. Getúlio Vargas como uma ameaça permanente aos destinos da Igreja no Brasil. Posso reproduzir a este respeito palavras suas e de S. Eminência, que são decisivas.

(...)

E porque, na minha franqueza rude, estranhei que você agisse desta maneira, exaltando um governo que, conforme você mesmo confessa, passa a tesoura em seus próprios artigos culturais, você me responde, irritado, que prefere “errar com D. Leme e com o Padre Franca, que são os” seus “dois chefes imediatos na milícia de que” faz “parte, a acertar” comigo, seu “amigo dileto, mas que julga a opina como particular e sem qualquer investidura divina para o fazer”

Sempre seu em Jesus-Cristo, abraça-o fraternalmente, o Sobral<sup>318</sup>

Em uma carta de nove páginas, Sobral expõe sua indignação com relação à aproximação da Igreja com o Estado Novo varguista. Com ganhos e perdas, abrindo concessões e pedindo benefícios, o catolicismo perpassou o período do Estado Novo próximo ao governo. Fincou suas raízes no sistema ditatorial de Vargas, sem criar questões que colocassem em perigo essa relação.

<sup>317</sup> Faz referência ao cardeal Sebastião Leme.

<sup>318</sup> Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade: Carta de Heráclito Fontoura Sobral Pinto para Alceu Amoroso Lima de 24 de out. de 1939. Pasta nº 323, Arquivo: 04, Gaveta: 03, nº Documento 164 – Arquivo digital disponível em: [http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima/057\\_07/0961.PDF](http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima/057_07/0961.PDF) acessado em 20-05-2018.

#### 4.4 - A concordata portuguesa com a Santa Sé

Retornando para uma das grandes questões não resolvidas entre Igreja e Estado em Portugal, o processo de Concordata demandou muito esforço por parte da Igreja. O processo de Concordata foi praticado por alguns países, e diz respeito à retomada das relações diplomáticas entre tais países e a Santa Sé. O rompimento diplomático poderia ter surgido de várias formas, no entanto o processo das concordatas perpassa por uma retomada do diálogo direto com as autoridades eclesiásticas constituídas, e a necessidade de reconhecimento jurídico do catolicismo tanto dentro do país quanto fora.

Esse mesmo argumento justifica que o Vaticano tenha estabelecido este tipo de acordos com Estados de tradições político-religiosas diversas – autoritários, totalitários e liberais -, o que significa que a assinatura de concordatas não se traduzia na preferência por um determinado regime político. É, aliás, Pio XI que considera não estar a Igreja limitada a qualquer forma de governo, “desde que os direitos divinos de Deus e das consciências cristãs estejam salvaguardados”. De resto, o mesmo afirmava Cerejeira, numa carta pastoral de novembro de 1945: “a Igreja está acima e fora das políticas concretas dos regimes, sistemas, governos, partidos, programas, pessoas – enquanto estes respeitem a liberdade da Igreja e os princípios fundamentais da ordem moral, social e política. As concordatas italiana, portuguesa e espanhola, embora com diferenças assinaláveis, possuem estruturas e conteúdos idênticos. Os regimes que as promoveram – o fascismo, o salazarismo e o franquismo – apresentam, sem dúvida, aspectos em comum. Tal como a Igreja Católica, partilhavam vários inimigos, entre os quais o liberalismo, o socialismo e o comunismo; defendiam o respeito pela hierarquia e pela ordem; todos eles, no mínimo regimes autoritários, tinham lideranças fortes. O fascismo, o salazarismo e o franquismo eram regimes de países com uma larguíssima maioria de católicos, nos quais a influência da Igreja Católica era dominante, delegando até muito tarde nesta instituição o registo civil obrigatório e assumindo a indissolubilidade do casamento católico. (...) Todos os líderes dos regimes autoritários usaram os acordos com Roma para engrandecer o poder e o prestígio dos seus próprios regimes, quer interna, quer externamente.”<sup>319</sup>

As estratégias de atuação dos países, e da própria Santa Sé, nas assinaturas das concordatas estabelecem relações de poder entre as partes, gerando tensões no que tange os ganhos e as perdas. O simples fato de uma retomada de diálogo entre os países concordatários e a Santa Sé não implicava em apenas ações legais, mas também ações práticas. Havia a necessidade de reparar possíveis perdas que o catolicismo sofrera no país, como no caso português, em que a lista era longa, e passava pela devolução de construções, terrenos e questões financeiras. Além do já descrito, era necessário fixar na Santa Sé uma embaixada, requerendo custos extras.

---

<sup>319</sup> CARVALHO, Rita Almeida. *A Concordata de Salazar*. Op. cit. pág. 586-587.

Por um lado, as concordatas ajudaram os ditadores a perpetuar os seus regimes – os novos regimes careciam de legitimação – e uma das condições para a assinatura de algumas delas, como a portuguesa, a italiana e a alemã, foi a privação do direito dos católicos de se organizarem politicamente. Em Portugal, a dissolução do Centro Católico foi uma das vantagens oferecidas ao Governo a troco da Concordata, que pretendia satisfazer os católicos portugueses, afirmando a restauração da tradição espiritual cristã, ainda que através de uma fórmula que se afastasse das do “passado, nem todas dignas de veneração e respeito”.<sup>320</sup>

A retomada das relações diplomáticas com a Santa Sé foi revestida de questões políticas e sociais. No caso português, as relações cortadas com a instituição da República só foram reatadas em 1940 após grande negociação, mesmo já estando prevista na Concordata da Constituição de 1933. Em meados de 1937 Salazar e Cerejeira intensificam o processo concordatário, com um projeto que teve início por volta de 1934 e que havia a necessidade de ser finalizado. Com Salazar no controle do governo e novamente à tona sua longa trajetória no catolicismo, poderia incorrer a ideia de que o processo seria algo rápido e simples, entretanto, o que se observa é um processo lento e com pontos de tensão.

Nesse primeiro encontro negocial, realizado no Palácio das Necessidades, em que insistiu na necessidade de uma resposta rápida, “sim ou não”, o chefe do governo sublinhou que a Concordata deveria ser de “separação” entre a Igreja e o Estado. O texto do projeto de Concordata tinha sido feito sobre um primeiro texto elaborado em 1934, também chamado “projeto do patriarca”, entregue, em Março de 1936, a Salazar por Cerejeira, que lembrara então ao amigo o fato de ele ter sido escolhido por Deus para realizar uma obra a favor da “sua Igreja”.

No projeto, ficava consagrada a separação entre o Estado e a Igreja “mantendo cada um na sua ordem a própria independência e competência”. A República portuguesa comprometia-se a reconhecer a personalidade jurídica da Igreja, respeitar a hierarquia e disciplina desta, admitir a sua jurisdição interna, bem como garantir o exercício da sua autoridade e a sua organização própria como sociedade de direito público. O Estado português garantiria ainda a liberdade de culto e o ensino católico nas escolas públicas, e reconheceria os efeitos civis dos matrimônios católicos, renunciando à faculdade civil do divórcio. Não indenizaria, porém, totalmente a Igreja pelos bens apreendidos pelo regime republicano, não subsidiaria o culto, salvo no caso das missões, nem lhe concederia privilégios especiais.<sup>321</sup>

Não era uma situação tranquila e sem grandes problemas: havia a necessidade de se restabelecer os laços diplomáticos com a Santa Sé, sem criar problemas ao Estado Novo; por outro lado, o catolicismo via nas negociações com o Estado português a possibilidade de

---

<sup>320</sup> **Ibidem**, pág. 588

<sup>321</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**, op. cit. pág. 127.

reconquistar privilégios e necessidades perdidas com o processo de implantação da República, tais como prédios, Igrejas, conventos, entre outros.

Enquanto acordo de direito internacional, a assinatura da Concordata de 1940 inscreve-se no quadro geral da política concordatária seguida pela Igreja Católica no pontificado de Pio XI, no que se refere à relação da Igreja com os Estados modernos, num período marcado pela definição e afirmação do totalitarismo político. No momento em que se encontravam já desencadeadas as hostilidades entre as potências europeias, que conduziriam a novo conflito mundial, a conclusão das negociações e a sua assinatura significou também, ainda que indiretamente, um reconhecimento internacional do regime político português, precisamente num tempo em que se confrontavam projetos distintos na definição de uma nova ordem social à escala europeia.<sup>322</sup>

As questões da Concordata velavam sobre aspectos da liberdade jurídica do catolicismo, que, embora separado definitivamente do Estado, necessitava de diretrizes estabelecidas sobre essa relação. Também contava com questões relacionadas a fatores econômicos, como isenções de impostos, reestabelecimento que propriedades e utensílios confiscados pelo regime republicano, além do estabelecimento de questões internas, tais como, escolhas de bispos, construções de seminários, organizações das dioceses, entre outros aspectos hierárquicos e estruturais, essenciais para a manutenção do catolicismo em terras portuguesas. Embora os agentes do Estado tivessem grande influência na escolha dos nomes que iriam compor a elite eclesiástica, o catolicismo havia alcançado autonomia frente ao laicismo.<sup>323</sup>

Sublinhe-se que a Concordata portuguesa foi também buscar inspiração à Constituição brasileira de 1934, publicada sob o Governo de Getúlio Vargas. Na verdade, esta Constituição consagra algumas normas que se encontram em sintonia com o Direito Canônico – a indissolubilidade do casamento (inclusivamente do civil) – e concede outros privilégios à Igreja, como o ensino católico nas escolas públicas. Partindo deste exemplo, é possível afirmar que todos os problemas concertados por meio de concordatas poderiam ser resolvidos por via do direito interno. Aliás, uma das razões apontadas para a Concordata portuguesa ser tão parca em concessões foi o fato de muito já ter sido feito a favor da Igreja através da legislação interna. Contudo, sem quaisquer garantias de Direito Internacional – o que, como se viu, faz toda a diferença, sobretudo, para a opinião pública.<sup>324</sup>

A questão transnacional, presente nas discussões sobre a Concordata portuguesa, demonstra as trocas constantes que haviam entre os dois países, e que não se limita somente à esfera Brasil-Portugal. O próprio catolicismo, como principal agente transnacional dos países,

---

<sup>322</sup> FONTES, Paulo Fernando de Oliveira. Op. Cit. p. 119.

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 115-117

<sup>324</sup> CARVALHO, Rita Almeida de. **A Concordata de Salazar**, op. cit., p. 591.

impulsionava as trocas de experiências para benefícios e conquistas. Alguns dos ideais e conquistas brasileiras estavam presentes nas discussões concordatárias portuguesas. Já foi demonstrada a participação dos católicos na constituinte, com a presença da LEC, que formulou a Constituição de 1934, e a presença constante de D. Leme nestas negociações e conquistas. Buscaram inspiração na Constituição brasileira de 1934, pois nesta havia concessões ao catolicismo.

Assinada oficialmente a 07 de maio de 1940, entre António Salazar e o papa Pio XII<sup>325</sup>, o documento consta de trinta e um artigos que regulavam as relações entre Igreja e Estado, além das relações diplomáticas entre Portugal e Vaticano.

A preocupação imediata de Salazar foi apressar o mais possível todas as etapas protocolares e legais para dispor em tempo politicamente útil da Concordata como um trunfo para mostrar ao país a 2 de junho de 1940, na abertura das festas centenárias da nacionalidade. Queria na véspera, a 1 de junho, a troca de ratificações do acordo que acabava com a questão religiosa, de uma concordata que não colocava em questão a separação, mas restaurava a histórica cooperação entre a Igreja e o Estado que tinha feito a grandeza nacional. Pelo menos era assim que a propaganda do Estado Novo queria apresentar a questão. (...) Para Salazar, a Concordata fora a gema mais difícil de obter na coroa da sua estratégia política de restauração conservadora e autoritária do Estado.<sup>326</sup>

A intenção de Salazar era justamente utilizar a assinatura da Concordata em benefício do próprio governo. O longo, e lento, processo em que a escrita e a aprovação do documento passou pode demonstrar falta de entendimento entre as partes. Salazar, diante dos desafios que vislumbrava na Europa pré-guerra, fez com que o chefe do governo percebesse uma oportunidade de fortalecimento das políticas do Estado Novo português, e agilizasse a assinatura dos termos. Se a intenção era justamente a propaganda, Cerejeira comprou o programa do governo, e no dia 10 de maio de 1940, dias após a assinatura, discursou na Emissora Nacional sobre a questão.

As palavras que vou dizer não se dirigem apenas à consciência católica; dirigem-se a todas as consciências honestas de Portugal. Não podia o ano áureo das Comemorações centenárias da Fundação e da Restauração da Nacionalidade Portuguesa ter melhor pórtico de entrada que a assinatura da Concordata e do Acordo missionário<sup>327</sup>.

<sup>325</sup> As discussões sobre a concordata tiveram início no pontificado de Pio XI, porém, com seu falecimento, assume o cardeal Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, como PIO XII, na eleição que contou com a participação dos cardeais Leme e Cerejeira, entre outros.

<sup>326</sup> REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2006. pág. 173-174.

<sup>327</sup> Foi um acordo firmado entre o Governo Português e a Santa Sé em conjunto com a Concordata, que estabelecia as regras missionárias no Ultramar.

Estes dois documentos históricos são dos que assinalam idades na história de um povo. Não se marcam por anos, mas por séculos.

Um reintegra Portugal nas fontes da sua vida espiritual; e outro consagra-lhe a sua vocação missionária. De ambos os modos, é a Nação que interiormente se restaura, renova e lança no Ultramar à conquista cristã e portuguesa das almas.<sup>328</sup>

Cerejeira transmitiu justamente a imagem que Salazar gostaria que a Concordata passasse, com a relação de benefícios advindos do Estado Novo e as comemorações dos anos 1940 em Portugal. O documento assinado entre a Santa Sé e Portugal, trouxe ganhos para a Igreja:

#### CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA

Em nome da Santíssima Trindade

Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XII, e Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, dispostos a regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado,

Resolveram concluir entre si uma solene Convenção que reconheça e garanta a liberdade da Igreja e salvguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa, inclusivamente no que respeita às Missões Católicas e ao Padroado do Oriente. Para tal efeito, Sua Santidade nomeou seu Plenipotenciário Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal LUIGI MAGLIONE, Seu Secretário de Estado, e o Senhor Presidente da República Portuguesa nomeou Seus Plenipotenciários : Sua Excelência o Sr. General EDUARDO AUGUSTO MARQUES, antigo Ministro das Colónias, Presidente da Câmara Corporativa, Gran Cruz das Ordens militares de Cristo, de S. Bento d'Aviz e da Ordem do Império Colonial; Sua Excelência o Sr. Doutor MARIO DE FIGUEIREDO, antigo Ministro da Justiça e dos Cultos, Professor e Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Deputado e Gran Cruz da Ordem militar de S. Tiago da Espada; Sua Excelência o Sr. Doutor VASCO FRANCISCO CAETANO DE QUEVEDO, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto da Santa Sé, Gran Cruz da Ordem militar de Cristo e Cavaleiro de Gran Cruz da Ordem de S. Gregório Magno; os quais, trocados os seus respectivos plenos poderes e achados em boa e devida forma, acordaram nos artigos seguintes:

##### Art. I

A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica. As relações amigáveis com a Santa Sé serão asseguradas na forma tradicional por que historicamente se exprimiam, mediante um Núncio Apostólico junto da República Portuguesa e um Embaixador da República junto da Santa Sé.

##### Art. II

É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade : na esfera da sua competência, tem a faculdade de exercer os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento. Para tanto, a Santa Sé pode livremente publicar qualquer disposição relativa ao govêrno da Igreja e, em tudo quanto se refere ao seu ministério pastoral, comunicar e corresponder-se com os prelados, clero e todos os católicos de Portugal, assim como êstes o podem com a Santa Sé, sem necessidade de prévia aprovação do Estado para se publicarem e correrem dentro do País as bulas e quaisquer instruções ou determinações da Santa Sé. Nos mesmos termos, gozam desta faculdade os Ordinários e demais Autoridades eclesiásticas relativamente ao seu clero e fiéis.

##### Art. III

A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o

<sup>328</sup> CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. A Concordata e o Acordo Missionário. In. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Obras Pastorais**. Lisboa: União Gráfica, Vol. II (1936-1942), 1943. Pág. 183.

Estado reconhece personalidade jurídica. O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente eretos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante. Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos.

(...)

Art. XXXI

A presente Concordata, cujos textos em língua portuguesa e em língua italiana farão igualmente fé, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução depende de legislação interna complementar da República Portuguesa, em que entrará em vigor só com essa mesma legislação. A entrada em vigor desta não poderá diferir-se além do prazo de dois meses a contar da ratificação.

Feito em duplo exemplar.

Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940.

L. CARD. MAGLIONE

EDUARDO AUGUSTO MARQUES

MARIO DE FIGUEIREDO

VASCO FRANCISCO CAETANO DE QUEVEDO<sup>329</sup>

O acordo concordatário deu forma ao catolicismo em Portugal, estabelecendo normas de conduta e benefícios para o catolicismo, dentre elas a possibilidade de retomada da participação na esfera escolar, as questões sobre o casamento, que eram importantes tanto em Portugal quanto no Brasil, as questões de impostos e isenções, entre outras medidas que direcionavam a atuação católica no país, com deveres e vantagens. As normas estabelecidas pelo Governo brasileiro em relação a presença religiosa na esfera militar serviram de base para o que foi formulado na Concordata. Em um dos esboços trocados entre Cerejeira e Salazar, consta o texto: “O serviço militar dos sacerdotes, dos clérigos e dos religiosos será prestado sob a forma de assistência espiritual e hospitalar às forças armadas. (art. 7, § 3) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, art. 163, § 3.”<sup>330</sup>

Em um contexto transnacional, podemos verificar a utilização de parte do texto da Constituição brasileira de 1934, sendo utilizado como referência para a atuação dos clérigos e religiosos em regime militar, durante momentos de guerra. Não foi só a Constituição brasileira que serviu como diretriz para a constituição do documento concordatário, foram utilizados textos de outras Concordatas além da própria Constituição portuguesa.

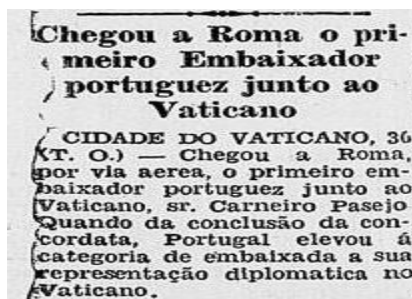
No Brasil, a repercussão da Concordata foi positiva, sendo noticiado.

<sup>329</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/archivio/documents/rc\\_seg-st\\_19400507\\_santa-sede-portogallo\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html) Acessado em: 10-05-2018.

<sup>330</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**: Correspondência 1928–1968. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, p. 123



Figura 11: Primeira Embaixada portuguesa junto ao Vaticano



Fonte: Gazeta de Notícias, 01 de out. 1940, página 7 seção Telegramas do exterior. Acervo Digital da Biblioteca Nacional

Com isso, a questão religiosa chegou a um desfecho aparentemente pacífico e estabeleceu, juridicamente, as relações com o catolicismo. Em um país onde um católico assumido presidia o Estado o processo de restabelecimento diplomático não foi algo simples nem mesmo rápido.

#### 4.5 – As relações Portugal e Brasil nas comemorações do Duplo Centenário português

Evento promovido pelo Estado Novo português, que buscou ser uma vitrine para os outros países sobre a manutenção do governo salazarista no limiar da Segunda Guerra Mundial. Também buscava acalmar o povo português, passando a imagem de Portugal enquanto um país forte e com políticas consolidadas. O evento foi a oportunidade de demonstrar a força do salazarismo.

O Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, em 1940 – comemorou -se o oitavo centenário da Fundação e o terceiro da Restauração – inseriu -se, e aceitando as periodizações comuns, no momento de plenitude e de maior prestígio do Estado Novo, regime constitucionalmente formado em 1933. Embora este tenha sido o maior evento político -cultural do Estado Novo, e diga -se do Portugal contemporâneo, ele é o resultado mais visível de uma política que vinha a ser consolidada durante a década de 1930. Mas é, acima de tudo, o resultado último de um processo de reconfigurações pelo qual o nacionalismo português, nas suas diversas matizes e actores, registou sensivelmente a partir dos finais do século XIX<sup>331</sup>

<sup>331</sup> BRITO, Ricardo de. *A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940*. Op. cit. pág. 265.

A exposição ocorreu no mesmo ano da assinatura da Concordata, o que gerou entusiasmo por parte dos católicos tendo exercido a Igreja papel relevante dentro dos festejos.

As comemorações do Duplo Centenário de 1940 tiveram um pendore religioso bastante evidente. Nos discursos, tanto da parte do poder político como da Igreja Católica, registou-se uma confluência de interesses que permitiu que o catolicismo tivesse um lugar de destaque, não só na revisão do percurso histórico da Nação como no presente imediato. Significativa foi a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário, que não só assumiram o significado simbólico do término da questão religiosa que se tinha iniciado com o liberalismo, mas também da separação jurídica entre ambas instituições; o Acordo Missionário foi, em última análise, a continuação da obra política do Acto Colonial, consolidando desta forma as posições coloniais e imperialistas do Estado Novo. Se é certo que dentro da doutrinação do nacionalismo do Estado Novo encontramos a referência ao catolicismo, constatamos que essa vertente se tornou evidente durante as festividades das comemorações, e, mais ainda, na consciência histórica que se tentou passar, na medida em que uma observação atenta da Exposição do Mundo Português nos permite identificar uma dimensão religiosa em quase todos os conjuntos artísticos expostos. Podemos assumir que a Igreja Católica e a questão das Missões foram usadas pelo Estado como veículos de doutrinação, servindo assim os propósitos do regime. Isto encontra-se patente na forma como as comemorações foram estruturadas, na medida em que apesar de haver cerimónias religiosas, estas obedeciam sempre a um calendário previamente estudado e projectado pelo poder político.<sup>332</sup>

Esse foi um passo importante para a Igreja portuguesa: o de assumir protagonismo nos festejos. Mesmo seguindo as normas estabelecidas pelo Estado, a demonstração do papel ativo que o catolicismo exerceu frente ao processo de expansão do mundo português, levando em conta a identidade forjada com os anos, a exposição o trouxe como fator de formação dos portugueses, e não só deles, mas também de todos os domínios de Portugal.

Além da Concordata os católicos também festejavam o Acordo Missionário,

Considerando :

Que na data de hoje foi assinada a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa;

Que na dita Concordata nos artigos XXVI-XXVIII estão enunciadas as normas fundamentais relativas à actividade missionária;

Que durante as negociações para a conclusão da mesma Concordata o Governo Português propôs que as ditas normas fôsem ulteriormente desenvolvidas numa Convenção particular;

A Santa Sé e o Governo Português resolveram estipular um acôrdo destinado a regular mais completamente as relações entre a Igreja e o Estado no que diz respeito à vida religiosa no Ultramar Português, permanecendo firme tudo quanto tem sido precedentemente convencionado a respeito do Padroado do Oriente.<sup>333</sup>

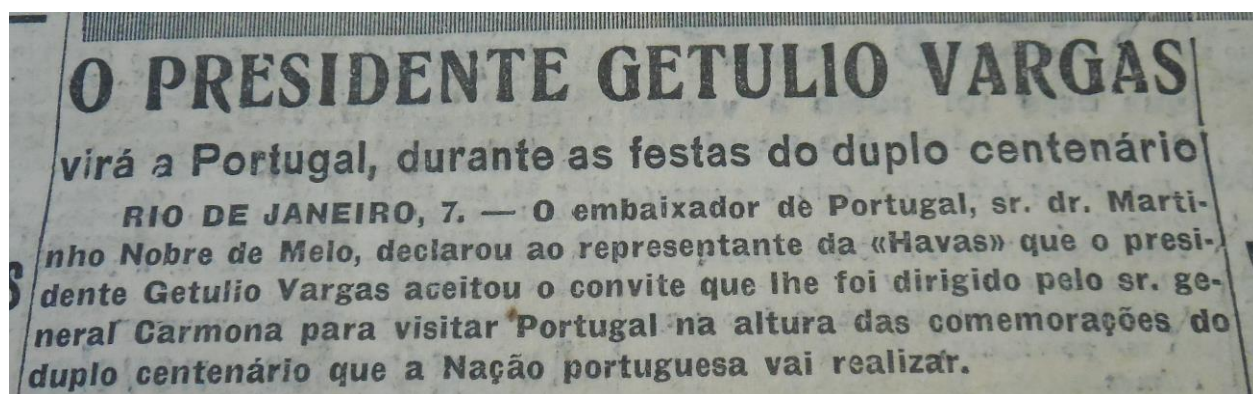
<sup>332</sup> *Ibidem*, pág. 274.

<sup>333</sup> Santa Sé. **Acordo Missionário entre a Santa Sé e a república portuguesa**. Acessado em: 15-07-2018. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/archivio/documents/rc\\_seg-st\\_19400507\\_missioni-santa-sede-portogallo\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html)

O Acordo Missionário regalava a atuação do catolicismo nos domínios portugueses ultramarinos, domínios esse que estiveram presentes nos festejos de 1940, além do convidado especial para as celebrações, o Brasil.

As lideranças brasileiras foram oficialmente convidadas a participar das comemorações em 1938, pelo Presidente António Óscar Fragoso Carmona. O convite solicitava a presença não só de uma grande delegação brasileira, mas também de seu presidente, e do alto escalão do catolicismo, o que gerou grande expectativa por parte dos portugueses.

Figura 12: Presidente Vargas vai a Portugal



Fonte: Jornal O Século, 08 de julho de 1938. Ano 57 número 20.225. Arquivo Municipal da Hemeroteca de Lisboa

De alguma forma, o governo brasileiro não gerou muita expectativa em um primeiro momento no evento, demorando quase um ano para responder oficialmente a Portugal. Essa demora gerou preocupação por parte dos dirigentes das colônias portuguesas no Brasil. Alegando que a demora na resposta se deu pelo fato de que a Presidência brasileira aguardava a elaboração de uma carta à altura da enviada por Portugal.<sup>334</sup> Como desfecho deste impasse, Vargas nomeou, por decreto, uma Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses.<sup>335</sup>

Quanto à participação do Brasil na Exposição do Mundo Português, instalado no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, a exposição intitulada “Brasil Colonial” foi realizada com o acervo brasileiro do Museu História Nacional, sob a coordenação do

<sup>334</sup> BLOTTA, Celine Gomes da Silva. **A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. P. 32-33.

<sup>335</sup> NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **O “Brasil colonial” e a Exposição do mundo português de 1940**. Tese de doutorado em História. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 80.

diretor da instituição Dr. Gustavo Barroso, também nomeado para compor a Comissão Brasileira como Representante Histórico nas Comemorações Centenárias de Portugal.<sup>336</sup>

No arquivo do Patriarcado de Lisboa, na coleção de cartas recebidas da Presidência do Conselho de Ministros<sup>337</sup>, pode-se verificar a presença de uma correspondência de Salazar para Cerejeira, contendo informações que demonstram uma certa insatisfação por parte de Salazar quanto a demora na resposta ao convite feito a Leme.

Já enviei novo telegrama ao Rio a dar conta do convite oficial feito pelo Embaixador ao Cardeal Leme. A resposta foi, como se esperando negociar. De modo que daria as indicações ao sr. Júlio Dantas de acordo com está resposta e o teor cartão: mas não se convida o Cardeal Arcebispo de Toledo e não se fará qualquer referência direta ou individual a nenhum outro purpurado ou a nenhuma (ilegível) qualquer membro do Sacro Colégio nesse chão.<sup>338</sup>

Recebida por Cerejeira em 07-03-1940, na carta Salazar escreve que realizou o envio de um novo telegrama ao Rio de Janeiro, solicitando uma resposta ao convite feito pelo embaixador português, para que o cardeal Leme fizesse parte dos festejos. A resposta ao seu telegrama, como relatou a Cerejeira, era de que Leme aguardava negociação. Embora oficialmente a ausência de Leme aos festejos tenha sido justificada por problemas de saúde, o cardeal não ficou de fora das relações e negociações políticas que já cercavam o Brasil no início da Segunda Guerra Mundial. Há indícios de que a ausência de Leme tenha explicação no fato de o convite ter sido estendido ao cardeal de Toledo – Espanha, Isidro Gomá y Tomás, pelo papel que desenvolveu em benefício da instauração do governo de Francisco Franco.<sup>339</sup>

A presença de Leme como representante do catolicismo brasileiro nos festejos do Duplo Centenário estava, de alguma forma, associada a presença do cardeal espanhol. Em todas as negociações feitas por parte do governo português para que o cardeal brasileiro fizesse presença no país, o convite ao cardeal espanhol era mencionado, podendo identificar que na falta de uma das partes, a outra ficaria incompleta.

Meu caro

---

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 96

<sup>337</sup> Arquivo do Patriarcado de Lisboa: C-02/01/004.

<sup>338</sup> Carta de António Salazar para Manuel Cerejeira. Arquivo do Patriarcado de Lisboa. C-02/01/004 de 07-03-1940.

<sup>339</sup> VIVAS, Miguel Ángel Dionisio. **El Cardenal Isidro Gomá Y la Iglesia española em los años treinta**. Tese de doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Antónoma de Madrid, 2010, p. 436.

Não recebi ainda resposta ao convite oficial que mandei fazer pelo Emb. No Rio ao cardeal Leme, mas em uma conversa do Embaixador com Sua (ilegível) e com o M. das Relações Exteriores do Brasil e que o Embaixador transmitir ao governo, deve ter-se como abstratamente certo que não virá! Nesta hipótese, valerá a pena convidar o cardeal Arcebispo de Toledo? O que significa a sua presença, se o representante da Igreja no Brasil não pode comparecer? Mando ao inglês e francês faça da parte o convite oficial do governo, como já disse, e uma formada que me apresente o Dr. Júlio Dantas para se salvar. Reordenando que fizessem parte das delegações estrangeiras, não me parecendo aceitar. Ficou-nos apenas faltando a questão do cardeal Leme, no Rio que fara decisão definitiva gostava duma palavra ou cancelho.<sup>340</sup>

A carta enviada de Salazar para Cerejeira da conta de uma intensa articulação feita pelo então presidente da Comissão Executiva dos Centenários, Júlio Dantas, para promover a vinda de cardeais para Portugal compondo assim as celebrações dos festejos do Duplo Centenário. A figura de Leme é associada à do cardeal Gomá, entretanto, a presença de Leme parece ser mais significativa pois lhe foi feito primeiramente o convite e a vinda de Gomá estava restritamente condicionada ao aceite do cardeal brasileiro. De alguma forma Leme estava hesitante em comparecer ao evento em Portugal e aguardava para enviar uma posição mais pertinente. Por outro lado, Salazar tinha pressa. Os festejos estavam previstos para ter início em junho de 1940 e ao passo que em fevereiro e março do mesmo ano, ainda não havia uma definição concreta da presença de Leme. Em sua tese Rosana Nascimento aponta para uma questão trazida por Júlio Dantas para Salazar quanto a presença de Leme. Dantas ressalta que em conversa com Cerejeira, o mesmo lhe informou o recebimento de um telegrama por parte de Leme afirmando que não iria comparecer aos festejos. Os motivos do não comparecimento não são claros, Dantas aponta as questões de problema de saúde que o cardeal brasileiro sofria como de qualquer outra razão, deixando aberta a interpretação da ausência.<sup>341</sup> A carta de Dantas para Salazar foi escrita em 19 de março, apontando que o impasse sobre a ida de Leme para Portugal tornou-se uma indefinição. Em resposta a uma das cartas de Salazar, Cerejeira escreveu:

Cardeal Patriarca

Em resposta ao teu último cartão, o meu parecer é de não convidar o Cardeal Gomá, de Toledo, desde que não vem o Cardeal Leme, sem aquele, não se estranhará a falta deste (pois não haverá nenhum Cardeal estrangeiro, salvo o Legado do Santo Padre, que está fora do caso); com o Cardeal Gomá cá, a falta do Cardeal Leme seria muito sensível.

Teu do C.  
Manuel<sup>342</sup>

<sup>340</sup> Arquivo do Patriarcado de Lisboa: C – 02/01/003

<sup>341</sup> NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **O “Brasil colonial” e a Exposição do mundo português de 1940.** Tese de doutorado em História. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 181.

<sup>342</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 268

O documento exposto por Rita Almeida de Carvalho em seu livro sobre as correspondências de Cerejeira para Salazar, aponta para não tornar oficial o convite ao cardeal Gomá. Com a ausência de Leme, poderia criar algum tipo de constrangimento por parte do cardeal espanhol em comparecer isolado nos festejos ou mesmo trazer indicações de que Leme não se fez presente com conta da presença de Gomá. A questão é que nenhum dos dois cardeais compareceu ao evento. A resposta de Cerejeira a Salazar também reestabelece o contexto preciso da carta, embora seja um documento não datado, Rita Almeida o classificou como possivelmente relacionado aos preparativos do Congresso Internacional da Mensagem de Fátima e a Paz de 1951. O que não poderia ocorrer visto que Gomá faleceu em agosto de 1940 e Leme em outubro de 1942.

As cerimônias ocorreram sem a presença de Vargas e Leme, mesmo com todo o apelo feito tanto por parte de Salazar quanto por parte do próprio Cerejeira.<sup>343</sup> A justificativa dada ao governo português por parte de Vargas foram as instabilidades geradas pelo início da guerra<sup>344</sup> e o contexto internacional não favorável para uma viagem desse vulto do chefe do governo brasileiro, para tanto, mesmo com a ausência do chefe brasileiro, o evento e a participação do Brasil como “país irmão” não foram diminuídos, sendo o Brasil o único país estrangeiro a conta com pavilhão próprio.

---

<sup>343</sup> *Ibidem*, 57

<sup>344</sup> SCHIAVON BURGERT, Carmem Gessilda. **O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período**. In: Anais Eletrônico do IX Encontro Estadual de História – Vestígios do Passado: a história e suas fontes – ANPUH – RS. Disponível em: [https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420\\_ARQUIVO\\_TextoANPUH.pdf](https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf). Acessado em: 15-07-2018

Figura 13: O Pavilhão do Brasil

«Nada contra a Nação Tudo pela Nação»

domingo \* 21 de Julho \* de 1940

PREÇO — \$40

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS  
RUA DA MISERICÓRDIA, 93

Director : M. PESTANA REIS

PROP. DA COMP. NACIO  
EDITOR: ANTONIO DA

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

# O Pavilhão do Brasil

foi inaugurado pelo Chefe do Estado, com a assistencia do sr. Presidente do Conselho e outros membros do Governo

Os srs. dr. Lima Junior, General Francisco José Pinto e dr. Augusto de Castro proferiram discursos em que mais uma vez se afirmou a grande amizade que une os dois países irmãos



Ilustre Embaixador Extraordinário do Brasil, que pronunciou o seguinte discurso:

«Aqui está a casa simbólica do Brasil, plantada na terra sagrada de Portugal, nesta praia de Belém, em cujas areias, na expressão de Augusto de Castro, começa a terra de Santa Cruz.

Aqui estamos integrados neste Mundo Português, pela língua, pela raça, pelo sentimento cristão e pelo passado comum, cheio de feitos gloriosos.

Mantemos solidariedade perfeita e desconhecida entre outras nações, dando ao Mundo o exemplo de alicão ilial que não tem limites nem conhece restrições.

Nem as condições dolorosas de uma Europa em guerra, nem as dificuldades próprias da época perturbada em que vivemos, alteraram os desígnios do meu Governo de estarmos presentes a estas Comemorações que são vossas e também nossas.

Desde Guimarães — o berço da nacionalidade — aos rochedos de Sagres, a vossa planície heroica, às vossas velhas cidades, onde se formou o espírito e o carácter de Portugal, temos acompanhado, com religioso recolhimento, as peregrinações cívicas com que se relembraram as etapas de oito séculos da mesma língua, rica, cantante, feita de luz das nossas colinas e do sal marinho das nossas praias: língua que tem o gosto da maresia e o sabor dos frutos silvestres, língua que nos fizemos mais saud e vos fizestes mais doce.

Basta perscrutar o vosso espírito, e nele encontramos o mesmo culto pela fragilidade, pela beleza, pelo idê e pela generosidade, o mesmo idealismo que nos faz perpetuos semeadores, estrelas, eternos lavrantes do entalmo, filhos eternos da desilusão e nostalgia.

Fez depois o elogio do Brasil para ser que lá, como em Portugal, há mesmo sangue atlântico, e as flores do Brasil conhecem os passos dos não antepassados e dos nossos emigrados.

Referiu-se ao monumento do Infante que se ergue dominando o Tejo frente da Praça do Império, erigido alegoria da Raça — porque cada que essa raça magnífica, que é a vossa, encontra, com o seu Ino, um Chefe, o prodígio renova-se o saber, como nós. Um homem us sil — o Presidente Getúlio Vargas ressuscitou a missão redentiva da I. Sob a égide de Carmona, um Dr. Sáizgar, encontrou hoje, como o em Portugal, a expressão do Renascimento Nacional. E a alma das

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 21 de julho de 1940. Ano X número 3317. Arquivo Municipal da Hemeroteca de Lisboa

Representando o Brasil, o delegado Antônio Augusto de Lima Junior, poeta mineiro, fez as honras de não criar possíveis atritos entre os dois governos. A participação do Brasil nos festejos do Duplo Centenário contou com sua delegação, trocando elogios e benesses, mas sem as presenças esperadas dos dois líderes do país, Vargas e Leme. Porém, a Federação das Associações Portuguesas no Brasil marcou os festejos do Duplo Centenário com uma missa campal realizada no Rio de Janeiro no dia 08 de junho de 1940. Depois de todas as questões relacionadas ao embarque de Leme para Portugal para compor os festejos, uma das justificativas seria o estado de saúde delicado do cardeal.



Figura 14: Missa campal de D. Leme por ocasião do Duplo Centenário português





Diante da missa campal que Leme realizou no Brasil, no mesmo período em que os festejos estavam ocorrendo em Portugal, levante a hipótese de que Leme não compareceu ao evento por questões políticas aos mesmo por algum alinhamento com Getúlio Vargas, que também decidiu não viajar para Portugal.

\*\*\*\*\*

O capítulo buscou estabelecer as relações entre Brasil e Portugal em períodos de desenvolvimento de políticas autoritárias, como também as trocas realizadas pelo catolicismo. Partindo do estabelecimento do Estado Novo em Portugal, se buscou compreender como ficaram as relações entre católicos e o governo, visto que, com Salazar no poder, havia a expectativa que o *status* do catolicismo iria melhorar, já que Salazar era atuante na Igreja. Diante das questões do Estado Novo, está incluída a viagem de Cerejeira a Buenos Aires, e sua passagem pelo Brasil em 1934. Cerejeira foi recebido com grande festa no Brasil, articulando posição como representante do catolicismo português e homem próximo de Salazar. Cerejeira recebeu credenciais para dialogar diretamente com o governo brasileiro, e se aproximou ainda mais de Leme, fortalecendo as relações institucionais. Caminhando para 1937, o capítulo buscou estabelecer as relações do catolicismo com a instauração do Estado Novo no Brasil, momento decisivo para os rumos da instituição do país.

De retorno para Portugal, a Concordata de 1940, investigada no contexto das reivindicações feitas pela Igreja, para que Salazar garantisse legitimidade à instituição da qual ele participou por longos anos. Finalizando o capítulo com os festejos do Duplo Centenário Português, grande manifestação realizada pelo Estado Novo salazarista, que serviu de propaganda para o Estado Português. Embora Vargas e Leme não tenham comparecido às cerimônias, mesmo sendo convidados sucessivas vezes, o Brasil enviou uma delegação a Portugal, e viu sua participação acontecer, estabelecendo relações entre os Estados.

## **5 - A ATUAÇÃO DA IGREJA E O ESTADO NOVO ANTE AOS DESAFIOS DO PERÍODO 1940 – 1945**

O capítulo abordará a presença e participação do catolicismo no período de 1940 a 1945. Ainda no contexto de Estado Novo, tanto no Brasil quanto em Portugal, o catolicismo renovou sua estrutura e se fez presente nas decisões do Estado. A perspectiva é levantar a atuação da Igreja no processo da Segunda Guerra Mundial espelhando as ações dos cardeais na tomada de posição, e como figuras importantes para o catolicismo em seus países. O capítulo também discorrerá sobre os reflexos da assinatura da Concordata entre Portugal e o Vaticano

Balizando o capítulo, entre os anos de 1940 a 1945, também se faz necessária uma análise aprofundada sobre a morte do Cardeal Leme, principal agente do catolicismo brasileiro que faleceu em 1942, e os motivos que levaram o Vaticano a só nomear novo cardeal para o Brasil em 1946. O ano de 1945 é emblemático para o término da tese por conta de ser o ano final da Segunda Guerra, um ano de transformações tanto na Europa quanto na América. No Brasil, a partir de 1946, as políticas eclesiais tomam novos rumos, principalmente porque com o fim da hegemonia da presença do cardeal apenas na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, após essa data, São Paulo também começou a contar com a presença de um cardeal. O ano de 1945 também representou o fim do Estado Novo e a saída de Getúlio Vargas do comando do governo, que contou com novo representante a partir de 1946. Em Portugal Salazar é preservado em seu cargo, mesmo diante da queda das principais lideranças europeias da Segunda Guerra Mundial, associadas ao totalitarismo e ao autoritarismo. O objetivo é identificar se houve intervenção por parte da Igreja no processo de permanência de Salazar no governo, mesmo com o fim da grande guerra.

### **5.1 - O catolicismo no Brasil dos anos 1940: o Concílio Plenário Brasileiro**

Os anos 1940 surgem para o catolicismo no Brasil com novos desafios advindos do Estado Novo getulista. Vislumbrando uma nova Constituição em 1937, que havia diminuído seu alcance com relação à Igreja, se comparada com os ganhos conquistados em 1934, o catolicismo estava sob governo autoritário e deveria calcular seus passos para não criar problemas entre a instituição e Getúlio Vargas. A Igreja tinha à sua frente a tarefa de se manter viva e presente nas

várias esferas sociais, sem ter conflitos diretos com o varguismo, mesmo não estando totalmente de acordo com as políticas empregadas pelo Estado Novo.

De maneira geral, não há equívoco em afirmar que o relacionamento entre Igreja e Estado continuará no mesmo ritmo de compreensão, começado em 1930. Portanto, a Igreja não dá uma palavra sequer a respeito do *Estado Novo* instaurado em 10 de novembro de 1937 e tampouco acerca da *Constituição*, outorgada então por Getúlio Vargas e discretamente silenciosa em torno dos pontos religiosos, que tinham sido explicitamente consagrados em 1934. A maioria do episcopado não via com maus olhos o regime autoritário de 1937, muita gente trabalhando no governo, sobretudo em momento em que se levantaram vozes de ataque e alerta aos perigos e ameaças do comunismo e em defesa da civilização cristã.<sup>345</sup>

A instituição católica, mesmo tendo perdido espaço dentro da nova Constituição estadonovista, não criou empecilhos para o novo período político, pois já havia conquistado campo de atuação ao lado de Vargas. As relações entre o chefe do episcopado, Leme, e o chefe do poder político, Vargas, eram amistosas. Também existia o fato de o governo enfrentar adversários em comum que se apresentavam custosos para o catolicismo, sendo o principal deles a ameaça comunista. Demonstrando afinidades com os ideais católicos, o próprio governo já havia sinalizado que a base inspiradora que auxiliou na fomentação das leis ligadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio estava ligada à Doutrina Social Cristã, e a várias outras encíclicas sociais. Neste sentido, as políticas do Estado Novo em prol do proletariado tinham como inspiração o catolicismo, o que, de alguma forma, suscitava o antigo desejo de Leme de instaurar uma ação moderadora do catolicismo nos assuntos referentes aos conflitos trabalhistas.<sup>346</sup>

O levante de 1935 será aproveitado pelo poder civil como bandeira para seus propósitos de dominação. E a Igreja faz coro com a repressão das forças de segurança, fechando a boca e os olhos diante das atrocidades inomináveis da polícia contra os presos políticos. E quando em 1937, Pio XI promulga a encíclica *Divini Redemptoris*, o episcopado a divulga no Brasil, respaldada por uma Carta Pastoral, como se a palavra do papa viesse a talho para canonizar a conjuntura do regime brasileiro em face dos comunistas.<sup>347</sup>

O catolicismo continuou usando suas armas e estratégias para permanecer próximo da nova fase do governo, mesmo que isso significasse um não questionamento com relação às

---

<sup>345</sup> LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**, op. cit., p. 57.

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 55

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 57

práticas não democráticas que o Estado Novo adotou para frear qualquer ameaça ao governo. Para Leme os desafios do Estado Novo vieram de vários lados, até mesmo por parte da dissolução do integralismo enquanto partido político. Como já analisado, o integralismo contou com grande apoio de lideranças do catolicismo que, na ocasião, entenderam que a AIB poderia auxiliar o catolicismo a conquistar poder político nos idos de 1930.

Os padres e leigos católicos integralistas, desconfiados com as manobras traiçoeiras do getulismo contra Plínio Salgado, tiveram, ainda assim, de engolir em seco a estratégia oficial de esvaziamento e, se possível, aniquilamento político da AIB. Os bispos tendiam com maior facilidade a acertar o passo com o governo do que aventurar-se em um apoio suicida a um movimento que começava a passar de moda e de atualidade. Colocada em escanteio a figura carismática do chefe Plínio Salgado e esterilizadas politicamente as lideranças da AIB, Getúlio Vargas tinha certeza de que não lhe faltaria a boa vontade eficiente da hierarquia em legitimar a linha de sua ação governamental.<sup>348</sup>

Vargas tinha ciência de que a elite eclesiástica não criaria questionamentos contra sua forma de governo, pois o catolicismo correria o risco de sofrer impactos negativos na sua trajetória no Brasil. Para conter os ânimos dos católicos quanto a dissolução da AIB, Vargas utilizou-se de estratégias que haviam custado anos de discussão por parte dos católicos, principalmente quanto às leis do divórcio. Vargas

dará um golpe de mestre quando mais uma vez vem à tona a luta pela introdução do *divórcio* na legislação brasileira. Não por motivos religiosos, e sim, por motivos políticos, Getúlio Vargas joga água na fervura das pretensões divorcistas, aparentando dar ganho de causa aos protestos da hierarquia sobre o assunto.<sup>349</sup>

Novo possível golpe aos brios do catolicismo, Vargas impulsionou as lideranças da instituição a buscar se conter diante das novas exigências de atuação advindas do Estado Novo. Ainda sobre as questões da dissolução da AIB enquanto partido político, e devido ao silêncio da elite eclesiástica, as questões de estímulo com relação à participação dos católicos nas fileiras da AIB recaíram sobre Alceu Amoroso Lima,<sup>350</sup> que foi duramente questionado sobre a indicação que havia feito aos fiéis que desejavam participar da vida política brasileira a aderirem a AIB, afetando até mesmo sua vida profissional. Mas Alceu, que representou a liderança na retomada do espaço católico laico no Brasil, passava por outras mudanças de caráter intelectual.

---

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 58

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 58

<sup>350</sup> Sobre esta questão, conferir capítulo X, com relação ao catolicismo e a Ação Integralista Brasileira.

As premissas conservadoras de Amoroso Lima, decorrentes de sua primeira conversão interior e expressas em sua atuação política e social, foram gradativamente rompidas na década de 1940, por meio de sua segunda conversão. Essa reconversão foi fundamentada em sua relação com o filósofo Jacques Maritain e conduziu-o ao desenvolvimento de um projeto político-religioso de natureza progressista e democrática, orientado para a defesa da liberdade em detrimento da autoridade, próximo dos comunistas e crítico em relação à ditadura de Getúlio Vargas no Brasil.<sup>351</sup>

A mudança de linha de pensamento de Alceu, inspirada em Jacques Maritain<sup>352</sup>, representava mais uma questão que Dom Leme teria pela frente. Alceu encabeçava a Ação Católica, a Liga Eleitoral Católica, a Revista *A Ordem*, o Centro Dom Vital, estava à frente das principais estruturas de atuação do catolicismo na sua reconquista de espaço. A guinada de Alceu para um pensamento menos conservador e autoritário trouxe para a Igreja questões desafiadoras. O momento não era o mais indicado para o surgimento de um líder do vulto de Alceu, como voz contrária ao Estado Novo.

Podemos afirmar que foi a partir de 1942 que Amoroso Lima reformulou suas posições em favor da liberdade e da democracia. Esse momento foi decisivo para uma segunda “conversão interior” ou “reconversão” ao catolicismo, que se concretizou efetivamente em 1944 como resultado de um processo de ruptura em relação a valores e posições conservadores decorrentes de sua primeira “conversão interior”, em 1928.<sup>353</sup>

A guinada de Alceu para uma visão mais moderada das questões políticas não seria algo simples para a cúpula do catolicismo repensar. Entretanto, Leme não parece se preocupar com o novo discurso de Alceu. No seu leito de morte fez como último ato administrativo a entrega a Alceu das resoluções que estabeleciam uma comissão permanente de relações internacionais da Ação Católica.<sup>354</sup> Como a mudança de pensamento de Alceu ocorreu de forma lenta, Leme demonstrou convicção em seu homem de confiança. Adiante,

(...) foi frente ao cenário de fins do Estado Novo que Alceu Amoroso Lima concretizou o processo de sua mudança rumo ao pensamento progressista e democrático. Condenou

---

<sup>351</sup> RODRIGUES, Cândido. As conversões de Alceu Amoroso Lima: entre Jackson de Figueiredo e Jacques Maritain. In.: CALDEIRA, Rodrigo Coppe; RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele (coordenadores). **Manifestações do Pensamento Católico na América do Sul**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015, p. 140.

<sup>352</sup> Jacques Maritain foi um filósofo francês de identidade católica, principal inspirador da Democracia Cristã.

<sup>353</sup> CALDEIRA, Rodrigo Coppe; RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele (coordenadores). **Manifestações do Pensamento Católico na América do Sul**, op. cit., p. 140.

<sup>354</sup> GABLAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**, op. cit., p. 476.

o Estado Novo e chamou os intelectuais católicos à missão de defesa de uma sociedade mais democrática, cristã e livre, nomeadamente uma *idade nova*. No editorial da revista *A Ordem* de abril de 1945, intitulado “Definições”, Alceu Amoroso Lima se colocou abertamente contra o governo de Vargas, criticando a censura e convocando os católicos a lutarem pelo retorno do Brasil ao regime democrático. Neste meio, Alceu denuncia o caráter contraditório de um regime autoritário em luta pela democracia no exterior.<sup>355</sup>

O ponto que culminou com a ruptura de Alceu dos ideais autoritários para um discurso democrata está relacionado aos acontecimentos na esfera do catolicismo nos anos 1940, e as mudanças em sua estrutura, tendo à sua frente todas as questões advindas da nova política getulista, questões ligadas aos questionamentos de ligações estritas de lideranças católicas com a AIB, além da morte de Leme em 1942, assunto que será visto mais à frente. O catolicismo estava novamente vislumbrando mudanças, e deveria retomar as diretrizes da instituição para não ocorrer questões maiores que pudessem gerar problemas para a sua atuação no Brasil, visto que Vargas ainda detinha mecanismos para frear qualquer avanço brusco da Igreja contra seu governo.

Diante dos desafios advindos do Estado Novo, da sua própria base institucional, a elite eclesial realizou no ano de 1939 seu Concílio Plenário, com o objetivo de reunir as principais lideranças eclesiais do país em um encontro para apurar vários problemas que vinham surgindo, e projetar a atuação da Igreja para os anos seguintes. O Concílio também tinha como objetivo reaquecer a participação do catolicismo na sociedade, formando o clero para que trabalhasse de forma mais eficaz em todo território brasileiro.

As expectativas para a realização de um Concílio com o clero brasileiro eram antigas. Desde o início da República a alta cúpula eclesial brasileira já buscava mecanismos para a realização de tal evento, a fim de ordenar as diretrizes da instituição no país, visto que com o fim do padroado muitos dos mecanismos de controle da Igreja haviam chegado ao fim. A realização do Concílio, entretanto, não foi autorizada, tendo o Brasil que se contentar com os parâmetros estabelecidos pelo Concílio Plenário Latino-Americano de 1899, realizado em Roma. O Cardeal Arcoverde buscou que a Santa Sé permitisse ao Brasil realizar seu próprio Concílio, porém a concordância para a realização do mesmo só ocorreu já no período de Leme.<sup>356</sup> “Tudo estava

---

<sup>355</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. **Aproximações e conversas**: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928 – 1946. São Paulo: Alameda, 2013, p. 255.

<sup>356</sup> BEOZZO, José Oscar. Concílio Plenário Brasileiro. In.: FAUSTO, Boris (et. Al.) **O Brasil republicano**, V. 4: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pág. 327-330.

pronto para o Concílio quando morre Pio XI. Pio XII apressa-se a confirmar a nomeação do Cardeal Leme como legado *a latere* para o Concílio e este é convocado para os dias de 2 a 20 de julho de 1939.”<sup>357</sup>

O significado do Concílio para a Igreja do Brasil foi imenso. Era a primeira vez, de fato, em toda a sua história que o episcopado se reunia em conjunto para deliberar sobre os problemas da Igreja e sobre seus rumos, ainda que dentro dos estreitos limites fixados por Roma. O Sínodo da Bahia de 1707 contara apenas com a presença do arcebispo da Bahia, nenhum dos outros bispos tendo podido comparecer.

Para os bispos é um pouco o reconhecimento da maturidade a que chegara a Igreja no Brasil, tanto mais que o Concílio será aprovado rapidamente pela Santa Sé, com altos elogios pelo trabalho realizado.

No terreno pastoral ganhava o país uma legislação única, brotada de um consenso que nem sempre foi fácil de conquistar pois durante os trabalhos conciliares foram apresentadas duzentas e setenta emendas.<sup>358</sup>

O Concílio representou um evento importante para a Igreja no final dos anos 1930. Perdendo espaço na Constituição de 1937, como visto, o catolicismo chegou ao início dos anos 1940 contando com estrutura própria, com leis que visavam uma unidade maior para a Igreja no país, e adequado às realidades nacionais. Tendo Leme como legado *a latere*, o que representa o mais alto grau de legado que um papa pode designar a um cardeal, significava a presença do próprio sumo pontífice no evento e o grau de confiança dado ao religioso brasileiro.

O Concílio realizava também o sonho de Dom Leme, de união e convergência dos esforços de todos os bispos brasileiros, sonho que perseguia com tenacidade através de acontecimentos “nacionais”. Podem ser citados, entre outros, a reunião de 45 bispos no Rio, em outubro de 1931, na inauguração do Monumento a Cristo Redentor, a criação da LEC (em 1932) com apoio de quase todo o episcopado, os Congressos Eucarísticos Nacionais (...), a Ação Católica Brasileira com sua Junta Nacional (1935), a Pastoral Coletiva sobre o comunismo em 1937.<sup>359</sup>

Realizado durante o Estado Novo e já com o desenrolar dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, o Concílio foi o ponto ápice da trajetória de Dom Leme no cargo de cardeal brasileiro. Foi a demonstração de que todos os esforços despendidos pela instituição estavam, de alguma forma, funcionando e criando resistência contra as várias ameaças que o catolicismo vinha sofrendo.

---

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 330.

<sup>358</sup> *Ibidem*, p. 331

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 331

Porém o evento não ocorreu sem que fosse discutida uma questão delicada para o catolicismo no Brasil: uma concordata com a Santa Sé. A questão havia retornado ao campo das discussões com os preparativos para o Concílio, contudo foi uma ação que não contou com aprovação unânime. O objetivo era utilizar do evento para a assinatura da Concordata entre o Brasil e a Santa Sé, no entanto,

A Igreja no Brasil, representada na pessoa do Cardeal Leme opõe-se firmemente a um pacto entre o Governo e Santa Sé, pois seria apenas o objeto do pacto celebrado entre os dois Governos e ficaria duplamente controlada. Sem poder reagir, a Igreja no Brasil tenta conviver com o Estado, que se encontra em posição de força e tenta ao mesmo tempo evitar que entre ele e a Santa Sé surja a concordata. Num momento excepcional, em que toda a Igreja do Brasil se reúne para o Concílio Plenário, entre a Igreja no Brasil e o Estado se estabelece o que Dom Aquino chamou de “concordata moral”.<sup>360</sup>

Leme era temeroso quanto à assinatura de uma concordata entre o Brasil e a Santa Sé. Em seus argumentos o cardeal destacou uma possível perda significativa de autonomia das lideranças do catolicismo no país, com a possibilidade de o governo manter diálogo direto com o papa, principalmente com a eleição do cardeal Eugenio Pacelli, o papa Pio XII, religioso que Vargas havia acolhido como legado papal na ocasião da passagem dos membros da Igreja pelo Brasil de retorno do Congresso Eucarístico de Buenos Aires em 1935, como já visto. Pacelli, que contou com a participação dos cardeais Leme e Cerejeira para sua eleição, poderia, de alguma forma, ter proximidade com Vargas e com isso, diminuir a autoridade do cardeal brasileiro.

De forma imperativa, Leme desviou o foco de parte do clero para a assinatura da Concordata, realizando o Concílio Plenário no Rio de Janeiro da forma como estava organizando. Um acordo mais próximo entre o Brasil e a Santa Sé, justamente no momento em que o país passava pelo Estado Novo e o papel menos expressivo dedicado a Igreja na Constituição de 1937, fez com que Leme intensificasse os preparativos para o Concílio, e com isso, poder demonstrar para Vargas sua força de articulação das fileiras católicas. Foi a primeira vez no Brasil que o catolicismo realizou um evento que contou com a presença de quase todos os membros do alto clero, e como pano de fundo, o aval do papa na figura do próprio Cardeal Leme. A imagem demonstra a repercussão do Concílio.

---

<sup>360</sup> BEOZZO, José Oscar. Concordata entre a Santa Sé e o Estado Brasileiro?. In.: FAUSTO, Boris (et. Al.) **O Brasil republicano**, V. 4: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pág. 327-330. p. 340.



Figura 15: Concílio Plenário Brasileiro



Fonte: Jornal A Cruz de 23 de julho de 1939. Rio de Janeiro, ano XXI número 29. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional

A imagem divulgada pelo jornal *A Cruz* mostra justamente o que o catolicismo desejava divulgar durante o Estado Novo, a de uma instituição forte e organizada, com ampla distribuição nacional e sob o comando dos desígnios advindos do papa. A realização do evento despertou os olhares do governo.

Após o Concílio Vargas reuniu vários representantes do catolicismo que estavam no Rio de Janeiro, e lhes ofereceu um banquete. A ação de Vargas demonstra o interesse do presidente em capitalizar toda a repercussão do evento religioso, que havia terminado há pouco, para sua imagem e para o Estado Novo. Durante o banquete Vargas discursou:

“Sr. Nuncio Apostólico, Sr. Primaz do Brasil, Srs. Padres Conciliares.

O Brasil nasceu sob o símbolo da Cruz e entre os que primeiro lhe percorreram o território virgem contam-se os missionários cristãos.

(...)

No Brasil colônia, no Brasil Império, no Brasil República, o lugar da Igreja Católica está marcado em destaque, como fator preponderante há formação espiritual da raça, e as suas doutrinas e ensinamentos constituem as bases da organização da família e da sociedade.

(...)

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se e auxiliam-se. O Estado, deixando a Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina, portanto, - os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda vida espiritual se estanca.

Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade da nossa história, rica em exemplos cristãos e de vultos veneráveis pelas virtudes sacerdotais, pelos sentimentos piedoso, pelo devotamento cívico, pela cultura e o saber – catequistas, educadores, guias de almas, mestres da eloquência e até soldados valorosos, quando a Pátria esteve em risco.

Acabais, Senhores, de vos reunir em concílio plenário, o primeiro celebrado em nosso país, e, tendo presente o conselho de S. Eminência o Cardeal Legado, “preocupados exclusivamente com o bem das almas e dispostos, a realizar obra que não desdiga da simplicidade apostólica e da majestade severa dos concílios primitivos”, verificastes as necessidades reais da Igreja brasileira e acertastes o que convinha para mais fortalecer o seu apostolado e melhor realizar a sua alta e sagrada missão.

Assim procedendo, continuais, na vossa esfera de ação, a trabalhar pelo engrandecimento da Pátria.

E isso reconhecendo, vos presta o Governo esta homenagem e eu ergo a minha taça para vos saudar.”<sup>361</sup>

O discurso do presidente foi algo taxativo, explicitando sua intenção de promover união, mesmo que com todas as ressalvas que ambas as partes já empregavam nas relações políticas que mantinham. Vargas fez um panorama da atuação do catolicismo no Brasil e, como havia presenciado o grau de mobilização que o catolicismo empregou em 1939 e as repercussões do evento, não poderia deixar de participar, mesmo que de forma indireta, para colher os frutos em conjunto. Por outro lado, a divulgação das palavras do presidente no jornal daria aos membros da

---

<sup>361</sup> Discurso do sr. Presidente Getúlio Vargas. Jornal **A Cruz** de 23 de julho de 1939. Rio de Janeiro, ano XXI número 29.

instituição católica autonomia para cobrar do próprio presidente as suas necessidades, visto que Vargas mencionou uma certa parceria entre Estado e Igreja. O evento promoveu o Cardeal Leme como líder católico que conseguiu colocar em prática uma necessidade que os membros do clero brasileiro necessitavam há vários anos, e que Arcoverde não conseguiu permissão para sua realização, além de contar com a aproximação de Vargas no diálogo com a elite eclesiástica. No entanto a participação de Leme como liderança da Igreja no Brasil estava próxima de ser encerrada.

## **5.2 - O falecimento de Dom Leme e o contexto da Segunda Guerra Mundial: os novos rumos para a Igreja**

Depois de desempenhar papel de articulador no processo de restauração do catolicismo no Brasil, Leme, em sua trajetória de doze anos como cardeal, faleceu a 17 de outubro de 1942. Foi um acontecimento relevante para os estudos do catolicismo no Brasil, pois representou o fim de um projeto de recatolização e o início de novos rumos para a instituição nos país.

A porta do quarto de dormir iluminado estava aberta. Sobre o leito baixo e simples, repousava aquele que fora um dos maiores bispos de toda a História brasileira. Já não trazia o anel episcopal. As mãos, que tanta glória haviam dado a Deus, jaziam inertes, sobre o peito. Todo ele era silêncio e ausência. E, pelo contraste entre o presente e o passado, media-se quanta claridade a alma pusera naquele corpo fulminado. Morrerá assim, rapidamente, sem solenidade, sem aparato nem mesmo religioso. Como um homem qualquer. O Chamado final surpreendera-o, fulgurante, no meio de uma conversa familiar. Mas os que ali estavam junto a ele e o choravam e lhe haviam acompanhado o longo amor – tão longo para esta curta vida! – pensavam com gratidão no que estaria sendo, àquela hora, o esplendor do Abraço definitivo!<sup>362</sup>

A principal biógrafa de Dom Leme, Laurita Pessoa Raja Gabaglia, freira que adotou o nome Maria do Santo Rosário, criou certa mistificação na morte do cardeal. No entanto, a morte um tanto inesperada de Leme no decorrer da Segunda Guerra deixou a Igreja sem seu principal articulador. As cerimônias de velório do eclesiástico contaram com várias personalidades da Igreja e do governo, estando o próprio presidente nas cerimônias fúnebres. Sua morte também criou comoção internacional. Em Portugal o jornal católico *Novidades* estampou em suas páginas

---

<sup>362</sup> GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**, op. cit. pág. 477

a repercussão do falecimento do religioso brasileiro e demonstrou o sentimento que os portugueses manifestaram.

Figura 16: Repercussão da morte de Leme em Portugal



Fonte: Jornal Novidades, 19-10-1942, número 15.091. Arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa

Recebendo honras do governo português, Leme foi sepultado com grande comoção, encerrando assim uma forma de atuação do processo de restauração do catolicismo no Brasil.

A morte de Dom Sebastião Leme em 1942 também dificultou a continuidade dos projetos de recatolização no país. As atividades do movimento estavam centralizadas na sua liderança, isto é, o bispo deixou os colaboradores da Igreja Católica dependentes do seu comando, sem um substituto que apresentasse estratégias para manter um grupo de intelectuais atuantes nas questões da Igreja. Apesar da continuidade das atividades de Alceu Amoroso Lima (...), o foco do líder do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem* não era mais aquele oferecido na “era Jackson de Figueiredo”, um dos principais momentos da Restauração Católica no Brasil.<sup>363</sup>

<sup>363</sup> MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias cruzadas**: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942). 2015, 443 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015, p. 224-225

A morte de Leme representou um novo começo para as relações do catolicismo com o Governo, além de apontar para uma reestruturação das suas lideranças. Como visto, Alceu Amoroso Lima, que até a morte de Leme ainda exercia cargos importantes dentro do laicato brasileiro, já vinha apresentando sinais de que mudaria sua base intelectual, até então centrada no conservadorismo. Seguindo o curso da organização eclesiástica no país, foi nomeado um novo arcebispo para o Rio de Janeiro em julho de 1943, Dom Jaime de Barros Câmara, que veio com a responsabilidade de manter em andamento o trabalho eclesiástico desenvolvido por Leme. Entretanto a morte de Leme durante a Segunda Guerra Mundial pôde ser um dos indicadores para que o Vaticano não nomeasse novos cardeais, deixando o Brasil sem a figura de um cardeal até fevereiro de 1946, quando são empossados dois novos purpurados para o Brasil, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, para atuar como cardeal na Arquidiocese de São Paulo, e o então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara.

Quando Dom Sebastião Leme morre (1942) em plena Segunda Grande Guerra, tem como seu sucessor na sede cardinalícia do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo de Belém. Não possui o carisma de liderança natural, mas a investidura e a projeção do cargo eclesiástico – chefe da Igreja na Capital Federal – lhe fornecem respaldo para tomar posições em nome do episcopado nacional e continuar a política de entrosamento com as autoridades civis.<sup>364</sup>

Não há parâmetros que consigam estabelecer uma relação entre a atuação de Dom Jaime para a atuação de Leme. Foram estratégias diferentes, diante de realidades diferentes. É evidente que após sua morte, muitos dos programas implementados por Leme sofreram uma reorganização ou mesmo possuíram um ponto final, o que já havia ocorrido com a transição de Arcoverde para Leme.

D. Jaime de Barros Câmara, um conhecido professor de História da Igreja e um homem de rara humildade, ocupou inadequadamente a vaga deixada pela morte de Leme, em 1942. Não se comparava a seu extraordinário predecessor nem pela inteligência nem pelo tino político. Quanto à perspectiva ideológica, era radicalmente mais conservador (o que, paradoxalmente, não o impediu de nomear jovens clérigos notadamente progressistas como bispos auxiliares da arquidiocese do Rio de Janeiro). Foi como Cardeal Arcebispo da capital política da nação que sua liderança deixou mais a desejar. Com o tempo, até mesmo o poderoso movimento, que Leme colocou em ação para centralizar a hierarquia sob o comando dos superiores do Rio, se desmantelou. O

---

<sup>364</sup> LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**, op. cit., p. 56

poder eclesiástico, como de costume, refluíu novamente para as dioceses isoladas e seus ocupantes.<sup>365</sup>

O ano de 1945 representou o ano de transição para uma nova realidade eclesiástica no Brasil. De 1942 até 1946 ainda estiveram presentes algumas das atividades ligadas à atuação de Leme. Entretanto o ano de 1946 não significou um ponto final ao legado do falecido cardeal, pois a Ação Católica, a Revista *A Ordem* e a Liga Eleitoral Católica permaneceram pós 1945. Dom Leme não esteve atuando sozinho na consolidação das diretrizes de restauração do catolicismo no Brasil, tampouco esteve isolado no diálogo com as várias esferas sociais e políticas para que a Igreja retomasse uma posição necessária para sua sobrevivência no país, mas sim contou com o apoio e as articulações de várias pessoas e de vários mecanismos para reestruturação da instituição. Diante de sua morte o catolicismo se reorganizou, encarando a necessidade de seguir novos caminhos com novos líderes. Com ganhos e perdas, a instituição sobreviveu aos seus percalços.

Ao passo que a década de 1940 foi prosseguindo no Brasil, houve novas questões políticas que norteavam a vivência das instituições no país, entres as quais os próprios católicos teriam que tomar partido para não correrem o risco de serem associados a alguns grupos opositores ao varguismo. As questões ligadas ao Estado Novo, que já se consolidavam no país, e as adversidades criadas com o início dos conflitos ligados à Segunda Guerra Mundial deveriam ter uma diretriz institucional clara e ativa.

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) abre campo para o entendimento mais forte ainda dos dois poderes nos compromissos patrióticos, que a Igreja assumiria com entusiasmo. Em termos de diálogo, aproveitou-se o momento para se enfrentar o problema do serviço militar dos clérigos. Apesar dos termos explícitos de apoio oficial do episcopado ao gesto do governo brasileiro, aderindo ao bloco democrático ocidental contra o *Eixo* (Alemanha, Itália e Japão), surgiram contratempos desfavoráveis aos católicos, uma vez que era muito significativa a faixa de padres e religiosos alemães e italianos, no país, trabalhando nos mais variados setores do apostolado. Além disso, ainda restavam muitos núcleos de integralistas católicos, simpatizantes e defensores da ideologia fascista e favoráveis às posições do *Eixo*.<sup>366</sup>

Mesmo inclinada a manter diálogo com o governo e disposta a ajudar nos conflitos, isso muito estimulado pela aproximação que o Concílio Plenário despertou em Vargas, a Igreja tinha

---

<sup>365</sup> DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX**: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 12, p. 5-52, 1975, p. 31

<sup>366</sup> LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**, op. cit., p. 56



seus próprios dilemas. Um deles dizia respeito aos padres estrangeiros, principalmente os de origem de países ligados ao Eixo. Não era papel da Igreja selecionar qual a origem dos padres e religiosos que compunham suas fileiras, além disso, mesmo o papado já estando edificado em um Estado independente, o Vaticano<sup>367</sup>, estava incrustado na Itália.

Este período

Suscitou divisão, desassossego e até estimulou algumas explosões populares na família católica, contra padres e religiosos estrangeiros, acusados por ele de colaborarem com os planos nazi-fascistas, supondo até o funcionamento de ligações com os inimigos por meio de estações de rádio clandestinas. As acusações mereceram desmentido formal e explícito dos bispos (...).<sup>368</sup>

As questões eram delicadas. O próprio apoio de lideranças católicas ao integralismo ainda surgia como uma mancha para uma ala católica muito próxima do governo. A colaboração adotada entre lideranças católicas e movimentos de viés conservador ou próximos dos fascistas, como foi o caso dos integralistas, com a expectativa de frear o avanço comunista, agora estava criando situações frágeis para setores do catolicismo.

A Igreja também vislumbrava à sua frente as questões estruturais ligadas à sua atuação no exército.

A criação desse serviço, em 1944, atende às reivindicações de membros do alto escalão do Exército, à necessidade de prestação de uma assistência de natureza religiosa aos combatentes e, também, ao contexto político do Estado Novo (1937-1945), momento em que tanto o catolicismo quanto o protestantismo buscam consolidar sua presença na sociedade, adequando-se ao cenário político do país, em decorrência das transformações advindas com o fim da República Velha. Além disso, a presença de capelães no *front* indica uma reaproximação institucional entre o Exército brasileiro e a Igreja Católica, visto que o serviço religioso militar foi extinto oficialmente nos anos iniciais da República, devido à forte influência do pensamento positivista nos militares republicanos.<sup>369</sup>

A retomada das capelanias por parte dos católicos no exército era mais um passo nas articulações de reconquista de espaço. Afastada com o início da República, a Igreja se viu diante da oportunidade de se reaproximar desta esfera, mesmo que ao lado de outras instituições religiosas. Sob a denominação de Serviço de Assistência Religiosa da Força Expedicionária

---

<sup>367</sup> Criado em 1929 pelo Tratado de Latrão.

<sup>368</sup> LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**, op. cit., p, 57

<sup>369</sup> NETO, Anysio Henriques. **A religião no Exército brasileiro: memória e plausibilidade na identidade dos soldados da FEB a partir da experiência de guerra**. 2011, 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora/Pós-Graduação em Ciência da Religião, Juiz de Fora, 2011, p. 8

Brasileira – SAR/FEB, houve um impulso de reaproximação entre o exército e a Igreja no contexto do Estado Novo.<sup>370</sup>

Serviço de Assistência Religiosa junto à Força Expedicionária Brasileira  
Decreto-lei N° 6.535

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando:

- que a assistência religiosa contribui para fortalecer as energias morais, a disciplina e os bons costumes;

- que a educação moral e cívica é fator preponderante na formação da têmpera militar, e que, por isso, deve continuar a ser ministrada sem solução de continuidade, às tropas em operações de guerra;

- que em operação de guerra as tropas brasileiras sempre tiveram assistência religiosa, decreta:

Art. 1° Fica instituído o “Serviço de Assistência Religiosa” (S.A.R.) para as forças em operações de guerra.

(...)

Art. 3° O S.A.R. compor-se-á de sacerdotes ou ministros religiosos, pertencentes à Igreja Católica, aos cultos adotados pela Religião Protestante, ou a qualquer outra religião, desde que não ofenda a disciplina, a moral e as leis.

Parágrafo único. Os sacerdotes, ou ministros religiosos deverão ser brasileiros natos, no gozo dos direitos políticos.

(...)<sup>371</sup>

Com o decreto de Vargas estavam reestabelecidas as relações institucionais entre Igreja e exército. O acesso era restrito aos religiosos brasileiros e abrangentes a várias denominações religiosas, porém o decreto defende a inserção dos religiosos no sentido de preservar o pensamento patriótico. Por outro lado, era a possibilidade para o catolicismo de estreitar laços com seus fiéis, e buscar angariar mais pessoas em um campo de fragilidade como o *front* de guerra.

### 5.3 – A educação católica nos anos 1940, impressões.

A esfera educacional sempre foi um dos pontos de atuação do catolicismo nos mais variados países onde a instituição se fixou e atuou de forma efetiva. Ter acesso irrestrito as várias etapas da aprendizagem e estar presente como formadora do intelecto de uma nação era algo que o catolicismo lutava para restabelecer ou, ao menos, ter algum tipo de inserção. O catolicismo tanto no Brasil, quanto em Portugal havia perdido ou mesmo estava proibido de exercer

---

<sup>370</sup> Ibidem, p. 19

<sup>371</sup> Documentos. Serviço de Assistência Religiosa junto à Força Expedicionária Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira – REB**, volume 4, fascículo 2, Julho de 1944. pág. 470



influência na educação pública com a instauração da República. Não é objetivo desta presente análise realizar um panorama aprofundado sobre as relações educacionais desenvolvidas no Brasil e em Portugal no período do republicanismo e o ensino laico. Entretanto, será estabelecido uma visão geral sobre as questões da educação católica nos dois países no início dos anos 1940, buscando observar o cenário que proporcionou a criação de uma Universidade Católica no Brasil e quais foram os empecilhos de levaram a Portugal só contar com uma Universidade Católica depois de 1945, partindo do pressuposto de que, com a Concordata e com Salazar no Governo, o catolicismo português poderia ter desfrutado de maiores benesses de caráter político.

No Brasil, as relações educacionais como também de vários outros aspectos sociais e políticos estavam a cargo do laicato. É evidente que Alceu Amoroso Lima como chefe do laicato brasileiro e uma das figuras centrais do processo de recatolização no Brasil, principalmente no período em que Leme exerceu a função de cardeal no país, tinha o aval do líder da Igreja e até mesmo, submetia suas intenções políticas aos crivos e censura prévia de Leme. Para tanto, na questão educacional, Alceu também foi o grande articulador dos interesses católicos perante as necessidades dispostas pelo regime de Getúlio Vargas. Alceu contou com um aliado importante na retomada de espaço por conta do catolicismo do âmbito educacional, a nomeação de Gustavo Capanema para Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas.

A relação de Alceu Amoroso Lima com o Governo Vargas, de forma institucional, passa também pelo contato com Gustavo Capanema, o que se dá tanto por meio de cartas como de forma pessoal. Foram amigos muito próximos, desde os anos 1920 até o final de suas vidas, nos anos 1980. A partir do momento em que Capanema se torna Ministro da Educação e Saúde, essa relação passa a se traduzir mais fortemente em inúmeros contatos onde ambos tratam de questões como, por exemplo, nomeações de pessoas próximas de Alceu para cargos no meio educacional (...)<sup>372</sup>

As relações de amizade desenvolvidas entre Alceu e Capanema proporcionaram um grau de confiança entre os dois e foi de suma importância para a Igreja poder contar com um importante personagem político como Capanema.

Ministério da Educação e Saúde  
Gabinete do Ministro  
Rio de Janeiro, 24 de maio de 1944  
Meu caro Alceu.

---

<sup>372</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. **Aproximações e conversas**, op. cit., p. 163.

Tenho esperado em vão sua ida ao Ministério. Porque sua ausência? Eu confesso minha saudade, vontade de conversar sem outro objetivo que o da estar junto de você. Não vou a sua casa para não perturbar o seu tão rigoroso horário.

Preciso falar com você também. Telefonamos agora de noite em pura perda.

Os trabalhos da reforma do ensino superior de que no começo do ano você não pode participar pela ausência e afazeres, e que ficaram interrompidos, serão agora retomados. Somente agora é que vou dar início à redação do projeto da lei orgânica, e está por refazer o projeto, apenas esboçado no princípio do ano, de organização dos currículos. Tenho, pois, diante de mim uma dura e longa tarefa, que será mais penosa por andar eu doente. Desejo ouvir sua opinião sobre muitos pontos da matéria, mostrar-lhe os esboços enunciados, discutir com você muitas questões difíceis e controvertidas.<sup>373</sup>

A carta enviada por Capanema para Alceu em 1944, demonstra a importância das relações de amizade entre os dois. Neste ano Alceu já se encontrava em franca mudança das suas bases filosóficas, que tenderam a abandonar sua aproximação com o governo de Vargas. Alceu agia como um defensor das ideias de Leme e manteve, no período que compreende as análises da tese, como foco os objetivos do fortalecimento e reestruturação do catolicismo no Brasil.

(...) a relação dos intelectuais católicos com o Governo Vargas e, especialmente, de Alceu Amoroso Lima, ocorreu de forma diversa daquela que se deu com os intelectuais modernistas. Os católicos e Alceu Amoroso Lima atuaram como um grupo que *pressionou* o Governo em razão de *reivindicações próprias* aos interesses da Igreja Católica. Sua adesão ao governo se deu, *na maior parte das vezes*, mais por meio de apoio ideológico às suas políticas do que por uma ação como parte do governo. Alceu atuou assim por algum tempo, e foi nomeado em 1935 para o Conselho Federal de Educação, quando aderiu à política educacional do Governo, embora tenha permanecido sempre em defesa dos seus interesses próprios e dos da Igreja Católica.<sup>374</sup>

Essa proximidade entre Alceu e o varguismo nos anos 1930 se deve a sua articulação como líder do laicato e intelectual voltado para o pensamento conservador. Para o catolicismo o fato de Alceu estar presente em funções do governo representava um ganho para as relações entre a instituição e a política, principalmente no tocante a educação.

Mas Vargas sabia que Alceu tinha inclinação para o campo educacional e, certamente pensando no seu apoio e no da Igreja, o nomeou, em fins de 1937, reitor da Universidade do Distrito Federal. Alceu aceita o cargo mas, por discordância e alegando *independência*, demitiu-se no mesmo ano de 1938 e logo fundou o núcleo do que “seria a Universidade Católica do Rio de Janeiro”.<sup>375</sup>

<sup>373</sup> Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta Gustavo Capanema para Alceu Amoroso Lima datada de 24 de maio de 1944. 012\_06/0492.

<sup>374</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. **Aproximações e conversas**, op. cit., p. 166.

<sup>375</sup> *Ibidem*, p. 167.

As estratégias utilizadas por Vargas para cooptar as lideranças intelectuais brasileiras eram diversas. Seu governo funcionou como um catalizador dos principais pensadores do conservadorismo, sempre atuando com as barganhas que lançava as mãos, para fazer de seu governo algo atrativo aos que o rodeavam. Por outro lado, seus opositores eram duramente repreendidos e abafados do contexto social. Entretanto, Alceu representou uma face nova da intelectualidade pois se manter com uma certa autonomia com relação as políticas estabelecidas por Getúlio Vargas<sup>376</sup>.

Para além das inquietações de Alceu e dos objetivos do catolicismo no Brasil de a cada dia se fortalecer e restaurar uma posição social e política estável, haviam os anseios oriundos do Concílio Plenário Brasileiro, de 1939. A expectativa pós Concílio era de que o catolicismo conseguisse alcançar mais um objetivo, e de formar uma Universidade Católica.

Em 1940, D. Leme confia à Companhia de Jesus a direção pedagógica e administrativa da futura universidade. Nesse mesmo ano, a comissão organizadora das Faculdades Católicas, encabeçada por Alceu e Franca, inicia seus trabalhos fundando a Sociedade Civil mantenedora da universidade, desenvolvendo uma ampla campanha financeira para angariar fundos para a instalação dos cursos. Em outubro de 1940, o Conselho Nacional de Educação vota, por unanimidade, a autorização prévia de funcionamento às Faculdades Católicas (...)<sup>377</sup>

O Conselho Nacional de Educação não se opôs em nenhuma questão à formação da nova Universidade. Por parte do Governo Vargas, o que ocorreu foi a intenção de agilizar a liberação dos cursos para que o novo estabelecimento pudesse funcionar sem problemas. Em 1941 ocorreu a inauguração da Universidade Católica do Rio de Janeiro.<sup>378</sup> A instalação da instituição no Distrito Federal brasileiro, representou mais uma conquista do catolicismo frente ao seu processo de reestruturação. Também foi fruto da influência de Alceu Amoroso com Gustavo Capanema, e das relações estabelecidas entre Leme e Vargas. Também pesou o apelo estabelecido por parte do clero brasileiro como desdobramento do Concílio brasileiro.

As questões estabelecidas em Portugal com relação as demandas do catolicismo no período pós assinatura da Concordata também criaram expectativa por parte de Cerejeira para que as solicitações fossem atendidas. No que tange ao ensino, os católicos portugueses, assim como

---

<sup>376</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. **Aproximações e conversas**, loc. cit.

<sup>377</sup> SALEM, Tânia. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. In. SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasil: CNPQ, 1982, p. 130

<sup>378</sup> Ibidem, p. 184.

no Brasil, ansiavam por uma maior atuação e liberdade neste campo. Estando diante do Estado Novo e das novas perspectivas advindas da forma de governar Portugal por parte de António Salazar, o que se deparava com relação ao ensino português era:

(...) no “dispositivo cultural” do Estado Novo montado a partir de 1933 com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que ao nível da “política do espírito”, quer até da “educação nacional”, viria a ser atribuído um papel claramente periférico e subalterno ao saber académico e à cultura científica e universitária (...) Os peritos do saber académico vêm-se substituídos no tablado da propaganda pelos novos artistas, ideólogos e agitadores do SPN. A prática cultural das elites académicas, ainda que, ideologicamente, sobretudo no domínio da reconstrução do passado e das “grandes verdades históricas” legitimadores do Estado Novo, se mantenha como essência informadora e estruturante, distancia-se e obscurece sob o império da política-espectáculo que inspira.

Depois, porque toda a orientação ideológica para a escola primária e secundária aposta agora quer no “saber ler, escrever e contar”, para o ensino primário, quer, de uma forma geral, na crítica ao “saber enciclopedista” de inspiração republicana, no veicular dos saberes indispensáveis a que cada um se encontre e coloque numa hierarquia social cristalizada e intemporal, que na desvalorização do saber prático, do saber fazer, da racionalidade científica (...) Na “educação nacional”, a ciência, a técnica, a pluralidade dos saberes, são encaradas com desconfiança e suspeição. E a universidade, onde tal suspeição persiste, está completamente cortada, quanto ao seu papel, das tarefas de formação aos outros níveis.<sup>379</sup>

O que se observa foi uma desarticulação nacional das formas de ensino no país. Um receio que o académico Salazar não pretendia deixar a cargo dos acontecimentos naturais, fazendo ele mesmo um freio ao desenvolvimento intelectual. Na dúvida de se conseguir cooptar os intelectuais sob o comando do Estado Novo, Salazar optou por desarticular a promoção do conhecimento. Porém, com o passar dos anos e com as pressões sociais, Salazar trouxe mais para próximo de seu Governo o catolicismo, que espreitava uma oportunidade de se associar institucionalmente.

Entre o Estado Novo e a hierarquia católica não há, e nunca se manifesta nesses termos, um conflito de paradigma, de orientação ideológica, relativamente ao qual a Igreja opusesse um discurso alternativo. A apologia da «essência católica da Nação portuguesa», expressa constitucionalmente, após a revisão constitucional de 1935, no reconhecimento da religião católica como confissão nacional, fizera da Igreja uma participante essencial no processo de afirmação ideológica do regime, na sua legitimação religiosa e «providencial» e no concurso prestado aos seus aparelhos de inculcação. O que surge, a nível da «educação nacional», não é, nestes termos, um choque entre distintos projectos políticos ou modelos de sociedade, mas, sobretudo, um conflito de competências entre o Estado e a Igreja, com esta a negar àquele a possibilidade de se lhe

---

<sup>379</sup> ROSAS, Fernando. **O salazarismo e o homem novo**: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. Lisboa: Análise Social, vol. XXXV (157), fls. 1031 – 1054, 2001, p. 1040

substituir «na obra do ensino religioso e moral», privando-se «da cooperação eclesiástica».<sup>380</sup>

Com a relativa autonomia que o catolicismo foi conquistando dentro do Governo, mesmo a instituição sendo engendrada nos mecanismos estado novista, houveram mudanças na postura da instituição, que julgava merecer um papel mais ativo e de relevância dentro do salazarismo. Mesmo sendo privilegiado na revisão constitucional de 1935 e na reforma do ensino nacional de 1936, o que acrescentou certo caráter religioso ao ensino no país,<sup>381</sup> Cerejeira ainda cobrava uma postura mais ativa de Salazar para com o catolicismo. Em 1945, anos após a Concordata e das medidas adotadas pelo Estado Novo em relação a participação do catolicismo no Governo, Cerejeira escrevia a Salazar.

Lisboa, 26-V-945

António.

Queria escrever-te com mais vagar; mas a notícia dos jornais de hoje de que tens trabalhado com o Ministro da Educação leva-me a apressar estas letras e a abreviá-las. Suponho que estarás discutindo a nova reforma liceal, e queria chamar a tua atenção para o problema da formação espiritual (religiosa e moral) dos alunos. Trata-se da alma da nação, e, para mais, das almas dos estudantes. O que se fez no tempo do Carneiro Pacheco foi muito para a ocasião, mas é insuficiente e incompleto. Nessa altura esperava-se pela Concordata para completar e aperfeiçoar a obra. A ocasião chegou de o fazer, com a nova reforma. Apesar de todas as insuficiências, o ensino religioso tem feito um bem enorme. Procuram desacreditá-lo, e deve haver mesmo um plano secreto para o fazer em muitos Liceus e Escolas. Mas a prova melhor é o interesse que os alunos mostram, pedindo e frequentando aulas extraordinárias de Religião na maioria dos estabelecimentos de Lisboa. E ainda os Professores, alguns, não são o que deviam ser! Em Espanha, um professor da Universidade de Madrid atribuiu a tal ensino a mudança já verificada da mocidade. Mando-te junto a exposição que enviei ao Ministro. Ouvi alguns professores e pedagogos, nomeadamente o Dr. Oliveira Guimarães, que concorda inteiramente com ela. Não peço coisas impossíveis; peço apenas condições de eficácia para o ensino religioso. Procurarei colocar-me dentro do condicionalismo português, *hic et nunc*. E que se faça uma coisa séria do ensino mais essencial ministrado nos liceus.<sup>382</sup>

Cerejeira não via os interesses da sua instituição representados pelos vários esforços do Governo de Salazar. De acordo com o cardeal, a Igreja ainda exercia papel secundário nos destinos do país e viu na reforma dos liceus a oportunidade de solicitar mais poder aos católicos. Enquanto o Brasil já contava com uma Universidade Católica, Cerejeira ainda buscava maior atividade dos religiosos dentro do ensino de base. Para chamar a atenção de Salazar para as

<sup>380</sup> Idem, p. 1052.

<sup>381</sup> SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar**. Juiz de Fora – MG: Locus: revista de história, v. 18, n. 1, p. 89-110, 2012, p. 93

<sup>382</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 208.

reinvidicações que ele fazia em nome do catolicismo, Cerejeira utilizava uma forma de escrita peculiar, uma estratégia de ação que deixava implícito ao chefe do Governo a participação que a Igreja vinha exercendo, mesmo que de forma indireta, mudando os destinos da nação no âmbito espiritual.

Mas eu já tencionava escrever-te para te felicitar por veres coroada de êxito e do aplauso nacional a tua obra de defesa de Portugal, do flagelo da guerra. O facto de ser a nossa paz um favor do céu, predito aliás desde o começo da guerra, — não te tira nem diminui o mérito. Pelo contrário, faz de ti um eleito, quase um ungido de Deus. Foste tu, entre todos os portugueses, o escolhido para realizares o milagre. Deus deu-te a prudência, o poder e o génio para realizares uma das maiores obras de toda a nossa história. Bem sabes que Deus realiza os planos da sua Providência por intermédio dos homens que escolhe. Foste tu o escolhido! Preparou-te de tão longe, com que cuidados! Mas a obra que ele te destina ainda não está concluída. No ponto de vista da restauração cristã das nossas instituições, costumes, leis — falta ainda fazer muito. A Concordata pôs princípios, alguns dos quais esperam ainda pela realização. Perdoa-me que eu insista pelo descanso dominical e o problema dos dias santos, e por que se efective a instrução, educação e assistência religiosa... Tem-te dado Deus tanta protecção e glória, que certamente espera que tu reconduzas a Ele o país. Já fizeste tanto, é certo; mas Deus tem direito a tudo.<sup>383</sup>

Como católico e com sua trajetória ativa nos vários esforços que a instituição empreendeu frente ao início do republicanismo e do laicismo, Salazar teria uma “dívida divina” por toda a protecção que tanto ele como o país vinham recebendo. E a forma de retribuir todos os esforços “divinos” estaria no fato de reconhecer o catolicismo como sua religião e de Portugal. Cerejeira, buscando resolver questões ainda pendentes com relação a Concordata, fez de Salazar um escolhido, como que um representante divino na terra, com a obrigação de conduzir seu país a um outro plano, tendo a Igreja ao seu lado.

#### **5.4 - Portugal nos anos 1940, as relações Igreja e estado no pós concordata**

Os reflexos do Concílio Plenário Brasileiro tinham chegado a Portugal e inspirado Cerejeira. Em rascunho de uma conferência escrita pelo cardeal português, Cerejeira destaca um dos documentos produzidos pelo episcopado brasileiro, fruto do Concílio, como uma carta pastoral que traçava de forma ousada o caminho da consciência cristã no Brasil.<sup>384</sup> Cerejeira

<sup>383</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 208.

<sup>384</sup> Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Conferência. X/01/027

escrevia o que ele intitulou de “ordem nova”, estabelecendo diretrizes inspiradas nos escritos de Pio XII para ao combate ao ateísmo comunista.

Cerejeira estava colhendo os resultados do acordo assinado em 1940 por Portugal e a Santa Sé, que havia representado um alicerce político para Portugal nos anos 1940, e a segurança necessária para a Igreja com seus novos desafios nos anos de intensas transformações no cenário nacional e internacional que representam os anos 1940. Para ambos a assinatura do acordo, que teve sua escrita seguida de perto pelos principais interessadas, representava ganhos.

Entre os dois principais protagonistas portugueses das relações entre a Igreja e o Estado, o patriarca de Lisboa e o chefe do governo, Cerejeira e Salazar, não há dúvida de que houve um acordo de fundo quanto aos contornos essenciais dos acordos alcançados. Salazar falou de “um trunfo político” e de um “facto histórico incontestável”. Cerejeira afinou pelo mesmo diapasão.

(...)

Ambos afirmavam também a convicção de que a nação portuguesa estava marcada pela origem católica. O Estado, todavia, não tinha de ser católico, porque a religião de Cristo estabelecia como norma dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. A pacificação religiosa devia basear-se nessa máxima evangélica, nisso estavam de acordo o cardeal-patriarca de Lisboa e o presidente do Conselho. Ela seria o pilar da paz e da união nacional, tão necessária no mundo em guerra em que se vivia, e do cumprimento do velho sonho do nacionalismo português, laico e católico: a regeneração nacional e a restauração das velhas glórias de Portugal.<sup>385</sup>

Mesmo que o discurso fosse no tom de que Portugal ganhava enquanto país com o novo acordo, cada parte entendia que havia se beneficiado com o mesmo. A elaboração foi longa e custosa, o que criou alguns momentos de tensão e outros de pressa para que tudo estivesse concretizado em data que melhor visibilidade internacional tivesse. Salazar desejava expor suas articulações políticas durante o Duplo Centenário, com o intuito de tranquilizar os portugueses; por outro lado, Cerejeira via na parceria entre Portugal e Vaticano o respaldo para cobrar de Salazar uma postura mais católica.

Cerejeira insistia em que o acordo não custava “nada”, nem um “ceitil”, ao Estado. Não punha em causa a separação. Assegurava a colaboração das duas entidades na moralização da juventude e da sociedade em geral e na conversão religiosa e nacional dos povos colonizados (aqui com alguns custos para o Estado não assinalados, mas que não eram inteiramente novos...). Ou seja, o acordo servia a nação, nomeadamente pela formação dos jovens na egrégia religião “nacional” dos avoengos e pela recuperação e valorização do património missionário português, nacionalizando-o.<sup>386</sup>

---

<sup>385</sup> REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 185.

<sup>386</sup> REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**. Loc. Cit.

Cerejeira havia adotado o discurso dos benefícios que o catolicismo continuaria trazendo para Portugal, e o que ainda poderia fazer pelo país sem gerar custos para o governo. É possível que, no calor do momento, o chefe do clero português possa ter exagerado em suas colocações, sem calcular os problemas que elas poderiam gerar para a própria instituição. Em carta enviada para Salazar em 27-04-1940, Cerejeira agradece o comunicado feito pelo chefe do governo quanto à aprovação do documento concordatário:

Meu caro António,

Agradeço-te do coração o bilhete a comunicar-me a notícia de que se chegou ao fim nas negociações para a Concordata. *Deo Gratias!* Não podes imaginar a alegria que tive com isso. Desejei-a tanto que não foi sem comoção que a soube realizada. Desejei-a, e trabalhei e rezei por ela. É um documento que marcará uma época nova, como os que se contam por séculos. Bem hajas por ela. Eu agradeço-te e felicito-te por ela, como Patriarca, como português e como teu amigo. Deus te pagará. Nem Ele te pôs onde estás, com o poder e prestígio que tens, senão para que tu O servisses e à Sua Igreja, para O fazer reinar em Portugal! Não tenho a menor dúvida de que um dilúvio de graça e misericórdia cai sobre Portugal, e cairá enquanto nós formos fiéis a Deus. Já uma vez te disse aquela palavra que certa alma, que predisse o atentado contra ti, atribuía a Deus: «guardo- o e guardá-lo-ei, enquanto governar com justiça e verdade». Quando estiver contigo te direi mais sobre esta obra providencial de misericórdia predita e merecida desde 1917. Hoje e amanhã passam-se dois aniversários teus: o do homem público e o do particular. Escuso de te dizer que me não esquecerei de pedir que Deus te dê saúde, e te inspire, e te guarde, especialmente amanhã, quando levar nas minhas mãos, em triunfo, pelas ruas de Santarém, Nosso Senhor Sacramentado. Abraço-te afectuosamente, Manuel.<sup>387</sup>

Na carta enviada a Salazar é clara a percepção de que, com a assinatura do acordo, Salazar estaria assumindo uma dívida divina com Deus, e, assim, deveria retribuir essa bondade olhando para o catolicismo de forma mais harmoniosa. Recorrendo sempre ao caráter divino como ponto de apoio na trajetória de Salazar, Cerejeira evidencia a importância do papel desempenhado pela Igreja na formação política de Salazar.

A 18 de novembro de 1941, Cerejeira discursou ao clero em Lisboa sobre a situação da Igreja no regime da concordata. Seu discurso foi publicado posteriormente, e teve divulgação tanto na imprensa nacional quanto internacional.

É a primeira vez que vos reuni, depois da celebração da Concordata entre a Santa Sé e Portugal, em volta do Nosso trono episcopal. (...) Hoje limitar-nos-emos a dizer o que ela exige de nós.

Em primeiro lugar, ela condena o Clero a uma vida de gloriosa pobreza.

---

<sup>387</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 184.



Do antigo fundo da Igreja, resto das espoliações da Monarquia liberal, que constituíam o meio principal de sustentação do Clero, - nem um ceitel foi restituído! Esse fundo intacto vai sumir-se, como quantidade despicienda, no património da Nação.

Da propriedade eclesiástica, que as gerações piedosas amontoaram para residência do Clero, esplendor do culto e florescimento das obras cristãs, - só será restituída, de modo geral, aquela que o Estado não tem aplicado a serviços públicos.

Nem sequer serão restituídas à religiosa aplicação que lhes tinham destinados os fundadores, crentes alguns de que em benefícios de suas almas vigorariam “até ao fim do mundo”, as fundações pias. (...)

Portugal é o único país concordatário da Europa, em que o Clero, que exerce a mais alta função social, não recebe do Estado (salvo o que trabalha nas Missões do ultramar) qualquer subvenção. (...)

A sustentação do Clero será um pesado tributo novo que pesará sobre os fiéis. Vai ser problema sério para os Bispos, à medida que aumente o Clero, prover à sustentação dos sacerdotes, nas paróquias pobres que não possam, ou nas descristianizadas que não queiram, assegurar-lho. (...)

O regime actual, consagrado agora pela Santa Sé, tem a vantagem de aproximar mais o Clero do povo, ao mesmo tempo que o torna mais apostólico. O seu sustento, há-de-o ele grangear com o suor do seu trabalho evangélico. Não poderá mais colher o fruto sem cultivar a árvore. Terá de realizar à letra a palavra do divino Mestre: “procurai primeiro o reino de Deus, que o mais vos virá por acréscimo”.<sup>388</sup>

Cerejeira fez seu discurso informando ao clero o fim dos proventos que poderiam advir do estado, como as dificuldades em obter domínio em construções que pertenciam à Igreja antes do início da República. Suas explicações ao clero se deram mais de um ano após a promulgação da Concordata. Toda a manifestação que Cerejeira havia dispensado para demonstrar ao Estado os benefícios em assinar o acordo com a Santa Sé tornou-se frágil, visto que agora ficavam visíveis os possíveis problemas gerados pela assinatura.

Por outro lado, Salazar analisou a assinatura em um outro viés, o que beneficiava seu governo.

Salazar afirmava ainda, por sua vez, de forma juridicamente incorrecta mas politicamente hábil, que o acordo representava a sanção espiritual da Santa Sé por via do Acordo Missionário às possessões coloniais portuguesas apresentado como a coroação do Acto Colonial de 1930. Em certo sentido era-o, como a Concordata completava a tarefa iniciada com a Constituição de 1933 no sentido de federar as correntes nacionalistas e conservadoras em torno de Salazar. O que não quer dizer que fosse por isso que o Vaticano a assinara.<sup>389</sup>

Salazar utilizou com proveito próprio a assinatura da Concordata, mesmo que isso pudesse deixar o Vaticano em uma situação delicada, visto que a intenção não era, de forma

<sup>388</sup> CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Obras Pastorais** (1936-1943). Lisboa: União Gráfica. V. II. 1943, pág. 235-237.

<sup>389</sup> REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**, op. cit., p. 185-186.

alguma, legitimizar a política expansionista ainda empregada pelo governo. O governante também não pensou em diminuir as dificuldades criadas pelo Estado para que o catolicismo, em Portugal, pudesse reaver o que havia sido confiscado pelo governo no início da República, como pôde ser identificado com as questões levantadas por Cerejeira mais de um ano após a assinatura da Concordata.

E há ainda uma *nuance* importante entre Cerejeira e Salazar que merece ser sublinhada. Salazar considerava a separação de águas entre o político e o religioso (...) como algo definitivo e ideal: “assim pode ser, assim deve ser”. É certamente das formulações mais sintéticas e conseguidas da política religiosa de Salazar. Mesmo que não fosse inteiramente verdadeira – ele não deixou de tentar mobilizar o catolicismo para o apoio ao regime, embora tenha realmente combatido activamente qualquer tentativa de autonomização política dos católicos. Mas Cerejeira, sem contestar Salazar abertamente, insistia em que os aspectos essenciais para a actualização da relação entre a Igreja e o Estado – a independência dos dois poderes, a supressão do subsídio estatal ao culto, os direitos dos católicos não limitarem os das outras crenças – poderiam ser alcançados sem separação, num modelo de confessionalismo nacional reformado.<sup>390</sup>

Os dois pensavam as relações entre Igreja e Estado de formas distintas. Salazar apoiava uma separação radical entre as duas esferas de poder, sem deixar arestas que pudessem ser apontadas como pontos de convergências do Estado com o catolicismo. Entretanto, é claro que por vezes Salazar recorre a Cerejeira, solicitando seu aparato de mobilização, como ocorrido nos festejos de duplo centenário português dos anos 1940. Já para Cerejeira, o chefe de Estado demonstrar apoio a uma instituição religiosa não poderia ferir o princípio do Estado. O confessionalismo poderia ser adotado sem perdas para o Estado quanto à sua administração nacional.

Porém, em 1942, Cerejeira ainda se apresentava sujeito às decisões de Salazar. As relações ainda dependiam do interesse do chefe do Estado para que Cerejeira pudesse dar andamento. Esse aspecto é visto quando Cerejeira consulta Salazar sobre uma possível participação de membros do governo em uma cerimônia da Igreja

Lisboa 15-X-942

António

Só agora posso acusar o teu cartão e responder-lhe. Efectivamente já tinha o Núncio falado comigo sobre o discurso do Santo Padre. Está assente que seja o dia 31, encerramento do Ano Jubilar. Não creio que em Roma (se se entende: Santa Sé) se pense que o episcopado mostra desinteresse pelo discurso do Santo Padre. A Santa Sé tem lá a prova do contrário: pois em Maio o Núncio transmitiu o meu pedido de que o Santo

<sup>390</sup> REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**, op. cit., p. 186.

Padre se dignasse falar-nos no dia 13 do mesmo mês (o pedido foi transmitido telegraficamente), e foi-me respondido que tal não era possível em Maio, mas seria em Outubro por ocasião da festa do encerramento. Isto levou-nos a organizar nas Igrejas a comemoração final, e sobretudo as cerimónias que se celebrarão na Sé, com a presença do episcopado e espero também com a dos altos poderes do Estado. O Santo Padre (creio eu) não falaria sem que o País desse mostras de apreciar a Sua Palavra, e sem um acto solene que a justificasse. Conto que o Estado será o primeiro a mostrá-lo, associando-se a comemoração final. O que se pensa fazer na Sé é o seguinte: de manhã Pontifical soleníssimo, segundo o rito joanino; de tarde, Te Deum de encerramento. É para o acto da tarde que eu penso convidar o Chefe de Estado, o Governo e as altas autoridades, pois suponho que será o mais indicado e o mais cómodo. Vou ver se organizo o programa e mando-te para que vejas e indiques o que tiveres por melhor, a fim de ser definitivamente fixado.

Teu am.o do C.

+ Manuel<sup>391</sup>

O que se analisa é uma certa insegurança por parte de Cerejeira para organizar um evento de relevância com a finalidade de justificar o discurso do papa. A presença do representante do Estado daria, de alguma forma, mais credibilidade aos atos do clero português. A problemática para Cerejeira não se encerra em uma só correspondência, pois há uma segunda carta onde o cardeal expõem o programa elaboração para o evento:

António

Tinha pensado no seguinte Programa:

De manhã — Missa Pontifical. Esta parte não te interessa, pois só para a da tarde pensava convidar o Chefe de Estado, o Governo e as altas autoridades. Tanto de manhã como de tarde, as cerimónias serão dentro da Catedral.

De tarde — Te Deum. Organizar-se-ia assim:

1. Cortejo, recepção do Chefe de Estado, obediência — 30 m
2. Alocução — 20 m
3. Exposição — 5 m
4. Consagração, Magnificat — 10 m
5. Te Deum — 20 m
6. Tantum ergo e Bênção — 5 min

A função não deve levar mais de hora e meia. Como o Santo Padre fala de tarde, pensava em organizar o horário de forma que a alocução fosse a audição do seu discurso. Ele deve falar por volta das 5-6 horas. Claro que se ajustaria rigorosamente o programa à hora precisa do discurso papal. A Emissora radiodifundi-lo-ia na Sé. E nesta hipótese ninguém mais falaria, seria só o Santo Padre. Mas antes de assentar em nada e dar os passos necessários junto do Santo Padre, precisaria de saber se tu vês inconveniente nisto. Logo que tenha a tua resposta, mandarei alguém em meu nome convidar o Chefe de Estado: creio que dá audiência na 4.a feira; deveria amanhã pedir a audiência. No caso de não haver inconveniente, qual a hora melhor para o Santo Padre falar? Creio que não será difícil obter uma aproximação da hora mais conveniente, se for necessário. E quanto ao Governo, basta convidar-te a ti como seu chefe? E neste caso, poderias oportunamente dizer quantos membros do Governo irão, por causa das cadeiras?

Teu + Manuel<sup>392</sup>

<sup>391</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 189.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 190-191.

O cardeal português estava deliberadamente sob o jugo das escolhas de Salazar. Até mesmo a possibilidade de alteração da exposição radiofônica do papa estava à mercê das disponibilidades e conveniências do chefe do governo português. Destas tratativas ocorridas em 1942, o que se analisa é uma dependência por parte de Cerejeira da aprovação e, até mesmo, da presença física de Salazar. A aproximação pretendida por Cerejeira com a assinatura da Concordata, e até mesmo uma reparação por parte do Estado aos possíveis danos deixados pelo republicanismo, não ocorreram como esperado, deixando a instituição com recurso limitados, dependendo do interesse dos seus fiéis em contribuir com os óbolos necessários para o sustento da Igreja.

### **5.5 - Portugal às vésperas da Segunda Guerra Mundial: a mensagem de natal de Cerejeira e a neutralidade de Portugal**

Assim como no Brasil, Cerejeira, em Portugal, não poderia criticar abertamente o totalitarismo fascista de algumas nações europeias, visto que teria que incluir nos seus discursos inflamados o próprio caso português, e assim correr o risco de criar problemas com Salazar. Por outro lado, como representante do catolicismo em Portugal, Cerejeira não poderia sinalizar que nada estava ocorrendo, insinuando, assim, que a Europa estava na mais perfeita ordem. Neste contexto, Cerejeira proferiu discurso na Emissora Nacional, estabelecendo sua posição diante dos últimos acontecimentos. Intitulado “Este Natal da Guerra...” Cerejeira perpassa por vários aspectos do conflito militar sem expor uma posição clara, divulgando mais superficialmente as possíveis consequências das escolhas feitas por alguns chefes de nações de aniquilar o cristianismo. Entretanto, caminhando para o final de sua fala, Cerejeira expõe certa visão sobre a Guerra:

O egoísmo colectivo  
(...)

O nacionalismo exaltado, pagão, arvora como evangelho novo o velho “egoísmo sagrado da pátria”, ameaçador do direito das outras pátrias; tendo como princípio absoluto o seu próprio interesse, nega os deveres de cooperação com as outras nações, desde que não sirvam; prega o valor moral da guerra como escola de energia e de virtudes heroicas, sem cuidar no contingente de injustiças e dores e ruínas que espalha.

O marxismo socialista e comunista vê na luta das classes a condição do progresso humano; anuncia um paraíso ilusório, que se conquista por caminhos de ódio e sangue;

ateia o facho incendiário à sociedade actual, julgando aluminar a aurora do mundo novo; canta a ária da liberdade do homem, reduzindo-o à escravidão e à morte.

O capitalismo anónimo, internacional, despreza a natureza moral do homem, ignora as exigências da justiça social, absorve e concentra em proveito de poucos os bens da terra dados para utilidade de todos, produz a opulência escandalosa ao lado da miséria imerecida.

O racismo, elevado a doutrina filosófica-política, funda sobre a desigualdade das raças o novo direito natural (dirá mesmo divino) do domínio de uma sobre as outras; referá até o conceito judaico de raça eleita, transportando-o para a que definir como a mais bem-dotada; a moral e o direito não serão mais expressão de uma ordem absoluta que está inscrita na natureza das coisas.

A democracia laica, com afirmar o seu respeito pelos direitos do homem, de facto oprime-os com a imposição de uma concepção ateia da vida (pois é praticamente ateia a concepção que se não funda sobre Deus). Por ser exercida em nome de muitos, não é menos totalitário o conceito de Estado, visto que não reconhece limites do seu poder e autoridade, tendendo à absorção total da pessoa humana. O totalitarismo não está propriamente na forma exterior de regime político, mas no princípio de filosofia moral e político-social que o informa.<sup>393</sup>

Cerejeira estabeleceu em suas palavras os pontos de ataque do catolicismo às causas da guerra. Enxergava o nacionalismo, o marxismo, o capitalismo liberal, o racismo e o laicismo como as principais causas que levaram os países a entrarem em guerra. Porém em momento algum faz alusão ao seu país, onde Salazar governava com total domínio da política, reprimindo duramente seus adversários. A 3 de setembro de 1939 Salazar havia pronunciado uma declaração de neutralidade do país em faces da Guerra.<sup>394</sup> Além de se manter neutro dos conflitos da guerra,

Em 1940, Salazar parecia ter o país a seus pés. Além de presidente do Conselho de Ministros, era ministro das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A oposição estava desmantelada. A Exposição do Mundo Português, apresentada como a “maior exposição” alguma vez feita em Portugal, com uma área de 560000m<sup>2</sup>, registrou três milhões de visitantes entre julho e dezembro de 1940.<sup>395</sup>

Os festejos do duplo centenário renderam ao governo de Salazar um revigoreamento necessário para o período. O ano de 1940 simbolizou a confluência de expectativas de vários setores com o Estado Novo. Além do duplo centenário, a realização da assinatura da Concordata representou a conquista que o catolicismo almejava há anos, embora não tenham ocorrido as conquistas projetadas pela instituição. Portugal demonstrava, de alguma forma, não estar dando

<sup>393</sup> CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Obras Pastorais**, op. cit., p. 220-221.

<sup>394</sup> RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**, op. cit., P. 662

<sup>395</sup> RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**, loc. cit.

atenção para a guerra, que já mostrava seus sinais, e isto pode ser observado através da alegação de Vargas para não partir em viagem para Portugal, no intuito de compor os festejos centenários, tendo como principal justificativa o avançar dos conflitos na Europa.

E, em 1940, em pleno período de celebração do chamado Duplo Centenário e já depois de assinada a Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé (7 de Maio), o Governo português acordava e divulgava com o Governo espanhol, a 12 de Junho, uma declaração conjunta de não-envolvimento na guerra em curso, afirmando o primeiro a “estrita neutralidade” e o segundo a “não beligerância”. Do compromisso declarado pelos dois regimes no sentido de evitar um envolvimento directo na II Guerra Mundial, derivou ainda a assinatura, no dia 29 de junho de 1940, de um Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão ou Pacto Ibérico, vigente desde março de 1939.<sup>396</sup>

É fato que a questão da neutralidade exercida por Portugal diante dos conflitos da guerra não foi tão simples assim. O país por vezes se encontrou em situação de impasse, principalmente em relação às suas ilhas e aos seus domínios em outros continentes. Entretanto, buscando interagir constantemente com Salazar, Cerejeira escreve ao chefe do governo, felicitando sobre um tratado estabelecido entre Portugal e Inglaterra referente a questões relacionadas à guerra.

Não quero deixar de te felicitar pelo êxito do acordo com a Inglaterra sobre a cedência de bases nos Açores. É acto de tal transcendência política, que bem se pode dizer que por virtude dele, em circunstâncias tão difíceis, salvaste Portugal e o Império. Tens sido o mimalho da Providência. Deus tem estado contigo nos actos mais decisivos da tua actuação política. E agora é o próprio Churchill a defender e a aplaudir, no Parlamento inglês, a atitude de Portugal! Mas peço-te que te não esqueças do que deves a Deus e à Igreja. Foste tu o escolhido, entre muitos milhões de portugueses, para seres o operário do milagre da restauração cristã e nacional de Portugal, que Nossa Senhora de Fátima nos obteve. Não deixes, tu, de procurar, em tudo e acima de tudo, a glória de Deus — que Deus se ocupará (como tem feito até agora) da tua.

[...]

Mas tu, que tens feito coisas que pareciam impossíveis, saberás preparar a aceitação de medidas que Deus e a Igreja esperam de ti. E a nação também, acrescento.<sup>397</sup>

Sobre a relativa relação que Portugal manteve com a Inglaterra durante os conflitos, Salazar foi interceptado por seu representante junto ao Vaticano já no início dos anos 1940, a pedido do próprio papa Pio XII, para que o chefe do governo português interagisse junto ao governo britânico, a fim de que o Vaticano fosse poupado dos bombardeios que a Inglaterra vinha realizando em algumas cidades italianas. “Pio XII atribuía grande importância a evitar danos da guerra em Roma, que via como uma cidade sagrada no seu todo e pela qual era

<sup>396</sup> FONTES, Paulo Fernando de Oliveira. **Elites católicas em Portugal**, op. cit., p. 35-36.

<sup>397</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 193

responsável, como seu bispo. O seu empenho na intervenção de Salazar neste caso mostra que acreditava na influência portuguesa junto de Londres.”<sup>398</sup> Salazar, de forma bom neutra, realizou o pedido do papa, entretanto, deixou a cargo do governo inglês as suas decisões, apontando que Portugal entenderia caso os ingleses não poupassem o Vaticano.

Não se pense, no entanto, que Salazar, que sempre prezou uma imagem de homem de Estado com independência de juízo e acção em relação à sua fé, fosse inteiramente insensível a questões de devoção religiosa. Mesmo neste período tão conturbado, em que a ponderação e a prudência lhe pareciam especialmente importantes, é interessante verificar que a sua devoção por Santa Teresa de Lisieux (...) o levou a enviar um despacho para Londres no sentido de obter garantias britânicas quanto à segurança do santuário e convento de Lisieux (...). Esta invulgar rapidez parece dever-se a que este caso, como ele mesmo enfatiza, era assunto “puramente religioso”. O que também fica claro, por contraste, é que a salvaguarda de Roma não era para Salazar, ainda que, evidentemente, nunca o diga à Santa Sé, um caso puramente religioso.<sup>399</sup>

O caso do convento de Lisieux demonstra as prioridades que Salazar dava para manter suas relações diplomáticas durante a Segunda Guerra. Quando o papa, o mesmo que havia assinado a Concordata, esperava algum suporte do governo do católico Salazar, ponderou os prós e contras em intermediar as relações entre os dois Estados. E a visão de Salazar era objetiva: a Santa Sé e o Estado do Vaticano não representavam somente uma questão religiosa, embora abrigasse a sede do catolicismo e o seu representante principal.

Cerejeira busca em todos os momentos demonstrar a Salazar a importância do papel da Igreja na estabilidade do governo português. A cada correspondência trocada com Salazar, o cardeal ressalta a necessidade de se retribuir os possíveis benefícios divinos que o chefe do Estado acumulou pelo intermédio do catolicismo em Portugal. A personificação de Salazar como um enviado de Deus para salvar Portugal de um possível desmantelamento, diante do que poderia ocorrer se o país fosse colocado dentro dos espaços de guerra, permeia os discursos de Cerejeira. Em paralelo à santificação de Salazar sempre vêm os aspectos de herança em auxílio ao catolicismo do país.

Para além das questões da neutralidade portuguesa e dos acordos estabelecidos, havia o caráter místico do evento. As questões apresentadas pelas aparições em Fátima, no início da República, ainda eram presentes, e traziam novas informações quanto a atuação de Salazar no comando do país.

---

<sup>398</sup> REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**, op. cit., p. 122.

<sup>399</sup> *Ibidem*, 125

No plano interno, à afirmação política de um país “poupado à guerra” veio, de forma alargada, a afirmar-se a imagética de um “Portugal salvo da guerra”, por intervenção divina e intercessão da Virgem de Fátima, cujas aparições eram oficialmente reconhecidas desde 1930, e objeto de culto nacional e internacional, sobretudo depois da cerimónia de consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria, feita pelo papa Pio XII em 1942, como meio de conseguir a paz para o mundo.<sup>400</sup>

A neutralidade de Portugal à guerra estava imbuída de religiosidade. Os destinos do país estavam sob os pés de Fátima, e, terminado o conflito mundial, Salazar deveria, simbolicamente, agradecer os esforços do catolicismo pelo ato de bondade divina em ter protegido seu país. No entanto, o que Salazar viu com o final da guerra foi uma mobilização social e política, com expectativas de que Portugal pudesse dar uma guinada para o regime democrático. Articulado rapidamente as forças policiais, o líder do Estado Novo silenciou os grupos que buscavam por mudanças institucionais na força de governo aplicada por Salazar. Entretanto a Igreja não deixa de envolver em misticismo a figura de Salazar e sua atuação como chefe do governo. Cerejeira, no final de 1945, fez seu papel de chefe do episcopado português, e enviou uma carta para Salazar revestida de fatos sobrenaturais que só o próprio eclesiástico poderia ajudar a compreender.

Lisboa, 13-XI-45

António.

Nesta hora de tantas preocupações, desgostos e talvez dúvidas para ti, envio-te este trecho de uma carta da Irmã Lúcia, a vidente de Fátima, que acabo de receber. Deve levar-te muita consolação e confiança. E se tu as lesses todas, mais consolado e confiado ficarias ainda. Escuso de dizer que isto que ela diz, o não diz dela mesma, mas por indicação divina (segundo ela deixa entender). Tenho pressa em to fazer chegar às mãos.

Abraça-te afectuosamente

o teu ex-C.

Manuel

De uma carta da Lúcia, datada de Tuy, 7-11-1945

“... o Salazar é a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria, ... a ele é que será concedida a luz e a graça para conduzir o nosso povo pelos caminhos da paz e da prosperidade.

É preciso fazer compreender ao povo que as privações e sofrimentos dos últimos anos não foram feito de falta alguma de Salazar, mas sim provas que Deus nos enviou pelos nossos pecados. Já o bom Deus ao prometer a graça da paz à nossa nação nos anunciou vários sofrimentos, pela razão de que nós éramos também culpados. E na verdade bem pouco nos pediu, se olhamos para as tribulações e angústias dos outros povos.

---

<sup>400</sup> FONTES, Paulo Fernando de Oliveira. **Elites católicas em Portugal**, op. cit., p. 38.



Depois é preciso dizer a Salazar que os víveres necessários ao sustento do povo não devem continuar a apodrecer nos celeiros, mas serem-lhe distribuídos.”<sup>401</sup>

É inegável a grandeza dispensada, supostamente, por Irmã Lúcia, a única vidente ainda viva, para a atividade política que Salazar vinha exercendo frente ao governo português. Designado de “escolhido de Deus para continuar a governar Portugal”, eleva a figura de Salazar a um novo nível. A mensagem também isenta Salazar de qualquer problema governamental quanto às dificuldades da população decorrentes da guerra. O governante seria um enviado de Deus, e, como tal, deveria guiar seu país rumo à redenção. No limiar da carta, o que resta é uma forte dependência de Salazar com relação ao catolicismo, principal agente moderador entre as causas divinas e terrestre.

O fator que gera surpresa quanto à investigação da suposta carta da Irmã Lúcia para Salazar é compreender que essa carta não era endereçada ao chefe da nação, tampouco ao Cardeal Cerejeira; ela era endereçada ao bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, e dava conta sobre seu sentimento e suas visões sobre as eleições de 1945<sup>402</sup>.

Com o final da Segunda Guerra, Portugal irá traçar novos rumos no que diz respeito à sua política e à permanência de Salazar no poder. Também a Igreja estará sob nova perspectiva no pós-guerra, com novas arenas de atuação.

O cardeal Cerejeira prepara, desde 1942, o pós-segunda guerra mundial. O seu prestígio caminha para o apogeu. Num panorama europeu dominado pelos totalitarismos aparece como um homem tolerante. Mantinha-se a imagem que, anos antes, no momento da institucionalização do «Estado Novo», a 17 de Maio de 1933, levava uma comissão de senhoras das famílias de presos a pedir-lhe uma intercessão a favor de um indulto em 28 de Maio (o patriarca prometeu-lhes, publicamente, que o transmitiria a Carmona). Em 1937, senhoras de família dos oficiais atingidos pela reforma do exército pedem-lhe para interceder junto de Salazar, o que fará. Perfaz 57 anos em 1945. Neste ano começa a ser publicada a sua «biografia monumental», da autoria de Moreira das Neves, outro minhoto, padre e poeta. Cerejeira obteve «não só o respeito de todos os católicos, mas o consenso unânime de todos os portugueses», salienta, pouco exagerando, a insuspeita Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira na biografia daquele seu colaborador (vol. VI, publicado por esta altura). A campanha eleitoral de Outubro de 1945 marca o começo da alteração da imagem de Cerejeira. De princípio não intervém. Surgem os

---

<sup>401</sup> CARVALHO, Rita Almeida (org.). **António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**, op. cit., p. 215-217.

<sup>402</sup> BARRETO, José. **Salazar, o escolhido por Deus**: Uma carta da Irmã Lúcia sobre as eleições portuguesas de 1945. Disponível em: [https://www.academia.edu/31613942/Salazar\\_o\\_escolhido\\_por\\_Deus\\_Uma\\_carta\\_da\\_Irm%C3%A3\\_L%C3%BAcia\\_sobre\\_as\\_elei%C3%A7%C3%B5es\\_portuguesas\\_de\\_1945](https://www.academia.edu/31613942/Salazar_o_escolhido_por_Deus_Uma_carta_da_Irm%C3%A3_L%C3%BAcia_sobre_as_elei%C3%A7%C3%B5es_portuguesas_de_1945). Acessado em: 18-07-2018.

primeiros ataques públicos contra ele. Tomam por tema as suas relações com o «Estado Novo».<sup>403</sup>

Mesmo Cerejeira não sendo um crítico do Estado Novo, nem se tornando um, manter relações com o governo Salazar diante do processo de queda dos principais líderes do fascismo não foi uma opção. Cerejeira começa a mudar seu discurso sobre os novos desafios impostos pelo pós-guerra. Nesse sentido, o ponto final das análises sobre a trajetória de relações entre o religioso e o governo trazem em seu cerne uma mudança de postura do cardeal, principalmente de caráter político.

\*\*\*\*\*

Fechando o quinto capítulo, o objetivo foi desenvolver um panorama das relações entre os cardeais e os representantes do Estado Novo, em seus respectivos países, diante dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. No Brasil foram iniciadas as análises com o desenvolvimento do Concílio Plenário Brasileiro, evento de grande relevância nacional, que contou com a figura de Leme como legado papal. Esse foi, possivelmente, o maior ato público organizado por Leme durante sua permanência enquanto cardeal brasileiro. Também foi analisado os desdobramentos do evento que resultou no convite de Vargas para que a elite eclesial tomasse parte em uma recepção organizada pelo chefe do governo, estreitando ainda mais os laços com o catolicismo. Seguindo as investigações, a morte de Leme em 1942 também foi um fato desenvolvido no capítulo, e seus desdobramentos foram levantados a fim de ter base analítica para entender os motivos e as consequências para o catolicismo do Brasil na nomeação de Dom Câmara em 1946. Outro aspecto foi a reaproximação entre o clero brasileiro e as atividades do exército, durante a Segunda Guerra.

No que tange a Portugal, as análises foram desenvolvidas sobre os desdobramentos da assinatura da Concordata para as relações entre Igreja e Estado. Também alguns pontos referentes aos resultados dos festejos do duplo centenário português. Outro aspecto foi balizado nas relações de Portugal durante o desenrolar dos conflitos da Segunda Guerra Mundial na Europa. Assumidamente neutro, Portugal assinou acordo com a Inglaterra para se proteger de invasões,

---

<sup>403</sup> MATOS, Luís Salgado de. **Cardeal Cerejeira**: universitário, militante, místico. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, 803-837, p. 816. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872937009xXT4ia7Eeq78Yg9.pdf>. Acesso em: 20-07-2018.

além de ter que assumir certo papel diplomático, a pedido do papa Pio XII, para que o Vaticano não fosse bombardeado. O caráter messiânico adotado por Cerejeira, para designar as ações de Salazar à frente do Estado português, foi visto pela perspectiva de cartas trocadas entre o religioso e o político. O capítulo encerra o desenvolvimento da tese em 1945.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a trajetória de atuação dos cardeais Manuel Cerejeira e Sebastião Leme, foi possível identificar algumas questões que surgiam como pouco claras ou mesmo necessitando outras perspectivas de análises.

Ainda no período de formação, Leme estabeleceu uma rede no seminário onde viveu que o possibilitou realizar parte de seus estudos na Europa. A aproximação com sobrinho do reitor, o futuro cardeal Arcoverde, sem dúvida representou a indicação do jovem Leme para os estudos no exterior. De retorno ao Brasil, Leme foi exercer sua pastoral justamente próximo de Arcoverde.

Em Portugal, a solicitação para que Cerejeira se fizesse presente na Universidade de Coimbra, criou também suas redes que foram essenciais para sua atuação nos anos 1930 e 1940. Sua extensa vida acadêmica e as redes criadas durante sua permanência em Coimbra, geraram benefícios, mas também dificuldades ao religioso. Benefícios por ter a possibilidade de diálogo direto com os membros do governo, principalmente por intermédio de Salazar. As dificuldades advinham da postura pouco aberta de Salazar na concessão de benefícios ao catolicismo. Se partirmos do pressuposto de que a aproximação entre Estado e Igreja em Portugal no Estado Novo se deu somente pelas questões da antiga amizade entre Salazar e Cerejeira, cairemos no erro de simplificar o próprio papel de reestruturação do catolicismo realizado por várias frentes. E voltando as análises para o Brasil, o catolicismo conseguiu se aproximar de forma efetiva do Estado Novo sem suas lideranças terem um passado próximo.

O que indica um fato que estimulou a aproximação entre Estado e Igreja tem referência com a organização conquistada por parte da instituição e a representatividade popular que ela recuperou nos anos 1930. O catolicismo trazia consigo todo seu aparato institucional, com representação nos mais longínquos pedaços do território. Com uma hierarquia interna rígida, a instituição viu a figura do papa ganhar mais força, com países como Portugal buscando reestabelecer relações diplomáticas.

Esta estruturação nacional do catolicismo e mesmo o vínculo mais ativo frente a pessoa do papa, como representante único da Igreja não foi conquistada rapidamente, nem tão pouco sem grandes esforços por parte de todos os membros do clero. O catolicismo buscou reorientar seus fiéis e as suas bases, fortalecendo suas lideranças do laicato.

Neste sentido, podemos indicar sua própria sobrevivência no republicanismo. Para muitos políticos a instauração da República e do laicismo poderiam colocar em xeque o catolicismo enquanto instituição, pois haviam correntes que o identificavam como um sistema religioso feito para ser aplicado em regimes autoritários algo que não sobreviveria aos sistemas democráticos, nem mesmo a concorrência com outras denominações religiosas. Como o catolicismo sobreviveu ao Estado laico? As análises aponto para sua reestruturação hierárquica e para um novo olhar dedicado a figura do papa enquanto líder supremo.

Os mecanismos desenvolvidos pela instituição nos dois países sinalizam para o grau de autonomia que recebiam diante do Estado. Portugal contou com o Centro Católico Português, um sistema político que muito contribuiu para uma presença mais ativa da instituição na formulação das leis. Porém, quando Salazar chegou ao poder, destituiu o Centro, criando ele mesmo mecanismos de assistência. Salazar não deu a liberdade que a Igreja projetou que conseguiria com a ascensão do católico ao poder no período analisado. Cerejeira passou longos anos tentando chamar a atenção do amigo de que ele era um representante dos católicos e com isso deveria privilegiar a instituição que o colocou no poder. Cerejeira chegou ao ponto de elevar Salazar ao posto de escolhido de Deus, para sinalizar ao político um compromisso com as causas católicas. Durante o Estado Novo a Igreja conquistou certa posição como religião do povo português, mas tudo isso a duras negociações, como ocorrida durante a produção do documento que deu origem a Concordata.

No Brasil, Leme teve a possibilidade de contar com uma pessoa extremamente influente na esfera político, Alceu Amoroso Lima. Alceu foi o porta voz das diretrizes estabelecidas por Leme. Com isso, assumiu vários postos estratégicos do laicato, mas também sofreu sozinho com a destituição do integralismo. Leme foi um articulador que escrevia pouco e falava pouco também, entretanto agiu nos bastidores com a atuação de Alceu. Sua atuação direta nas negociações para a saída de Washington Luís da presidência para dar lugar ao Governo provisório, lhe renderam uma aproximação eficaz com Vargas.

Diante do governo, o catolicismo conseguiu se reorganizar e estabelecer mecanismos importantes para sua fixação no cenário nacional. O Centro Dom Vital, que aglutinava parcela da elite intelectual, a revista A Ordem, principal órgão propagador das diretrizes da instituição e a Liga Eleitoral Católica. A LEC foi o grande diferencial do catolicismo no Brasil para o português pois possibilitou o ingresso direto da elite eclesiástica nos domínios políticos. A LEC influenciou

na constituinte brasileira e viu parte de suas demandas atendidas na Constituição de 1934. A Liga também foi utilizada como ferramenta de troca, quando o catolicismo pressupunha ver atendidas suas necessidades não hesitava em disponibilizar seu aparelho político em prol de algum projeto do governo.

A tese possibilitou estabelecer com base no transnacionalismo as relações de poder exercidas entre Estado e catolicismo além de permitir identificar as diferentes estratégias utilizadas, por parte da Igreja, para se manter atuante nos dois países. Obedientes a figura central do papa, os líderes do catolicismo em Portugal e no Brasil, buscaram romper os limites estabelecidos pelo Estado para rearticular suas instituições e conseguiram um papel estável junto as esferas política e social.

Os arquivos pesquisados possibilitaram ampliar as discussões sobre as articulações desenvolvidas pelos dois prelados. No Brasil, Leme, enquanto cardeal, contou com o auxílio de leigos na articulação e reorganização do laicato. O mesmo não é visto no mesmo período em Portugal, onde mesmo a Ação Católica era gerida por padres. A Liga Eleitoral Católica também não há agrupamentos similares em Portugal. Essas questões não podem ser vistas como um benefício ou um empecilho maior para o Brasil, entretanto mostram certo grau de autonomia dos cardeais em se organizarem em seus países, ou mesmo impedimentos impostos pelo próprio Estado.

A Santa Sé desejava que as organizações católicas desfrutassem de autonomia e prestígio nos países onde atuava. Não era objetivo do governo central católico criar atritos com os chefes políticos. Para tanto, haviam consultas prévias para a escolha de cargos estratégicos da instituição. Era uma forma de se manter atuante no país. Por outro lado, o governo central católico se mantinha presente do clero com os documentos que lançavam para orientar seus religiosos e os fiéis de modo geral. Para a elaboração da tese, foi preciso trazer esse fator para as investigações, analisar os cardeais enquanto agentes ligados à Santa Sé e a figura do papa.

As relações estabelecidas com movimentos de direita, em especial o integralismo mostrou o grau de aproximação que os católicos estavam dispostos a ter para um possível fortalecimento político. Sempre de forma indireta, os católicos aproveitaram da aproximação de ideias com correntes conservadoras e autoritárias e pulverizaram suas ideias, porém, quando vislumbravam qualquer impasse possível entre esses movimentos e o governo, buscavam se isentar e manter sua aproximação dos os políticos constituídos.

Em conformidade com a Santa Sé, tanto Portugal quanto o Brasil organizaram a Ação Católica. O movimento foi um mecanismo de aglutinar as várias frentes que atuavam nos países afim de padronizar suas frentes de trabalho. Respondem ao poder central católico, a Ação criou vários mecanismos de atuação como jornais, revistas, movimentos ligados aos estudantes, universitários, as questões políticas, a uma grande esfera de atuação de buscou orbitar a vida dos seus fiéis e criar mecanismos de atuação nos países.

Mesmo criando delimitações, como as estabelecidas nesta tese, é possível verificar que os mecanismos estabelecidos pelo catolicismo enquanto instituição, no Brasil e em Portugal, ou em qualquer outro país onde há sua presença, são inúmeros e contemplam as várias esferas sociais e políticas. Com isso, o que se buscou nesta tese foi, com a atuação de dois cardeais no período de 1930-1945, investigar a atuação dos cardeais enquanto autoridades religiosas frente aos governos constituídos e os mecanismos criados ou o apoio a grupos formados, mesmo de forma indireta, para se manter presente e ativo do republicanismo. As relações entre Vargas e Salazar, as trocas estabelecidas pelos dois “Estado Novo”, visto suas peculiaridades, foram além do viés de apoio religioso. Porém, os prelados contribuíram para a intensificação destas relações como agentes religiosos e políticos, buscando benefícios para sua instituição e abrindo caminho para a manutenção do catolicismo em seus países.

A tese encerra com as novas perspectivas advindas do fim da Segunda Guerra Mundial. Para o Brasil, o fim da ausência do cardeal com a nomeação de novos prelados em 1946. Em Portugal, os novos desafios impostos a política do Estado Novo de Salazar e aos católicos ainda liderados por Cerejeira. O objetivo foi demonstrar com base na atuação de dois cardeais e em países distintos, as articulações do catolicismo para fomentar fiéis e fortalecer suas fileiras, com o objetivo de se reorganizar tanto no Brasil quanto em Portugal frente as questões políticas estabelecidas com o processo de separação entre Igreja e Estado. No desenvolvimento de suas trajetórias, os cardeais criaram mecanismos de preservação, fazendo do catolicismo uma instituição presente no Brasil e em Portugal até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maurício de. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 393-415, jan.-jun. 2014.

AQUINO, Maurício de. A implantação da República e a Igreja Católica no Brasil e em Portugal: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921). **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH**, ano IV, n. 10, maio 2011.

ARAÚJO, António de; CARVALHO, Rita Almeida de. A voz dos sinos: O “Diário” de Mário de Figueira sobre a crise política de 1929. Estudos – Revista do Centro Académico de Democracia Cristã. Nova Série N° 5, Coimbra, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/alexandre%20oliveira/Desktop/ICS\\_RACarvalho\\_Voz\\_ARN%20crise%20dos%20sinos.pdf](file:///C:/Users/alexandre%20oliveira/Desktop/ICS_RACarvalho_Voz_ARN%20crise%20dos%20sinos.pdf) Acessado em: 14-07-2018.

AZEVEDO, Thales. **O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**. Salvador: Edufba, 2002.

AZZI, Riolando. Dom Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do advento da República em 1889. **Síntese**, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 45-69, 1976.

AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

AZZI, Riolando. Dom Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do advento da República em 1889. **Síntese**, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 45-69, 1976.

BALDIN, Marco Antonio. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 159 f. (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2014.

BALEIRO, Aliomar. **Constituições Brasileiras 1891**. Vol. II, 3ª ed. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio (Orgs.). **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

BARRETO, José. **Salazar, o escolhido por Deus**: Uma carta da Irmã Lúcia sobre as eleições portuguesas de 1945. Disponível em: [https://www.academia.edu/31613942/Salazar\\_o\\_escolhido\\_por\\_Deus\\_Uma\\_carta\\_da\\_Irm%C3%A3\\_L%C3%BAcia\\_sobre\\_as\\_elei%C3%A7%C3%B5es\\_portuguesas\\_de\\_1945](https://www.academia.edu/31613942/Salazar_o_escolhido_por_Deus_Uma_carta_da_Irm%C3%A3_L%C3%BAcia_sobre_as_elei%C3%A7%C3%B5es_portuguesas_de_1945). Acessado em: 18-07-2018.

BARROS, Marcelo. **Dom Hélder Câmara: profeta para os nossos dias**. Goiás: Rede da Paz, 2006.



BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. **A elite eclesiástica brasileira**. 1985. 233 f. Tese (livre-docência em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

BATISTA, Carolina de Almeida. Pio IX e o combate à modernidade na encíclica Quanta Cura (1864). In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2011. Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos. Juiz de Fora. **Anais...** 2011.

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BEOZZO, José Oscar. Concílio Plenário Brasileiro. In.: FAUSTO, Boris (et. Al.) **O Brasil republicano, V. 4: economia e cultura (1930-1964)**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004,

BLOTTA, Celine Gomes da Silva. **A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. P. 32-33.

BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 10

BRAGA, Paulo Drumond. **Os Ministros da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar (1926-1933)**. Caderno de Investigação Aplicada, 2009,

BRASIL. **Lei Nº 119-A**, de 07 de jan. de 1890. Lei que proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm). Acesso em: 09 de jul. 2017.

BRITO, Eliane Maria. **A romanização do Espírito Santos: D. João Nery (1896-1901)**. 2007. 196 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRITO, Ricardo de. **A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940**. Lusitania Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 24 (Jul. - Dez. 2011) 263-276

BRITES, Joana. **Construir a História: a sede do CADC de Coimbra**. Lusitania Sacra, Lisboa, n. 19-20, p. 121-169, 2007-2008.

BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. A dignitatis humanae e a liberdade religiosa: descontinuidade no magistério eclesiástico sobre o Estado moderno. **Interações: Cultura e Comunidade**, Uberlândia, v. 8, p. 39-55, 2013.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele (coordenadores). **Manifestações do Pensamento Católico na América do Sul**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015, p. 140.

CAMARGO, Aspásia. **O Golpe silencioso**: as origens da República Corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAPPELLO, Hugo Héctor. **El xxxii Congreso Eucarístico Internacional En memoria de los 80 años de su celebración (1934-2014)**. Anuario Argentino de Derecho Canónico, Buenos Aires: Universidade Católica Argentina, V. XX, 55-69. 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**. A ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999.

CARTA de Getúlio Vargas a D. Sebastião Leme explicando e justificando a Revolução de 1930. Rio de Janeiro. Rolo 2, fot. 0208 a 0208/2 – 14/11/1930 (Data certa) GV c 1930.11.14.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Rita Almeida (org.). **Antônio Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira**: Correspondência 1928–1968. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.

CARVALHO, Rita Almeida. **A Concordata de Salazar**. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013. Pág. 95.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Obras Pastorais (1936-1943)**. Lisboa: União Gráfica. V. II. 1943.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Vinte Anos de Coimbra**. 2 ed. Lisboa, Edições Gama, 1943.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **A mensagem da Igreja à sociedade moderna**. Obras Pastorais (1928/1935). Lisboa: União Gráfica, vol. 1, pág. 359-376, 1936.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 57-80, 1999.

CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. **São José**: Carta Pastoral do Arcebispo de Olinda e Recife. Recife: Imprensa Industrial, 1921.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

CUEVAS, Pedro Carlos Gonzáles. La recepción del pensamiento conservador-radical europeo em España (1913-1930). **Elementos de metapolítica para uma Civilización Europea**, n. 75. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/00012717255babd82ec9f>. Acesso em: 01 out. 2015.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX**: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964. Novos Estudos – CEBRAP, n. 12, p. 5-52, 1975.

DIAS, Roberto Barros. Brasil: Um Estado Laico e uma República Católica. In: XII CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ: MISSÕES, EXPEDIÇÕES, INSTITUIÇÕES E INTERCÂMBIOS, 2013, Lavras da Mangabeira, Ceará. **Anais...** 2013.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem, a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **O paranismo atualizado**: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga. 2010. 330 fls. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO, Boris (et. Al.) **O Brasil republicano**, V. 4: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v. 3.)

FERREIRA, Marieta de Moraes. A batalha. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01 set. 2015.

FERREIRA, Nuno Estêvão; CARVALHO, Rita Almeida de; PINTO, António Costa. O “império do professor”: a elite ministerial de Salazar, 1932-1944. In: PINTO, António Costa. **Governar em Ditadura**: Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2012

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira. **Elites católicas em Portugal**: o papel da Acção Católica (1940-1961). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2011.

FONTES, Paulo. **A institucionalização da Acção Católica Portuguesa e a Festa de Cristo-Rei**. Lusitania Sacra, 2ª série, 19-20, p. 171-193, 2007/2008

GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1962.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. 668f. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Literatura e autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez (Orgs.). **Histórias da política autoritária: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos**. Recife: UFRPE, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. **Lusitânia Sacra**, v. 26, p. 133-154, 2012.

GUIMARÃES, Alfredo. **O cardeal Cerejeira no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Alba, 1935

HROCH, Miroslav. Nationalism and National Movements: Comparing the Past and the Present of Central and Eastern Europe. **Nations and Nationalism**, v. 2, n. 1, p. 35-55, 1996.

ISNARD, Clemente José Carlos. O cardeal Leme e a promoção do laicato brasileiro. Petrópolis: Vozes, Revista Eclesiástica Brasileira – REB, Volume XXVII, fascículo 4, dezembro de 1967

KEARNEY, Christine A. The Brazilian Church: Reintegrating Ontology and Epistemology. In: MANUEL, Paul Christopher; REARDON, Lawrence C.; WILCOX, Clyde (Eds.). **The Catholic Church and the Nation-State: Comparative Perspectives**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2006.

LEITE, Filipe de Faria Dias. **Atuação da Liga Eleitoral Católica na formação da Assembléia Nacional Constituinte de 1933**. In: I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades - ANPHU, 2007, Maringá - PR. Caderno de Resumos do I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades - ANPHU "Identidades religiosas e História". Maringá - PR: Editora UEM, 2007. v. 1

LENZENWEGER, Josef, STOCKMEIER, Peter, BAUER, Johannes B., AMON, Karl, ZINHOBLER, Rudolf. **História da Igreja Católica**. São Paulo, Edições Loyola, 2006, p. 284.

LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

LIMA, Alceu Amoroso. **O Cardeal Leme**: um depoimento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**: cem anos de compromisso: 1889-1989. São Paulo: Edições Paulinas, 1991

MADUREIRA, Arnaldo. **A Igreja Católica na origem do Estado Novo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MALATIAN, Teresa. **Império e missão**: um novo monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MATOS, Luís Salgado de. **Cardeal Cerejeira**: universitário, militante, místico. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, 803-837, p. 816. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872937009xXT4ia7Eq78YG9.pdf>. Acesso em: 20-07-2018.

MENDONÇA, Lafaiete de. Patriota sincero: D. Carlos Carmelo emite sua opinião sobre a personalidade de Plínio Salgado e nega, do ponto de vista moral, qualquer incompatibilidade entre a Igreja e o Integralismo. **A Razão**, 30 jul. 1937.

MESQUIDA, Peri. A educação na restauração lealista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. **Diálogo Educacional** (PUCPR), v. IX, p. 279-295, 2009.

MONTEIRO, Patrick Correa. **O Anteparo do Sagrado**: A Liga Eleitoral Católica e a Indissolubilidade do Casamento na Constituição de 1934. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis - SC. Anais do XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. Florianópolis: ANPUH-SC, 2015. p. 1-9

MOURA, Carlos André Silva de. **A missão cultural dos portugueses e a visita do patriarca dom Manuel Gonçalves Cerejeira ao Brasil em 1934**. *Lusitânia Sacra*, Lisboa, (Janeiro-Junho 2017) 145-164.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias cruzadas**: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942). 2015, 443 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A guerra religiosa na I República**. 2. ed., Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.

MOURA, Maria Lúcia de Brito. **A resistência e o acatamento à República no seio do clero português**. Lusitania Sacra, Lisboa, 24 (julho – dezembro 2011), p. 25 – 41.

MOURA, Odilão O. S. B. **Ideias católicas no Brasil – direções do pensamento católico brasileiro no século XX**. São Paulo: Editora Convívio, 1978.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **O “Brasil colonial” e a Exposição do mundo português de 1940**. Tese de doutorado em História. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 80.

NOGUEIRA, Hamilton. **Jackson de Figueiredo**. 2 ed. Rio de Janeiro, Hachette, 1976.

NERI, Marcelo Côrte (Coord.). **Novo mapa das religiões**. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2011.

NETO, Anysio Henriques. **A religião no Exército brasileiro: memória e plausibilidade na identidade dos soldados da FEB a partir da experiência de guerra**. 2011, 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora/Pós-Graduação em Ciência da Religião, Juiz de Fora, 2011

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. **Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha**. Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: UFJF, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1982. p. 7-8.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de; NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. **A Construção Ideológica do Modelo Totalitário Brasileiro: Plínio Salgado, Gustavo Barroso E Miguel Reale (1932-1937)**. História e Cultura, Franca, v. 5, n. 3, p. 119-134, dez. 2016, p. 126

PAREDES, Marçal Menezes de; SKOLAUDE, Mateus Silva. **Lusofonia em perspectiva: panlusitanismo, lusobrasileirismo e lusotropicalismo**. Revista Portuguesa de História, Coimbra: Universidade de Coimbra, volume 48, tomo XLVIII, páginas 257-274. 2017. p. 260-261.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)**. 2010. 349 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PEREIRA, Mabel Salgado. Episcopado mineiro e revolução de 1930: um estudo de caso. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2011. Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos, Juiz de Fora. **Anais...** 2011.

PETERS, José Leandro. Aparecida na memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. **Sacrilegens**, v. 09, p. 87-96, 2012.

PETRESCU, Dragos. Building the Nation, Instrumentalizing Nationalism: Revisiting Romanian National-Communism, 1956–1989. In: MEVIUS, M. (Ed.) **The Communist Quest for National Legitimacy in Europe: 1918-1989**. London: Routledge, 2010.

PIASENTIN, João. **Dom Leme**: Bispo da eucaristia. Rio de Janeiro: Vozes, 1982

PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**: O Príncipe da Igreja, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis**: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PINTO, António Costa. **A formação do integralismo lusitano (1907-1917)**. Revista Análise Social vol XVIII (72,73-74), 1982-3º - 4º - 5º, 1409-1419

PINTO, António Costa. **Governar em Ditadura**: Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2012

POLICARPO, José da Cruz. **Cardeal Cerejeira** : fotobiografia. Lisboa : Notícias, 2002

POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na constituição do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII). In: ALMEIDA, Suely C. C. *et al.* (Org.). **Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.

PORTUGAL. **Lei de Separação da Igreja do Estado, de 20 de abril de 1911**. Lei que estabelece as relações entre Igrejas e o Estado português. República e Laicidade associação cívica. Disponível em: <http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/republica-1910-1926/lei-da-separacao-da-igreja-do-estado/>. Acesso em: 09 de jul. 2017.

PROTA, Leonardo. Estado Novo no Brasil e em Portugal – características distintivas no processo de constituição. São João del-Rei, UFSJ, **Revista Estudos Filosóficos**, n. 3, 2009.

PUHLE, Hans-Jürgen. Nation States, Nations, and Nationalisms in Western and Southern Europe. In: BERAMENDI, J.; MÁIZ, R.; NÚÑEZ, X. M. (Eds.) **Nationalism in Europe: Past and Present**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1994.

PURDY, Sean. **A história comparada e o desafio da transnacionalidade**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012.

RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. 8ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009

RANQUETAT, Cesar Alberto. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Sociais e Humanas**, v. 21, p. 67-75, 2008.

REGO, Luzanira. Paulo Cavalcanti: sou um marxista convicto. **Diário de Pernambuco**, 23 jul. 1978, folha B8.

REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2006

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Palomanes. PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REZOLA, Maria Inácia. **A Igreja Católica nas origens do salazarismo**. Locus, Revista de História, Juiz de Fora, vol 18, n 1, p. 69-88, 2012. Pág. 77-78

RIoux, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

ROCHA, André (Org.). **Marilena Chauí: manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: ABRAMO, 2013.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

RODRIGUES, Cândido. As conversões de Alceu Amoroso Lima: entre Jackson de Figueiredo e Jacques Maritain. In.: CALDEIRA, Rodrigo Coppe; RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele (coordenadores). **Manifestações do Pensamento Católico na América do Sul**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Aproximações e conversas: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928 – 1946**. São Paulo: Alameda, 2013, p. 255.

ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.). **História da Primeira República Portuguesa**. 2ª ed. Lisboa: Tinta da China edições, 2011

ROSAS, Fernando. **O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo**. Lisboa: Análise Social, vol. XXXV (157), fls, 1031 – 1054, 2001

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 289 fls. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca – SP, 2011.

SALEM, Tânia. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. In. SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasil: CNPQ, 1982



SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1950.

SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1950.

SALVADOR, Carlos Corral (Diretor). EMBIL, José M. Urteaga. **Dicionário de Direito Canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 1993

SANTA SÉ. **Acordo Missionário entre a Santa Sé e a república portuguesa**. Acessado em: 15-07-2018. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/archivio/documents/rc\\_seg-st\\_19400507\\_missioni-santa-sede-portogallo\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html)

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, UFMG, v. 2, n. 2, ago.-dez. 2010.

SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do. **O cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SANTOS, Carla Xavier dos. **A relação do Estado Novo e Igreja Católica através do olhar da Imprensa Católica Gaúcha**. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA-ANPUH-RS. Vestígios do passado: a história e suas fontes. **Anais...** Porto Alegre, 2008.

SCHIAVON BURGERT, Carmem Gessilda, **O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período**. In: Anais Eletrônico do IX Encontro Estadual de História – Vestígios do Passado: a história e suas fontes – ANPUH – RS. Disponível em: [https://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1210897420\\_ARQUIVO\\_TextoANPUH.pdf](https://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf). Acessado em: 15-07-2018

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro Costa. **Tempos de Capanema**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Paz e Terra, 1984.

SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelãs. **O CADC de Coimbra**, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934). Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 100 – 101.

SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**. 1995. 81 f. Dissertação (mestrado em História Eclesiástica) – Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1995.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **Religião e política no Brasil**. Latinoamérica. Revista de Estudos Latinoamericanos , v. 1, p. 223-256, 2017

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas**. Anais dos Simpósios da ABHR, Vol. 13 (2012).

SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar**. Juiz de Fora – MG: Locus: revista de história, v. 18, n. 1, p. 89-110, 201

SOUZA, Ney. Ação católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de cultura Teológica**, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006.

TELO, António José. **Primeira República II: como cai um regime**. Lisboa: Editorial Presença, 2011. p. 174.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974.

VASCONCELLOS, Gilberto. **A ideologia curupira – análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VASCONCELLOS, Manoel Luís Cardoso. Um intelectual cristão diante de seu tempo: a trajetória de Alceu Amoroso Lima. **Thaumazein**, Santa Maria, v. 1, p. 74-88, 2014.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976

VIVAS, Miguel Ángel Dionisio. **El Cardenal Isidro Gomá Y la Iglesia española em los años treinta**. Tese de doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Antónoma de Madrid, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. **Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, São Paulo, n.14, p.13-29. 2013.

### *Jornais*

TERENCIO. Histórias em pílulas VI. **A Cruz**, ano XIX, n. 28, 11 jul. 1937.

BARATA, Julio. O integralismo e a Igreja católica. **A Batalha**, maio-jun. 1938.

Discurso do sr. Presidente Getúlio Vargas. Jornal A Cruz de 23 de julho de 1939. Rio de Janeiro, ano XXI número 29.

### *Revista*

A ORDEM, v. X, n. 41-46, nov.-dez., n. 41, 1933.

Documentos. Serviço de Assistência Religiosa junto à Força Expedicionária Brasileira. Revista Eclesiástica Brasileira – REB, volume 4, fascículo 2, Julho de 1944. pág. 470

### *Cartas*

A Primeira audiência em 22-11-1938, conferir VARGAS, Getúlio. Getúlio Vargas: Diário. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Tomo II, 1995. p. 174/175; A Segunda Audiência em 28-08-1939.

Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima. 013\_06\_0879

Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1932. 013\_06/0861, 013\_06/0862, 013\_06/0863

Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 19 de março de 1935. 013\_06/0835 e 013\_06/0836.

Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta Gustavo Capanema para Alceu Amoroso Lima datada de 24 de maio de 1944. 012\_06/0492.

Arquivo Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Manuel Gonçalves Cerejeira para Alceu Amoroso Lima. 18 de maio de 1936. 013\_06/0609 e 013\_06/0610.

Arquivo Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima. Friburgo, 16 de dezembro de 1930. 013\_06/0898 e 013\_06/0899.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Documento número 181 de 05 de agosto de 1929

Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Carta de Alceu Amoroso Lima para Manuel Gonçalves Cerejeira. Julho de 1937. H – 01/01/030.

Arquivo do Patriarcado de Lisboa. Conferência. X/01/027

Arquivo do Patriarcado de Lisboa: C – 02/01/003

Arquivo do Patriarcado de Lisboa: C-02/01/004.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Arcebispo de S. Salvador Augusto Álvaro da Silva. Ao cardeal patriarca de Lisboa. Bahia, 18 de jan. 1932. Doc. V-01-03/01/001.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Cardeal Manuel Cerejeira ao Arcebispo da Bahia Augusto Álvaro da Silva. Lisboa, 16 de ago. 1932. Doc. V-01-03/01/001.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Cardeal patriarca de Lisboa ao cardeal Sebastião Leme. Lisboa, 11 de ago. 1934. Doc. V-01-01/01/017.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Sebastião Pagano – Secretário Geral da Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Ao cardeal patriarca de Lisboa. São Paulo, 1 de nov. 1934. Doc. V-01-01/01/024.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, AOS/CP-47 (fl. 57) 17 de jul. 1938.

Carta de António Salazar para Manuel Cerejeira. Arquivo do Patriarcado de Lisboa. C-02/01/004 de 07-03-1940.

CARTA de Getúlio Vargas a D. Sebastião Leme explicando e justificando a Revolução de 1930. Rio de Janeiro. Rolo 2, fot. 0208 a 0208/2 – 14/11/1930 (Data certa) GV c 1930.11.14.

CARTA de Sebastião Leme da Silveira Cintra & Outros a Getúlio Vargas enviando conclusões e deliberações do Congresso Nacional do Cristo Redentor e solicitando providências para a realização legal das sugestões enviada. Rio de Janeiro. Rolo 2 fot. 0479/4 a 0483 - 12/10/1931 (Data certa) GV c 1931.10.12/2

CARTA de Sebastião Leme da Silveira Cintra & Outros a Getúlio Vargas enviando conclusões e deliberações do Congresso Nacional do Cristo Redentor e solicitando providências para a realização legal das sugestões enviada. Rio de Janeiro. Rolo 2 fot. 0479/4 a 0483 - 12/10/1931 (Data certa) GV c 1931.10.12/2

Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade: Carta de Heráclito Fontoura Sobral Pinto para Alceu Amoroso Lima de 24 de out. de 1939. Pasta n° 323, Arquivo: 04, Gaveta: 03, n° Documento 164 – Arquivo digital disponível em: [http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima//057\\_07/0961.PDF](http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima//057_07/0961.PDF) acessado em 20-05-2018.

Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade: Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima de 20 de jun. de 1939. Pasta n° 87, Arquivo: 01, Gaveta: 04, n° Documento 73 – Arquivo digital disponível em: [http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima//013\\_06/0703.PDF](http://e-chat.netwatts.com.br/alceuamorosolima//013_06/0703.PDF) acessado em 20-05-2018.